

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**DAIANE CARNELOS RESENDE LAIBIDA**

**“REQUIÃO TEM RAZÃO”? HOMEM POLÍTICO E DISCURSOS: UM ESTUDO  
SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**

**CURITIBA**

**2015**

DAIANE CARNELOS RESENDE LAIBIDA

“REQUIÃO TEM RAZÃO”? HOMEM POLÍTICO E DISCURSOS: UM ESTUDO  
SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia, área de concentração: Instituições e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Laibida, Daiane Carnelos Resende

"Requião tem razão"? Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Melo e Silva / Daiane Carnelos Resende Laibida – Curitiba, 2015.  
329 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira  
Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Requião, Roberto, 1941-, biografia. 2. Curitiba (PR) – Política e governo – Discursos parlamentares. 3. Administração pública – Curitiba (PR). I. Título.

CDD 352.098162



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

## PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **Daiane Carnelos Resende**, em relação ao seu trabalho de tese "REQUIÃO TEM RAZÃO" ? HOMEM POLÍTICO E DISCURSOS: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA é de parecer favorável à APROVAÇÃO..... da acadêmica habilitando-a ao título de *Doutora* em Sociologia, linha de pesquisa "Cidadania e Estado" da área de concentração em SOCIOLOGIA Curitiba, 13 de agosto de 2015.

Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

Profa. Dra. Mônica Helena Harrich Silva Goulart

Prof. Dr. Luiz Eduardo Pereira da Motta

Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira  
*orientador e presidente*

Dedico este trabalho à minha filha Sofia, pela paciência comigo devido à minha ausência em alguns momentos preciosos de suas descobertas iniciais.

## AGRADECIMENTOS

Os quatros anos de Doutorado consistem em um período de intensidade em todos os sentidos, de dedicação e de trabalhos árduos, noites de insônia, dedos cansados devido à intensidade da digitação e pane no computador, mas o que eu gostaria de enfatizar é sobre o tempo em si. Muitos acontecimentos ocorrem em quatro anos, muitas pessoas passam por nossa vida, perdemos pessoas queridas e, pelo milagre da vida, redescobrimos o amor incondicional – o de gerar uma filha concomitantemente ao ato de produzir uma tese de doutorado: eis a magia da vida. Então, vou agradecer àqueles que efetivamente fizeram parte, de alguma maneira, dessa difícil fase, a qual se torna tão prazerosa agora, com um misto de sentimento de alívio e de consciência pesada, pelo fato de não ter me dedicado o tanto que eu gostaria à minha querida filha. Diversas vezes ela chorava ao ver-me “trabalhando” no computador, mas espero que um dia ela compreenda a dificuldade de ter uma mãe pesquisadora.

Meu primeiro agradecimento é direcionado ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, por me inspirar muitas vezes em meu ofício de professora e também por me acompanhar e orientar os meus trabalhos desde o período da graduação. Obrigada, professor Ricardo, por fazer parte de todas as etapas da minha trajetória acadêmica, sempre me mostrando novos caminhos nas atividades de pesquisa e apontando-me as necessidades e os desafios de realizar um estudo sobre o estado do Paraná.

À CAPES, pela bolsa recebida durante o período do Doutorado, que me proporcionou maior dedicação na consecução da presente tese.

Às professoras que participam da minha qualificação de tese, Dra. Maria Tarcisa Silva Bega e Dra. Mônica Goulart, pelas quais nutro imensa admiração, por serem essas mulheres notáveis das Ciências Sociais, pelas contribuições e novos direcionamentos relacionados à *episteme* da Sociologia Política.

À minha filha, Sofia, que me acompanhou no processo de seleção do Doutorado (intraventre) e, depois, sofreu todas as privações que uma filha pode sofrer, devido aos momentos de ausência da mãe, que fazem parte de todo *métier* de um pesquisador. Essa vida que se infligiu sobre a minha vida pelo despertar de um amor incondicional, fez-me dividir meu tempo e minhas preocupações acadêmicas e profissionais com outras, de outra ordem. De certa forma, sua

chegada fez com que o profissional e este trabalho ficassem em segundo plano, uma vez que o amor nascido com ela trouxe junto a si o altruísmo, o cuidado, enfim, uma entrega infinita que acabou por submergir universalmente o meu corpo e a minha alma.

Aos meus pais, Paulo e Dalva, por tudo, principalmente pelo apoio e pela ajuda com a Sofia. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada, mãe, pelos incentivos e por me animar quando eu me sentia cansada e desanimada.

À minha irmã e companheira de profissão, Roberta, pelo incentivo, pelas indicações teóricas, pelas leituras e correções que foram essenciais e principalmente por ser a minha inspiração no campo da Sociologia Política. Quando eu crescer, quero ser como você.

Ao meu irmão, Paulinho, por me transportar ao seu mundo mágico, fazendo com que eu me esquecesse, pelo menos por alguns minutos, de toda a preocupação do meu dia a dia e também pela ajuda nas pesquisas de campo.

Ao meu companheiro de profissão e de vida, Demétrio, por todos os ensinamentos e por sua compreensão. Você foi peça fundamental para que eu me tornasse uma socióloga. Apesar de todas as adversidades que eu encontrei em minha trajetória estudantil, você nunca deixou que eu desistisse.

Às minhas queridas avós Francisca e Maria (*in memoriam*) pelos conhecimentos que me foram transmitidos, conhecimentos simples, mas de grande valor para melhor entender as complexidades da vida.

Às minhas cunhadas, Heloisa e Juliana, pela paciência e cuidados com a Sofia.

À minha cunhada, Sara, pelo incentivo e dicas valiosas sobre o campo político e sociológico. Avante, sempre!

Aos meus sogros, Ilze e Luiz Carlos, pela ajuda com a Sofia. Sou imensamente grata, em especial a minha sogra, por toda ajuda e dedicação.

Aos meus colegas Evandro Quintino e Henrique Junior Choinski, que me auxiliaram na construção dos aspectos genealógicos de Roberto Requião.

Agradeço ao meu compadre, Erick Russ, que esteve presente nas etapas decisivas de minha formação acadêmica, torcendo e me incentivando nos momentos bons e ruins. Sempre me enviando textos úteis e realizando a leitura minuciosa de

todos os meus trabalhos. Meu grande amigo que batizou o meu bem mais precioso, obrigada por tudo.

Aos meus primos/amigos, Nadir e Carlos (*in memoriam*), pelos momentos de descontração. Quando tudo parecia perdido, eis que surgia o Carlos com seu humor incomparável, o qual deixou uma herança a todos: o amor pela vida.

Aos meus colegas de profissão, Luis Afonso e Vânia Abraão pelas longas conversas sobre o andamento da tese e as amenidades da vida.

Ao meu colega Sandro Bino que me auxiliou nas normas e na correção desta tese. Muito Obrigada!

E, também, a todos os meus alunos que sempre torceram por mim. Vocês foram fundamentais na minha trajetória.



Ao tomar como objeto um mundo social no qual se está preso, somos obrigados a encontrar, numa forma que se pode dizer *dramatizada*, um certo número de problemas epistemológicos fundamentais, todos ligados à questão da diferença entre o conhecimento prático e o conhecimento erudito e principalmente à dificuldade particular da *ruptura* com a experiência autóctone e com a restituição do conhecimento obtido à custa dessa ruptura. Conhece-se o obstáculo ao conhecimento científico que tanto excesso de proximidade quanto o excesso de distância representam e a dificuldade de instaurar esta relação de proximidade rompida e restaurada que, à custa de um longo trabalho sobre o objeto, mas também sobre o sujeito da pesquisa, permite integrar tudo o que só se pode conhecer se se está lá e tudo o que não se pode ou não se quer conhecer porque não se está lá.

Pierre Bourdieu  
*Homo Academicus*

## RESUMO

Nesta tese serão analisados, a partir do arcabouço teórico da sociologia política os traços elementares na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva. Dentre esses traços fundamentais serão categorizadas as estruturas genealógicas do político em questão, principalmente no que versa sobre o direcionamento do *habitus* e do acúmulo de capitais necessários para a conversão no campo político. Para a concretização desse devir sociológico, serão utilizados os constructos teóricos elaborados por Pierre Bourdieu, como ferramentas indispensáveis nos estudos de trajetórias. Outro teórico utilizado, para realizar a análise dos discursos requianistas, será Michel Foucault, e também outros autores da filosofia. A teoria bourdieusiana servirá como aporte epistemológico para o aprimoramento dos estudos que envolvem trajetórias sociais e políticas. Outro fator indispensável que será trabalhado é o contexto histórico no qual Requião foi inserido na política paranaense, e ainda a sua identidade e fidelidade partidária. Considera-se de extrema importância evidenciar esses fatos para contextualizar o período histórico no qual Roberto Requião foi inserido politicamente no Paraná, como deputado estadual, no ano de 1982, e sua participação neste momento conturbado que o país atravessava, primando por uma postura muitas vezes independente da *doxa* partidária. Serão trabalhados alguns fragmentos discursivos relacionando a imagem que Requião tenta legitimar através de seus discursos e sua conflituosa relação com a mídia, com alguns políticos e com membros do seu próprio partido político. No que versa sobre a sua trajetória política será salientado o início de sua carreira política, como Deputado Estadual, perpassando, na sequência, pela Prefeitura de Curitiba, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná, primeiro mandato no Governo do Paraná, as duas passagens pelo Senado Federal, segundo mandato no Governo e finalmente o terceiro Governo, no qual Roberto Requião entra para a história do Paraná como um governador a exercer três mandatos frente ao Executivo.

Palavras-chave: Roberto Requião –biografias. Roberto Requião-discursos. Política paranaense. Roberto Requião-família.

## RÉSUMÉ

Dans cette thèse seront analysés, à partir du cadre théorique de la sociologie politique, les traces élémentaires dans la construction de la position et l'action politique de Roberto Requião de Mello e Silva. Parmi ces traces fondamentaux sont classées les structures généalogiques du politicien en débat, notamment sur la direction de l'habitus et de l'accumulation des capitaux nécessaires à la conversion dans le domaine politique. Pour la concrétisation du devenir sociologique seront utilisés les concepts théoriques développés pour Pierre Bourdieu, comme des outils indispensables à l'étude des trajectoires. Un autre théoricien, utilisé pour effectuer l'analyse des discours requianistas, sera Michel Foucault et d'autres auteurs de la Philosophie. La théorie bourdieusienne servira comme l'apport épistémologique à l'amélioration des études sur trajectoires sociales et politiques. Un autre facteur indispensable qui sera travaillé sur le contexte historique dans lequel Requião a été inséré dans la politique du Paraná et aussi de l'identité et de la fidélité du parti. Nous considérons comme extrêmement important de souligner ces faits mettre en contexte la période historique dans laquelle Roberto Requião a été politiquement inséré dans Paraná qui a été député provincial, en 1982, et sa participation à cette époque troublée que le pays a traversé, qui lutte pour une position souvent indépendant de la doxa du parti. Nous travaillerons quelques fragments discursifs en reliant l'image de Requião qui essaye de légitimer par ses discours et sa relation conflictuelle avec les médias, avec des politiciens et des membres de son parti politique. Sur qui ce concerne sa carrière politique nous soulignerons le début de sa carrière politique en 1982 comme député du Paraná, en passant, par conséquent, de la mairie de Curitiba, le Département du développement urbain du Paraná, Premier gouvernement, les deux passages par le Sénat, deuxième gouvernement et enfin le troisième gouvernement dans lequel Roberto Requião rentre dans l'histoire du Paraná comme le gouverneur à exercer trois mandats en face de l'Exécutif.

Mots-clés : Roberto Requião-biographies. Roberto Requião - discours. Politique du Paraná. Roberto Requião - famille.

## RESUMEN

En esta tesis, serán analizados, a partir del referencial teórico de la sociología política, rasgos elementales en la construcción de la posición y acción políticas de Roberto Requião de Mello e Silva. Entre los rasgos fundamentales serán categorizadas las estructuras genealógicas de ese político, principalmente, respecto al direccionamiento del habitus y del acúmulo de capitales, necesarios para la conversión en el campo político. Para la concretización de ese devenir sociológico serán utilizadas las construcciones teóricas elaboradas por Pierre Bourdieu, como herramientas indispensables en los estudios de trayectorias; otro teórico, utilizado para analizar los discursos, será Michel Foucault, además de otros autores de la filosofía. Los aportes de Bourdieu servirán como subsidios epistemológicos para el mejoramiento de los estudios que involucran trayectorias sociales y políticas. Otros factores indispensables que serán trabajados son identidad y fidelidad partidaria, pues se consideran de extrema importancia para contextualizar el período histórico en el cual Roberto Requião se inserta políticamente en Paraná como Diputado Estadual en el año de 1982, y su participación en el momento conturbado que el país pasaba, primando por una postura, muchas veces, independiente de la doxa partidaria. Serán trabajados algunos fragmentos de discursos, relacionando la imagen que Requião busca legitimar en éstos y su conflictiva relación con los medios de comunicación masivos, con algunos políticos y con miembros de su partido. Respecto a su trayectoria política será enfocado el inicio de su carrera política en 1982, como Diputado Estadual, pasando por la Municipalidad de Curitiba, Secretaría de Desarrollo Urbano de Paraná, primero mandato como Gobernador del Estado, los dos pasajes por el Senado, segundo mandato como Gobernador del Estado, y, finalmente, el tercer Gobierno del Estado, con el cual Roberto Requião entra para la historia como el Gobernador a ejercer tres mandatos frente al ejecutivo.

Palabras-Clave: Roberto Requião -biografías. Roberto Requião - discursos. Política de Paraná. Roberto Requião familiar.

## ABSTRACT

In this thesis will be analyzed, from the theoretical framework of political sociology, elementary traces in the construction of the position and political action of Roberto Requiao de Mello e Silva. Among these fundamental traces are categorized genealogical structures from the political in question, especially in what concerns with the direction of habitus and capital accumulation necessary for the conversion in the political field. To achieve this sociological becoming, the theoretical constructs developed by Pierre Bourdieu will be used as indispensable tools in the study of trajectories. Another theory used to perform the analysis of requianistas speeches, will be Michel Foucault, as well as other authors of philosophy. The Bourdieu's theory will serve as an epistemological contribution to the improvement of studies involving social and political trajectories. Another essential factor that will be worked on is the historical context in which Requiao was inserted into the Paraná policy, and yet its identity and party loyalty. It is considered extremely important to highlight these facts to contextualize the historical period in which Roberto Requiao was politically inserted in Paraná, as state representative in 1982, and their participation in this troubled time that the country was going through, striving for a position often independent of party doxa. They will be worked some discursive fragments linking the image Requiao tries to legitimize through his speeches and his conflicted relationship with the media, with some politicians and members of his own political party. In which deals with his political career will be noted the beginning of his political career as a State Representative, passing as a result, the City of Curitiba, Paraná Department of Urban Development, first term in the State Government, the two passages by the Senate Federal, second term in government and finally the third government in which Roberto Requiao enters history of Paraná as the governor to exercise three terms against the Executive.

Keywords: Roberto Requiao -Biography. Roberto Requiao-speeches. Paraná policy. Roberto Requiao-family.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ÁRVORE GENEALÓGICA .....	61
FIGURA 2 - JUSTINIANO MELO E SILVA, BISAVÔ DE ROBERTO REQUIÃO .....	65
FIGURA 3 - WALLACE DE MELLO E SILVA, AVÔ DE ROBERTO REQUIÃO. ....	66
FIGURA 4 - JUSTINIANO DE MELLO E SILVA NETO, TIO DE ROBERTO REQUIÃO.....	67
FIGURA 5 -WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA, PAI DE ROBERTO REQUIÃO.....	69
FIGURA 6 - CRISTIANA KEINERT, AVÓ MATERNA DE ROBERTO REQUIÃO....	72
FIGURA 7 - CRISTIANA KEINERT E EUCLIDES REQUIÃO, AVÓS DE ROBERTO REQUIÃO.....	73
FIGURA 8 - SYRTH REQUIÃO.....	74
FIGURA 9 - REQUIÃO, EDUARDO E SYRTH.....	75
FIGURA 10 - GERTRUDES REQUIÃO.....	75
FIGURA 11 - LUCY REQUIÃO DE MELLO E SILVA, MÃE DE ROBERTO REQUIÃO.....	77
FIGURA 12 - ROBERTO REQUIÃO QUANDO CRIANÇA.....	78
FIGURA 13 - REQUIÃO E OS CAPITAIS. ....	88
FIGURA 14 - PRINCIPAIS DESAFETOS DE ROBERTO REQUIÃO.....	151

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARTIDOS EXISTENTES ATÉ 1965 E NÚMERO DE REPRESENTANTES, NÚMERO DE FILIAÇÕES À ARENA E AO MDB (PARLAMENTARES ASSEMBLEIA LEGISLATIVA).....	92
TABELA 2 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO, POR CANDIDATO E PARTIDO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, NO PARANÁ, 1982/95	
TABELA 3 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO PARANÁ, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, POR CANDIDATO MAIS VOTADO – 1986/1998. ....	98
TABELA 4 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO DE 1990 .	111
TABELA 5 - SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO DE 1990.....	112
TABELA 6 - AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE ROBERTO REQUIÃO NO PRIMEIRO GOVERNO .....	120
TABELA 7 - ELEIÇÕES PARA O SENADO FEDERAL .....	122
TABELA 8 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002 .....	124
TABELA 9 - RESULTADOS DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002 ...	125
TABELA 10 - AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE ROBERTO REQUIÃO NO SEGUNDO GOVERNO .....	134
TABELA 11 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006 .....	135
TABELA 12 - SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006.....	136
TABELA 13 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE SENADOR - 2010 .....	146
TABELA 14 - RESULTADOS DAS ELEIÇÕES - 2014.....	149

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRINCIPAIS CAPITAIS .....	86
QUADRO 2 - INTEGRANTES DO GRUPO POLÍTICO DA PREFEITURA EM 1986 E SEUS CARGOS NO SEGUNDO GOVERNO .....	109
QUADRO 3 - DESEMBARGADORES NOMEADOS POR REQUIÃO .....	120
QUADRO 4 - TITULARES NO PODER EXECUTIVO (1991-1994).....	121
QUADRO 5 - TITULARES DO PODER EXECUTIVO (2003-2006).....	133
QUADRO 6 - FAMILIARES DE REQUIÃO QUE OCUPARAM CARGOS POLÍTICOS. .....	141
QUADRO 7 - GRUPO POLÍTICO NO INÍCIO DAS GESTÕES DE REQUIÃO NO EXECUTIVO.....	142
QUADRO 8 - AGENDA NEOLIBERAL E SOCIAL-DEMOCRATA .....	157



## LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ASSOMA – Associação dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba  
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
CC – Casa Civil  
CEDCA – Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente  
CIC – Cidade Industrial de Curitiba  
CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná  
COHAB – Companhia de Habitação Popular  
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná  
COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba  
COPEL – Companhia Paranaense de Energia  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DEAP – Departamento de Arquivo Público  
DECOM – Departamento de Construção e Obras de Manutenção do Estado  
DER – Departamento de Estradas de Rodagem  
DETRAN – Departamento de Trânsito  
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FREI – Fundação Rural de Educação e Integração  
IAM – Instituto de Administração Municipal  
IAP – Instituto Ambiental do Paraná  
IASP - Instituto de Ação Social do Paraná  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OIC - Oficinas Integradas de Cultura  
PAN – Partido dos Aposentados da Nação  
PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PL – Partido Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
POVO – Policiamento Ostensivo Volante  
PP – Partido Popular  
PPB – Partido Progressista Brasileiro  
PPS – Partido Popular Socialista  
PROCON – Procuradoria de Defesa do Consumidor  
PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental do Paraná  
PROVOPAR – Programa de Voluntariado Paranaense  
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PS – Partido Socialista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrata  
PSDB – Partido da Social Democracia  
PSDN – Partido Social Democrata Nacional  
PSL – Partido Social Liberal  
PST – Partido Social Trabalhista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PV – Partido Verde  
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná  
SEAB – Secretária do Estado da Agricultura e do Abastecimento  
SECS – Secretaria de Estado de Comunicação Social  
SEDU – Secretaria do Desenvolvimento Urbano  
SEED – Secretária de Estado de Educação  
SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda  
SEPL – Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SESA – Secretária de Estado da Saúde

SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SETP – Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social

SUDERHS – Superintendência de Desenvolvimento Recursos Hídricos

TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná

TVE - TV Educativa

UDN – União Democrática Nacional

URBS – Urbanização de Curitiba

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DE CONCEITOS PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO.....</b>	<b>35</b>
1.1 A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE PIERRE BOURDIEU.....	36
1.2 A APROPRIAÇÃO DOS CONCEITOS BOURDIEUSIANOS PARA A COMPREENSÃO DE TRAJETÓRIAS.....	38
1.3 CONCEITOS BOURDIEUSIANOS PARA A COMPREENSÃO DE TRAJETÓRIAS.....	41
1.4 CONSTRUCTOS TEÓRICOS SOBRE DISCURSOS: FOUCAULT E BOURDIEU.....	50
<b>2 “ESPÍRITO DE FAMÍLIA”: TRAÇOS BIOGRÁFICOS DOS PRINCIPAIS REPRESENTANTES DAS FAMÍLIAS REQUIÃO DE MELLO E SILVA .....</b>	<b>57</b>
2.1 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DA FAMÍLIA REQUIÃO DE MELLO E SILVA...57	
2.2 GENEALOGIA POLÍTICA DA FAMÍLIA REQUIÃO.....	70
2.4 ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA: “O HOMEM POLÍTICO” DO PARANÁ.....	79
2.5 OS PRINCIPAIS CAPITAIS HERDADOS E A MEMÓRIA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DO EU .....	81
<b>3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA</b>	<b>90</b>
3.1 O PMDB PARANAENSE E ROBERTO REQUIÃO .....	90
3.1.1 Do MDB ao PMDB: contexto histórico .....	91
3.1.2 PMDB paranaense: o partido à <i>catch-all</i> .....	98
3.1.3 As antinomias na atual conjuntura do PMDB paranaense.....	100
3.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	105
3.2.1. Deputado estadual (1982) .....	106
3.2.2 Prefeito de Curitiba (1986-1989).....	106

3.2.4 Governador do Paraná – Primeiro mandato (1991-1994).....	111
3.2.6 Governador do Paraná - Segundo mandato (2003-2006).....	124
3.2.7 Governador do Paraná - Terceiro mandato (2006-2010).....	135
3.2.8 Nepotismo ou “redes de confiabilidade” .....	138
3.2.10 Senador (2011-2014).....	146
3.2.11 A eleição de 2014 para Governador do Paraná.....	147
<b>4 VIÉS SOCIAL E ECONOMICISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REQUIANISTAS.....</b>	<b>152</b>
4.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ROBERTO REQUIÃO: UMA AGENDA NEOLIBERAL OU SOCIAL DEMOCRATA? .....	152
4.1.1 O capitalismo liberal e o dirigido .....	153
4.1.2 Política e economia no Brasil no contexto da globalização .....	160
4.1.3 Os perfis de algumas políticas públicas requianistas .....	164
<b>5 O PODER SIMBÓLICO REQUIANISTA E SEUS DISCURSOS “MITOLÓGICOS” .....</b>	<b>172</b>
5.1 TEORIAS SOBRE DISCURSOS.....	173
5.2 ANÁLISE DE ALGUNS EXCERTOS DISCURSIVOS DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA E A POSTURA DA MÍDIA.....	185
5.4 ESTADO, PODER E AÇÃO POLÍTICA.....	212
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>217</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>224</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>238</b>

## INTRODUÇÃO

O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo “coisas teóricas” muito importantes a respeito de objetos ditos “empíricos” muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. Tem-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objeto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado – é isto sem dúvida que explica que os sociólogos mais inclinados a avaliar a sua importância do discurso que lhe é consagrado – é isto sem dúvida que explica que os sociólogos mais inclinados a avaliar a sua importância pela importância dos objetos que estudam, como é o caso daqueles que, actualmente, se interessam pelo Estado ou pelo poder, se mostrem muitas vezes os menos atentos aos procedimentos metodológicos. O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto – como eu procuro fazer, por exemplo, ao partir, para compreender um dos efeitos maiores do monopólio estatal da violência simbólica, de uma análise muito precisa do que é um *certificado*: de invalidez, de aptidão, de doença, etc. Neste sentido, o sociólogo encontra-se hoje numa situação perfeitamente semelhante – *mutatis mutandis* - à de Manet ou de Flaubert que, para exercerem em pleno modo de construção da realidade que estavam a inventar, o aplicavam a projectos tradicionalmente excluídos da arte académica, exclusivamente consagrada às pessoas e às coisas socialmente designadas como importantes – o que levou a acusa-los de “realismo”. O sociólogo poderia tornar sua a fórmula de Flaubert: “pintar bem o medíocre”.

(BOURDIEU, 2011, p. 20).

Este prólogo inspira-se nesta citação de Bourdieu, as lutas pelo monopólio do saber científico dentro das cátedras das Ciências Sociais, no sentido de enaltecer a proeminência dos estudos que primam pelo viés do teoricismo em detrimento do empirismo, lamentável constatação que está desconstruindo-se mediante a produção de diversos estudos na contemporaneidade estão primando pelos trabalhos de cunho mais condicionados ao empirismo e dialogando com outras ciências. As demandas sociais são levadas em consideração na escolha do objeto de estudo, e não obstante, as Ciências Sociais vêm tornando-se cada vez mais conhecidas e necessárias para o desenredar de várias questões sociais. O epicentro da teoria bourdieusiana seria o desvendar dos mecanismos de reprodução social que legitimam as várias formas de dominação.

Seguindo essa herança deixada por Bourdieu, a presente tese fará um estudo heurístico da trajetória política e discursos<sup>1</sup> do político paranaense Roberto Requião de Mello e Silva, para corroborar o lugar que o mesmo ocupa no campo

---

<sup>1</sup> Discursos nos sentido de dominação do campo político, herança de seus antepassados e reprodução de poder.

político do Estado do Paraná e também no cenário nacional, analisando se suas ações políticas coadunam-se com seus discursos. Reportar-me-ei<sup>2</sup> à ótica bourdieusiana de analisar o mundo social, não só pelo viés economicista, mas também pela compreensão de três conceitos fundamentais: campo, *habitus* e capitais. Conceitos estes fundamentais na construção de trajetórias, em especial, a direcionada à esfera política, pois é de grande valia para tentar uma melhor compreensão da complexidade do campo político, justamente pelo fato de o pesquisador conseguir mapear algumas tendências ideológicas mediante o estudo de algumas questões genealógicas, que podem indicar previsibilidades em algumas ações do político estudado, especialmente na esfera discursiva. No que tange às pesquisas que se dedicam a estudar trajetórias há que se destacar todo o hibridismo que envolve tal devir, fazendo a interface com outras ciências como a filosofia, a história, a economia. O estudo sobre trajetórias faz com que o pesquisador fuja da dicotomia subjetivismo/objetivismo implícito nas ciências humanas, ou seja, faz com que o momento objetivo e subjetivo das complexas relações sociais estabeleçam uma relação dialética.

Alguns políticos paranaenses foram objeto de estudo, como Jaime Lerner, Bento Munhoz da Rocha Neto, José Richa, Ney Braga, entre outros<sup>3</sup>. Tenho estudado a trajetória de Roberto Requião há mais de 12 anos e ainda existem muitas lacunas a serem descobertas, principalmente por se tratar de uma personalidade política em plena atividade. É por isso que este trabalho tem como objetivo construir a trajetória política de Requião e, concomitantemente, verificar como os seus discursos foram formados ou “herdados” e se os mesmos correspondem com a sua *práxis* política.

Por que estudar Roberto Requião? Quando eu estava nos anos finais do curso de Ciências Sociais, tivemos que fazer um projeto de pesquisa, na disciplina de metodologia científica, o qual resultaria em nossa monografia de final de curso. Sempre tive interesse em fazer um estudo de amplitude local e, em especial, que tratasse de uma grande personalidade na esfera política. Foi então que tive um *insight*: quando eu era criança, havia vivenciado uma situação interessante, em que Roberto Requião foi à minha escola fazer um discurso sobre o que ele estava

---

<sup>2</sup> Optou-se por usar, nessa parte da introdução, a linguagem em primeira pessoa, pois se trata de inclinações pessoais para a escolha do objeto de pesquisa em questão.

<sup>3</sup> Todos os outros trabalhos do Núcleo de Estudos Paranaenses serão citados *a posteriori*.

fazendo frente à prefeitura de Curitiba e, o mais engraçado, era que na época eu conseguia visualizar no discurso que estava sendo proferido, a prática implementada no bairro em que eu habitava. “Tenho vontade de estudar este político”, pensei, no início da minha trajetória na sociologia política.

## UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A POLÍTICA PARANAENSE

Seguindo a lógica bourdieusiana de que é quase impossível manter neutralidade científica, fazer parte de um grupo de estudos pode direcionar algumas de suas escolhas epistemológicas na construção do seu objeto de estudo. Foi o que aconteceu comigo: fui apresentada ao NEP<sup>4</sup>, comecei a participar das reuniões e lá tive acesso a trabalhos envolvendo a política do Paraná e as questões inerentes à genealogia, no sentido de que a hegemonia do poder, em algumas instituições paranaenses, estrutura-se em um contexto no qual impera a reprodução de determinadas “famílias tradicionais”. Esses fatos foram preponderantes para a escolha do mote metodológico a que eu daria prosseguimento em meus estudos.

Na linha de pesquisa “Instituições e Poder”<sup>5</sup>, no curso de pós-graduação *strictu sensu* de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o estudo da política paranaense relacionada com famílias tradicionais é um campo muito profícuo para estudos englobando várias instituições do Paraná, como também o estudo de trajetórias de grande expressividade do campo político do Estado. Entre os estudos de trajetórias políticas proeminentes no Estado do Paraná, podem-se enfatizar os estudos sobre as seguintes personalidades: Bento Munhoz da Rocha Neto e Ney Braga (KUNHAVALIK, 1995;1999); Jaime Lerner (DÓRIA, 2001); Paulo Pimentel (CORDEIRO, 2005); José Richa (FARAGO, 2006); Roberto Requião de Mello e Silva (RESENDE, 2007), entre outros, que já foram objeto de investigação, contribuindo para a construção de uma identidade política local. Apesar dos avanços recentes nessa tradição, é possível detectar algumas lacunas, representadas pela falta de estudo de certas personalidades.

---

<sup>4</sup> Núcleo de Estudos Paranaenses. Surgiu em 1999, por iniciativa do Professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

<sup>5</sup> Serão citados apenas trabalhos mais relevantes, envolvendo personalidades ou instituições paranaenses.



As instituições estudadas até agora, por autores da linha de pesquisa “Instituições e Poder” da área de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram: o Judiciário; a Federação Paranaense de Futebol; os Cartórios; a Maçonaria; a ITAIPU; o Ministério Público; a Assembleia Legislativa; a Província do Paraná (1853-1889); entre outros.

Todos os trabalhos supracitados primam por uma conexão interdisciplinar, trabalhando com história, antropologia, política, economia, filosofia e direito, consistindo em um verdadeiro exercício de sociologia. O estudo da política local é de derradeira importância para a construção da identidade política paranaense, sobretudo para o melhor esclarecimento da população a respeito da ação política dos representantes políticos locais.

## UM CONCEITO FUNDAMENTAL: A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA

A espécie humana diferencia-se por um desenvolvimento particular das relações sociais, que se sustentam em aptidões extraordinárias de comunicação mental, e correlativamente por uma economia paradoxal dos instintos, que aí se mostram essencialmente susceptíveis de conversão e de inversão, não tendo efeito isolável senão de modo esporádico, sendo permitidos com isto, comportamentos adaptativos diversos (LACAN, 1977). A sua permanência e o seu desenvolvimento, por estarem sujeitos à sua comunicação, são antes de tudo produto coletivo e constituem a cultura – que adentra uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica. Essa dimensão é o que Lacan define por família humana.

Se, com efeito, a família humana permite observar, nas primeiras fases das funções maternas, por exemplo, alguns traços de comportamento instintivo, identificáveis aos da família biológica, basta refletir no que o sentimento da paternidade deve aos postulados espirituais que marcaram o seu desenvolvimento, para compreender que neste domínio as instâncias culturais dominam as naturais, ao ponto de não se poder ter como paradoxais os casos em que, como na adoção, elas as substituem. Será esta estrutura cultural da família humana inteiramente acessível aos métodos da psicologia concreta: observação e análise? Sem dúvida estes métodos bastam para pôr em evidência alguns traços essenciais, tal como a estrutura hierárquica da família, e bastam para reconhecer nela o órgão privilegiado desta coacção do adulto sobre a criança, coacção à qual o homem deve uma etapa original e as bases arcaicas da sua formação moral. Mas outros traços objectivos: os modos de organização desta autoridade familiar, as leis da sua transmissão, os conceitos da descendência e do parentesco que lhe são ajuntados, as leis da herança e da sucessão, que aí se combinam, enfim as suas relações íntimas com as

leis do casamento — obscurecem as relações psicológicas, emaranhando-as. A sua interpretação deve então esclarecer-se a partir dos dados comparados da etnografia, da história, do direito e da estatística social. Coordenados pelo método sociológico, estes dados estabelecem que a família humana é uma instituição. A análise psicológica deve adaptar-se a esta estrutura complexa e não lhe resta senão fazer tentativas filosóficas que têm por objectivo reduzir a família humana seja a um facto biológico, seja a um elemento teórico da sociedade. (Lacan, 1977, p. 16).

Observou-se que, em se tratando da instituição família – que possui uma função fundamental na sociedade, a de controle, há uma nítida predominância do cultural sobre as questões atreladas ao biológico, principalmente no que refere-se a autoridade familiar, relações de casamento, de heranças, transmissões de valores e especialmente sobre o prisma da reprodução do poder. Na reconstrução da realidade social e nas tomadas de posição fundamentais para a estruturação dos campos, a genealogia ocupa papel de grande importância. No caso do Brasil, a instituição “família” tem uma função ainda mais importante no que se refere à “reprodução”, em especial no campo político, fator que também tem espaço preponderante na obra de Bourdieu (1994):

A família é um princípio de construção da realidade social, também é preciso lembrar, contra a etnometodologia, que esse princípio de construção é ele próprio socialmente construído e que é comum a todos os agentes socializados de uma certa maneira. É um princípio comum de visão e de divisão, um *nomos*, que todos temos no espírito, porque ele nos foi inculcado por meio de um trabalho de socialização concretizado em um universo que era ele próprio realmente organizado de acordo com a divisão em famílias. Esse princípio de construção é um dos elementos constitutivos de nosso *habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva; uma lei tácita (*nomos*) da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social (e da palavra família em particular), fundamenta o senso comum (...) a família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e de ações que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Esse é o círculo de reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 1994, p. 127-128).

Na linha de pesquisa “Instituições e Poder”, a instituição norteia as questões teóricas iniciais de todo o trabalho que envolve genealogia e poder na esfera paranaense. Segundo Oliveira (2001), para um melhor entendimento da classe dominante é necessário seguir alguns critérios: o primeiro seria a questão da materialidade, composta pela inserção econômica ocupada pelos sujeitos, fazendo com que estes assumam uma posição de comando da sociedade local; o outro diz

respeito a indivíduos e a grupos familiares que podem acumular capitais e entrar na classe dominante, mas que também podem ser afastados por um processo de decadência econômica e, conseqüentemente, social. Na esfera das continuidades, as relações sociais e políticas mais gerais desempenham um papel preponderante, ou seja, a gênese local e regional forma o lócus privilegiado da estruturação dessa classe dominante. De acordo com as concepções de Oliveira, a classe dominante, no Paraná, tem uma característica que merece ser enaltecida e estudada, ou seja, é diferenciada por possuir padrões de continuidade na esfera do poder paranaense. Portanto, estudar as questões genealógicas é fundamental para “desvendar” um pouco dos mistérios locais.

E o que se pode dissertar sobre o político Roberto Requião de Mello e Silva? Pode-se afirmar que ele é um dos políticos mais atuantes de nosso Estado, uma *persona* idealista, assertiva, ou seja, “uma força da natureza”, odiado por uns, amado por outros – um político que nunca cai no ostracismo e que marca uma “era” na política local – a “Era Requianista”. Politicamente, ele pode ser considerado um fenômeno nas urnas: entrou efetivamente na política em 1982 e nunca mais saiu, ocupando os principais cargos frente ao legislativo (deputado estadual e senador) e ao executivo (prefeito, governador do Paraná por três mandatos), e ainda, Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná.

Roberto Requião saiu derrotado em duas eleições para o Governo do Estado do Paraná: em 1990 perdeu para Jaime Lerner, e em 2014 para Carlos Alberto Richa, sendo nesta ainda no primeiro turno. Foi uma candidatura muito controversa, na qual o seu partido, o PMDB, ficou rachado, uma ala apoiando Richa, candidato à reeleição e a outra defendendo a candidatura própria, com Roberto Requião na disputa. Esta última saiu vencedora na convenção, mas não nas urnas.

Em minha dissertação de mestrado, intitulada *Elementos decisivos da ação e prática política de Roberto Requião de Mello e Silva*, realizei um mapeamento, de forma genérica, sobre os principais capitais acumulados por Roberto Requião e, de forma pormenorizada, a sua trajetória social e política, enfatizando especialmente os capitais herdados de seus antepassados, os quais foram convertidos a toda a estruturação do seu apreço pela política, em especial, a do Paraná. Outra faceta destacada na dissertação foi a “identidade partidária” que o político em questão mantém com o PMDB local desde tempos remotos – parafraseando o objeto de estudo – do “velho MDB de guerra”. No aspecto inerente aos constructos da imagem

e discursos requianistas, foi feita apenas uma breve discussão, não um aprofundamento teórico, pois não era o objetivo da dissertação.

Algumas lacunas foram deixadas propositalmente na dissertação, para serem trabalhadas a *posteriori*, ou seja, nesta tese de doutorado, com o aprofundamento teórico devido e apresentando algumas questões novas a respeito do objeto de estudo. Cabe salientar a dificuldade em pesquisar um objeto que está em plena atividade, pois a dinamicidade do seu cotidiano sempre requer mudanças na estratégia da pesquisa e tem-se a impressão de uma pesquisa sem fim, sendo ajustada a todo o momento, tentando acompanhar a ação do objeto de estudo.

A questão norteadora desta tese é tentar descobrir se a retórica de Requião corresponde à sua ação política. Para isso, é elaborada a seguinte questão: O discurso de Roberto Requião de Mello e Silva, elemento que singulariza o político e que é tido por muitos como conservador, vai ao encontro dos programas sociais implementados em seu governo?

Outra questão a ser trabalhada diz respeito à força dos discursos requianistas, que se perpetuam ao longo da trajetória de Roberto Requião, transformando o político em questão em uma espécie de ser “mitológico” do campo da política paranaense. Isso porque “o mito, no discurso político, não segue uma regra teórica, mas é também fabulação ou interpretação de aspectos do real. Uma ligação interessante ocorre entre o discurso mítico, aqueles que o assimilam e seu tempo”, como descreve Raoul Girardet (GIRARDET, 1987, p. 11-12). Também será utilizada nas análises de discursos de autores com Foucault, Pêcheux, Barthes e outros.

Em relação aos objetivos específicos, serão analisados os discursos proferidos por Roberto Requião na mídia impressa e televisiva, com os seguintes intuítos:

- a) Analisar se alguns discursos de Roberto Requião sobre questões atreladas à economia vão ao encontro do contexto atual nacional;
- b) Identificar possíveis correntes ideológicas defendidas por Roberto Requião, herdadas de seus antepassados.
- c) Demonstrar uma possível postura política “conservadora” em relação ao mundo globalizado.
- d) Mapear a construção da imagem do político feita pela mídia a partir dos discursos proferidos por ele.

A hipótese a ser testada no decorrer deste trabalho é a seguinte: A retórica de Roberto Requião no limiar de sua trajetória no campo político condiz com suas ações políticas. Isto pode ser observado através da análise de seus discursos no limiar de sua trajetória política até a atual conjuntura, em contraste com o estudo dos principais programas sociais.

## METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

O estudo empreendido neste trabalho possui diversas motivações: algumas de cunho cientificista, do próprio *habitus* da pesquisa, e outras de cunho subjetivista. A tendência natural do *metiér* do pesquisador é ir se interessando cada vez mais por seu objeto de estudo. As teorias e as técnicas utilizadas na pesquisa vão se aperfeiçoando a cada nova leitura e, de repente, acontece uma “desconstrução” daquilo que você já sabia. Há um período de luto e depois há motivação em prol da “construção” de um novo saber. Esta é a parte mágica da pesquisa científica: a disposição e a humildade para sempre estar aprendendo.

Uma questão epistemológica de fundamental importância perfaz-se acerca da questão da neutralidade científica: será que é possível? Em meu caso, foi difícil ser fiel à questão da neutralidade; acredito ser o que acontece com a maioria dos pesquisadores, em especial com os que trabalham com trajetórias. O máximo a que cheguei foi tentar fazer a construção da *persona*<sup>6</sup> do meu objeto de estudo, mantendo o máximo de distanciamento possível, sabendo que é uma missão quase impossível, ainda mais optando pelo viés metodológico de inspirações bourdieusianas, no qual “todas as formas de investimentos específicos, inseparavelmente intelectuais e ‘temporais’, só se pode sonhar primeiramente com a fuga: a preocupação em escapar da suspeita de tomar partido leva um esforço para desaparecer com o sujeito ‘interessado’, ‘prevenido’.” (BOURDIEU, 2013, p. 26).

---

<sup>6</sup> Na teoria de Jung, significa a personalidade que o indivíduo apresenta aos outros como real, mas que, na verdade, é uma variante, às vezes muito distinta da verdadeira. Este termo é originário da palavra latina “máscara” usada por atores na época clássica. A palavra *persona* refere-se à máscara ou face que uma pessoa coloca para confrontar o mundo; também pode se referir à identidade sexual, um estágio de desenvolvimento (tal como a adolescência), um status social, um trabalho ou profissão. Durante toda uma vida, muitas *personas* serão usadas e diversas podem ser combinadas em qualquer momento específico. Essa concepção de Jung a respeito da *persona* é a de um arquétipo, significando, assim, que existe uma inevitabilidade e ubiquidade para a *persona*. Em qualquer sociedade, esse seria um meio facilitador das interações sociais; essa função é parcialmente efetuada pelas *personas* dos indivíduos em questão.

Acredito não haver algum objeto de estudo isento de um valor ou um olhar subjetivo. Mesmo com a intencionalidade de manter a neutralidade científica<sup>7</sup>, o pesquisador dificilmente consegue controlar todas as operações metodológicas implícitas na pesquisa, optando, na maioria das vezes, por teorias que o mesmo já domina, conforme a elucidação de Pierre Bourdieu:

Não há objeto que não envolva um ponto de vista, mesmo em se tratando do objeto produzido com a intenção de abolir o ponto de vista, isto é, a parcialidade, de ultrapassar a perspectiva parcial que está associada a uma posição do espaço estudado. Mas as próprias operações da pesquisa, que forçam a explicitar e a formalizar os critérios implícitos da experiência ordinária, têm por consequência tornar possível o controle lógico de seus próprios pressupostos. (BOURDIEU, 2013, p. 27).

Quando o objeto de estudo é uma personalidade política, torna-se muito complicado manter a postura da “neutralidade científica”. Na própria escolha do objeto de estudo, já se leva em conta algumas inclinações ideológicas e afinidades, em especial pelos discursos proferidos pelo agente político estudado em questão, ou seja, um discurso heterodoxo, que se destaca por questões sociais, as quais podem combinar com anseios do próprio pesquisador. Para tanto, foi optado por manter um distanciamento do objeto de estudo, para que isso não interferisse na construção deste trabalho. Assim, optou-se por não realizar a entrevista com o político Roberto Requião e, sim, tentar construir a sua trajetória de forma mais “isenta” possível.

Outra grande dificuldade encontrada na consecução desta tese foi o levantamento dos materiais de pesquisa. Por ser um trabalho pioneiro, todas as informações foram levantadas em arquivos públicos, recortes de jornais, sites, hemeroteca digital, ou seja, consistiu-se em devir minucioso que o pesquisador vai tentando construir e “costurar” os capítulos como se fosse “uma colcha de retalhos”, já que se optou por não realizar as entrevistas, para preservar a isenção da pesquisadora neste trabalho.

---

<sup>7</sup> A questão da neutralidade científico-axiológica ou, em uma acepção mais comum, a imparcialidade é uma temática muito debatida entre os cientistas. É essencial fazer uma alusão a Max Weber, que buscou valorizar um conhecimento objetivo, isento de juízos e valores, e o comprometimento com a realidade concreta, ou seja, a busca pela neutralidade científica. Em seu trabalho intitulado *A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais* (WEBER, 2006), Weber afirma que o procedimento científico deve ser realizado com objetivo de apreender a realidade concreta e, para que isso aconteça, faz-se necessário que o cientista da cultura mantenha uma neutralidade científica a fim de se isentar das ideias e dos valores humanos que surgem no processo investigativo. Com o objetivo de explicar suas ideias a respeito da neutralidade axiológica, em termos objetivos, este autor propõe a cisão rigorosa entre juízo de fato (o que é) e juízo de valor (o que deve ser).

## QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS APLICADAS AO TRABALHO

Na construção do objeto de estudo, conforme a concepção de Bourdieu,

[...] é necessário que o pesquisador saiba converter problemas muito abstratos em operações científicas totalmente práticas – visível na relação entre teoria e prática: Neste processo, os preceitos abstractos, tais como aqueles que se encontram, por exemplo, em *Le Métier de sociologue* – é preciso construir o objeto; é preciso pôr em causa os objetos pré-construídos – ainda que tenham a faculdade de despertar a atenção e de pôr de sobreaviso, não prestam grande ajuda. É assim, sem dúvida, porque não há outra maneira de adquirir os princípios fundamentais de uma prática – e a prática científica não é exceção – que não seja a de praticar ao lado de uma espécie de guia ou de trinador, que protege e incute confiança, que dá o exemplo e que corrige ao enunciar, em situação, os preceitos diretamente aplicados ao caso particular. (BOURDIEU, 2011, p. 20-21).

De acordo com o autor, a sociologia é uma ciência relativamente avançada, muito mais do que comumente se julga, mesmo entre os sociólogos:

Para o sociólogo se sintonizar sobre o espaço que ele ocupa, sua disciplina seria sem dúvida o da ideia, maior ou menor, que ele tem aquilo que necessitaria dominar para estar, verdadeiramente, à altura do saber alcançado da sua disciplina, já que a aptidão, para uma apreensão modesta das suas disposições científicas, só pode crescer à medida que cresce o conhecimento do que mais recentemente foi adquirido em matéria de métodos, de técnicas, de conceitos ou de teorias. Mas ela está ainda pouco codificada e pouco formalizada. Não se pode, pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento (na *evidentia ex terminis*, a “evidência cega” dos símbolos, que Leibniz opunha à evidência cartesiana) ou ainda nos códigos de boa conduta científica – métodos, protocolos de observação, etc. – que constituem o direito dos campos científicos mais codificados. Deve-se, pois contar, sobretudo, para se obterem práticas adequadas, com os esquemas incorporados do *habitus*. (BOURDIEU, 2011, p. 23).

Ao se elaborar uma tese, uma das questões fundamentais é inerente à metodologia que será utilizada na consecução da mesma. O conceito de Metodologia, na afirmação de DEMO (1989), é o conhecimento aplicado de forma crítica dos caminhos praticados no processo científico, mapeando as probabilidades e seus limites. Não se trata de fazer a mera descrição das técnicas qualitativas de pesquisa, mas provocar uma discussão teórica sobre todas as técnicas a serem aplicadas no trabalho científico. Do ponto de vista de seus objetivos (GIL, 1991), a Pesquisa Exploratória torna-se fundamental, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Tal pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que

estimulem a compreensão; assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Nesta investigação, também será utilizado o aparato metodológico da pesquisa teórico-bibliográfica, com referencial teórico produzido por autores que abordam a temática em questão. De acordo com Almeida Jr. (1988, p. 110), esta pesquisa é a atividade que auxilia o pesquisador na localização de fontes distintas de informação escrita e norteada pelo intento explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um objeto de estudo. Para desenvolver a investigação proposta, esta tese utilizará as pesquisas qualitativa e quantitativa, primando mais pela primeira. A pesquisa empírica se concentrará em duas frentes principais: primeiramente, serão coletados os dados disponibilizados pelos arquivos públicos e hemeroteca digital quanto às características gerais dos aspectos genealógicos das famílias Mello e Silva e Requião. Na esfera de análise de discursos, serão escolhidos alguns discursos proferidos por Roberto Requião nas diversas fases de sua trajetória política.

Dado que se trata de um trabalho essencialmente teórico-empírico, para chegar a certos questionamentos, inerentes ao devir sociológico, ou seja, demonstrando os delineamentos de um campo híbrido fundindo sociologia, ciência política e alguns *insights* filosóficos, optou-se pelo método qualitativo que, de acordo com as observações de Schwandt (2006), busca preservar os detalhes e os fenômenos das relações sociais, além de ser uma metodologia que compreende a busca do conhecimento do próprio campo social. Dessa perspectiva, a abordagem da identificação empática, que busca a compreensão da ação, ou ainda, “a consciência ou intenção subjetiva do ator”, para entender seu significado de forma racional, será importante para a realização desta pesquisa, pois, dessa forma, será possível verificar, através das ações do político estudado – Roberto Requião de Mello e Silva – sua posição no campo, e analisar como se dão as relações de poder a partir de seus discursos proferidos, dos capitais herdados de seus antepassados e convertidos na sua prática política.

Seguindo o aparato metodológico apontado por Weber, que enaltece a ação compreensiva, Minayo (2002) ressalta que a sociologia compreensiva privilegia a compreensão e a inteligibilidade como propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que o significado e a intencionalidade separam-lhes dos fenômenos naturais. Na concepção weberiana, a sociologia promove uma



abordagem distinta das ciências naturais, mediante os dados fornecidos pelas pesquisas empíricas que satisfaçam as formulações teóricas. Esses dados são originados de alguma maneira da vida dos atores sociais, os quais, por sua vez, dão significados a seus ambientes sociais de maneiras diversas. Esses indivíduos podem descrever, explicar e justificar suas ações que estão sempre estruturadas por causas advindas da tradição, da afetividade ou da racionalidade.

O método prosopográfico também será utilizado, objetivando fazer a correlação da carreira política de Roberto Requião de Mello e Silva com a herança deixada por seus antepassados, no sentido de capital econômico, capital cultural, capital social e enorme apreço pelo campo político. Nos aspectos genealógicos, não tem como separar Requião de sua família. As biografias misturam-se e parece que cada ator, em determinado período histórico, vai aproveitando suas chances dentro do contexto político, mantendo algumas características singulares, que se fundem na construção da biografia de Roberto Requião. A prosopografia tem suas origens mais remotas em Políbio, mas aprofundou-se de maneira mais sistemática no século XIX e conheceu um período de grande dinamismo nos princípios do século XX. O aprofundamento de teorias políticas foi de grande importância para as abordagens possíveis, bem como seus métodos e técnicas. (FERREIRA, 2002).

## TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Além das questões genealógicas que norteiam parte deste trabalho, o estudo de trajetória também adquire papel central para melhor entendimento sobre uma personalidade política paranaense. Para estudar e construir uma trajetória, é preciso fazer o mapeamento dos personagens centrais e o acúmulo de capitais herdados. Para tanto, serão enaltecidos os conceitos bourdieusianos de *habitus*<sup>8</sup>,

---

<sup>8</sup> Consiste em sistemas e esquemas de percepção, apreciação e ação, recurso operatório que foi estabelecido por Bourdieu para mostrar como há certa conformidade da ação individual, mesmo ela sendo produto das relações sociais, permitindo muitas vezes a reprodução das relações objetivas. “Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma ‘intenção objetiva’, como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes”. (BOURDIEU, 1983, p. 72).

campo<sup>9</sup> e capitais<sup>10</sup> para o difícil devir da construção de uma trajetória, no campo político. Na investigação de trajetórias, deve-se levar em conta o conjunto das relações objetivas traçadas por agentes distintos, envolvidos em um determinado contexto, pois “quem pensaria em evocar uma viagem sem ter uma ideia da paisagem na qual ela se realiza?” (BOURDIEU, 1996a, p. 190).

Um dos capitais mais importantes para o estudo de trajetórias, na acepção de Bourdieu, é o capital cultural<sup>11</sup>. Na presente tese, serão analisados alguns excertos discursivos de Roberto Requião de Mello e Silva, pois a construção da maioria destes discursos é inerente à trajetória do mesmo, e à interação do político em questão com seus antepassados.

Quanto à perspectiva teórica de análise, os conceitos que irão interagir com as hipóteses propostas serão basicamente retirados das obras de Bourdieu. Segundo Bourdieu e Wacqüant (2008), para realizar uma análise de um representante do campo político, é necessário verificar a posição que tal campo ocupa frente ao campo do poder, mapear a estrutura objetiva das relações das instituições e dos agentes com relação à disputa pela autoridade legítima no campo, e, por último, analisar o *habitus* do agente do referido campo. Todas as relações sociais, os capitais acumulados e “herdados” e, principalmente, os discursos proferidos pelo político em questão, consistem em uma espécie de conversão de capitais dentro do campo político, ou seja, uma troca por influências e votos que podem acarretar no êxito do agente do campo supracitado.

---

<sup>9</sup> Na concepção de Bourdieu, “campo é o espaço onde se manifestam as relações de poder, estruturado a partir de uma distribuição desigual de capitais. A estrutura do campo é delineada por dois polos: dominantes e dominados. Esta distinção é estabelecida pela posse de capitais, os que detêm e os que não o possuem é o que perfaz a lógica do jogo. A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, *substancialista*: é preciso pensar *relacionalmente*.” (BOURDIEU, 2011, p. 28).

<sup>10</sup> São os recursos específicos pertencentes a um agente, que estruturam as relações de poder dentro de um campo, os capitais podem ser: social, político, simbólico, cultural, econômico, entre outros.

<sup>11</sup> Que constitui o elemento da herança familiar que teria o maior impacto na elucidação da orientação escolar. Consistiria em um de lucro pedagógico, na medida em que a posse do capital cultural favorece o desempenho escolar, uma vez que facilita a aprendizagem de conteúdos e códigos que a escola veicula e sanciona. Bourdieu argumenta que as instituições família e a escola; seriam as responsáveis pelas nossas competências culturais ou gostos culturais.

## ESTRUTURA DO TRABALHO E APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Para cumprir tais intentos, a presente tese será composta por cinco capítulos. No primeiro, será delineada a metodologia de pesquisa utilizada na confecção da tese, fazendo um detalhamento da pesquisa qualitativa e expondo todas as dificuldades de se trabalhar com uma personalidade política que está em plena atividade no campo político; também serão trabalhados os aportes teóricos para a construção de trajetórias e análise de discurso. Para tanto, será realizada uma discussão privilegiando os construtos teóricos da sociologia francesa, enfatizando a teoria de Pierre Bourdieu na construção de trajetórias e o aparato teórico sobre discursos, ancorados em especial nos teóricos da escola francesa que se dedicaram ao estudo de discursos. Seguindo a lógica bourdieusiana do acúmulo e conversão de capitais, no segundo capítulo, será feita uma discussão teórica com delineamentos empíricos sobre a importância dos aspectos genealógicos para a reprodução do poder no campo da política paranaense. Os aspectos inerentes à trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva serão tratados no terceiro capítulo, enfatizando a importância do partido político na construção do perfil político do biografado, que muitas vezes foi um transgressor da *doxa* do PMDB, seu único partido, caso atípico na questão de fidelidade partidária no Brasil. Em seguida, serão apresentados, de forma sucinta, os programas sociais requianistas, destacando os principais feitos frente aos cargos públicos exercidos por Roberto Requião até o presente momento. Na quarta sessão, será feita uma discussão sobre um “possível” perfil economicista, adotado por Requião na gestão de seus mandatos políticos, uma postura heterodoxa que vai, muitas vezes, ao encontro da *doxa* da globalização. Realizar uma discussão sobre alguns programas de cunho socioeconômico apresentados por Roberto Requião e uma correlação com o perfil keynesiano. Na última sessão, será realizada uma discussão teórica e empírica correlacionando alguns discursos requianistas, a fim de tentar “captar” a intencionalidade desses discursos na construção de sua imagem como um político condizente com o que profere, ou seja, atrelando seus discursos com a sua práxis política.

## 1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DE CONCEITOS PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

[...] Não seria possível dar toda a força à ação polêmica da razão científica sem prolongar a “psicanálise do espírito científico” por uma análise das condições sociais nas quais são produzidas as obras sociológicas: o sociólogo pode encontrar um instrumento privilegiado da vigilância epistemológica na sociologia do conhecimento, meio de aumentar e dar maior precisão ao conhecimento do erro e das condições que o tornam possível e, por vezes, inevitável [...].

(BOURDIEU, 2000, p. 12)

Neste capítulo serão apresentados alguns aportes metodológicos e teóricos que servirão de parâmetro para a construção do objeto de estudo em questão, evidenciando que outros constructos teóricos serão trabalhados separadamente em cada seção da presente tese, mediante a necessidade metodológica de cada assunto abordado. O objeto deste estudo trata de um político de grande proeminência na esfera paranaense e que está em plena atividade, portanto, há a necessidade de um recorte do objeto de estudo: as questões a serem estudadas inerentes ao político em questão serão a sua trajetória política e alguns de seus discursos, conectando o capital linguístico com a práxis do mesmo.

Para a concretização deste intento, parte da teoria de Pierre Bourdieu, especialmente no âmbito da construção da trajetória política e discursos, foram de grande valia na consecução desta tese. Outras teorias coadjuvantes também foram importantes, especialmente no estudo sobre os discursos, entre elas destacam-se Foucault e outros representantes da escola francesa, que dedicaram parte de suas obras para a concepção de teorias sobre a esfera discursiva.

Em se tratando do estudo de trajetórias, uma das teorias que se mostra mais abrangente é a teoria bourdieusiana. Assim, será construída uma discussão sobre os conceitos seminais de Pierre Bourdieu, como o de *habitus*, campo e capitais. Para o autor, uma trajetória pode ser compreendida como “a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos”. Nessa perspectiva, os fatos biográficos e seus referentes sentidos podem ser compreendidos dentro de um contexto no espaço social, ou seja, dentro de uma estrutura de distribuição dos diversos capitais

(econômico, político, cultural, entre outros) que legitimam uma ação em um campo<sup>12</sup> específico. Em se tratando de trajetórias políticas, faz-se necessário uma abordagem sobre os capitais herdados da família, o partido político em que o objeto está inserido e também alguns programas de governo, com a finalidade de aliar a prática ao discurso. Assim, nas palavras de Bourdieu, “o passado é refletido por meio de um inquérito, que pode ser considerado como metodologia dos trabalhos sobre trajetórias”.

Segundo as acepções bourdieusianas, para se construir um objeto de estudo é necessário que se tenha sobre os fatos uma postura ativa e sistemática, no intuito de apartar-se das pré-construções do senso comum. Para romper com a passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum<sup>13</sup>, que estão disseminadas em toda parte, pois tem como devir conhecer o mundo social, do qual ela própria faz parte. Mediante isso, há todas as possibilidades de os problemas que põem a si mesma acerca desse mundo, os conceitos, os elementos classificatórios que emprega para o conhecer, noções comuns como os nomes de profissões, noções eruditas, como as transmitidas pela tradição da disciplina que perfaz produto desse mesmo objeto.

## 1.1 A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE PIERRE BOURDIEU

O cenário sociológico que precedeu o período pós-guerra até meados da década de 1960 foi dominado principalmente pelo funcionalismo estrutural de Talcott

---

<sup>12</sup> Para Bourdieu, o efeito do campo exerce-se em parte por meio do confronto com as tomadas de posição de todos ou de parcela daqueles que também estão engajados no campo: o espaço dos possíveis realiza-se nos indivíduos que exercem uma “atração” ou uma “repulsão”, a qual depende do “peso” deles no campo, isto é, de sua visibilidade, e da maior ou menor afinidade dos *habitus* que leva a achar “simpáticos” ou “antipáticos” seu pensamento e sua ação. (BOURDIEU, 2005, p. 55).

<sup>13</sup> Não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo* – que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso – de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que propõe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas. Em resumo, trata-se de construir um sistema corrente de relações, que deve ser posto à prova *como tal*. Trata-se de interrogar *sistematicamente* o caso particular, constituído em “caso particular do possível”. Como diz Bachelard, “para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes, que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida (se esta intenção está ausente, frequentemente, dos trabalhos dos historiadores, é sem dúvida porque a definição social da sua tarefa, que está inscrita na definição social da sua disciplina, é tarefa que está inscrita na definição social da sua disciplina, é menos ambiciosa ou pretenciosa, mas também menos exigente, deste ponto de vista, do que se impõe ao sociólogo)”. (BACHELARD, 2011, p. 32).

Parsons e outras correntes estadunidenses, ou seja, por análises mais objetivistas. Os conflitos internacionais, com destaque para a Guerra do Vietnã, o surgimento de novos movimentos sociais, o maio de 1968 na França, o distanciamento crescente entre países ricos e pobres, o desmonte do Estado do Bem-Estar Social e a abertura para a intromissão ideológica do neoliberalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999), entre outros acontecimentos, influenciaram a reorientação do pensamento social, que passou a ter, no centro das análises, a mudança e o conflito social. Nesse sentido, as explicações funcionalistas já não eram mais suficientes.

Se considerarmos uma divisão teórica dual do pensamento clássico e contemporâneo, temos de um lado, os objetivistas, os holistas e as macrossociologias, e de outro, os subjetivistas, os individualistas e as microssociologias. Objetivismo e subjetivismo, sendo a posição epistemológica assumida pelo pesquisador quanto à questão da neutralidade axiológica. Bourdieu pode estar mais próximo do polo subjetivista, da microssociologia dramatúrgica de Goffman, do interacionismo simbólico de Mead, e da fenomenologia de Schütz (PETERS, 2006). Bourdieu combina o impulso da generalização teórica e seu compromisso etnográfico, trabalhando sobre o preceito epistemológico derivativo do racionalismo aplicado de Bachelard, da exigência metodológica recíproca entre a prática investigativa e a reflexão teórica, e o sentido de prática análogo ao de Marx em *Teses sobre Feuerbach*<sup>14</sup>, em que toda vida social é essencialmente prática.

Na França, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela intensidade da crítica social, e é nesse contexto que o pensamento de Pierre Bourdieu (1930-2002) se insere. Sua sociologia crítica é reconhecida, como salienta Domingues (2001, p. 59-60), “pelo inegável mérito de ter sintetizado tantas correntes em sua teoria, e por ter também pretendido resolver o problema das análises objetivistas e subjetivistas”.

Em relação à corrente de pensamento na qual o autor se insere, inicialmente autodenominou sua teoria de construcionismo-estruturalista, mas posteriormente afirmou ser mais coerente a denominação inversa, estruturalista-construcionista, para expressar a articulação dialética entre as estruturas mentais e as estruturas sociais, ou ainda, a dialética entre o objetivismo e o subjetivismo em sua teoria. Estruturalismo, no sentido de que existe no mundo social e não somente no simbólico, estruturas objetivas capazes de coagir as práticas e representações dos

---

<sup>14</sup> Ver as teses na íntegra no livro: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2006.

indivíduos, e construcionismo, no sentido de haver uma gênese social do *habitus* de um lado, e de outro as estruturas sociais e os campos (BOURDIEU, 1990, p. 149).

Desse modo, a ideia de campo constitui-se no momento determinista e objetivista de sua análise, enquanto que o *habitus* constitui-se no momento subjetivista e genético. Há uma relação ontológica entre *habitus* e campo, sendo o primeiro uma interiorização das estruturas sociais, e o segundo a exteriorização do primeiro (CHAMPAGNE; CHRISTIN, 2004; VANDENBERGHE, 1999).

Entre os anos de 1966 e 1972, Bourdieu construiu o que viria a ser o núcleo duro de sua teoria, o desenvolvimento de uma “grande teoria” total e supersofisticada do mundo social, religando as noções de campo, *habitus* e violência simbólica, capaz de eliminar a antinomia da ação e estrutura, em uma teoria construtivista neo-objetivista das práticas de reproduções sociais. Tal antinomia foi resolvida com o conceito de *habitus*, que atua como “operador teórico”, fazendo a ligação entre o sistema invisível das relações estruturadas formadoras do campo e as ações e interações visíveis dos atores (VANDENBERGHE, 2006).

Na próxima seção serão apresentados, de maneira sucinta, os principais conceitos de Bourdieu, que são comumente utilizados no fazer sociológico contemporâneo, e, para o caso da presente proposta, nas análises de trajetórias.

## 1.2 A APROPRIAÇÃO DOS CONCEITOS BOURDIEUSIANOS PARA A COMPREENSÃO DE TRAJETÓRIAS

É notória a importância da herança bourdieusiana na esfera sociológica e epistemológica, na sintetização de várias correntes teóricas e na resolução de problemas de análises subjetivas e objetivas. Uma das principais questões que permeia a Sociologia, desde os primórdios, é a dualidade entre indivíduo e sociedade. É neste ínterim que se dá um dos grandes avanços da sociologia contemporânea, mediante a utilização do arcabouço teórico elaborado por Pierre Bourdieu.

Para Bourdieu (2000), o ofício do sociólogo deveria versar sobre os descobrimentos das estruturas enterradas nos diversos mundos sociais compositores do universo societário, e dos mecanismos que tendem a assegurar sua reprodução ou, ainda, objetivamente como campo e subjetivamente como

*habitus*. O autor tenta superar a física social e a fenomenologia social, tendo como referência primeira, no pós-Segunda Guerra, o embate entre o existencialismo sartreano e o estruturalismo, centrado nas representações individuais (PETERS, 2006).

Em se tratando de representações individuais, deve-se citar a importância dos estudos que versam sobre trajetória social, a qual deve ser percebida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, no qual se exprimem as disposições do *habitus*: cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque das possibilidades inicialmente compatíveis, marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos, que representam a história de uma vida. (BOURDIEU, 1996).

Um dos grandes nomes que também realiza um estudo sobre biografias é o sociólogo francês Daniel Bertaux, que escreve sobre a importância dos estudos biográficos para a estruturação da pesquisa:

*Pero, ¿por qué hablar de enfoque biográfico y no de “método de relatos de vida”? La expresión enfoque biográfico constituye una apuesta sobre el futuro. Expresa una hipótesis, a saber, que el investigador que empieza a recolectar relatos de vida creyendo quizás utilizar una nueva técnica de observación en el seno de marcos conceptuales y epistemológicas invariables, se verá poco a poco obligado a cuestionarse estos marcos uno tras otro. Lo que estaría en juego no sería sólo la adopción de una nueva técnica, sino también la construcción paulatina de un nuevo proceso sociológico, un nuevo enfoque que, entre otras características, permitiría conciliar la observación y la reflexión (BERTAUX, 1999 p. 3)*

As obras de Bourdieu tiveram um grande impacto nas ciências humanas, porém esses não foram inteiramente incorporados como procedimentos metodológicos para analisar as diversas realidades sociais. No campo da Sociologia Política há diversos estudos versando sobre trajetórias e questões genealógicas de famílias tradicionais. Em alguns desses trabalhos são utilizados os conceitos bourdieusianos de *habitus* (sistemas e esquemas de percepção, apreciação e ação, como uma espécie de “herança genética”) e como o agente político se comportará em determinado campo, de acordo com o acúmulo de certos capitais (no caso específico da política: capital social, capital econômico, capital político, capital simbólico). Aludindo especificamente ao campo político, que perfaz o objeto de



análise em questão, o entendimento das representações individuais de um agente político quanto à sua práxis política e sua inserção na esfera política, perpassa pelo entendimento de sua trajetória e a conversão de capitais dentro do campo supracitado.

Segundo Bourdieu, a política<sup>15</sup> é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos que vão se reproduzindo no campo político mediante a posse de determinados capitais, inerente à manutenção dóxica deste espaço. Para ele, o sucesso dentro do campo político vai depender de como o agente vai fazer a conversão dos capitais que o mesmo possui, entrando em questão, a esfera econômica, a rede de relações e em especial a herança política herdada de seus antepassados, assim:

Em matéria de política como em matéria de arte, o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político. Com efeito, nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais, tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais. Mas também e sobretudo, esta espécie de iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido. Isso significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são

---

<sup>15</sup> Assim pelo poder do mais antigo dos efeitos metafísicos ligados à existência de um simbolismo, a saber, aquele que permite que se tenha por existente tudo o que pode ser *significado* (Deus ou não-ser), a representação política produz e reproduz a cada instante uma forma derivada do argumento do rei calvo de França, que é caro aos lógicos: todo o enunciado predicativo que tenha como sujeito a “classe operária”, qualquer que ele seja, dissimula um enunciado existencial (há uma classe operária). De modo mais geral, todos os enunciados que têm como sujeito um colectivo, Povo, Classe, Universidade, Escola, Estado, supõem resolvido o problema da existência do grupo em questão e encobrem esta espécie de “falsificação de escrita metafísica” que foi possível denunciar o argumento ontológico. O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o acto de nomeação. É por isso que é preciso proceder a uma crítica da razão política, intrinsecamente dada a abusos de linguagem que são abusos de poder, se se quer pôr a questão pela qual toda a sociologia deveria começar, a saber, a da existência e do modo de existência dos colectivos. (BOURDIEU, 2011, p. 159).

oferecidos no mercado em dado momento, cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a marcação, operada em função de uma definição frequentemente implícita da competência desejada, que os designa para estas funções e a formação geral ou específica que os prepara para assumi-las, até à ação de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem com a sua própria cumplicidade, em particular quando, recém-eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo. (BOURDIEU, 2011, p. 170).

Para Bourdieu o Estado é resultado de um processo de concentração do capital de força física ou coerção, capital econômico e capital simbólico ou cultural, portanto, detentor de um “metacapital” com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. A concentração de diferentes tipos de capital leva a emergência de um capital específico (propriamente estatal) que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital. Assim, a construção do Estado está em sintonia com a construção do campo do poder, entendido este como o espaço no interior do qual os detentores dos diferentes tipos de capital lutam individualmente pelo poder maior, o poder do Estado, de forma a ter a hegemonia do capital estatal. O Estado impõe uma lógica de pensamento que define uma espécie de razão definitiva apresentando-se com uma razão universal, única e certa, impondo estruturas de percepção do mundo através de categorias ou classificações sociais.

A maioria dos estudos sociológicos que versam sobre trajetórias sociais são entendidos através dos espaços sociais, campos sociais e da posse de grandezas de determinados capitais simbólicos, condicionando o *habitus* e o posicionamento de cada ator social.

### 1.3 CONCEITOS BOURDIEUSIANOS PARA A COMPREENSÃO DE TRAJETÓRIAS

A filosofia da ação de Bourdieu sugere uma teoria da prática ou do modo de engendramento das práticas, que é definida pelo autor como uma ciência da dialética da interioridade e da exterioridade, ou seja, da interiorização da

exterioridade e da exteriorização da interioridade. Essa concepção se encontra na origem do conceito de *habitus*. Sendo assim,

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (...) produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 2003, p. 53)

O *habitus* é um sistema de disposições duráveis e transferíveis que constituem a estrutura da vida social. Ao integrar todas as experiências passadas, ele pode ser entendido como um sistema de esquemas de produção de práticas que funciona também como uma matriz de percepções, apreciações e ações, tornando possível a realização de tarefas diferenciadas. Entretanto, segundo Bourdieu, (2005, p. 21-22), o *habitus* é o “(...) princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, [e] de práticas”.

Ao tentar compreender as implicações da noção de *habitus*, Pierre Bourdieu buscou analisar as relações entre estes e os campos sociais. O campo é uma rede de relações objetivas entre posições sociais definidas objetivamente em sua existência e que fornecem determinações que elas repõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação social atual e potencial e por sua posição relativa em relação a outras posições. Visto assim, o campo é um espaço estruturado a partir de posições de poder e disputas simbólicas, no qual pode ser constatada a existência de leis genéricas. Pode ser entendido como um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira “natural”, em suas práticas. (BOURDIEU, 2003).

Segundo Bourdieu (2003) o campo político pode ser compreendido simultaneamente como campo de forças e como campo de lutas, que objetiva a transformação das relações de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. Não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se

sentir nele por intermédio, sobretudo, da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em analogia aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações:

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 2003, p. 164).

Tendo em vista que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de divisão), de acordo com Bourdieu, a classificação das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Assim, o campo político exerce de fato um efeito de censura ao ater o universo do discurso político e, desse modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos, nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efetivamente concretizadas no campo, quer dizer, sociologicamente admissíveis dadas as leis que conduzem a entrada no campo:

A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura. “Uma intenção, nota Wittgenstein, encarna-se numa situação, em costumes e em instituições humanas. Se a técnica do jogo de xadrez não existisse, eu não poderia ter a *intenção* de jogar o xadrez. Se posso ter em vista a construção de uma frase, é porque sei falar a língua em questão”<sup>16</sup>. A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de acção e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjectiva à expressão objectiva, à manifestação pública num discurso ou num acto público que constitui por si um acto de *instituição* e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação: não é por acaso que, como nota Benveniste, todas as palavras que têm uma relação com o direito têm uma raiz que

<sup>16</sup> Wittgenstein, L. *Philosophical Investigations*, New York: Macmillan, 1953, p. 108.

significa *dizer*. E a instituição entendida como o que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo um efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse. Dado que, pelo menos fora dos períodos de crise, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente actantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político, vê-se que os efeitos da lógica censitária, que rege de facto o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta dos produtos. Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos : o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem. (BOURDIEU, 2003, p. 166).

Compreender a gênese social de um campo – e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram – é explicar ou tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julgam reduzir ou destruir. Tendo cada campo sua própria estrutura, ou seja, seus próprios critérios de avaliação da realidade, o campo político pode ser tido como o lugar onde se geram as disputas simbólicas entre os agentes nele envolvidos, produtos políticos, ou programas, nos quais os “consumidores”, ou cidadãos comuns, exteriorizam suas escolhas (BOURDIEU, 2003).

Nessa mesma lógica, as práticas sociais são definidas pelo autor da seguinte maneira:

O resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social que funciona, nesse aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem (BOURDIEU, 2003, p. 38).

Por conseguinte, as práticas são resultantes, por intermédio do *habitus*, da relação dialética entre uma estrutura e uma conjuntura, entendidas como as condições de atualização do *habitus*, sendo este um estado particular da estrutura.

Bourdieu compreende que os atores sociais estão inseridos especialmente em determinados campos sociais. A posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico etc.) e o *habitus* de cada ator social condicionam

seu posicionamento espacial. Para ele, o que determina a posição espacial no campo social são as posses de capital econômico e de capital cultural. Os sujeitos ocuparão espaços mais próximos quanto mais similares forem a quantidade e a espécie de capitais que detiverem. Em contrapartida, os agentes estarão mais distantes no campo social quanto mais díspar for o volume e os tipos capitais. Assim, pode-se dizer que a riqueza econômica (capital econômico) e a cultura acumulada (capital cultural) geram internalizações de disposições (*habitus*) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos homens:

De maneira mais geral, o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*); ou, em outros termos, aos sistemas de separações diferenciais, que definem diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes, isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, 2005, p. 21).

Os conceitos de *habitus* e campo, elaborados por Bourdieu servem como categorias de análise fundamental para o estudo de trajetórias. O *habitus*, ao se apresentar ao mesmo tempo como individual e social, refere-se não só ao elemento individual, mas também a um grupo ou a uma classe social. Assim, a história da vida de um indivíduo pode ser vista como uma variante do *habitus* de seu grupo ou de sua classe, na medida em que seu estilo individual aparece como um desvio codificado em relação ao estilo de sua época e de sua classe ou grupo social. Do mesmo modo, ao servir como suporte da noção de *habitus*, o conceito de campo se constitui em outra ferramenta conceitual importante para os estudos sociológicos sobre trajetórias. Essa ferramenta bourdieusiana atrelada com as questões teóricas sobre discursos servirão como epicentro do trabalho empírico, presente nesta tese.

A noção de campo oferecida por Bourdieu é de inspiração weberiana, acerca da diferenciação das esferas sociais e à qual Parsons batizou de sistemas sociais, é constituída a partir de indivíduos importantes, com perspectivas heterodoxas, que estabelecem não apenas o conteúdo, mas as novas relações de poder entre os atores, e a posição que cada ator ocupa no campo são determinadas pelo grau relativo de poder detido por ele, o que acaba sendo análogo à teoria de Marx, no

sentido da diferenciação e acumulação do capital. (DOMINGUES, 2001). Segundo Vandenberghe (1999), a concepção relacional do campo de Bourdieu, desde o início esteve relacionada a uma visão conflitual do mundo, como uma arena de disputa por poder, prestígio e capital, e em se tratando do campo científico, tais relações podem ser vistas como uma espécie de tentativa de generalizar a teoria da determinação social sobre as ideias de Mannheim.

Embora Bourdieu defina sua sociologia como relacional, a relação não se dá entre os atores, mas sim entre as posições – de poder – no campo, conforme salienta Domingues (2001). Isto pode ser percebido também na afirmação de Champagne e Christin (2004), de que o conceito de *habitus*, em sua propriedade e efeito, induz às questões de ordem relacional através da homologia entre os diferentes campos, do gosto como reflexo da posição social à sua expressão simbólica, e das dimensões individual e coletiva.

O entendimento das representações individuais de um agente político, quanto à sua práxis política e sua inserção no campo político, perpassa pelo entendimento de sua trajetória e a conversão de capitais dentro do campo supracitado. A estrutura de qualquer campo, em especial a do político, é definida pelas relações de força entre os agentes ou instituições, ou ainda, pela estrutura de distribuição do capital específico oriundo de lutas anteriores e objetivado nas instituições e incorporado nas disposições que orientam as estratégias. Esta estrutura de distribuição está na base das transformações do campo político e se manifesta por meio de estratégias de conservação ou de subversão da estrutura produzida por ela mesma. O conjunto de estratégias anteriores de cada agente e de seus concorrentes determina a posição que os mesmos ocupam na estrutura do campo, e os investimentos dos agentes políticos dependem de sua posição atual e potencial no campo, bem como da importância de seu capital atual e potencial de reconhecimento.

A luta pela legitimidade no campo político depende da forma pela qual o capital específico se distribui, e nesse sentido, os dois limites teóricos, porém intangíveis, seriam o monopólio do capital de autoridade política e a concorrência perfeita - distribuição equitativa do capital entre os concorrentes. Como o capital se distribui desigualmente pelo campo, os dominantes recorrem às estratégias de conservação, desde o estabelecimento de uma política mais tradicional ou contemporânea, até o controle das instituições responsáveis pela produção e

distribuição de bens simbólicos, enquanto que os pretendentes ou novatos se utilizam de estratégias de subversão. A propensão às estratégias de conservação ou subversão é mais dependente das disposições em relação à ordem estabelecida quanto maior for à dependência da ordem política, à ordem social dentro da qual ela está inserida, ou seja, quanto menor for à autonomia do campo.

A maioria dos estudos sociológicos que versam sobre trajetórias sociais são entendidos através dos espaços sociais, campos sociais e da posse de grandezas de determinados capitais simbólicos, condicionando o *habitus* e o posicionamento de cada ator social:

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como 'escolhas' da 'vocação', e muitas vezes consideradas efeitos da 'tomada de consciência', não   outra coisa senão o *habitus*, sistemas de disposi es inconscientes, e constitui o produto de interioriza o das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determina o, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 2009, p. 201-202).

Ao tentar compreender as implica es da no o de *habitus*, Pierre Bourdieu tentou analisar as rela es entre estes e os campos sociais. O campo, como já foi dito, consiste em uma rede de rela es objetivas entre posi es sociais definidas objetivamente em sua existência, e que fornecem determina es que elas repõem aos seus ocupantes, agentes ou institui es por sua situa o social atual e potencial e por sua posi o relativa em rela o a outras posi es. Visto assim, o campo   um espaço estruturado a partir de posi es de poder e disputas simbólicas, no qual pode ser constatada a existência de leis genéricas. Dessa forma, o campo pode ser entendido como um sistema de rela es sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem "naturalmente" aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira "natural", em suas práticas.

De acordo com Bourdieu, cada campo possui sua própria estrutura, ou seja, seus próprios critérios de avalia o da realidade. O campo político pode ser tido como o lugar onde se geram as disputas simbólicas entre os agentes nele envolvidos, produtos políticos, ou programas, nos quais os "consumidores", ou cidadãos comuns, exteriorizam suas escolhas.

Nessa mesma lógica, as práticas sociais são definidas pelo autor como



(...) o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social que funciona, nesse aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem (BOURDIEU, 2003, p. 38).

Por conseguinte, as práticas são resultantes, por intermédio do *habitus*, da relação dialética entre uma estrutura e uma conjuntura, entendidas como as condições de atualização deste *habitus*, sendo este um estado particular da estrutura.

Quanto, especificamente, ao campo político, Bourdieu procura identificar os vários capitais necessários à produção de sentidos e valores:

O capital político, que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos (residências, veículos, hospitais, escolas etc.). Observa-se essa patrimonialização de recursos coletivos quando, como é o caso nos países escandinavos, uma “elite” social-democrata está no poder há várias gerações: vemos então que o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos dos sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas. (BOURDIEU, 1996, p. 31).

Segundo Bourdieu, a *doxa*<sup>17</sup> seria o que é tido como socialmente garantido ou “natural” no campo, ou seja, as representações dominantes dentro do campo. Há também a heterodoxia, isto é, do questionamento e da desnaturalização da *doxa* pelo surgimento de uma *doxa* alternativa, e investigando a existência de uma ortodoxia, uma reação à heterodoxia, uma estratégia acionada pelas forças dominantes em um campo no sentido de cristalizar uma *doxa*. (BOURDIEU; EAGLETON, 1996).

Para Bourdieu o Estado pode ser definido como um princípio de ortodoxia, ou seja, um princípio oculto que só pode ser captado nas manifestações da ordem pública, entendida ao mesmo tempo como uma ordem física e como o inverso da desordem, da anarquia, da guerra civil. Perfazendo um princípio oculto perceptível

---

<sup>17</sup> O conceito de *doxa* substitui, dando maior clareza e precisão, o que a teoria marxista, denomina de “ideologia” - como “falsa consciência” (BOURDIEU; EAGLETON, 1996, p. 267). A *doxa* é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, as representações dominantes dentro de um campo. Bourdieu adota o conceito tanto na forma platônica (o contrário ao cientificamente estabelecido), como na forma de Husserl (1950) de crença incluindo a suposição, a conjectura e a certeza. A *doxa* contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo”: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não (BOURDIEU, 1984, p. 82), consistem em linhas gerais nas regras do campo.

nas manifestações da ordem pública, entendida simultaneamente no sentido físico e no viés simbólico. Partindo da teoria durkheimiana, o Estado consiste no fundamento da integração lógica e da integração moral do mundo social. Nas palavras de Bourdieu:

Essa definição provisória consistiria em dizer que o Estado é o que fundamenta a integração lógica e a integração moral do mundo social, e, por conseguinte, o consenso fundamental sobre o sentido do mundo social que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social. Em outras palavras, para que o próprio conflito sobre o mundo social seja possível, é preciso haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordo e sobre os modos de expressão do desacordo. Por exemplo, no campo político a gênese desse subuniverso do mundo social, que é o campo da alta função pública, pode ser vista como o desenvolvimento progressivo de uma espécie de ortodoxia, de um conjunto de regras do jogo amplamente impostas, a partir das quais se estabelece, no interior do mundo social, uma comunicação que pode ser uma comunicação no e pelo conflito. (BOURDIEU, 2014, p. 41).

No caso biográfico de Roberto Requião, a herança, tanto cultural como material, já vinha de várias gerações de sua família, numa acumulação de capitais acelerada pela presença de vários bacharéis, que estavam entre os primeiros no Estado do Paraná, construindo uma coleção de bens simbólicos determinantes na história paranaense:

O essencial é perceber que os bens possuídos, as opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem. As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e, sobretudo, as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos. (BOURDIEU, 1994, p. 22).

O conceito de *habitus* foi fundamental na busca por uma sequência lógica da trajetória política de Requião, pela questão do seu estilo político e das suas escolhas posicionais relacionadas ao poder público e pela sua aparência aos olhos dos eleitores. Citando Bourdieu:

Uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (...) Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos,

distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns. (...) Os *habitus* são princípios gerados de práticas distintas e distintivas, o que os operários comem e, sobretudo, a sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las. (BOURDIEU, 1996, p. 22).

#### 1.4 CONSTRUCTOS TEÓRICOS SOBRE DISCURSOS<sup>18</sup>: FOUCAULT E BOURDIEU

Nesta seção serão trabalhadas algumas concepções teóricas sobre discursos e poder, para legitimar que o capital linguístico também faz parte da estratégia exitosa de um político.

Michel Foucault (1926-1984) apresenta seus estudos sobre a genealogia do poder. Suas investigações teóricas tinham como epicentro as relações entre saber e poder e todas as suas correlações, ou seja, um não exclui o outro e desmistifica a questão do saber neutro, estruturada pelos positivistas.

Em 1969, Foucault publica o livro *A arqueologia do saber*, obra na qual o autor sistematiza o método chamado arqueologia, que até o momento teria sido abordado transversalmente em seus estudos. O método da arqueologia consiste numa pesquisa histórica do pensamento e congêneres, que tem como intuito desvelar e descrever as estruturas de formação dos discursos, constitutivas de discursos e grupos articulados de enunciados com caráter atemporal.

Foucault trabalha com duas indagações heurísticas sobre o saber: a primeira, formulada por ele e legitimada nas conferências que compõem o texto *A verdade e as formas jurídicas*, saber e conhecimento são sinônimos de poder? O conhecimento consiste numa relação de poder? A segunda linha de raciocínio refere-se à afirmação proferida por Foucault na aula inaugural no *Collège de France*, na qual afirma que o discurso não é livre, pois há todo um processo de enquadramento deste, ou seja, uma série de mecanismos de produção e circulação que fazem tal controle.

Para Michel Foucault (2005) o campo também seria delimitado por dispositivos discursivos, dispositivos estes que seriam responsáveis pela

---

<sup>18</sup> Outras teorias também serão abordadas no *Capítulo 5*.

manutenção do campo, bem como pela legitimação das relações de poder. Segundo o autor, o conhecimento<sup>19</sup>, ou o campo epistêmico, é um invento, que possui um lugar e um tempo que lhe são próprios, sendo que todo o conhecimento emana de uma ruptura com o velho, instaurando o “novo”. O conhecimento, contra instintivo e contranatural, tem como objetivo dominar as coisas, que para Foucault “é contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem de lutar”. (FOUCAULT, 2005 p.39).

Para Foucault, o saber é poder – fruto de relações de luta, causador de relações de poder, utensílio de guerra, forma de dominação, modo de se alienar etc. O saber é uma iniquidade contra as coisas. O saber, o autor, em suma, “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2004, p. 28), ou seja, o saber é feito para exercer poder sobre o outro.

Já a análise do campo discursivo, segundo a teoria Foucaultiana, é orientada de forma completamente distinta, pois partindo da premissa saber/poder, trata-se de compreender o pronunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de originar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de constituir suas conexões com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluí. Com isso, não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi silenciosa de outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 2002, p. 31).

Para que exista um objeto de discursos, algumas condições são levadas em consideração, como as condições históricas, para que possa ser dito algo bem como se estabelece condições para que várias pessoas possam dizer coisas diferentes, é salutar referendar as condições que esse discurso se constrói para que surja um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se registre em um inscreva em uma autoridade de parentesco com outros objetos, bem como para que se estabelece entre eles as relações de

---

<sup>19</sup> Como o conhecimento não está ligado à natureza, entre o ele e as coisas não há continuidade, mas uma diferença: as coisas não existem para serem conhecidas. O conhecimento é um fragmento das coisas, que tem a intencionalidade de desconstruir e satirizar. Ele nasce do ódio, e tem uma nuance particular: uma batalha do homem com o objeto que ele quer dominar.

semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação. A respeito disso Foucault profere:

Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (FOUCAULT, 2002, p. 51).

As relações discursivas não se atêm apenas às questões internas dos discursos – ligando entre si conceitos ou palavras, mas consistem também em relações exteriores aos discursos, que têm a função de limitar e vigiar os discursos, impondo certas formas ou circunstâncias que terão que ser proferidas. Essas relações servem para limitar os discursos<sup>20</sup>.

Cada discurso disseminado é estruturado pelas relações históricas e por questões que estão em voga, no momento em que ele é preparado e a forma como este discurso é composto leva-se em consideração os conteúdos léxicos,<sup>21</sup> que tem a intencionalidade de desvendar os elementos de significação disponíveis aos sujeitos falando, num determinado período. Para Foucault:

Entretanto, elidir o momento das “próprias coisas” não é remeter necessariamente à análise linguística da significação. Quando se descreve a formação dos objetos de um discurso, tenta-se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico: não se questiona o sentido dado, em uma época, às palavras “melancolia” ou “loucura sem delírio”, nem a oposição de conteúdo entre

---

<sup>20</sup> Segundo Foucault elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois de um lado e o discurso do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classifica-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2002, p. 53).

<sup>21</sup> Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual q posição que pode ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (Foucault, 2002 p. 109).

“psicose” e “neurose”... A análise dos conteúdos léxicos define tanto os elementos de significação de que dispõem os sujeitos falantes, em uma dada época, como a estrutura semântica que aparece na superfície dos discursos já pronunciados; ela não se refere à prática discursiva como lugar onde se forma ou se deforma, onde aparece e se apaga uma pluralidade emaranhada – ao mesmo tempo superposta e lacunar – de objetos. (2002, p. 55).

O discurso é entendido como a prática social de elaboração de textos e retórica, assim, todo discurso pode ser considerado como uma construção social, ou seja, ele não é individualizante, só deve ser analisado levando-se em conta seu contexto histórico-social. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, enfatizando a realidade do autor e do receptor, inseridos numa mesma sociedade.

A ordem de um discurso seria um conjunto de tipos de discursos, ou seja, como na concepção de Foucault, definido socialmente ou temporalmente, consistindo em discursos elaborados num mesmo contexto de uma comunidade ou instituição para vinculação interna ou externa e que interagem com outras ordens discursivas priorizando a intertextualidade. Portanto, sua finalidade para a análise está inserida na contextualização dos discursos, considerando estes como elementos elencados em redes sociais e determinados socialmente por algumas regras que podem ser modificadas na medida em que há uma maior interação com outras teorias e outros paradigmas, influenciando o discurso do emissor.

As sociedades produzem os seus discursos para manter o bom funcionamento das instituições e para a manutenção de poder, mas com o controle estabelecido pelos agentes que estruturam a sociedade.

(...) Suponho que em todas as sociedades a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade (FOUCAULT, 2005, p. 9).

O discurso nunca é neutro para Foucault, ele está sempre vinculado ao poder e ao desejo, ele não é de forma alguma desinteressado, o discurso é o objeto de desejo de muitos. No livro *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2007), o autor discorre sobre a importância do discurso e as regras da prática discursiva e seus emaranhados de regras:

(...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente

os discursos são feitos de signos: mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2007, p.56).

Em a *Ordem do discurso* (FOUCAULT, 1998), o autor revela procedimentos externos de controle do discurso, os procedimentos de exclusão. Aquele que Foucault aborda mais detalhadamente chama-se vontade de verdade, mas há outros, como a interdição e a separação/rejeição. A interdição é entendida como a restrição de enunciação, quer dizer, “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1998, p.9). O autor apresenta três tipos principais de interdição: tabu do objeto, ritual da circunstância e privilégio ou exclusividade do sujeito que fala. Quanto à separação/rejeição, Foucault dá o exemplo do louco, que nada mais é do que aquele cujo discurso não deve circular, quer dizer, cuja materialidade de seu discurso deve ao mesmo tempo ser seccionada das demais, rejeitada em um aparato de saber, constituído de uma rede de instituições que escutam esse discurso, e lhe retira os poderes. O discurso atua nas diversas esferas da vida social com o intuito de controlar, selecionar, redistribuir e interditar a ação dos indivíduos.

Por se tratar de um mecanismo complexo de instauração da ordem, o efeito do controle pela via discursiva é, por muitas vezes, mais eficaz e mais amplo do que aquele visualizado exclusivamente no exercício das instituições formais de poder. Fato que pode ser observado através do exemplo citado por Foucault, do Panóptico de Bentham, de forma que se manter de vigilância pensada por Bentham era eficaz por sua coercitividade formal, as sociedades modernas são disciplinadas sem que os instrumentos formais de repressão necessitem ser utilizados a todo o momento. Isso se deve à naturalização dos mecanismos de disciplina e vigilância, e à sutileza com que estes passaram a ser construídos.

Essa eficácia também é garantida através da manutenção, controle e redistribuição dos agentes autorizados a proferir e manter o discurso, pois os lugares do discurso não estão abertos e penetráveis a todos de forma indiscriminada. Na tentativa de aproximar os instrumentos conceituais formulados por Bourdieu aos pressupostos analíticos de Foucault, é possível observar que o *habitus* pode ser

compreendido como espaço de legitimação dos dispositivos de poder perpetuados através dos discursos.

Diante de um campo permeado por análises institucionalistas, no qual as regras modelam o comportamento dos indivíduos, é imprescindível que novas abordagens sejam inseridas na compreensão do fenômeno político, pois estudos puramente institucionais não dão conta de captar a dinâmica do poder em outras dimensões.

Assim, é possível perceber o discurso delimitando lugares, autorizando e desautorizando falas, transformando-se em ritual e protegendo-se. Como afirma Foucault (1998, p. 28), “as ‘sociedades de discurso’ têm por função conservar ou produzir discursos, mas isso para fazê-los circular num espaço fechado, e para distribuí-los segundo regras estritas, sem que os detentores do discurso sejam lesados com essa distribuição”.

Tanto as teorias concebidas por Bourdieu quanto por Foucault, elevam estes em um patamar proeminente, tanto nas questões que referendam a dominação quanto nas que trabalham com a manutenção de poder. Para o primeiro as questões discursivas estão atreladas ao capital simbólico<sup>22</sup>, já para o segundo, o discurso além de representar uma forma de poder, ele também concebe como a psicanálise – um objeto de desejo<sup>23</sup>, assim, na teoria Foucaultiana o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar-nos.

---

<sup>22</sup> Bourdieu entende essa forma de capital que nasce da relação entre uma espécie qualquer de capital e agentes socializados, de maneira a conhecer e reconhecer essa espécie de capital. O capital simbólico, como a palavra diz, situa-se na ordem do conhecimento e do reconhecimento. Para explicar, pego um exemplo simples que expus longamente nos anos anteriores: a força, assim como Pascal a analisa. A força age como tal, pelo constrangimento físico, mas também pela representação que aqueles que a sofrem têm dessa força; a força mais bruta e a mais brutal obtêm uma forma de reconhecimento que vai além da simples submissão ao efeito físico da força. Mesmo no caso mais extremo em que a espécie de capital é a mais próxima da lógica do mundo físico, não há efeito físico que não se acompanhe, no mundo humano, de um efeito simbólico. A estranheza da lógica das ações humanas faz com que a força bruta não seja jamais apenas força bruta: ela exerce uma força de sedução, de persuasão, que decorre do fato de que consegue obter certa forma de conhecimento. (BOURDIEU, 2014, p. 259).

<sup>23</sup> Segundo Foucault afirma: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado num lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”. (FOUCAULT, 2008, p. 7).



Foucault discorre que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Assim, segundo o autor:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (FOUCAULT, 2008, p. 9-10).

Em suma, nesta seção foram apresentadas as teorias que nortearão esta tese. Na esfera de Pierre Bourdieu é salutar fazer menção às “suas ferramentas teóricas” para o estudo de trajetórias, bem como algumas questões referendando o discurso – principalmente no enquadramento do capital simbólico. É fundamental ressaltar que os capítulos a posteriori também trarão uma complementaridade do mote teórico que perfaz o estudo de trajetórias políticas. Já na dimensão de Michel Foucault foi realizada uma discussão sobre os principais questionamentos desenvolvidos por este autor a respeito das questões discursivas, principalmente atrelando o discurso como mecanismo de poder, no capítulo final deste trabalho serão abordadas outras teorias relacionadas a esta temática.

## 2 “ESPÍRITO DE FAMÍLIA”: TRAÇOS BIOGRÁFICOS DOS PRINCIPAIS REPRESENTANTES DAS FAMÍLIAS REQUIÃO DE MELLO E SILVA

“Sou herdeiro da cultura clássica de uma geração que se preocupava com sociologia e história, em ter um conhecimento global do mundo e dos diferentes ramos da cultura”.

Roberto Requião de Mello e Silva<sup>24</sup>

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar, de forma sucinta, alguns aspectos genealógicos das famílias Mello e Silva e Requião, delineando aspectos decisivos na trajetória dos antepassados de Roberto Requião pelo campo político, em especial o paranaense. Far-se-á uma breve exposição dos principais capitais das famílias Mello e Silva e Requião destacando os elementos estruturantes para a formação do capital político de Roberto Requião. Em seguida, será exposta uma pequena biografia de Requião, enfatizando os aspectos fundamentais para sua inserção no campo político do estado do Paraná. Na construção metodológica serão trabalhados os aspectos genealógicos, ou seja, os capitais “herdados” por Roberto Requião de seus antepassados, bem como, a conversão destes capitais no campo político e na construção dos discursos requianistas.

### 2.1 ASPECTOS BIOGRÁFICOS<sup>25</sup> DA FAMÍLIA REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Pierre Bourdieu construiu uma teoria da prática, que pode ser motivo de contestação para algumas correntes, principalmente entre os partidários do individualismo metodológico. Não há como pensar em Sociologia Contemporânea sem citar a herança bourdieusiana e o epicentro de seu mote teórico que seria o “retorno do sujeito” e a inflexão interpretativa que desembocam nas teorias da crítica social da atualidade.

Em se tratando dos estudos de trajetórias políticas na contemporaneidade a presença dos conceitos bourdieusianos é praticamente obrigatória para o entendimento da posição do agente no campo e a conversão de capitais delineadas

---

<sup>24</sup> Extraído do *Correios de Notícias*, 08/07/1990 p. 01.

<sup>25</sup> Serão contemplados os principais membros das duas famílias em questão, objetivando demonstrar os principais capitais herdados por Requião. Salienta-se ainda, que esta tese não tem a intencionalidade de realizar um estudo sobre as famílias do político estudado, embora isso seja uma temática interessante para outros estudos.

a partir de suas estratégias políticas que são estruturadas pelo *habitus*, daí a importância de se ressaltar a “herança genética”, como é o que está sendo demonstrado em nosso estudo sobre o político Roberto Requião de Mello e Silva.

Sobre as questões que envolvem genealogia, é de suma importância ressaltar a relação entre o “capital cultural herdado”, o “espírito de família” e a política, já que esta última “[...] é o lugar, por excelência da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais aptos para produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 2011, p.159). Tais grupos, quando identificados pela lógica do espírito de família e clivados pelo capital cultural herdado, estabelecem uma conexão de reprodução e de distribuição do capital cultural, numa relação entre as estratégias de famílias e a lógica específica da instituição educacional, em que as famílias de intelectuais, ou as famílias privilegiadas, encontram-se nas posicionadas nos mais expressivos espaços do campo social. Dessa maneira, a compreensão dos princípios de construção do social perpassa na apreensão dos mecanismos de reprodução do espaço social. E não obstante tais mecanismos de reprodução possam apresentar uma aspiração científica de fidedignidade, há que se ter em conta que uma ação científica, basicamente, precisa ser apreendida considerando-se as particularidades de uma realidade empírica bem estabelecida.

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 1996b, p.15).

As estratégias de famílias, seja, qual for a tipologia, constituem-se sempre como estratégias de reprodução, no campo político que perfaz o objeto de estudo desta tese, nota-se que os capitais herdados das famílias Requião e Mello e Silva, poderiam ser convertidos com êxito pelo membro que tivesse interesse na esfera da política.

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas. (BOURDIEU, 1996b, p.36).

Segundo OLIVEIRA (2001), as famílias Requião e Mello e Silva pertenciam à elite estatal nacional composta por bacharéis, médicos e engenheiros vindos para o Paraná provincial na segunda metade do século XIX, procedentes do Nordeste do Brasil. De acordo com o autor, o significado e a formação da classe dominante seguem determinados critérios: o primeiro seria a questão da materialidade, composta pela inserção econômica ocupada pelos sujeitos, fazendo com que estes assumam uma posição de comando da sociedade local; o outro diz respeito a indivíduos e grupos familiares que podem acumular capitais e entrar na classe dominante, mas que também podem ser afastados por um processo de decadência econômica e, conseqüentemente, social. Na esfera das continuidades, as relações sociais e políticas mais gerais desempenham um papel preponderante, ou seja, a gênese local e regional forma o lócus privilegiado da estruturação dessa classe dominante. Ainda sobre a classe dominante, o autor profere:

A fundamentação do conceito de classe dominante está ancorada na lógica da economia política compreendida na institucionalidade específica do modo de produção capitalista. Existem diversas possibilidades de conceituação de classe dominante. Este conceito antes de tudo revela a unidade de diferentes grupos proprietários (familiares ou não) que organizam os meios de produção e consomem rendas e heranças, comandam o processo produtivo e são politicamente dominadores e ideologicamente hegemônicos. (OLIVEIRA, 2001, p.12).

A classe dominante paranaense se caracterizou por padrões de continuidade pelos quais a sua história e as suas memórias deveriam ser filtradas.

(...) Sucessivas ondas demográficas ocupam o território paranaense e reconfiguram uma identidade que sempre deve ser reatualizada e renovada para incluir os últimos recém-chegados. No entanto, poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná. (...) A tradição política de continuidade do poder familiar no Paraná muitas vezes é vista como uma antitradição. Poucas regiões do Brasil apresentam elementos de continuidade no exercício do poder político por tão poucos grupos como no Paraná. (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

Segundo Lasswell (1967), as elites do poder existentes nas sociedades “civilizadas<sup>26</sup>” diferem intensamente dos elementos da cúpula de poder das

---

<sup>26</sup> De acordo com Lasswell, foi a complexa divisão do trabalho que foi nomeada de sociedade civilizada, pois trouxe consigo muitas instituições novas, provocando a sua perpétua interação. Nesse sentido, há de se destacar a importância da alfabetização, que possibilitou o aumento cumulativo do capital social na forma de conhecimento; outro fator de extrema relevância foi a lei, na forma de

sociedades primitivas, já que estas eram constituídas de grupos caçadores, coletores ou de agricultores. Já as elites do poder da sociedade moderna refletem e reformulam as relações internas de todo corpo político organizado dentro de civilizações, interagindo a cada ameaça e oportunidade extra. O autor profere que a forma mais simples de conceptualização de elite seria dizer que ela é constituída pelos elementos que têm influência na sociedade. Para facilitar o estudo, o autor elaborou um modelo de oito níveis de elite num processo social.

As observações seguintes relacionam-se explicitamente com as oito consequências e instituições a que damos valor:

1) as consequências do “poder” incluem decisões finais, como vencer ou perder uma eleição ou uma guerra; e as instituições relevantes são especializadas, como por exemplo, o Governo, o Direito e a Política. 2) As consequências do “esclarecimento” são o fornecimento e o recebimento de informações, como a difusão ou a leitura de livros; as instituições incluem meios de comunicação em massa e os organismos de pesquisa. 3) As consequências da “riqueza” são, por exemplo, o comércio, o empréstimo, as cessões; as instituições são unidades de produção e mercados. 4) As consequências do “bem-estar” envolvem diretamente segurança, saúde e conforto; as instituições incluem padrões especializados de assistência médica. 5) As consequências da “aptidão” são as demonstrações de excelência nas artes, ofícios e profissões; as instituições são as práticas da família e da amizade. 6) As consequências do “respeito” são a oferta e o recebimento de honras e considerações; as instituições relevantes incluem as práticas de discriminação e distinção. 7) As consequências da “retidão” são, por exemplo, as caracterizações mútuas de “virtuoso” ou “pecaminoso”, “eticamente certo” ou “imoral”; as instituições são as especializações eclesiásticas ou seculares, na formulação e aplicação dos padrões. (LASSWELL, 1967, p. 19).

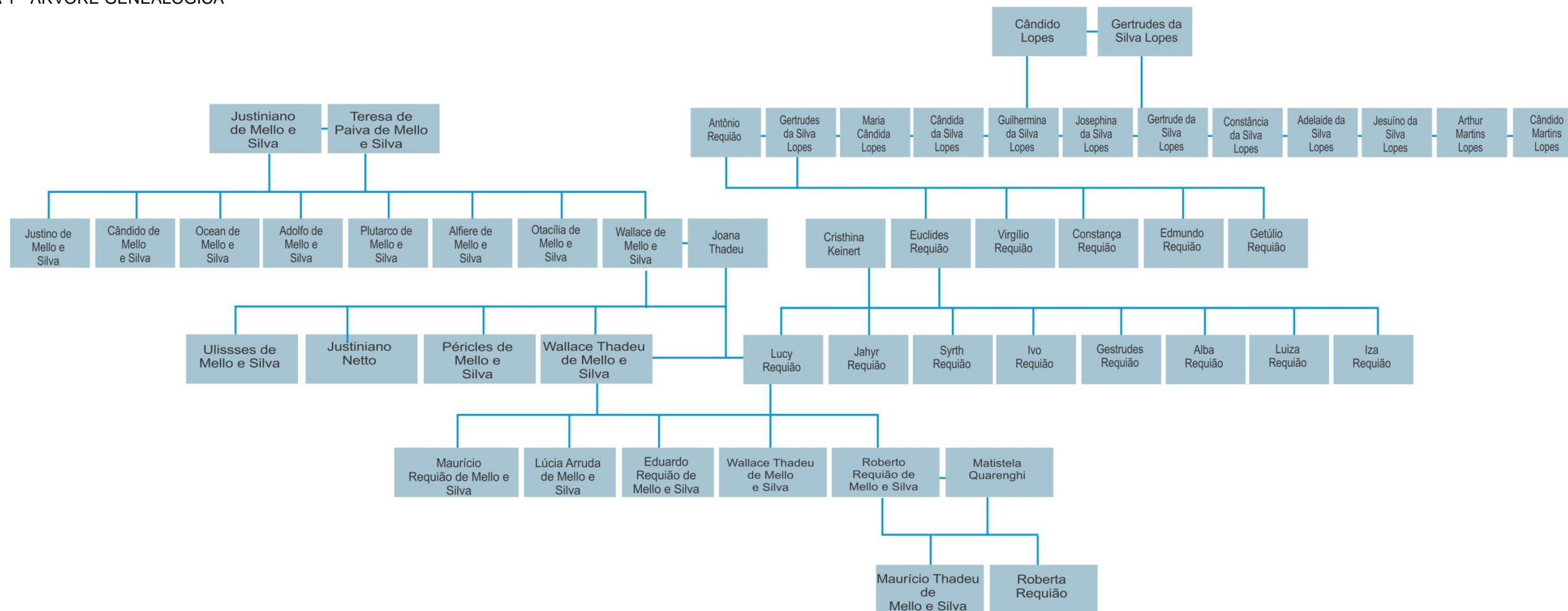
Portanto, será feito um breve histórico das famílias Mello e Silva e Requião com a finalidade de verificar se o apreço de Requião pela política foi herdado de seus antepassados, assimilando parte do capital cultural e do capital político, no qual ele foi inserido. Parafrazeando Lasswell:

Uma teoria fundamental para o estudo da elite sustenta que os jovens introjetam a cultura na qual são criados, e muitas predisposições de uma elite são presumidamente explicadas nesse termo. A verdade, decerto, é que é mais comum supor do que demonstrar a importância da cultura. Sabemos que em várias circunstâncias a cultura que cerca os primeiros anos de vida do indivíduo é rejeitada, no todo ou em parte, especialmente se for considerada como uma desvantagem para o êxito na carreira política. (LASSWELL, 1967, p. 23).

---

prescrições deliberadamente codificadas para serem aplicadas em toda uma jurisdição territorial. (LASSWELL, 1967).

FIGURA 1 - ÁRVORE GENEALÓGICA



FONTE: A autora (2015)

## 2.2 GENEALOGIA POLÍTICA DA FAMÍLIA REQUIÃO

Nesta seção, serão levantados os aspectos genealógicos das famílias Requião e Mello e Silva. Os dados foram levantados das seguintes fontes: *Hemeroteca Digital*, *Arquivo Público*, do livro *Genealogia Paranaense* (Francisco Negrão), Blog G23 (de Wallace Requião de Mello e Silva) e de jornais locais.

### 2.2.1 Justiniano de Mello e Silva: O intelectual orgânico dos operários<sup>27</sup> e outros membros

Um das figuras mais expressivas para Roberto Requião foi Justiniano de Mello e Silva<sup>28</sup>, seu bisavô paterno, que nasceu em 1853, na cidade de Divina Pastora, no Estado do Sergipe, e deu início à trajetória da família na política paranaense. Assumiu um cargo de extrema importância na esfera política nacional como um dos conselheiros de D. Pedro II. Bacharel em Direito no Recife, chegou ao Paraná em 1876, dentro da itinerância do Império, com o cargo de secretário da presidência de Lamenha Lins. Exercia as profissões de jornalista, polemista e também professor do Instituto Paranaense. Fundou o Colégio Paranaense ou Liceu Curitibano, atualmente Colégio Estadual do Paraná, e mantinha uma atividade intelectual muito considerável no Estado. Foi inspiração para vários poetas simbolistas paranaenses. Foi um grande militante pelo jornalismo, nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná (em que foi deputado provincial e estadual), Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco. No Estado do Paraná fundou jornais como *O Vinte e Cinco de Março*, *O Sete de*

---

<sup>27</sup> De acordo com Gramsci (2001), o intelectual orgânico não é aquele que se intitula como tal, mas aquele que se torna um intelectual político do proletariado. Não são os intelectuais que permitem a uma classe subalterna tornar-se dirigente e dominante, e sim o Príncipe Moderno, o partido político de vanguarda, dentro do qual são repensadas as funções intelectuais, as relações entre pesquisa e política, e sua tensão recíproca. Intelectuais orgânicos, para Gramsci, correspondem à função de dominação cultural que procura atingir grupos sociais emergentes, forjados com o crescimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Neste grupo de intelectuais ligados à burguesia urbana ascendente encontram-se políticos, jornalistas, técnicos, empresários atrelados a novas funções econômicas e a sua expansão em todos os recantos da sociedade. De acordo como autor, “pode-se observar que os intelectuais orgânicos, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são na maioria das vezes, especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”. GRAMSCI (2001, p. 4).

<sup>28</sup> Os aspectos biográficos serão extraídos essencialmente dos trabalhos de SIEGEL (2006) e BEGA (2001).

*Março*<sup>29</sup>, em que lança as bases do Partido Operário Paranaense. Homem voltado para as classes populares e pela sua independência política, o sergipano foi mais um dos que lutaram no meio social por uma sociedade mais justa e solidária. Fundou o jornal político *O Paranaense* e a coluna cultural *O Artista*, com Saldanha Marinho, e o *Jornal do Comércio*, considerado um dos mais bem redigidos do Estado do Paraná (Fonte em 100 anos de História da Imprensa no Paraná (Pillotto) e 100 Anos de Vida Parlamentar no Paraná (de Maria Nicolas).

As obras de Justiniano podem ser lidas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ele também foi iniciador da cadeira de Pedagogia no Paraná; deixou livros de poesia e Direito Constitucional, História da Revolução do Paraná (1894); deixou um tratado filosófico em dois volumes com mais de 1400 páginas, sendo que uma de suas obras mais importante foi *Nova Luz Sobre o Passado*. Tornou-se Doutor em Ciências Sociais e Jurídicas, sendo membro do Colégio Abolicionista em 1875. Justiniano, sem sombra de dúvidas, procurou defender a educação pública no Estado do Paraná. Teve um filho vítima de tuberculose e, então, mudou-se para Córdoba, na Argentina, onde obteve grau de Doutor em Sociologia, pela Universidade Córdoba – a Universidade mais antiga de toda América. Justiniano faleceu em 1940, na pequena cidade de Colatina, no estado do Espírito Santo.

A relação de Justiniano com a imprensa e política no Paraná pode mapear a sua posição dentro do campo político conforme a citação abaixo:

Justiniano de Mello e Silva migrou para o Paraná via sistema de rotatividade das elites imperiais e aqui permaneceu durante 20 anos. Sua trajetória e os elementos do contexto histórico e das redes de relações nas quais estava inserido oferecem algumas pistas para a compreensão das relações entre imprensa e política no Paraná, apesar da pouca quantidade de fontes sobre ele. Este dado tomado individualmente já é indicativo da sua posição no campo do poder do Paraná no final do século XIX, mas se colocado dentro de uma perspectiva de longo prazo, percebe-se que o seu legado transmutou esta posição original, perceptível pelas posições ocupadas por seus descendentes. Seu filho, o Coronel Wallace de Mello e Silva, foi camarista em Curitiba e deputado estadual em 1930; seu neto, Wallace Thadeu de Mello e Silva, foi prefeito de Curitiba em 1951, e seus bisnetos, Roberto Requião de Mello e Silva e seu irmão Mauricio, foram respectivamente, prefeito, senador e governador do Paraná e deputado federal. (OLIVEIRA, 2001, p.288).

Na esfera política iniciou sua carreira no período provincial (1854-1889), como deputado estadual, e em 1878-1879 foi substituto de Lourenço T. Ribas de

---

<sup>29</sup> Ver anexo 2.



Andrade no vigente governo de Jesuíno Marcondes. Três anos mais tarde, também exerceu a legislatura, como deputado na esfera paranaense, no então governo de Carlos Augusto de Carvalho. (FERREIRA 1999, p.134).

Em 1890, Justiniano participou da fundação do primeiro Partido dos Operários do Paraná, escrevendo o Manifesto<sup>30</sup> de Legitimação do partido. Com sua tendência a defender as causas do proletariado, Justiniano foi dominado pelas elites paranaenses. Seguem abaixo fragmentos deste Manifesto, extraídos de um discurso proferido por Requião no Senado.

Partido nascido das classes até ontem segregadas da comunhão política quer agora concorrer com sua atividade inteligente e, sobretudo, com a probidade pessoal e política para transformar as normas seguidas pelas minorias governantes e dar ao povo genuína representação de seus direitos e interesses. Não há a contestar que o primeiro dever dos homens que se propõem a intervir eficazmente na direção política do Estado é proceder à arregimentação e organização sistemática de suas forças e traçar os lineamentos de seu programa, que não deve ser puramente especulativo e abstrato, mas suscetível de realização imediata ou remota, e inspirar-se na possibilidade de ação individual e comum. Em cada cidade, vila ou paróquia cumpre aos mais dedicados de nossos companheiros convocarem os membros da classe operária e eleger uma comissão diretora, segundo o plano que acharem mais conveniente e mais prático. Ora, nós que empreendemos a política do povo pelo povo, até este momento impraticada, senão desconhecida no Estado, teremos que vencer as mais árduas dificuldades, porque a maioria dos nossos conterrâneos ou está viciada pelos usos estabelecidos ou não chegou ainda à compreensão dos seus verdadeiros interesses, completamente separados daqueles que têm agora prevalecido no Governo. O partido criado deve, em todas as conjunturas, manter a sua autonomia e defender-se das velhas facções, e atrair pela seriedade e constância de seu procedimento a simpatia e mesmo o apoio da massa popular. (Jornal 7 de março de 28/06/1890).

Na implantação da Primeira República (1889-1930), basicamente em 1896, assumiu o pleito de deputado. No vigorar do governo de José Pereira dos Santos, Justiniano também foi diretor de instrução pública.

Segundo Bega (2001), Justiniano de Mello e Silva<sup>31</sup> teve sua vinda para o Paraná viabilizada pelo seu capital de relações sociais, que incluía intelectuais e políticos reconhecidos e bem posicionados no campo nacional. Bacharel e membro da burocracia imperial, teoricamente poderia ter galgado posições de poder mais altas na hierarquia nacional. Todavia, estabeleceu-se no Paraná onde seu *habitus* combativo impediu que obtivesse grande expressividade no campo político. Sua aproximação com as organizações operárias, fruto das disposições sociais

---

<sup>30</sup> Ver parte do manifesto no anexo 1.

<sup>31</sup> Ver outros escritos, anexo 2.

incorporadas durante seu processo de socialização, foram forjadas dentro de uma estrutura social diferente da existente no sul do país, o que resultou no seu “desajuste” no interior do campo político paranaense, diferencial que seduziu a mocidade curitibana.

Casou-se com sua conterrânea Teresa de Paiva de Mello e Silva. Justiniano e ela tiveram oito filhos: Cândido, Adolfo, Ocean, Plutarco, Justino, Wallace (avô de Roberto Requião), Alfiere e Otacília.

FIGURA 2 - JUSTINIANO MELO E SILVA, BISAVÔ DE ROBERTO REQUIÃO



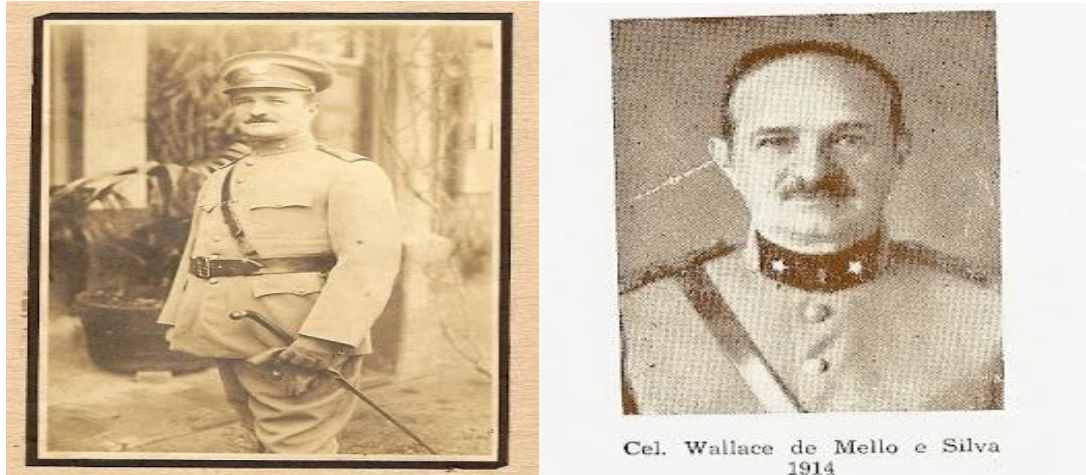
FONTE: BLOG G 23

O Coronel Wallace de Mello e Silva, avô pela parte paterna de Roberto Requião, nasceu em 13 de dezembro de 1872, em Laranjeiras, no Estado de Sergipe, sendo seus pais Justiniano de Mello e Silva e Thereza Paiva de Mello e Silva. Foi comandante da Guarda Nacional de Curitiba e a paixão pela política foi herdada de seu pai. Wallace de Mello e Silva estreou como camarista em Curitiba, sendo ainda deputado estadual nos anos de 1914-1915, na vigência da Primeira República, durante o governo de Carlos Cavalcante de Albuquerque.

No ano de 1930, chamado Período Revolucionário, o Coronel Wallace, como era conhecido, voltou a ocupar o posto de deputado estadual no governo de Mário Alves Monteiro Tourinho. Também foi fundador da Associação de Ferroviários do Paraná e, em 1924, foi um dos fundadores do Clube Atlético Paranaense. Coronel Wallace também desempenhou atividades na área da saúde, atuando como médico

na luta incisiva contra a febre amarela, com Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro. O Coronel Wallace faleceu no dia 25 de fevereiro de 1974 e era considerado, segundo documentos, uma grande pessoa, de grande de coração, sendo sua morte sentida por muitos.

FIGURA 3 - WALLACE DE MELLO E SILVA, AVÔ DE ROBERTO REQUIÃO.



FONTE: BLOG G 23

Joana Thadeu de Mello e Silva, avó pela parte paterna de Roberto Requião.

Filhos do Casal Coronel Wallace de Mello e Silva e Joana Thadeu, que obtiveram destaque em suas trajetórias:

Justiniano de Mello e Silva Neto, tio pela parte paterna do senador Roberto Requião de Mello e Silva, nasceu em nove de setembro de 1899, em Curitiba, no Estado do Paraná, sendo filho de Joana Tadeu e Wallace de Mello e Silva. Seu nome foi herdado do avô paterno Justiniano de Mello e Silva, professor e advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife, também influenciou a sua vida política. Em 1876, seu avô foi secretário da Província do Paraná; em 1882 foi Diretor Geral da Instrução Pública (educação); foi também deputado provincial e deputado estadual; em Curitiba, foi professor de português, pedagogia e inglês e colaborador de diversos jornais no Recife e no Paraná.

Justiniano Neto, médico formado pela Faculdade Nacional de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro, em 1923, inicia sua carreira na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Paraná. Nessa mesma década foi trabalhar como médico no município mineiro de João Pedro (hoje Ipanema), onde teve início sua carreira política como prefeito, de 1927 a 1931. No ano de 1930, ainda como prefeito de

Ipanema, ocupou a região norte do Espírito Santo como chefe regional das forças revolucionárias de Minas Gerais, na época governada por Benedito Valadares, que apoiava Getúlio Vargas em oposição a Washington Luís. Em 1932 foi para Colatina, onde fundou a Casa de Saúde São Sebastião, também conhecida por Casa de Saúde Dr. Justiniano, e onde viveu a maior parte de sua vida política e profissional. Na época, era prefeito o advogado e amigo Ademar Távora que, ao deixar a Prefeitura, em 1934, indicou o seu nome como sucessor ao interventor, no governo do Estado do Espírito Santo, que havia assumido em 1931, o capitão Punaro Bley. Justiniano Neto aceitou a indicação e foi nomeado prefeito. Entretanto, quando o governo estadual decretou a divisão territorial do município de Colatina (criação de Linhares), ele discordou da decisão e pediu demissão do cargo com um ano de mandato.

FIGURA 4 - JUSTINIANO DE MELLO E SILVA NETO, TIO DE ROBERTO REQUIÃO



FONTE: BLOG G 23

Justiniano Neto teve sete irmãos. Aos 73 anos deixou a carreira profissional. Em 1985, foi morar em Curitiba com o único filho, Luís Antônio, que também é médico, onde faleceu em 1986. Era casado com Ruth Lacerda.

Péricles de Mello e Silva, médico psiquiatra formado em Berna e Viena.

Ulisses de Mello e Silva, advogado e professor universitário, foi diretor de alguns dos melhores estabelecimentos de ensino do Paraná.

Wallace Thadeu de Mello e Silva, pai de Roberto Requião de Mello e Silva, também deixou sua marca na política paranaense, e na memória de Requião:

Papai tinha uma visão de cidade avançadíssima para a sua época. Uma visão de cidade que ele suportava nos seus conhecimentos de urbanismo, vindos de cidades inglesas, francesas da época. Pensava no cinturão verde, em cidades divididas. Papai era um admirador do Agache, que fez o primeiro plano de Curitiba. Papai perdeu uma eleição em cima de muito idealismo. Perdeu uma eleição para grupos que tinham compromissos muito claros com os interesses estratificados de diversos setores da economia e da sociedade. De certa forma, eu fiquei devendo para ele essa eleição e esta cidade. A própria proposta de transporte coletivo de meu pai é a proposta que eu estou criando. E meu pai quando foi prefeito nomeado foi demitido porque resolveu criar uma empresa pública de transporte coletivo. Meu pai foi prefeito em 1951 e depois candidato em 1954-55, ele era petebista, mas seu petebismo tinha raízes marxistas, baseadas no Harold Laski, criador do Labor Party, o partido trabalhista britânico. Então, era um petebismo impregnado de uma visão bastante progressista da sociedade. Ele não era um marxista, mas um petebista de raízes marxistas, como todo trabalhista britânico. (Jornal O Estado do Paraná, 02/10/1988, p.07)

Roberto Requião, com 10 anos de idade proferiu um discurso em cima de um carro, em favor de seu pai, que no momento disputava a prefeitura da capital paranaense com Ney Braga, o vencedor desta disputa.

Curitibano nascido no ano de 1908, filho do Tenente Coronel Wallace de Mello e Silva com Joana Thadeu de Mello e Silva, foi criado em um casarão, localizado na rua Dr. Pedrosa, número 12, o qual hoje já não mais existe, na esquina com a Praça do Mercado Municipal, atual Praça Rui Barbosa. Ao que tudo indica, começou seus estudos no Curso de Medicina na Cidade de Curitiba, possuindo como sua numeração de CRM (Conselho Regional de Medicina) a inscrição 610. Foi, também, jornalista, tendo criado o Jornal *Tribuna da Vitória*, portando a carteira de jornalista de numeração 100.

FIGURA 5 -WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA, PAI DE ROBERTO REQUIÃO.



FONTE: Disponível em: <<http://somospartedeumtodo.com.br/linha-do-tempo/>>

Exerceu a atividade de jornalista em diversas cidades, dentre elas Ipanema, em Minas Gerais (antiga José Pedro); Colatina, em Pernambuco; Vitória, no Espírito Santo; Jundiaí e São Paulo, em São Paulo; Antonina, no Paraná; e Joinville, em Santa Catarina. No ano de 1941, retorna a Curitiba. Ainda na profissão de médico, foi heroico, percorrendo cidades em um miniconsultório, sobre o lombo de um burro, com um ajudante e também um cão que os acompanhava. Doutor Wallace também exerceu a atividade de psicólogo pelo Tribunal de Justiça, foi diretor do Serviço de Criminologia do DEPE; diretor do Serviço Vocacional do Colégio Estadual do Paraná; diretor do IMPOPE, instituto privado responsável pelo serviço de recursos humanos da Telepar; contratado da Federação Paranaense de Futebol, exercendo a seleção de juízes de futebol; professor na UFPR, no Hospital de Clínicas, e na Faculdade de Economia; médico de Saúde Pública e do Sandu, foi também “Médico Psicotécnico” do quadro de funcionários da Secretaria de Segurança Pública do Paraná; clínico geral do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e de outras instituições, como a Rede Ferroviária Federal, na qual foi inspetor sanitário das “Minas de Carvão

do Paraná e de Santa Catarina”. Wallace ocupou uma das cadeiras da Câmara Municipal de Curitiba e também foi indicado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto para a prefeitura municipal de Curitiba, em 17 de julho de 1951, e foi exonerado no dia 1º de Outubro de 1951 (KUNHAVALIK, 1995, p. 40). Produziu intelectualmente um livreto de vinte e três páginas sobre a capital paranaense, Curitiba, e também dois pequenos livros técnicos com referencial bibliográfico sobre tipologia sanguínea e comportamento.

## 2.2 GENEALOGIA POLÍTICA DA FAMÍLIA REQUIÃO

Cândido Martins Lopes, trisavô de Roberto Requião, era natural de Niterói, no Rio de Janeiro. Foi convidado pelo primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, para fundar o primeiro jornal do Paraná, emancipado de São Paulo, *O Dezenove de Dezembro*. Cândido também é patrono da Cadeira número dois da Academia Paranaense de Letras e também foi chefe de polícia do município de Curitiba. Cândido também atuou como tipógrafo, jornalista e Juiz de Paz. Casou-se em 14 de maio de 1836 com Gertrudes da Silva Lopes, nascida no Rio de Janeiro em 25 de abril de 1822 e falecida em Curitiba em 11 de outubro de 1881. Cândido e Gertrudes tiveram 10 filhos, dentre eles Gertrudes da Silva Lopes (homônima de sua mãe) que se casou com Luís Antônio Requião (bisavô de Roberto Requião). Com a emancipação política do Estado do Paraná, um dos primeiros atos da província é dar conta da gestão dos atos públicos do Estado. Sendo assim, é trazida de Niterói, no Rio de Janeiro, para Curitiba, a *Typographia Lopes*, de propriedade de Cândido Martins Lopes.

Gertrudes da Silva Lopes trisavó de Roberto Requião.

Filhos do Casal: Maria Cândida da Silva Lopes, Cândida da Silva Lopes, Guilhermina da Silva Lopes.

Gertrudes da Silva Lopes (homônima de sua mãe) que se casou com Luís Antônio Requião, (são bisavós de Roberto Requião).

Constância da Silva Lopes, Josephina da Silva Lopes, Jesuíno da Silva Lopes, Arthur Martins Lopes, Candido Martins Lopes, Adelaide da Silva Lopes.

Luís Antônio Requião, o primeiro desse sobrenome no Paraná, foi Coletor de Renda em Curitiba, no século XIX, e era originário da Bahia (NEGRÃO, 1950, p.

120). Quando chega ao Paraná, casa-se com Gertrudes da Silva Lopes, filha de Cândido Lopes, fundador do jornal *Dezenove de Dezembro*.

Luís Antônio Requião (patriarca da família Requião no Estado do Paraná), bisavô de Roberto Requião pela linha materna, é natural da Bahia (município de Cachoeira), sendo filho de Luís Requião e de sua mulher Constância Maria Dias. Casou-se em Curitiba, em 30 de agosto de 1861, com Gertrudes da Silva Lopes (natural do Rio de Janeiro, pianista), filha de Candido Martins Lopes; e exercia a função prestigiada de Coletor Imperial. Luís Antônio Requião é o patriarca da família, sendo o primeiro a chegar ao Estado do Paraná. É pai de Euclides Requião, avô paterno de Roberto Requião. Consta que Luís Antônio vem para o Estado do Paraná a serviço da igreja e de Dom Pedro II, assumindo o Posto de Inspetor Geral de Rendas Públicas do Governo Imperial, como se fosse um coletor de impostos, tomando posse, segundo documento, em 17 de junho de 1849, data em que ainda o Estado do Paraná era a 5ª comarca do Estado de São Paulo. Existe insegurança em relação a esta data, que pode ser 1849 ou 1879, segundo os documentos, o que ocasiona uma grande diferença, pois 1849 é o período anterior à emancipação política do Estado do Paraná e 1879 é posterior. Segundo pesquisas, não se sabe ao certo se Luís Antônio veio a mando da igreja ou do império. Há documentos no arquivo público do Estado do Paraná, nos quais é sugerido que ele informava as estatísticas da comarca, dando pareceres ao imperados ou aos seus funcionários de grau mais elevado e coletava os impostos, tendo, assim, segundo o historiador Romário Martins, uma vasta importância social. Segundo tradições familiares, Luís Antônio era um “Formigão”, ou seja, um carmelita de hábito religioso, que não havia feito seus votos permanentes, e o império utilizava estes seminaristas a seu serviço, pois eram alfabetizados, conheciam latim, contabilidade, humanidades, direito eclesial e civil.

Gertrudes da Silva Lopes, bisavó de Roberto Requião.

Filhos de Antônio Luís Requião e Gertrudes da Silva Lopes (bisavós de Roberto Requião):

Edmundo Requião, nascido em nove de agosto de 1862 e casado com Francisca Leal Requião, em 24 de dezembro de 1887. Foi comerciante em Paranaguá e Foz do Iguaçu e paira sobre ele a dúvida se era ou não militar (Major Telegrafista), pois está ligado à história de fundação da cidade de Prudentópolis e da Vila Militar de Foz do Iguaçu. Seu nome é encontrado na ata de fundação da



Santa Casa de Misericórdia, em Curitiba, e na história dos primórdios de Foz do Iguaçu. Edmundo e Francisca tiveram três filhos.

Virgílio Requião, casado com Rosa Gonçalves Guimarães Requião.

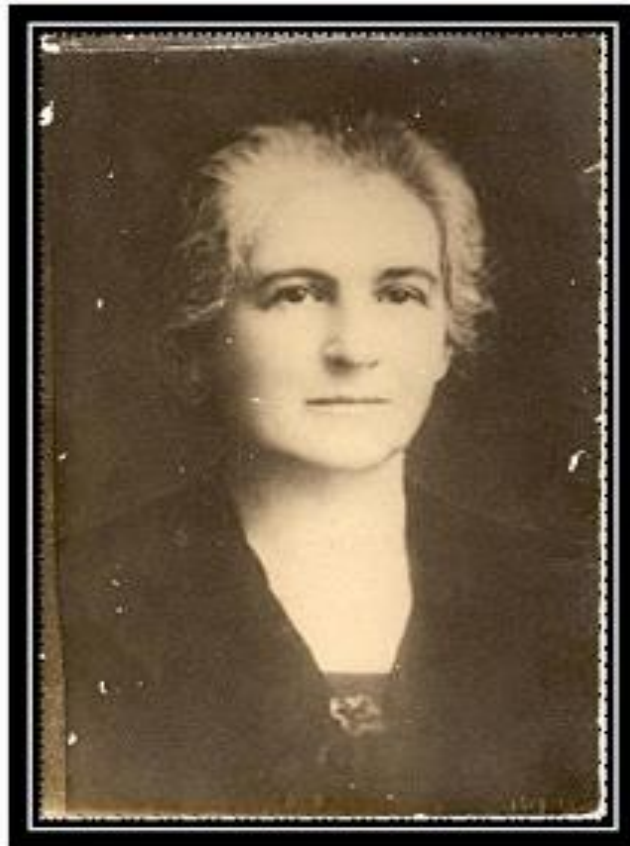
Constança Requião falecida em 1881.

Getúlio Requião, Casado com Cândida Pereira Requião (foi seu segundo marido). Não tiveram filhos.

Euclides (Lopes) Requião (avô materno de Roberto Requião)

Aníbal Requião, casado em 15 de junho de 1897 com Carolina Correia Requião, filha do comendador Prisciliano Correia. Aníbal é considerado patrono do cinema no Paraná, fundador do Cine Smart. Foi o autor das primeiras imagens cinematográficas das Cataratas do Iguaçu e Sete Quedas, fundador das papelarias Requião, da Livraria Econômica, da Casa Vítrix, e do primeiro cinema do Paraná que, segundo pesquisa do autor, seis anos anterior ao célebre cinema de Francisco Serrador. Aníbal foi presidente do Clube Atlético Paranaense nos anos de 1942 e 1951. Aníbal e Carolina tiveram três filhos.

FIGURA 6 - CRISTIANA KEINERT, AVÓ MATERNA DE ROBERTO REQUIÃO.



FONTE: BLOG G 23

FIGURA 7 - CRISTIANA KEINERT E EUCLIDES REQUIÃO, AVÓS DE ROBERTO REQUIÃO.



FONTE: BLOG G 23

Judith Requião, solteira. Em 28 de setembro de 1884 participou da inauguração do teatro São Teodoro, vestida de anjo da liberdade, personagem que empunhava a bandeira nacional.

Esther Requião Von Meien foi a garota que recebeu Dom Pedro II em 1880, conforme relatos da imprensa da época, e o acompanhou em sua carruagem do Caminho da Graciosa ao Palácio Avenida (Rua das Flores com Rua Liberdade, que era a sede do governo). Esther fundou, em Curitiba, a casa Cristal. Era viúva de Arthur Von Meien, com quem teve oito filhos.

Euclides Requião, avô materno de Roberto Requião, era hoteleiro em Prudentópolis e depois em Curitiba. Foi proprietário da Casa Vitrix e depois da Casa Nacional, a maior loja da cidade. Casou-se em 26 de dezembro de 1900, em Guarapuava, com Cristhiana Keinert, filha de Carlos Henrique Christiano Keinert e de Luzia Soares de Abreu Keinert, ele da Alemanha e ela do Rio Grande do Sul. É o avô materno de Roberto Requião. Teve próspero comércio em Curitiba, gráfica em Guarapuava e Hotel em Prudentópolis. Foi um dos históricos fundadores da Rádio Clube Paranaense, a primeira rádio do Estado. Euclides e Cristhiana tiveram oito filhos, dentre eles Lucy Requião, mãe de Roberto Requião. Mas dois de seus filhos seriam de extrema importância para a cultura e comércio do Estado: Aníbal Requião,

pioneiro na cinematografia no Paraná, e Euclides Requião, grande comerciante hoteleiro.

Filhos do casal: Jahyr Requião, teve como filha Gertrudes Von Meien, falecida ainda criança em 1898.

Syrth Requião (Baronesa) é tia do senador Roberto Requião. Nasceu em Guarapuava, em 1903, tendo estudado na Escola Americana de Curitiba. Foi professora, formada pela Escola Professor Parodi, também na capital paranaense. Também se tornou enfermeira da Cruz Vermelha durante a segunda guerra mundial. Casou-se, em 9 de janeiro de 1915, com seu primo, o primeiro tenente Dagoberto Dulcideo Pereira. Syrth faleceu em Curitiba, aos 85 anos.

FIGURA 8 - SYRTH REQUIÃO.



FONTE: BLOG G 23

FIGURA 9 - REQUIÃO, EDUARDO E SYRTH.



FONTE: BLOG G 23

Ivo Requião nasceu em 1904, na cidade de Prudentópolis, no Paraná. Ivo começou sua carreira como representante comercial, profissão a qual dedicou toda a sua vida. Aos 26 anos alistou-se na Revolução de 1930 e também foi o fundador do late Clube do Rio de Janeiro e do Clube Graciosa em Curitiba.

Gertrudes Requião teve como filha Nair Von Meien, nascida em 13 de março de 1903.

FIGURA 10 - GERTRUDES REQUIÃO



FONTE: BLOG G 23

Alba Requião teve como filha Eunice Von Meien, nascida em 26 de outubro de 1905.

Luiza Requião teve como filho Nelson Von Meien, nascido em 6 de outubro de 1906.

Iza Requião teve como filho Ney Von Meien, nascido em 29 de julho de 1909.

Lucy Requião de Mello e Silva é mãe do senador Roberto Requião. Natural de Curitiba, no Paraná, nasceu no dia 27 de fevereiro de 1915. É filha de Euclides Requião e Cristhina Keinert – o casal teve oito filhos, sendo Lucy a sétima filha. Lucy casou-se em Curitiba, em maio de 1940, com o médico Wallace Thadeu de Mello e Silva. O casal residiu em São Paulo, Jundiaí e Curitiba. São seus avós, pela linha paterna, Luís Antônio Requião, natural da Bahia, e Gertrudes Lopes Requião, natural de Niterói, Rio de Janeiro; pela linha materna, Heirrich Chistiane Cyriacus Keinert e Shophia Caroline Weigand Keinert, ambos naturais da Alemanha, casados naquele país, em 25 de maio de 1840.

Lucy Requião de Mello e Silva exerceu atividades como comerciante em Curitiba, professora, pequena proprietária rural na região metropolitana de Curitiba e artista plástica.

FIGURA 11 - LUCY REQUIÃO DE MELLO E SILVA, MÃE DE ROBERTO REQUIÃO.



FONTE: BLOG G 23.

Filhos da união entre Lucy Requião e Wallace Thadeu de Mello e Silva:

Eduardo Requião de Mello e Silva é filósofo e psicólogo, psicanalista pela Sociedade Brasileira e empresário. Foi secretário de Estado do Meio Ambiente, superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina. Casado com Anna Helena Motte Duarte de Mello e Silva, advogada, natural do Rio de Janeiro.

Lucia Requião de Mello e Silva Arruda é advogada e jornalista, foi presidente da ASSOMA e do Provopar Estadual; viúva do jornalista João José Virmond de Arruda.

Wallace Requião de Mello e Silva, psicólogo e blogueiro. Responsável pelo blog G23 que tem como intuito informar sobre o histórico e memórias das famílias Mello e Silva e Requião.

Mauricio Requião de Mello e Silva<sup>32</sup>, psicólogo, professor da Universidade Federal do Paraná, presidente da FUNDEPAR, secretário de governo da prefeitura de Curitiba, deputado federal, secretário de Educação do Paraná. Casado com

---

<sup>32</sup> Ocupou uma das cadeiras de Conselheiro Do Tribunal de Contas do Paraná, a partir de julho de 2008, mas foi afastado em março de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal.

Márcia Dhremer de Mello e Silva, natural de Cascavel, no Paraná, psicóloga e que também foi secretária de educação do município de Colombo, no Paraná.

Roberto Requião de Mello e Silva, advogado e jornalista, empresário do comércio, oficial da reserva da cavalaria, deputado estadual, prefeito de Curitiba, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, governador do Paraná pela primeira vez em 1991 e depois em mais dois mandatos, senador da República pelo Paraná, onde está em seu terceiro mandato. Casado com Maristela Quarenghi de Mello.

FIGURA 12 - ROBERTO REQUIÃO QUANDO CRIANÇA.



FONTE: BLOG G 23

Maristela Quarenghi de Mello, arquiteta, jornalista, ex-produtora fotográfica, empresária do comércio e foi também diretora do Museu Oscar Niemayer, em Curitiba. Oriunda de família gaúcha radicada em São Paulo, capital, ela é, no entanto, natural do estado de Santa Catarina.

Filhos do Casal: Mauricio Requião, natural de Curitiba, nasceu em 24 de setembro de 1979. Advogado, deputado estadual eleito em 2014, com 50.167 votos; Roberta Requião, advogada.

## 2.4 ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA: “O HOMEM POLÍTICO<sup>33</sup>” DO PARANÁ

Roberto Requião de Mello e Silva nasceu em Curitiba no dia 5 de março de 1941, no Hospital Victor Ferreira do Amaral. É o filho mais velho da união de Wallace Tadeu de Mello e Silva e Lucy Requião de Mello e Silva. Iniciou sua vida estudantil no Colégio Belmiro César, onde foi alfabetizado pela professora Maria Augusta Juve. Prosseguiu seus estudos no Instituto de Educação do Paraná, Grupo Escolar 19 de Dezembro e no Internato Paranaense, sendo estas escolas públicas e tradicionais de Curitiba. Seus estudos superiores foram realizados na Universidade Federal do Paraná, na qual obteve o título de bacharel em Direito, no ano de 1966, e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde concluiu o curso de Jornalismo, no ano de 1964. Sua escolha profissional já dá indícios de pretensões futuras no campo político. Na área de especialização, concluiu o curso de Planejamento Urbano pela Fundação Getúlio Vargas, obtendo a primeira colocação no curso.

No período de graduação, Roberto Requião participou da militância estudantil<sup>34</sup> como membro de centros acadêmicos<sup>35</sup> e diretórios centrais estudantis. Também fundou o Teatro do Estudante Universitário em Curitiba, época do pós-64, e o grupo oficina, com *Liberdade, Liberdade*.

Foi participante e líder ativo de várias manifestações, principalmente no período do regime militar, preconizando, essencialmente, a liberdade de expressão, criticando duramente tal sistema, utilizando *slogans* considerados subversivos pelos militares (“Democracia, Deus e a liberdade”; “Ditadura Militar e Escravização”, como

---

<sup>33</sup> O homem político, no sentido weberiano, “é movido pelo desejo do poder, instintivamente inerente a este homem. O poder sem qualquer objetivo e privado de responsabilidade pode ser entendido como subversivo à vocação do político, ou ainda, apenas um pretexto para o enaltecimento de sua imagem. Esta vaidade, inimiga vulgar do homem político, preconiza o afastamento de si mesmo”. (WEBER, 2004 p.107)

<sup>34</sup> Segundo notas extraídas do Diário do Paraná, 16/10/1964 Roberto Requião participou das eleições para a nova diretoria da UPE, na chapa *Afirmção da Liberdade Universitária*, apoiada pelos esquerdistas. Recorda-se que o acadêmico Roberto Requião de Mello e Silva estava indiciado pelas autoridades do Inquérito Policial Militar e suspenso pela Universidade do Paraná por atividades subversivas. “Vem recebendo apoio integral dos elementos que participavam dos extintos movimentos conhecidos pelas siglas CGT e PUA, além da esquerda Independente e Ação Popular. Teve 1851 votos, a chapa vencedora foi a *Estrutura*, encabeçada por Johnson Sade”. (Correio do Paraná, 22/10/1964).

<sup>35</sup> Eleições para a nova Diretoria da Associação Paranaense dos Acadêmicos de Jornalismo para a gestão 63-64, tendo concorrido apenas uma chapa União Renovadora, Roberto Requião de Mello e Silva era o Orador. (Diário do Paraná, 04/10/1963).



sendo a nova ordem das coisas). Foi fichado no DOPS<sup>36</sup> por possuir comportamento “extremista”, sendo considerado nocivo para a manutenção da “ordem”.

Trabalhou na Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, no Projeto Ponto Quatro, e liderou o movimento estudantil com ideais de esquerda. Casou-se com Maristela Quarenghi de Mello e Silva, com quem tem dois filhos, Maurício e Roberta. Na década de 70 foi caixeiro da Loja Nacional e, por mais de dez anos, trabalhou como empresário do ramo de móveis.

Roberto Requião de Mello e Silva não havia disputado nenhuma eleição até 1982, pois desde 1964 trabalhava como advogado para estivadores do porto de Paranaguá, advogando depois em benefício de Associações de Moradores. Por criticar o regime militar, foi fichado no DOPS e considerado “esquerdista”, possuidor de ideias extremistas que ameaçavam a dita “ordem” imposta pelo regime.

Já no campo político, como deputado estadual pelo PMDB, em 1982, no governo de José Richa, obteve trinta e cinco mil votos. O seu estilo contestador e detentor de uma oratória forte impressionavam, em especial as classes populares. Seu mandato foi marcado pela independência, pela denúncia da corrupção e pela defesa dos interesses populares, advogando em prol das Associações de Moradores e do Movimento Rural.

Elegeu-se prefeito de Curitiba em 1985, foi Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano no governo Álvaro Dias e eleito governador do Paraná em 1990, com 1.877.282 votos. Em 1994, concorreu a uma das vagas do Senado Federal, sendo eleito com expressiva votação. Em 1998, disputou eleições para o governo do Estado e foi derrotado por Jaime Lerner. Em 2002, foi eleito governador do Paraná pela segunda vez, e no ano de 2006, assumiu pela terceira vez o governo. Atualmente ocupa uma cadeira de senador.

Roberto Requião identificou-se com a política, principalmente, pela influência que teve de seu pai, que, no entanto, não obteve muito destaque no cenário político paranaense. Aos doze anos, ele já demonstrava seu precoce apreço pela política, discursando em favor de seu pai, que era candidato à Prefeitura de Curitiba.

---

<sup>36</sup> Ver anexo 3.

## 2.5 OS PRINCIPAIS CAPITAIS HERDADOS E A MEMÓRIA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DO EU

Na breve biografia de Roberto Requião de Mello e Silva, o acúmulo de capital econômico e cultural já vinha de várias gerações de sua família, numa acumulação de capitais acelerada pela presença de vários bacharéis, que estavam entre os primeiros no Estado do Paraná, construindo uma coleção de bens simbólicos determinantes na história paranaense.

O essencial é perceber que os bens possuídos, as opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem. As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e, sobretudo, as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos. (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Em se tratando dos estudos de trajetória utilizando os conceitos bourdieusianos, temos que destacar a importância que a instituição “família” assume no processo de socialização do sujeito. De acordo com Bourdieu, o sujeito, por meio do *habitus*, interioriza as estruturas objetivas, ou seja, as normas e os valores sociais, assim como os sistemas de classificação e os sistemas de pensamento. Dessa forma, Roberto Requião, filho de uma família tradicional e que se interessava e participava da política paranaense, definiu a sua posição social, ou seja, foi socializando, internalizando o *habitus* da classe social da qual é pertencente. De acordo com o autor:

[...] a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. A família é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as diferentes gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU 1996, p. 131).

Bourdieu discorre sobre o imaginário do filho para com o pai e como isto se torna uma estrutura estruturante nas tomadas de decisões futuras.

A teoria de Maurice Halbwachs é baseada na teoria durkheimiana, de como a sociedade pode afetar os indivíduos, inclusive interferindo em suas memórias. A relação epistêmica para o surgimento da memória é a conexão de um sujeito com o seu grupo. No aspecto psicológico, no surgimento da memória, tem que haver um ator e um acontecimento, assim, tem-se a noção da memória individual, sendo preciso que haja um testemunho para que um fato se perpetue e se torne memória para um grupo. Esse testemunho, segundo Halbwachs é que serve para apelarmos “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p. 29). E prossegue o autor, “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (HALBWACHS, 2006, p. 29). A analogia entre o testemunho do “eu” e o testemunho do “outro” deve ser harmoniosa no sentido de que ambos devem se apreender como parte de um mesmo grupo e o evento vivido e recordado deve ser a todos os membros desse grupo.

O mote central na obra de Maurice Halbwachs consiste na asseveração de que a memória individual existe sempre mediante a uma memória coletiva, tendo em vista que a maioria de nossas lembranças é instituída no interior de um grupo. O cerne de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. A disposição de Halbwachs acerca da memória individual refere-se à existência de uma “intuição sensível”, formada a partir de nossas interações. Assim, “haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível”. (HALBWACHS, 2006, p. 41).

Tal anseio de convencimento é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no cerne do grupo e das afinidades mantidas com outros meios. (HALBWACHS, 2006, p. 52).

Existe uma relação inerente entre a memória individual e a memória coletiva, visto que para um indivíduo recordar de lembranças de um grupo ele terá que se identificar com elas. Conforme Halbwachs, para que a nossa memória se aproveite

da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos, mas também é preciso que ela não tenha consentido de concordar com as memórias deles, e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser estabelecida sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006).

Nessa acepção, a construção da memória de um indivíduo é um ajuste das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. O indivíduo compartilha então de dois tipos de memória: a individual e a coletiva e isso se dá no alcance em que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Halbwachs, além de trabalhar com a formação da memória, também aponta as construções e simulações das lembranças, mediante a interação grupal. Podem-se indicar reproduções pretéritas abancadas na percepção de outros indivíduos, no que se imagina ter ocorrido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, “é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 2006, p. 76-78). Ou seja:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2006, p. 75-76).

A memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural (memórias coletivas), pois a memória de um indivíduo está na estrutura da formação de uma identidade. Já a história, encontra-se alicerçada em acontecimentos históricos de uma nação, fazendo com que as memórias coletivas sejam apenas detalhes:

O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma

importância, uma vez que não foram por eles afetadas da mesma maneira” (HALBWACHS, 2006, p. 89-90).

Quando o objeto da pesquisa científica é a trajetória de um agente político, os conceitos de memória individual e coletiva se fazem extremamente necessários para um melhor entendimento da formação do *habitus* e do acúmulo de capitais do biografado em questão.

As lembranças podem ser simuladas quando entram em fusão com as lembranças de outros indivíduos, acerca de temas comuns. Assim, a nossa percepção acerca do passado é ampliada, mediante informações oferecidas por outros membros do mesmo grupo. Na concepção de Halbwachs, toda a memória passa por um processo de construção híbrido que funda o nosso “eu” com o exterior.

A memória individual é formada por pontos externos ao sujeito, os aportes que estruturam a memória individual são produzidos pelas percepções da memória coletiva e também pela memória histórica. A experiência com vários grupos desde a infância estaria no alicerce da concepção de uma memória autobiográfica e pessoal, assim como, as percepções adicionadas pela memória histórica: “Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo”. (HALBWACHS, 2006, p. 71).

Em suma, para Halbwachs as memórias de um indivíduo nunca são só suas e as lembranças sempre se originam da sociedade, ou seja, para o autor as memórias são construções dos grupos sociais, que de certa forma determinam o que é memorável e o lugar que essas memórias vão ocupar.

Segundo Oliveira (2001), as famílias Requião e Mello e Silva pertenciam à elite estatal nacional, composta por bacharéis, médicos e engenheiros vindos para o Paraná provincial na segunda metade do século XIX, procedentes do Nordeste do Brasil. Para o autor, a tradição do Paraná é a política da continuidade, que muitas vezes é vista como uma antitradição, assim sendo, o poder paranaense se reproduz nas mãos de poucas famílias.

Segundo Bourdieu (1997), as questões inerentes à herança familiar surgem mediante coações entre as discordâncias e as disposições do herdeiro:

Matriz da trajetória social e da relação com essa trajetória, portanto das contradições e das duplas coações que nascem principalmente das discordâncias entre as disposições do herdeiro e o destino encerrado em

sua herança, a família é geradora de tensões e de contradições genéricas (observáveis em todas as famílias, porque ligadas à sua propensão a se perpetuar) e específicas (evitando, principalmente, segundo as características da herança). O pai é o lugar e o instrumento de um “projeto” (ou melhor, de um *conatus*) que, estando inscrito nas suas disposições herdadas, transmite-se inconscientemente na sua maneira de ser e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (o que em certas tradições chama-se “a casa”). Herdar é substituir essas disposições imanentes, perpetuar esse *conatus*, aceitar fazer-se instrumento dócil desse “projeto” de reprodução. A herança bem sucedida é um assassinato do pai realizado com a injunção do pai, uma superação do pai destinada a conservá-lo, a conservar seu “projeto” de superação que, como tal, está na ordem, na ordem das sucessões. A identificação do filho com o desejo do pai como desejo de ser continuado produz o herdeiro sem história. (BOURDIEU, 1997 p.43).

Para Bourdieu a gênese unificadora e geradora de todas as práticas, e até mesmo das “escolhas” da “vocaçãõ”, bem como da “tomada de consciência”, é o *habitus*<sup>37</sup>.

Quanto ao campo político, Bourdieu procura identificar os vários capitais necessários à produção de sentidos e valores. Já o capital político, assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos (residências, veículos, hospitais, escolas etc.). Observa-se essa patrimonialização de recursos coletivos quando, como é o caso nos países escandinavos, onde uma “elite” social-democrata está no poder há várias gerações: vemos então que o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos dos sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares, que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas. (BOURDIEU, 1994, p. 31).

Na breve biografia de Roberto Requião de Mello e Silva, o acúmulo de capital econômico e cultural, já vinha de várias gerações de sua família, numa acumulação de capitais acelerada pela presença de vários bacharéis que estavam entre os primeiros no Estado do Paraná, construindo uma coleção de bens simbólicos determinantes na história paranaense:

O essencial é perceber que os bens possuídos, as opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem.

As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e, sobretudo, as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de

---

<sup>37</sup> Que consiste nos sistemas de disposições inconscientes, e constitui o produto de interiorização das estruturas objetivas, e que tende a produzir práticas e, todavia, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas.

fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos. (BOURDIEU, 1994, p. 22).

QUADRO 1 – PRINCIPAIS CAPITAIS

<b>NOMES</b>	<b>PARENTESCO</b>	<b>PRINCIPAIS PROFISSÕES</b>	<b>CARGOS POLÍTICOS</b>
JUSTINIANO DE MELLO e SILVA	Bisavô Paterno	Conselheiro de Dom Pedro II Advogado e Jornalista	Secretário da presidência de Lamenha Lins Deputado Provincial e Estadual
WALLACE DE MELLO e SILVA	Avô Paterno	Coronel e Médico	Deputado Estadual
JUSTINIANO DE MELLO e SILVA NETO	Tio Paterno	Médico	Prefeito em Ipanema
WALLACE THADEU DE MELLO e SILVA	Pai	Médico e Jornalista	Prefeito
CÂNDIDO MARTINS LOPES	Trisavô	Jornalista e Chefe de Polícia	
LUÍS ANTÔNIO REQUIÃO	Bisavô Materno	Coletor de Impostos	Inspetor Geral de Rendas Públicas do Governo Imperial
EDMUNDO REQUIÃO	Tio Avô	Comerciante	
ANÍBAL REQUIÃO	Tio Avô	Cineasta	Fundador das Papelarias Requião
ESTHER REQUIÃO VON MEIEN	Tia Avó	Fundou a Casa Cristal	Recebeu Dom Pedro II em 1880
EUCLIDES REQUIÃO	Avô Materno	Hoteleiro	Fundador da Rádio Clube Paranaense
SYRTH REQUIÃO	Tia	Professora	Enfermeira da Cruz Vermelha na Segunda Guerra Mundial
LUCY REQUIÃO DE MELLO e SILVA	Mãe	Professora e Comerciante	
EDUARDO REQUIÃO DE MELLO e SILVA	Irmão	Psicólogo e Filósofo	Secretário de Meio Ambiente e Superintendente dos Portos
LUCIA REQUIÃO DE MELLO e SILVA ARRUDA	Irmã	Advogada e Jornalista	Presidente da ASSOMA e Presidente do Provopar Estadual
WALLACE REQUIÃO DE MELLO e SILVA	Irmão	Psicólogo e Blogueiro	
MAURICIO REQUIÃO DE MELLO e SILVA	Irmão	Psicólogo e Professor	Deputado Federal e Secretário do Governo do Estado
MAURICIO REQUIÃO	Filho	Advogado	
ROBERTA REQUIÃO	Filha	Advogada	
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO e SILVA	O Próprio	Advogado e Jornalista	Deputado Estadual, Prefeito de Curitiba, Governador do Paraná e Senador da República

FONTE: A autora (2015).

De acordo com Bourdieu a acumulação de capital sucessório é, portanto, muito importante, e as estratégias sucessórias matrimoniais<sup>38</sup> que só seriam possíveis com base em estratégias de manutenção do capital social metódicas, astuciosas, contínuas etc., volta e meia sendo, aliás, atribuídas às mulheres, o autor prossegue:

[...] Escrevi um texto sobre a dominação masculina em que desenvolvi certas coisas nas quais não tinha pensado, [...] numa dimensão da divisão do trabalho entre os sexos, ainda muito forte em nossas sociedades: esta que consiste em delegar às mulheres o trabalho de manutenção das relações sociais, ao passo que os homens [se concentram nas] estratégias sucessórias. Essas estratégias de manutenção do capital social são atribuídas, pela divisão entre os sexos, prioritariamente às mulheres na maioria das sociedades, não ousou dizer em todas porque há sempre a possibilidade de uma exceção. Por exemplo, há trabalhos americanos muito divertidos que estudaram estereótipo de todos os países modernos. (BOURDIEU, 2014, p. 318).

Nas acepções bourdieusianas a cultura dominante colabora para a integração real da classe dominante<sup>39</sup> (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus componentes e distinguindo-os das outras classes); para a conexão fictícia da sociedade no seu conjunto, destarte, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico<sup>40</sup>, produto da cultura dominante disfarçando a

<sup>38</sup> Para Bourdieu essas estratégias matrimoniais propriamente ditas são centrais, consistem no principal investimento [da casa]; é pelo casamento que se pode aumentar o patrimônio material e, sobretudo, o capital simbólico – é possível adquirir aliados, por exemplo. As estratégias matrimoniais são, assim, objeto de investimentos constantes, de atenções extraordinárias, de sofisticação, de virtuosidade bem além da capacidade da maioria dos etnólogos – foi por isso que eles fizeram modelos matemáticos, mas era muito mais simples [...] (BOURDIEU, 2014, p. 319).

<sup>39</sup> Segundo Bourdieu a classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação, quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores, os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas”, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2011, p.12).

<sup>40</sup> O sentido referenciando a ideologia trabalha a concepção elaborado por Althusser. A ideologia concebida por este, refere-se ao Aparelhos Ideológicos do Estado, no qual ficou evidenciado o papel fundamental da ideologia na manutenção da ordem estabelecida, seja na família, religião, política, sindicato, cultura, imprensa. Cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe: papel de explorado (a consciência —profissional, —moral, —cívica, —nacional e apolítica altamente —desenvolvida); papel de agente da exploração (saber comandar e dirigir-se aos operários: as —relações humanas), de agentes de repressão (saber



função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções impelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pelo seu afastamento em analogia à cultura dominante.

FIGURA 13 - REQUIÃO E OS CAPITAIS.



FONTE: A autora (2015).

comandar, fazer-se obedecer —sem discussão, ou saber manipular a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou de profissionais da ideologia (saber tratar as consciências com o respeito, ou seja, o desprezo, a chantagem, a demagogia que convêm, com as ênfases na moral, na virtude, na —transcendência, na nação, no papel da França no mundo etc.) (ALTHUSSER, 1985, p. 79-80).

Referenciando o tópico dos capitais herdados, Bourdieu cria uma categoria de estudo muito interessante, a qual ele chama de estratégias de sociodiceia<sup>41</sup> e segue:

As estratégias de sociodiceia designam todo o trabalho feito por um grupo, da família ao Estado. Destarte, há todo um trabalho designado para justificar a família por ser o que ela é, por ser como ela é: há uma ordem simbólica da família que é, sem parar, mantida por um discurso, por uma mitologia; há mitos de fundação oficiais como o casamento etc., mas também lendas familiares, álbuns de família – haveria um trabalho muito bonito a fazer sobre o álbum de família<sup>42</sup>, o túmulo de família. (BOURDIEU, 2014, p. 319).

Todas as estratégias evocadas por Bourdieu, quando realizadas por uma família, têm um ar de família no sentido de que se inspiram nas mesmas intenções aparentes. Por quê? Porque têm como princípio o mesmo *habitus* gerador e os mesmos constrangimentos ou mesmos fins objetivos, neste caso, a manutenção e reprodução do poder. A palavra “estratégia” remete a sequências de ação ordenadas em relação a um fim, sem que tenham como princípio o fim objetivamente atingido, sem que o fim objetivamente atingido seja colocado como fim da ação.

Nessa seção foram analisadas as questões relacionadas à herança de capitais obtidas por Roberto Requião via seus familiares. Foram demonstrados alguns fragmentos genealógicos dos componentes principais das duas famílias, Mello e Silva e Requião. Segundo Oliveira (2012) a estrutura social também é uma estrutura genealógica, pois:

A riqueza e a pobreza também podem ser formas sociais hereditárias, quando pensamos em termos de grandes agregados coletivos na longa duração. A genealogia é a ciência da história das famílias e fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a sociologia dos ricos e poderosos, revelando estruturas de parentescos e as relações de parentescos e as relações de parentescos entre diferentes indivíduos e famílias ao longo do tempo. (OLIVEIRA, 2012, p. 51).

---

<sup>41</sup> Trata-se de uma palavra forjada por Bourdieu a partir do modelo da palavra de Leibniz, a teodiceia, que é a justificação de Deus; a sociodiceia é a justificação da sociedade. Essa noção designa estratégias que têm como função justificar as coisas pelo fato de serem o que são. É o que seu que prefiro suprimi-la põe vagamente dentro da noção de ideologia, que é tão vaga e obscura que prefiro suprimi-la e substituí-la por sociodiceia – é mais bárbaro, mas é mais preciso. As estratégias de sociodiceia – é mais bárbaro, mas é mais preciso. (BOURDIEU, 2014, p. 319).

<sup>42</sup> Ver anexo 4.

### 3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

“A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer, e toda a experiência histórica o confirma, que não se teria jamais atingido o possível se não houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe, e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que permaneça capaz de dizer ‘a despeito de tudo’, aquele e só aquele tem a vocação da política”

(WEBER, 1967, p.55)

Nesta seção será delineada a trajetória no campo político de Roberto Requião de Mello e Silva, salientando algumas tendências ideológicas que o acompanharam até a atual conjuntura. Aprioristicamente será feita a relação de Requião com o seu único partido, o PMDB, desde sua gênese (*insights* da formação histórica do MDB para o PMDB) até a relação controversa do político com alguns membros pemedebistas, devido às eleições de 2014. Em seguida, será realizada, de forma pormenorizada, uma exposição dos principais feitos de Roberto Requião no poder legislativo e executivo, ressaltando os principais programas sociais realizados, e também, o grupo político que o acompanhava nestas gestões.

#### 3.1 O PMDB PARANAENSE E ROBERTO REQUIÃO

A temática que aborda partidos políticos e fidelidade partidária está no epicentro das discussões literárias que envolvem estudos sobre o comportamento eleitoral, tanto na abordagem consagrada da escola de Michigan quanto na abordagem da escolha racional.

O tema que se refere à ideologia partidária é tratado de forma distinta na literatura. A nomenclatura *continuum* direita-esquerda era mais adequada no período do bipartidarismo, sendo que o que visualizamos em nosso país, em especial no Paraná, são partidos políticos indiferenciados ideologicamente.

Falar em PMDB, no estado do Paraná, é remeter-se ao político Roberto Requião de Mello e Silva, o qual foi um dos principais militantes do MDB no período

do bipartidarismo e que teve o privilégio de ser o filiado número um do atual PMDB local<sup>43</sup>. Dentro da esfera partidária, o político fez vários amigos e inimigos.

Figueiredo e Limongi (1999) colocam uma tese pertinente em relação à indisciplina, a qual seria o padrão de votação dos deputados no plenário da Câmara, marcado por votações considerando os interesses pessoais e desconsiderando os apelos das lideranças. Este fato pode ser considerado um simulacro do que aconteceu no Paraná em 2014, cuja divisão dá-se por duas alas distintas e antagônicas: de um lado, uma parte do PMDB que não quer candidatura própria e, sim, apoiar incondicionalmente o atual governador do Estado, Beto Richa, do PSDB; do outro, há a ala que luta pela candidatura própria e apoia Roberto Requião de Mello e Silva como candidato ao governo do Paraná, a qual saiu vitoriosa em Convenção.

### 3.1.1 Do MDB ao PMDB: contexto histórico

Com o surgimento da ditadura militar no Brasil, em 1964, os governos estaduais sofreram profundas transformações. Suas lideranças políticas também foram afetadas, pois estavam cada vez mais condicionadas ao militarismo e ao governo central. Neste contexto histórico, fez-se prevalecer, no perfil do administrador público, a ideia de um analista, planejador e realizador, subentendendo-se, fundamentar sua legitimidade no campo da competência técnica (“tecnocracia”), e não da política. Os que defendiam o regime militar julgavam que a eficiência do Estado era determinada por critérios científicos e não pela vontade política popular, suprimindo-se, assim, o princípio de cidadania. Esse regime estava sendo questionado em vários sentidos, principalmente com relação à política econômica. Desta maneira, certos militares descontentes com a política externa se atrelavam a trabalhistas e liberais para formar uma oposição ao regime.

Os militares, temerosos com o avanço dessa oposição e, principalmente, com a proximidade das eleições regionais de 1966, decretam o Ato Institucional número 2, no ano de 1965, que acabava com as eleições para o Executivo na esfera federal e estadual. Esse ato anulou a existência dos antigos partidos políticos, mantendo somente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento

---

<sup>43</sup>Ver anexo 5.

Democrático Brasileiro (MDB). Esse acontecimento ficou conhecido historicamente por bipartidarismo.

A ARENA era chamada “frente da situação”, pois apoiava o regime militar e era composta por alguns dissidentes da extinta União Democrática Nacional (UDN), da ala conservadora do PSD e também de outros partidos de direita. Já o MDB, ao contrário da ARENA, era considerado como “frente de oposição” legal, composto de uns poucos militares descontentes, como já salientado, em sua maioria oriunda do PTB, e também da ala esquerdista do PSD, PS, PSP, sendo, portanto, uma oposição que se estabeleceu dentro do próprio regime.

Ao analisar os números de filiações na ARENA e no MDB, com relação aos deputados estaduais pertencentes aos partidos existentes até 1965, destacou-se uma considerável vantagem favorecendo a ARENA. Isso nos leva a observar que, no contexto paranaense, houve uma adesão massiva de todos os partidos da base governista, com única exceção ao Partido Trabalhista Brasileiro, que se manteve em oposição ao regime.

TABELA 1 - PARTIDOS EXISTENTES ATÉ 1965 E NÚMERO DE REPRESENTANTES, NÚMERO DE FILIAÇÕES À ARENA E AO MDB (PARLAMENTARES ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

PARTIDOS EXISTENTES	NÚMERO DE REPRESENTANTES	NÚMERO DE FILIAÇÕES	
		ARENA	MDB
Partido Democrata Cristão com aliança ou coligação	8	6	2
Partido Trabalhista Nacional - União Democrática Nacional	9	8	1
Partido Social Democrático	10	10	0
Partido Trabalhista Brasileiro	8	6	2
Partido Trabalhista Nacional	15	3	12
Partido Social Progressista	1	1	0
Partido Republicano	2	1	1
Partido Republicano	1	1	0
Total de filiações	54	36	18

Tanto a ARENA quanto o MDB nasceram com grande dificuldade no que concerne à questão identitária. O primeiro nasce com o estigma de “governista”,

durante a vigência do militarismo, com discurso dirigido às classes médias, herdado da UDN, assim como a defesa de um antirreformismo que repudiava o trabalhismo, principal questão abordada no período getulista. Já o MDB passou por crises, principalmente no início de sua formação, pois não havia formado forte identidade. O principal fator para o crescimento do partido esteve arrolado em seus discursos voltados às massas, as quais se sentiam lesadas pela falta de democracia. Esse aspecto foi herdado do PTB de 1940 e 1950, que tinha como meta “amparar” os trabalhadores dos centros urbanos. O MDB necessitava coordenar, em seu interior, interesses diversos, oriundos de várias alas oposicionistas que encontravam, na legalidade conferida ao partido, a única forma de sobrevivência durante o regime de exceção.

Com a crise ocasionada pelo fim do “milagre econômico”, a situação ficou trágica para a ARENA, característica que permitiu à oposição capitanear um maior número de adeptos. Nas eleições de 1974, o MDB demonstrou seu vertiginoso crescimento, venceu as eleições para o Senado e para a Câmara Federal, perdendo somente a eleição para a Assembleia Legislativa do Paraná. O deslocamento do MDB de partido, sob a tutela estatal, para um partido que se demonstrava competitivo e conquistava a opinião pública, provocou o descontentamento dos militares.

Para conter o avanço do MDB, foi promulgada a Lei Falcão, que proibia a propaganda eleitoral nos meios de comunicação de massa. A ditadura também viu a necessidade de tomar outras medidas para que o MDB não obtivesse a maioria no Congresso, nas eleições de 1980. Assim, no ano de 1979, o então presidente Figueiredo instituiu a Emenda Constitucional número 11, que tornava obrigatória a palavra “partido” antes da sigla, além de coibir as coligações interpartidárias. Com essas mudanças, almejava-se renovar o partido governista para que este se tornasse competitivo diante da eminência do retorno ao regime democrático. (FLEISCHER, 1988).

Em 1979, decretou-se um conjunto de reformas, entre elas a que extinguiu o bipartidarismo e estabeleceu eleições diretas para governador, permitindo o pluripartidarismo. Com essa medida, foram criados o PMDB (oriundo do antigo

MDB), o PP<sup>44</sup>, o PDS (antiga ARENA), o PDT (oriundo do PTB) e o PT, este surgindo com propostas mais delineadas que iam além das questões reformistas.

Apesar do retorno ao pluripartidarismo, o cenário eleitoral permaneceu bipolarizado entre o PMDB<sup>45</sup> e o PDS, pois estes já haviam construído estruturas nacionalizadas ainda durante o regime militar e, conseqüentemente, possuíam vantagens em relação aos demais partidos recém-criados.

Segundo Abrucio (1998), o fortalecimento dos governadores, no sistema político, nasce conjuntamente com a redemocratização, tendo origem na crise do modelo centralizador e "unionista" de relações intergovernamentais, montado pelo regime militar. Abre-se, assim, um ciclo descentralizador que foi chamado pelo autor de "federalismo estadualista".

No contexto paranaense, a ARENA demonstrou expressividade com o retorno de Ney Braga ao governo do Paraná, no ano de 1978. Esse partido venceu as eleições para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal, com uma pequena margem de diferença em relação ao MDB.

Apesar de a ARENA elaborar leis que coíbiam a ascensão do PMDB, o comportamento eleitoral da população paranaense evidenciou-se em favor deste, com a vitória de José Richa para o governo do Estado em 1982, quando, enfim, os paranaenses puderam votar e escolher seu governador depois de uma interrupção de dezessete anos no processo democrático, pelo qual Paulo Pimentel havia sido o último governador eleito por voto popular, em 1965.

Segundo Heller, "nas eleições de 1982, a oposição, o PMDB principalmente, aumenta sua representação na Câmara Federal e faz nove governadores estaduais.

---

<sup>44</sup> De acordo com Bega (1990) no Paraná, a incorporação do PP traz o suporte financeiro que viabilizaria a sua vitória. Mas, ao mesmo tempo, retira da ala esquerda a hegemonia na elaboração do discurso do partido. Mas a perda de hegemonia não é clara no processo. Ao ser colocada a candidatura Richa como a única da oposição no Paraná, ele, candidato, precisa de um respaldo técnico para a sua campanha. Apoiado por alguns deputados e militantes remanescentes da democracia cristã e do PCB, busca, junto aos antigos militantes do movimento estudantil, o conteúdo teórico e as informações "técnicas" (diagnósticos críticos e confiáveis sobre a realidade paranaense) que faltavam para a construção de seu programa. Isso possibilitou que intelectuais que já atuavam dispersamente, no partido ou junto aos movimentos sociais, se aproximassem e se aglutinassem em torno da elaboração das diretrizes.

<sup>45</sup> O PMDB do Paraná em 1982 compunha-se dos trabalhistas, remanescentes do PTB: os democratas-cristãos e alguns militantes dos partidos de esquerda que não foram banidos do processo político. Há também os intelectuais e teóricos sem militância política anterior, que, assumindo uma postura crítica ao regime (seja por uma formação teórica marxista, seja pelo convívio no dia-a-dia com a miséria da população), definem-se pelo único partido que lhes permitia alguma atuação política. (BEGA, 1990, p.30).

No Paraná, nas eleições majoritárias, José Richa e Álvaro Dias são eleitos respectivamente governador e senador”. (HELLER, 1988, p. 34).

TABELA 2 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO, POR CANDIDATO E PARTIDO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, NO PARANÁ, 1982

CANDIDATOS	PARTIDO	ABSOLUTO	%
José Richa	PMDB	1.716.370	53,5
Saul Raiz	PDS	1.218.649	35,2
Hamilton Magalhães	PTB	30.207	0,9
Edésio Passos	PT	12.025	0,2
Edson As	PDT	6.680	0,2
Branços		239.907	7,5
Nulos		74.536	2,3
Total		320.834	100

FONTE: IPARDES.

Com José Richa<sup>46</sup> o governo, inicia-se o processo de “abertura”<sup>47</sup> no Paraná, que só é consolidado no ano de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, sendo o primeiro presidente eleito de forma direta após a ditadura. Segundo Castro (2005, p. 107), Richa assumiu o governo estadual com uma agenda que refletia os “novos tempos, já que a recessão e o desemprego batiam forte no estado”. De acordo com Bega, “o discurso referenciado nas diretrizes de governo de José Richa mostra a capacidade de síntese do grupo de intelectuais de vários setores, sob o aspecto de unificar os anseios da população.” (BEGA, 1990, p. 27). Os cidadãos estavam à espera de mais empregos e queriam maior participação no governo. Assim, em março de 1983, foi criada a Secretaria Especial

<sup>46</sup> Segundo Bega, “o discurso referenciado nas Diretrizes de Governo de José Richa, mostra a capacidade de síntese desse grupo, no sentido de unificar os interesses da população. Os interesses populares eram claros. Pretendiam um espaço de participação, de reunião, de liberdade sindical, associativa e partidária. Estavam na ordem do dia, questões essenciais como direito à moradia, à saúde, ao lazer e à educação. Isto é, discutia-se o direito a um patamar mínimo de vida como garantia da cidadania, num sentido eminentemente social: não apenas como força de trabalho, mas como beneficiário dessa produção coletiva.” (BEGA, 1990, p.).

<sup>47</sup> Também chamada de auto reforma, o termo foi empregado pela primeira vez por Ernesto Geisel (segundo presidente da ala civilista da ditadura). Ele se comprometeu a conduzir o Brasil à normalidade constitucional, sem que a ordem econômica sofresse mudanças. Como afirma Heller, “ceder em pontos secundários, preservando o fundamental, ou seja, manter o controle político e ceder em alguns pontos definidos pela oposição”. (1998, p. 35).



para Assuntos Comunitários (SEAC). Segundo Bega, “a SEAC atuava, em 1983, em três vertentes: na questão do desemprego, nas emergências e na relação política com a sociedade, onde tentava materializar as diretrizes de democratização do poder e participação comunitária”. (BEGA, 1990, p. 67).

A aprovação popular ao governo Richa fortaleceu o PMDB no âmbito eleitoral paranaense, e foi corresponsável pelas vitórias de Álvaro Dias como governador e Roberto Requião frente à Prefeitura. Com as alianças consolidadas antes das eleições, o Executivo foi estruturado de maneira a satisfazer todas as bancadas internas do partido, o que descontentou os chamados peemedebistas históricos e autênticos, gerando conflitos internos.

O PMDB assumiu novas características. Em primeiro lugar há que se destacar a ênfase atribuída ao crescimento organizacional; em segundo, passou a prevalecer dentro do partido uma política de atração, que levou inúmeros militantes de outros partidos a se filiarem ao PMDB. As questões doutrinárias foram relegadas a um plano secundário, prevalecendo a preocupação com questões mais práticas e mais diretamente eleitorais. Essa disposição do PMDB em aceitar todos os que se dispusessem a entrar para o partido provocou uma grande evasão no PDS, partido tradicionalmente governista. (BREPOHL, 2001, p. 64).

Após as eleições de 1982, o PMDB dominou em absoluto o Paraná. Através dos comportamentos eleitorais da população paranaense, depois da redemocratização, foi possível constatar que parte das escolhas feitas pela população levou em conta aspectos do partido, como as propagandas com acordos clientelísticos e a melhor organização partidária.

Os candidatos vencedores foram aqueles que realizaram discursos identificados com posições partidárias de centro-esquerda. Essa conduta tomada pela população é explicável pelo fato da saturação do regime anterior, que suspendeu praticamente os direitos básicos dos cidadãos. Qualquer partido que assumisse uma postura diferenciada, devolvendo a cidadania “roubada”, iria obter êxito nas eleições seguintes. Segundo BEGA (1990), é necessário contextualizar as eleições de 1982, cujo caráter plebiscitário era visível. Desse modo, a autora profere:

[...] tratava-se de romper com o regime autoritário, representado politicamente pelo PDS no poder, e, nesta circunstância, o PMDB aparecia como o único partido em condições objetivas de realizar esse enfrentamento. No seu ideário reformista, cabiam as grandes questões nacionais daquele momento: a luta pelo restabelecimento do estado de direito; o enfrentamento da concentração de renda e do arrocho salarial; a

necessidade de romper com a centralização do poder através do estabelecimento de canais de representatividade e participação legítimos para a sociedade. Portanto, ao colocar como Diretrizes de Governo a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria nas condições de vida, o partido catalisa reivindicações e interesses dos mais variados setores da sociedade, com um caráter eminentemente policlassista. (BEGA, 1990, p. 16).

A vitória do PMDB, no estado do Paraná, representou o alto índice de insatisfação dos eleitores com o regime militar. Dessa forma, o partido pôde elaborar uma plataforma política de acordo com os anseios da população, envolvendo garantias básicas de direitos e maior participação na esfera estadual. De acordo com Bega (1990),

O discurso referenciado nas Diretrizes de Governo de José Richa mostra a capacidade de síntese desse grupo, no sentido de unificar os interesses da população. Os interesses populares eram claros. Pretendiam um espaço de participação, de reunião, de liberdade sindical, associativa e partidária. Estavam na ordem do dia questões essenciais como direito à moradia, à saúde, ao lazer e à educação. Isto é, discutia-se o direito a um patamar mínimo de vida como garantia da cidadania, num sentido eminentemente social: não apenas como força de trabalho, mas como beneficiário dessa produção coletiva. (BEGA, 1990, p. 27).

As campanhas das “Diretas Já” mobilizaram o país. Em Curitiba, no ano de 1984, com a presença de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, foi realizado o primeiro comício em prol das eleições diretas para presidente, marcando um novo ciclo com a participação direta do povo na vida política no Brasil, como afirma Heller:

[...] a campanha das ‘diretas já’ em 1984 e a reunião do Colégio Eleitoral em 1985 marcaram o fim do regime militar. A transição democrática é o período histórico determinado pela ascensão de setores democráticos e progressistas à superestrutura do poder estatal, em acordo com setores e forças que já participavam de governos estaduais e municipais. (HELLER, 1988, p. 33).

TABELA 3 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO PARANÁ, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, POR CANDIDATO MAIS VOTADO – 1986/1998.

Candidato	Partido/Coligação	1986		1990**		1994		1998	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Álvaro Dias*	PMDB/PND	2347795	57,1						
Alencar Furtado	PDT/PFL/PMB/OS	797292	19,4						
José Carlos Martinez	PRN/PFL/PSC/PDC			1129191	26				
Roberto Requião*	PMDB/PMN/PT do B			1073926	24				
José Richa	PSDB/PCB/PC do B			677714	15				
Henrique Pizzolato	PT/PSB			192264	4,4				
Jaime Lerner*	PDT/PTB/PFL/PV/PSDB					2070970	43,7		
Álvaro Dias	PPR/PMDB/PMN/PP					1455648	30,7		
Jaime Lerner*	PPB/PTB/PSL/PST/PTN/PSC/PL/PPS/PFL/PRN/PSB/PSD/PRP/PT do B							2031290	40
Roberto Requião	PDT/PT/PMDB/PCB/PAN/PV/PRTB/PSN/PMN/PC do B							1786149	36
Outros		176007	4,3	63808	1,5	249211	5,3	72974	1,4
Branco		608021	14,8	530669	12	690208	14,5	678968	14
Nulos		184782	4,5	725708	17	277667	5,9	466350	9,3
Total		4113897	100	4238091	100	4743804	100	5035686	100

FONTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. (\*) CANDIDATO ELEITO. (\*\*) RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO

### 3.1.2 PMDB paranaense: o partido à *catch-all*

Para um entendimento mais estruturado sobre a *doxa* dos partidos políticos, ressaltando o PMDB como foco deste estudo, utiliza-se alguns insights da teoria sobre partidos políticos. Seguindo a metodologia weberiana, Maurice Duverger (1979), em sua obra *Os partidos políticos*, realiza um diagnóstico histórico-comparativo dos partidos da Europa Ocidental, estabelecendo tipos interessantes de organizações, ressaltando que os partidos conservam traços de seu modelo de origem. Preservando tais características de gênese, o autor estabelece duas tipologias: o partido de massa e o partido de quadro. A respeito do primeiro, trata-se de organismos originados por influência de instituições pré-existentes, cujas oportunas atividades situam-se à margem da eleição, tais como igrejas, sindicatos, agrupamentos industriais, bancos, entre outros. Devido a esta origem, os componentes deste grupo possuem um vínculo e uma conexão que extrapolam o momento das eleições, havendo um empenho duradouro entre os partidários. Desta forma, um partido de massa pode ser definido como um partido que exerce uma fascinação sobre o público, “um público pagante”, que permite à campanha eleitoral

escapar às servidões capitalistas. Esta tipologia partidária está junto ao público que recebe uma educação política e aprende o meio de intervir na vida do Estado. Por outro lado, os partidos de quadro são originados no interior de grupos parlamentares, não possuindo uma organização complexa, e suas atividades, enquanto partido, estão restritas ao momento eleitoral (DUVERGER, 1979).

Os partidos de quadro correspondem aos partidos dos notáveis do século XIX, e aos partidos conservadores do século XX que, historicamente, procedem de grupos compostos por elites econômicas e políticas organizadas, as quais buscam angariar apoio eleitoral de outros setores, diante da emergência do sufrágio. Logo, o partido de massa surge com a expansão do sufrágio universal, ainda no final do século XIX e início do XX, através da inclusão das massas na esfera política. Para Duverger (1979), a superioridade do partido de massa em relação a sua adaptabilidade às condições da democracia moderna, induziria os partidos de quadro a seguir determinados atributos organizacionais de seus concorrentes.

Considerando toda a dinamicidade característica dos partidos, há a necessidade da elaboração de novas tipologias, pois a definição de massa e quadro já não abrangia toda a complexidade política presente nos anos de 1960. Discursos mais plurais são proferidos para responder, por um lado, a complexidade de interesses dos eleitores e, por outro, permitir que o partido obtenha êxito eleitoral. Enquanto Duverger (1979) avalia o partido de massa como a organização moderna por excelência, mais adequada às sociedades industriais, Kirchheimer (2012), afirma que, tanto os partidos de quadro quanto os partidos de massa foram pressionados a se transformar em *catch-all*, ou seja, partido que tem como finalidade a atração do número máximo de eleitores. Assim, este partido deve entrar no pensamento dos eleitores como se fosse uma mercadoria ou uma marca no mercado de artigos de consumo de massa, seguindo a lógica globalizada.

Ao considerar o cenário da sociedade globalizada, onde tudo é transitório e incerto, os aspectos tradicionais estão perdendo espaço para as possíveis novidades. É possível destacar uma crise nos aspectos ideológicos que contribuíam para o processo de diferenciação entre os partidos, os quais são substituídos por um maior pragmatismo, de forma que o programa político ideal é aquele capaz de atrair o maior número de votos, contemplando demandas plurais, seguindo a lógica da sociedade. Em termos práticos, de acordo com Kirchheimer (2012), a debilidade dos laços ideológicos entre os partidos e o eleitorado limita o poder de

representatividade, pois há uma dificuldade junto ao eleitorado em diferenciar os partidos e escolher, no ato do voto, aquele que melhor representa seus interesses. Consistindo em praticamente um negócio, as questões ideológicas e os militantes de base foram perdendo espaço para temas e programas que representavam grupos e interesses específicos. Os partidos, por não possuírem uma clientela específica, adotaram políticas universalistas e procedimentais, pois só estas são capazes de ampliar o seu mercado eleitoral.

De acordo com Mainwaring (2001), os partidos políticos brasileiros podem ser classificados em duas categoriais principais: os partidos *catch-all* e os partidos de esquerda. A primeira categoria contemplaria todos os partidos de direita e centro-direita (PFL, PDS, PTB, PL, PTR, PDC e PMDB, para citar alguns); já a segunda categoria seria composta, basicamente, pelo PT, PC do B e PCB/PPS, uma vez que o PDT e PSB deveriam ser classificados em uma categoria intermediária (MAINWARING, 2001, p. 211).

Mainwaring (2001) analisa alguns aspectos da organização dos partidos *catch-all* no Brasil, referente às suas relações com os políticos, à autonomia individual dos seus parlamentares e sua debilidade enquanto organização. As características gerais encontradas pelo autor são as de partidos pouco disciplinados no Congresso, e que raramente obrigam os políticos a seguirem o voto da liderança; baixo grau de fidelidade partidária; foco nos candidatos e não nos partidos, principalmente em virtude da origem dos recursos financeiros que, em geral, não advém dessas organizações. No caso do PMDB nacional, pode-se ressaltar algumas estratégias de manutenção de poder, reportando-se a negociatas de cargos no governo federal; já o PMDB paranaense ainda preserva nuances ideológicas do “MDB”, graças a seu agente político principal: Roberto Requião de Mello e Silva.

### 3.1.3 As antinomias na atual conjuntura do PMDB paranaense

A estrutura de qualquer campo, enfatizando o político, que se configura como nosso objeto central de análise, é definida pelas relações de força entre os agentes ou instituições ou, ainda, pela estrutura de distribuição do capital específico oriundo de lutas anteriores, objetivado nas instituições e incorporado nas disposições que orientam as estratégias. Esta estrutura de distribuição está na base das transformações do campo político e manifesta-se por meio de estratégias de

conservação ou de subversão da estrutura produzida por ela própria. O conjunto de estratégias anteriores de cada agente e de seus concorrentes determina a posição que os mesmos ocupam na estrutura do campo, e os investimentos dos políticos dependem de sua posição atual e potencial neste campo, bem como a importância de seu capital atual e potencial de reconhecimento.

Nas concepções bourdieusianas, um campo configura-se, entre outras coisas, através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos, que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos, o que geralmente não é notado por quem não foi formado para participar deste campo. Assim, cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, percebida, muitas vezes, como insensato, nobre ou desinteressado. Para o funcionamento harmônico de um campo, é necessário que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que implique no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes. O *habitus* é, ao mesmo tempo, um “ofício”, um capital de técnicas, de referências, um conjunto de “crenças”, com a propensão a dar importância às propriedades que se atêm à história, à posição hierárquica que configuram como condição de funcionamento do campo e o produto desse funcionamento pode consagrar um determinado tipo de *habitus*, já mais ou menos estabelecido.

A estrutura do campo consiste em um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta, ou seja, na distribuição de capital específico que, acumulado nas lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Esta estrutura que consiste na gênese das estratégias destinadas a transformá-la está sempre em jogo: as lutas, cujo espaço é o campo, objetiva o monopólio da violência legítima (autoridade específica), que é característica do campo considerado; isso consiste na conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico.

O campo político apresenta-se dividido em duas alas: as que em um estado peculiar da relação de força, monopolizam o capital específico, defendem a ortodoxia e tendem às estratégias de conservação; e a outra é composta pelos que possuem menos capitais e tendem às estratégias de subversão – as da heresia, são os heterodoxos, os quais promovem uma ruptura crítica, frequentemente ligada à crise, juntamente com a *doxa*, que faz com que os dominantes saiam de sua zona de conforto para defender a ortodoxia (pensamento de direita), visando restaurar a

adesão silenciosa da *doxa*. O papel dos heterodoxos é primordial para que aconteçam as mudanças dentro do campo político, mais especificamente nos partidos políticos.

No período em que vigorava a ditadura militar, o MDB (que posteriormente transformou-se no PMDB) foi estruturado para ser uma espécie de “oposição” ao sistema ditatorial; era a oposição permitida dentro da *doxa* do militarismo. Com a redemocratização do Brasil e a explosão dos movimentos populares ansiosos por mudanças, o PMDB foi um dos protagonistas desse processo e foi um campo propício para o surgimento de políticos que dialogavam com as massas populares. Salientando o PMDB do estado do Paraná, é *necessário* ressaltar que seu maior expoente é o político Roberto Requião de Mello e Silva; no imaginário de qualquer paranaense, pensar em Roberto Requião é imediatamente lembrar-se do PMDB. Como já foi destacada anteriormente, a relação de Roberto Requião com o MDB, e posteriormente com o PMDB, é salientar o que o agente político em questão pensa sobre o partido no qual está inserido.

A concepção que Roberto Requião tem sobre as questões partidárias pode ser compreendida através de suas próprias palavras:

Eu acho que não existe partido. Partido é uma coisa por fazer, você fala em partido como quem fala numa igreja. A igreja resiste? Não sei. A igreja é iluminada pelo Espírito Santo; o partido é o produto da inteligência, da criatividade, do trabalho, da qualidade e da decência dos seus membros, que somos nós, de um partido ou de outro. O partido é tão vulnerável quanto é a sociedade. O partido no Brasil, hoje, é um vir a ser. Não existe um partido estruturado<sup>48</sup>.

Nesta passagem, podemos salientar a autonomia dos partidos políticos com o advento da Constituição Federal Brasileira, a partir da qual foram dotados de autonomia e personalidade jurídica (registrando seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral), transformando-se praticamente em uma “empresa privada”. No capítulo V, artigo 17, a Constituição da República Federativa do Brasil<sup>49</sup> trata sobre partidos políticos.

<sup>48</sup> Retirado do jornal ‘O Estado do Paraná’, 02/10/1988, p. 8.

<sup>49</sup> Art. 17: É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I – Caráter nacional; II – Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III – prestação de contas à justiça eleitoral; IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei;

Requião lançou seu nome na convenção do partido, para as eleições de 1994, à Presidência da República, mas acabou perdendo o direito de disputar estas eleições para Orestes Quércia, forte liderança do PMDB paulista. Quanto a este fato, Requião profere:

Por imposição de consciência e pelo compromisso político-ideológico que tenho assumido ao longo de minha vida pública, coloquei meu nome à convenção nacional do meu partido, o PMDB, como aspirante à Presidência da República. Não se trata de uma manifestação de vontade pessoal ou de vaidade. Trata-se, sim, em primeiro lugar, de uma manifestação da minha crença em que o PMDB pode, e deve, retomar a sua história de coragem, resistência, firmeza e dignidade, e, em seguida, da expressão da minha convicção de que devemos colocar todas as nossas potencialidades a serviço de um projeto de transformação profunda da sociedade brasileira.<sup>50</sup>

Com o passar dos anos, o PMDB continuou relevante no cenário político paranaense, por contar com Requião no partido, o qual é filiado número 1 da sigla. O político em questão, apesar de pertencer ao PMDB, expõe seus projetos e programas, na maioria das vezes, de acordo com seus ideais, independentemente do aval de seu partido:

Minhas credenciais, quem as fornece é o meu povo. Suas dores e desesperanças, seus anseios e sonhos. Minhas credenciais têm a marca das ruas, do salário mínimo, do desemprego, da falta de moradia e comida; a marca da marginalização de dois terços da população brasileira, dos benefícios mínimos do desenvolvimento que não têm acesso ao consumo básico. Essas são as minhas credenciais: de quem fez, e faz política, prioritariamente, identificado com as reivindicações e o clamor das ruas e dos campos. O ponto de partida das minhas candidaturas sempre foi a casa do meu povo. Foi sentado à sua mesa que fiz meu plano de governo. E, em coerência com esse compromisso, jamais busquei evitar ou tangenciar o contraditório. Tenho a convicção de que, sem o enfrentamento, jamais será possível cumprir um programa de governo justo, ético e a favor dos que efetivamente precisam do Estado.<sup>51</sup>

---

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

(BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988).

<sup>50</sup> Artigo de Roberto Requião: “Confrontar para transformar”.

<sup>51</sup> Fragmentos extraídos do artigo elaborado por Roberto Requião: “Confrontar para transformar”.



Apesar de alguns entraves com o PMDB, Requião almejava que o partido recuperasse as raízes do antigo “MDB velho de guerra” e do próprio PMDB da década de 80, no qual o interesse que prevalecia era o princípio basilar da Constituição de 1988, principado na dignidade da pessoa humana e no direito de liberdade de expressão, que foram suprimidos no período militar. Segundo Requião, na atualidade, os interesses do PMDB tomaram outros rumos, pois:

Eu acho que a estrutura partidária se desmoronou. Eu continuo me considerando um peemedebista no exílio porque eu acho que o PMDB no Brasil como estrutura partidária é o grande passo para a construção do partido. Ele não é ainda um partido, é uma federação de interesses. De uma forma mais sensível às injustiças, os desejos de mudanças ainda continuam no PMDB, mas os partidos em geral estão desmoralizados. Vocês não podem esquecer que eu quando fui candidato a governador tirei a sigla do PMDB do horário eleitoral da televisão, eu criei o MDT, para evitar a rejeição que o PMDB tinha no Estado. Agora isto não significa que a base do PMDB não tenha entrado com muita garra na campanha, mas a população de uma maneira geral e ampla não tem mais paciência com partido político.<sup>52</sup>

Para Requião, o PMDB era composto por dois grandes grupos: os peemedebistas históricos, comprometidos com a aquisição e consolidação de direitos sociais, e o novo PMDB, marcado por um ecletismo de interesses que dificultava a coordenação nacional do partido. Esse dilema destacado pelo político em 1991 tornou-se a principal característica do PMDB, permitindo que este obtivesse uma enorme margem de manobra e negociações políticas no interior dos gabinetes presidenciais posteriores e, também, na composição dos Executivos Estaduais e Congresso Nacional (FERREIRA, 2001). Nesta última casa, o PMDB é o maior partido brasileiro em número de representantes.

Apesar das críticas que descaracterizam o PMDB como um partido, cabe salientar que, embora sua identidade esteja fragmentada no âmbito nacional, na esfera paranaense, durante muitos anos, a identidade do partido estava atrelada diretamente ao seu personagem principal, Roberto Requião. Esse cenário foi reconfigurado com a cisão do PMDB em duas alas distintas: de um lado os que apoiam o governo atual do Paraná; de outro os que querem que o partido indique um candidato próprio. Esta antinomia, no PMDB paranaense, é ressaltada na fala de Requião<sup>53</sup>:

---

<sup>52</sup> Extraído do jornal ‘Correio’ datado de 22/12/1991, p J-V 04.

<sup>53</sup> Extraído da Revista Caros Amigos, Fevereiro de 2014.

Mas o PMDB não se organizou como um partido. No estatuto é uma coisa, é o partido que não se subordina às decisões do grande capital, é o partido dos excluídos, dos negros, das mulheres, dos trabalhadores, das classes populares desligadas do interesse do grande capital. Na prática o que ele tem sido? Um partido lutando pelo poder. Eu vejo isso na Assembleia Legislativa, no Congresso todos os dias. Cada um está interessado na sua reeleição. Ninguém tem visão de economia, não tem visão global, o projeto nacional não existe para parlamentares. Vou levar para o meu município uma creche, uma escola e daí vota o fim da Petrobras, vota o assassinato do sistema elétrico sem ter a menor noção do que está fazendo.

Na sociedade contemporânea globalizada, os partidos de massas foram cedendo espaço para os partidos à *catch-all*, ou seja, partidos que tentam englobar as demandas plurais inerentes à sociedade complexa; o PMDB enquadra-se nesta tipologia. Assim, na conjuntura em que muitos partidos caem no “ostracismo”, o PMDB paranaense se mantém graças à figura de Roberto Requião, o qual apresenta postura assertiva e discursos inflamados sobre várias demandas sociais, sendo considerado o pressuposto elementar para a sobrevivência do PMDB local.

Já no campo político, a força motriz do partido são as posturas heterodoxas, porque fazem o campo sair da inércia para fomentar estratégias que podem promover mudanças em prol da sociedade ou apresentar um diferencial para a promoção de políticos que proferem discursos e fazem defesa de uma plataforma partidária mais ideológica.

### 3.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Entendemos que Roberto Requião, oriundo de uma família da elite nordestina que veio para o Paraná no século XIX (OLIVEIRA, 2001 p. 112), tem como principal característica política programas e projetos direcionados às classes desprovidas de capital econômico. Nesta seção, serão demonstrados alguns dos principais feitos de Requião no campo político. Portanto, destacaremos alguns programas e projetos que, pela sua importância, ficaram conhecidos até mesmo na esfera nacional, inaugurando o estilo requianista de implementar políticas públicas. Requião entra para a política em 1982, como deputado estadual do Paraná, no governo de José Richa, o qual tinha como “pano de fundo” o período da redemocratização do poder. Para tanto, propôs uma gestão participativa, realizando, através de suas secretarias, uma série de encontros e debates com organizações sociais para situar prioridades de sua gestão. Conforme Magalhães (1999),

Foi como que um resgate da cidadania, estimulado a partir dos aparelhos de Estado, que dessa forma se inseriam nos debates que os atores sociais organizados faziam antes apenas nos limites de suas próprias organizações. Seu resultado mais importante foi a desmistificação do caráter tecnocrático das políticas públicas e de suas próprias organizações. (MAGALHÃES, 1999, p. 167).

### 3.2.1. Deputado estadual (1982)

Em 1982 Requião foi eleito deputado estadual com trinta e três mil, trezentos e quatorze votos, no então governo de José Richa. Seu mandato foi marcado pela independência, denúncia da corrupção e defesa dos interesses populares.

Nesse período, Requião viabilizou alguns projetos<sup>54</sup> de lei, regulamentando diversas associações de moradores e igrejas em prol das classes populares, porque, na década de 1980, os movimentos sociais tiveram grande visibilidade na esfera nacional e muitos políticos estavam diretamente engajados nas lutas desses movimentos, sendo eleitos para legitimar a luta dos mesmos. Requião teve todo o início do seu engajamento político nas associações de moradores, nos movimentos dos taxistas, entre outros. Ele propôs um projeto de intensa polêmica, no qual proibia os ocupantes de cargos do Poder Executivo de receber mais de uma remuneração. Tal projeto foi arquivado. Participou também do Movimento Carestia<sup>55</sup>, do Movimento Contra o Custo de Vida, e da retomada do Movimento Estudantil do Paraná.

### 3.2.2 Prefeito de Curitiba (1986-1989)

Roberto Requião foi eleito prefeito<sup>56</sup> de Curitiba em 1985, vencendo Jaime Lerner que, posteriormente, viria a ser um de seus maiores adversários políticos. Após a redemocratização do país, a vitória de Requião representou a vitória do povo sobre as elites, o que ficava nítido em seus discursos. Em seu governo, priorizou as obras sociais em detrimento das obras físicas.

O político afirmou que a disputa para a prefeitura de Curitiba era uma questão de ordem familiar, visto que

---

<sup>54</sup> Sobre alguns projetos ver anexo 6.

<sup>55</sup> Movimento que surgiu na década de 1970. Tinha ligação com a Igreja Católica e com o PCdoB. Consistiu na união dos movimentos comunitários com os sindicatos.

<sup>56</sup> Eleito com 227.248 votos.

O meu desejo de ir à prefeitura de Curitiba estava preso ao fato de meu avô ter sido camarista em sua época, quando os vereadores eram chamados de camaristas, e como camarista ter exercido algumas vezes a direção do município. E meu pai, depois, foi vereador e foi prefeito na época das nomeações, nomeado pelo Bento Munhoz da Rocha Neto. Meu pai, posteriormente, veio a perder uma eleição para a prefeitura exatamente para o Ney Braga. Fiquei carregando dentro de mim aquelas ideias que meu pai tinha para a cidade. Na época, uma cidade de 116 mil habitantes, quando foi prefeito. Ele imaginava uma cidade com um cinturão verde de abastecimento e também já tinha uma briga pesada com o pessoal do transporte coletivo. Ele via o transporte coletivo como um serviço a ser prestado à cidade e achava que os empresários se serviam da cidade, com mau transporte e preços muito altos. Eu cresci vendo a briga do meu pai contra estes interesses e o seu desejo de realizar um projeto. Até hoje tenho na gaveta da minha escrivaninha a plataforma política para a cidade. (FARIA; SEBASTIANI, 1997, pg. 252).

Neste discurso, Requião demonstra toda a vontade de realizar os sonhos que seu pai tinha para o município de Curitiba, o que não pôde ser concretizado devido à derrota sofrida em 1954-55. As maiores preocupações herdadas por Requião de seu pai eram a respeito do transporte coletivo. Portanto, seu primeiro ato oficial frente à prefeitura foi a instituição de uma comissão da Secretaria Municipal dos Transportes, destinada a criar a Empresa Gerenciadora do Transporte Coletivo de Curitiba (EGTC) para trabalhar junto à URBS, cuja ideia pertencia ao seu pai. Requião também congelou o preço das tarifas e implantou o vale-transporte<sup>57</sup>. Ele foi o primeiro prefeito do país a instituir a Ouvidoria Geral, em 1985, assim que assumiu o cargo, tomando como base experiências que deram certo em outros países.

Quando assumi a prefeitura de Curitiba, nos primeiros momentos de redemocratização do país, percebi claramente a necessidade de abrir, aos cidadãos, a oportunidade de atuar no controle dos princípios da legalidade, moralidade, economicidade e publicidade dos atos da gestão pública, princípios que, ausentes, conduzem aos desastros que nos acostumamos a ver em todos os níveis da administração pública brasileira<sup>58</sup>.

A Ouvidoria originou-se do ouvidor-geral, este utilizado após a emancipação do Estado do Paraná. A Ouvidoria Geral funcionava como uma espécie de fiscal do cidadão contra a prefeitura, competindo ao ouvidor defender os direitos dos cidadãos junto ao poder público municipal. Quanto à formação da Ouvidoria, Requião discursou que:

---

<sup>57</sup> Criado pelo então ministro Affonso Camargo.

<sup>58</sup> Artigo de Requião: A Ouvidoria e o Desafio da Cidadania.

É comum a afirmação de falta a nós, brasileiros, de uma cultura democrática, o que torna difícil a construção de uma democracia sólida e estável. No entanto, olhando o passado recente com visão crítica, reparamos, numa crescente tomada de consciência dos brasileiros, que a partir de uma cultura de resistência ao arbítrio militar, vem se organizando e fortalecendo a sociedade civil, requisito fundamental para organização da sociedade política, na qual ocupa o centro a figura do cidadão. O conceito de cidadania toma corpo, evolui, à medida que se firma a sociedade política impondo limites à tendência de crescimento limitado do poder do Estado. (Artigo de Roberto Requião: A ouvidoria e o desafio da cidadania).

Requião alterou profundamente a estrutura administrativa da prefeitura municipal com a criação das freguesias (subprefeituras). Cada uma destas estabeleceu um conselho comunitário com autonomia administrativa e financeira para executar obras, de acordo com as necessidades locais. Com as freguesias, a população participava na definição do orçamento municipal e nas demandas de cada bairro, relacionadas às esferas sociais e da saúde.

Requião também implantou o “Mercadão Popular”, que levava comida aos bolsões de pobreza a preço abaixo da tabela da SUNAB. Era uma espécie de ônibus itinerante que, em alguns dias da semana, ficava alocado em determinados lugares da periferia de Curitiba. Este programa contava com o apoio da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), que colocava o Programa de Alimentação Popular (PAP) diretamente nas vilas, para atender às populações de baixa renda.

O político também criou a ASSOMA (Associação dos Meninos e Meninas), um programa que revolucionou o tratamento às crianças de rua. Nesta associação a criança tinha tudo que possibilitava a inclusão social, como o apoio às questões de saúde, tratamento psicológico e oferta de cursos profissionalizantes. Outro programa consistia na chamada urbanização das favelas, o qual visava dar mais segurança às pessoas que estavam sob o risco de morte constante, em decorrência, por exemplo, de fios de alta tensão em lugares impróprios e falta de água.

Requião adotou o concurso público na prefeitura, como forma de seleção de servidores, o que não acontecia anteriormente, uma vez que tais contratações eram realizadas através indicações. Também centralizou os gastos públicos, promovendo a racionalização do uso de veículos da prefeitura e cancelando um contrato de locação de 130 carros, o qual foi considerado desnecessário pelo político. Outra medida polêmica foi a redução da carga horária de trabalho no comércio, aos sábados, propiciando assim, um descanso maior para os comerciários.

Uma característica marcante que Roberto Requião inaugurou na gestão frente à prefeitura de Curitiba, foi uma gestão baseada no culto à personalidade, que será repetida no decorrer da sua trajetória, acumulando uma legião de fãs e alguns desafetos. Segundo Holanda (1936),

O culto à personalidade consiste no traço principal da cultura Ibérica, traduz-se numa supervalorização da autonomia individual, na repulsa a qualquer forma de dependência; uma espécie de "individualismo radical" que produz uma situação de luta e competição constantes na busca da autosuperação e aditamento de prestígio pessoal. "Em terra onde todos são barões não é possível um acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida." (HOLANDA, 1936, p. 5).

Todavia, a cultura centrada no culto à personalidade é obstáculo a qualquer forma de associação que tenha por base os interesses, ou seja, a probabilidade de união se estabelece através dos sentimentos, e são estes que forjam o único tipo de disciplina possível nessa situação: a obediência cega. O contrato estabelecido neste tipo de relação é o estruturado na lealdade, onde subsiste o apelo emocional.

QUADRO 2 - INTEGRANTES DO GRUPO POLÍTICO DA PREFEITURA EM 1986 E SEUS CARGOS NO SEGUNDO GOVERNO

NOME	CARGO	
	PREFEITURA	MUDANÇA DE CARGO
Adhail Sprenger Passos	Vice-prefeito	
Goya Campos	Assessor Legislativo	
Omar Akel	Coordenador de Programas	
José Maria de Paula Correia	Secretário do Governo	
Erickson Diotaveli	Secretário de Administração	
Heitor Wallace de Mello e Silva	Secretário de Finanças	
Gilberto Serpa Griebeler	Secretário Municipal do Material	
Nilson Pohl	Secretário da Comunicação Social	
Stênio Salles Jacob	Secretário dos Transportes	
Maurício Requião de Mello e Silva	Secretário das Administrações Regionais	
Glauco Souza Lobo	Secretário de Turismo	Secretária da Cultura
Omar Sabbag Filho	Secretário de Obras Públicas	Vice-diretor do NIMAD-UFPR
Nizan Pereira Almeida	Secretário da Saúde	
Carlos Frederico Marés de Souza Filho	Secretário da Cultura	
Jorge Miguel Samek	Secretário do Abastecimento	

NOME	CARGO	
	PREFEITURA	MUDANÇA DE CARGO
Elias Abrahão	Secretário da Educação	

FONTE: A autora (2015)

### 3.2.3 Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná (1989-1990)

Após deixar a prefeitura de Curitiba, Requião foi convidado pelo então governador Álvaro Dias para fazer parte do secretariado do Paraná, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Em tal posto, Requião implantou o Programa Paraná Urbano, que desenvolveu um grande número de obras na área de planejamento urbano em todo o Paraná; isto inclui a criação do PROSAM (Programa de Saneamento Ambiental do Paraná). Este programa, que contou com o apoio do BIRD, pretendia alcançar dois objetivos principais: o desenvolvimento de novos mecanismos de gestão ambiental do meio urbano e a recuperação da qualidade da água na bacia do Alto Iguaçu. Com tal intento, o programa viabilizou algumas realizações como, por exemplo, estruturar uma gestão de recursos ambientais em meio urbano; construir a barragem do rio Iraí, garantindo o abastecimento da região metropolitana; reurbanizar as áreas ocupadas nos mananciais; promover o reassentamento de famílias que estavam localizadas em áreas de alto risco ambiental; a coleta e tratamento do lixo; e a utilização do processo de reciclagem.

Assim Roberto Requião define o Prosam:

Com o Prosam, marcamos o início de uma Curitiba nova, de uma Região Metropolitana agora integrada aos padrões do Primeiro Mundo. Com os investimentos realizados pudemos oferecer emprego e vida decente a milhares de irmãos nossos. Trabalho, saneamento básico, água tratada e legislação adequada serão o nosso passe para o amanhã. O caminho do Paraná não é o caminho do desenvolvimento capitalista predatório, nem o da industrialização que arrasa o meio ambiente. Queremos indústrias que ampliem a oferta de emprego e gerem renda, mas não às custas da nossa terra e da nossa água. O nosso caminho é o de um Paraná novo, administrado com inteligência e alicerçado na solidariedade, desenvolvendo atividades econômicas limpas que garantam o crescimento, sem comprometer o futuro<sup>59</sup>.

Requião propôs a municipalização total dos atendimentos laboratoriais, isto é, todas as consultas prestadas em postos de saúde ficavam sob a responsabilidade dos municípios, com o apoio técnico e financeiro do Estado.

<sup>59</sup> Artigo de Roberto Requião: Parceiros na construção do futuro.

No setor da segurança dos paranaenses, desenvolveu a operação “Fronteira da Solidariedade”, com a finalidade de reprimir o contrabando, o roubo de carros e o assalto às propriedades; assim como a operação “Águia”, que cuidava dos casos de assaltos a ônibus; e também, a operação “Rodar”, que atuava em Curitiba e Região Metropolitana, intensificando o policiamento nos dias de pagamento salarial. Compete ainda mencionar a criação do projeto “POVO” (Policiamento Ostensivo Volante), através do qual uma equipe de policiais militares era alocada nos bairros.

### 3.2.4 Governador do Paraná – Primeiro mandato (1991-1994)

A disputa eleitoral ao governo do Estado em 1990 foi muito difícil, bastante concorrida. Desta eleição, participaram, além de Roberto Requião, o seu antigo aliado e ex-governador, José Richa, que era o favorito, e José Carlos Martinez.

TABELA 4 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO DE 1990

CANDIDATOS	SGLPAR	NOMPAR	VOTAÇÃO
JOSE CARLOS DE CASTRO MARTINEZ	PRN/PFL/PDC/PSC	COLIGAÇÃO PRN/PFL/PDC/PSC	1130612
ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA	PMDB/PMN/PT DO B	COLIGAÇÃO PMDB/PMN/PT DO B	1076177
JOSE RICHA	PSDB/PCB/PC DO B	COLIGAÇÃO PSDB/PCB/PC DO B	678402
HENRIQUE PIZZOLATO	PT/PSB	COLIGACAO PT/PSB	192497
JUSSARA TOLEDO CAVALHEIRO	PST	SOCIAL TRABALHISTA	38025
TASSO GOUVEA	PSD	SOCIAL DEMOCRATICO	25877

FONTE: A autora. Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

No segundo turno, acontece a virada de Roberto Requião, que supera Martinez com quase 400 mil votos. Nestas eleições, as campanhas dos candidatos foram marcadas pelo maciço investimento em marketing político e por agressões constantes entre eles. O aparecimento de uma figura atípica, um “pistoleiro”, vulgo Ferreirinha, contratado para defender as terras da família Martinez de invasões de posseiros, com um depoimento vinculado ao horário eleitoral afirmando que eliminava pessoas a mando de Martinez, foi um dos fatores preponderantes para desgastar a imagem do político, como também para a virada de Requião.



TABELA 5 - SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO DE 1990

CANDIDATOS	SGLPAR	NOMPAR	VOTACAO
JOSE CARLOS DE CASTRO MARTINEZ	PRN/PFL/PDC/PSC	COLIGAÇÃO PRN/PFL/PDC/PSC	1489172
ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA	PMDB/PMN/PT DO B	COLIGAÇÃO PMDB/PMN/PT DO B	1877282

FONTE: A autora. Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

O primeiro ato do governador Roberto Requião, no governo do Paraná, foi a entrega dos títulos definitivos de propriedade aos agricultores de Pitanga, cuja posse se arrastava por mais de setenta anos. Também, assinou o decreto número 22, que designava um secretário especial com a função de ouvidor geral, ao qual cabia a competência de fiscalizar os atos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; zelar pelas auditorias e análises de custos de todos os órgãos do Poder Executivo estadual; e receber e apurar denúncias, instaurando sindicâncias e inquéritos administrativos.

#### a) Políticas Sociais

Roberto Requião, em seu primeiro governo, teve um discurso político e alguns programas voltados às classes subalternas. Já na área da saúde, o político decidiu pela municipalização dos serviços. Os principais programas desenvolvidos em seu mandato foram: Programa “Casa da Família”, Programa “Panela Cheia” e Programa “Bom Emprego”. Através do Programa “Casa da Família”, a partir do qual se realizou uma análise socioeconômica da população e, conseqüentemente, uma seleção das famílias mais necessitadas, foram construídas várias casas com prestações a preços populares, possibilitando aos paranaenses a obtenção da casa própria. Nas palavras Requião:

Uma outra área que o Paraná tem despertado a atenção do país é a Política Habitacional. Um primeiro fato a ser assinalado é a coragem com que o governo denunciou o superfaturamento das obras da Caixa Econômica Federal, em conluio com algumas empreiteiras. O que foi objeto da irônica descrença num primeiro momento, tornou-se caso de polícia, com inquéritos civis e criminais em andamento. O outro fato é a consolidação de um programa inovador, que tornou possível a construção da melhor, maior e mais barata casa popular do País - casas de 48 metros quadrados, cuja prestação não ultrapassa 20% do valor do salário mínimo. Podemos anunciar, ainda, a finalização dos estudos para dois novos programas de extrema importância: o Lote da Família, que irá atender Curitiba e Região

Metropolitana, e um programa de construção de casa simples, de madeira para dar teto àqueles irmãos mais marginalizados, que habitam sob lonas ou vivem nas ruas<sup>60</sup>.

Já o programa “Panela Cheia” objetivava destinar aos agricultores empréstimos para investimentos na cultura agrícola local. A amortização dos mesmos era feita mediante equivalência-produto, ou seja, produtos agrícolas utilizados como indexadores do valor tomado. Por ser uma inovação no setor primário, esse programa tornou-se referência nacional. Roberto Requião viabilizou diversas políticas voltadas à agricultura, o que valorizou a importância deste setor para o crescimento econômico do Estado. O político discursa a respeito do setor agrícola:

Na agricultura, o Paraná demonstrou ser possível e necessário caminhar em sentido contrário à política econômica recessiva. Os programas e as ações desenvolvidas são geradores de renda e de emprego. Uma das iniciativas mais importantes, a expansão do crédito Equivalente Produto, realizado, por exemplo, no Panela Cheia. É uma iniciativa que, além de gerar renda e emprego, recupera o poder de investimento do produtor rural, não o deixando à mercê das incertezas e oscilações da política econômica. Cumpre assinalar, igualmente, os grandes investimentos feitos na preservação dos recursos naturais. A preocupação com a ecologia não é para nós simples retórica; ela se concretiza em ações que, da mesma forma que buscam preservar, visam aumentar a produtividade. Superamos, desta forma, a arraigada oposição entre preservação e produtividade, implementando uma política agrícola integrada com as políticas preservacionistas, com enormes benefícios para a produção e para o futuro das novas gerações. (Mensagem à Assembleia Legislativa, ano de 1993).

O Programa “Bom Emprego” tinha intenção de industrializar as matérias-primas nos locais onde elas eram produzidas, gerando um maior número de empregos diretos na zona rural, reduzindo, com isso, o superpovoamento das grandes cidades. Em contrapartida, foi criado o Programa “Bom Emprego Industrial”, que tinha como finalidade apoiar a implantação e a expansão de estabelecimentos industriais, criando condições para a modernização tecnológica e o incremento do emprego. A concepção estrutural do projeto preservava os princípios básicos da universalidade de acesso, da automaticidade de enquadramento, da redução dos custos financeiros e da descentralização de investimentos. De acordo com Requião, o “Bom Emprego Industrial” afastava o poder discricionário das autoridades fazendárias ou do Estado, permitindo que as empresas, uma vez cumpridas as

---

<sup>60</sup> Mensagem à Assembleia Legislativa, 1993.

exigências básicas estabelecidas claramente por decreto, estivessem automaticamente habilitadas.

Outro programa de extrema importância foi o “Força Rural<sup>61</sup>”, que visava proporcionar melhorias aos trabalhadores do campo, que desprovidos de necessidades básicas, viviam em condições sub-humanas. Conforme justificativa de Requião,

Ao lançar o *New Deal*, o presidente Roosevelt disse que se as cidades queimassem, os campos se levantariam e as reconstruiriam, mas, se os campos queimassem, as cidades morreriam de fome. Daí porque, ao sintetizar sua política, Roosevelt afirmava: em cada panela, uma galinha – em cada propriedade, um poste de energia elétrica. O presidente norte-americano, com sua visão de estadista, sabia avaliar a importância do campo para a construção de uma sociedade equilibrada e justa. Se o campo não se modernizar, se a agricultura e a pecuária não evoluírem teremos dificuldades imensas para alimentar nossa gente, e o ingresso no primeiro mundo não passará de miragem.<sup>62</sup>

Com o Programa “Paz na Terra”, os conflitos fundiários foram vistos sob uma nova ótica, preconizando a paz entre as classes agrárias. Cabe lembrar, ainda, do programa “Água Limpa”, o qual objetivava a recuperação dos mananciais do Paraná e, com isso, a preservação do meio ambiente.

Na área de assistência social, foram implementados alguns programas voltados ao atendimento à criança e ao adolescente infrator e à população socialmente marginalizada. O eixo central seria o programa “Meu Irmão”, que foi se desdobrando em outros subprogramas, como o “Clube do Irmão Caçula”<sup>63</sup>; “Escola Irmão Cidadão”<sup>64</sup>; “Irmão do Futuro”<sup>65</sup>; “Irmão Aprendiz”<sup>66</sup>; “Irmãozinho”<sup>67</sup>; e “Irmão Maior”<sup>68</sup>.

---

<sup>61</sup> Extensão de redes elétricas para o atendimento ao homem do campo, com a ligação elétrica a preços populares.

<sup>62</sup> Artigo de Roberto Requião: Força Rural.

<sup>63</sup> Programa complementar a família e à escola, que visava o atendimento de crianças de 6 a 13 anos que estivessem frequentando escolas de bairros e cujos pais trabalhavam fora, não tendo condições de dar apoio familiar adequado.

<sup>64</sup> Visava o atendimento de crianças e de adolescentes de 6 a 18 anos que não estivessem frequentando escola formal, com ou sem vínculo familiar.

<sup>65</sup> Visava o atendimento de adolescentes infratores que necessitavam de atendimento integral e iniciação profissional.

<sup>66</sup> Visava à preparação e o encaminhamento profissional de adolescentes oriundos de famílias carentes.

Já na área relacionada ao trabalho e assuntos comunitários, alguns programas tiveram destaque, como o “Programa Estadual de Formação Política do Trabalhador”, que tinha como intento proporcionar aos diferentes segmentos de trabalhadores, a oportunidade de acesso à formação sócio-política, como modo de fortalecer a organização classista. E também o “Programa de Apoio aos Movimentos Populares”, que visava contribuir para a elevação da organização dos movimentos populares.

#### b) Política de Segurança Pública

Constitucionalmente, a segurança é direito e responsabilidade de todos e dever do Estado. Ainda que a preservação da ordem pública e a incolumidade do patrimônio não sejam valores absolutos (como o é a preservação da vida), devem ser enfocados sob uma ótica social, recebendo a plena atenção do poder público. A cidadania, coluna mestra da moderna democracia, só se desenvolverá na medida em que as pessoas tiverem garantidos seus direitos fundamentais, o que implica na segurança<sup>69</sup>.

No setor da segurança pública, Requião recorreu ao projeto “POVO”, o qual havia criado enquanto secretário do governo de Álvaro Dias. O político estabeleceu ainda a “Patrulha Escolar”, para coibir delitos na área escolar, e a “Operação Paraná Contra o Crime”, que comandada pelo próprio governador, serviu de ação preventiva contra o crime.

Outros programas foram implementados, tais como o “Fronteira da Solidariedade”, em Foz do Iguaçu e Guaíra, que cuidava das regiões limítrofes do Estado, coibindo principalmente o contrabando e o roubo de carros; a “Operação Água” que visava reduzir os assaltos a ônibus nas estradas paranaenses; a “Operação Apolo”, realizada na Região Metropolitana de Curitiba, utilizou um helicóptero em ações preventivas à criminalidade, pela primeira vez no Paraná; e a “Operação Rodar”, atuante em Curitiba e na Região Metropolitana, que objetivava intensificar o policiamento nos dias de pagamento salarial, na tentativa de prevenir assaltos.

---

<sup>67</sup> Visava desinternar as crianças de 0 a 12 anos, chamadas de inadotáveis, que estavam destinadas a viverem em orfanatos até atingirem a maioridade.

<sup>68</sup> Visava o atendimento de pessoas com mais de 60 anos de idade, de famílias carentes ou adultos incapazes.

<sup>69</sup> Artigo de Roberto Requião: Segurança e Cidadania.

Requião reiterou a ordem de suspensão da realização dos “bingões”, vinculados à rádio e à televisão. Esta suspensão foi baseada no fato destas atividades não terem sido normalizadas no Paraná, embora permitidas pela Lei Federal nº 8672. Também, tentou acabar com o “jogo do bicho”, porém, este ficou suspenso apenas por um curto período, pois, além de mexer com poderosos do Estado, a população também ficou insatisfeita.

Por iniciativa de Roberto Requião, instituída pela Lei Estadual nº 9619, de 17 de junho de 1991, foi criada a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU) que, segundo Requião, traduzia a consciência da necessidade operacional e social de o Estado contar com um órgão público especialmente destinado a desenvolver uma política penitenciária, a qual seria adequada aos objetivos de custódia e recuperação dos apenados, bem como ações voltadas à promoção e ao respeito ao indivíduo consumidor, na garantia do acesso à justiça ao carente e no respeito aos direitos humanos e sociais. Os conselhos que estavam vinculados à SEJU eram o Conselho Penitenciário, Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN/PR), Coordenadoria dos Direitos da Cidadania, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/ PR), Defensoria Pública do Paraná, Departamento Penitenciário do Estado (DEPEN), entre outros.

### c) Políticas Culturais e Educacionais

Com a parceria das prefeituras, foram desenvolvidas duas grandes propostas na área da cultura: as “Oficinas Integradas de Cultura” (OIC) e o projeto “Paraná da Gente: Terra, História e Memória”. Sobre esse assunto, declara Requião:

Na área da cultura, nossos esforços se direcionaram para um duplo movimento de interiorização e de projeção. Através das “Oficinas Integradas de Cultura”, em parceria com as prefeituras, procuramos dar condições para o desenvolvimento dos valores culturais próprios de cada município. É a interiorização da cultura. Com o “Programa de Incentivo à Produção Artística”, o PIPA, em aliança com o Banestado, estamos mostrando o Paraná ao Brasil, permitindo o intercâmbio com valores culturais e artísticos de todas as partes do país. Desta forma, abandonamos o conceito que restringia cultura e belas artes, assumindo-a como um fenômeno global e complexo, do qual o Estado não é “patrocinador” (nem balcão de funcionamento), mas “dynamizador” das possibilidades culturais diversificadas do nosso povo.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> Mensagem à Assembleia Legislativa, 1993.

As OIC objetivavam difundir técnicas de produção cultural, normalmente de difícil acesso, a largos segmentos da população, em especial a que estava localizada em centros interioranos. Tal programa foi implantado em 120 municípios paranaenses e, de acordo com o interesse demonstrado, eram ofertados cursos teóricos e práticos de artes plásticas, artes gráficas, teatro de bonecos, interpretação teatral, circo, bandas e fanfarras, regência corporal, folclore, dança e direção teatral. Um grande contingente de pessoas, em especial de jovens, teve a oportunidade de entrar em contato com a vasta riqueza cultural do Paraná.

Já o projeto “Paraná da Gente” realizou um levantamento do patrimônio cultural (patrimônios naturais, arquitetônicos, documentais e de manifestações populares) dos principais municípios do Estado. Com esse projeto, o governo contribuiu para que as comunidades paranaenses resgatassem os traços de sua história, encontrando suas raízes e sua identidade regional, estimulando a defesa da dignidade cultural.

Requião explicita a importância do aspecto cultural da população como fator condicionante para o crescimento do Estado, pois para ele:

O homem não se sente realizado apenas com a satisfação de suas necessidades materiais; as dimensões espirituais, culturais têm enorme importância e não podem ser menosprezadas pelos governantes. Não se trata, certamente, de, em nome da cultura, cultivar a aparência, o embelezamento externo, encobrendo a ausência de iniciativas efetivas quanto ao desenvolvimento da vida espiritual de um povo.<sup>71</sup>

O projeto “Teatro para o Povo” possibilitava, em horários alternativos e com entrada franca, que milhares de pessoas assistissem a espetáculos de qualidade, tais como óperas, balés, teatro, música e concertos sinfônicos. Ainda neste âmbito, Roberto Requião incentivou a promoção de vários festivais de música em Londrina e Cascavel e instaurou o “Teatro de Comédia do Paraná” na capital do Estado. Promoveu também a reforma da Biblioteca Pública do Paraná e a reestruturação da TVE, estabelecendo a junção entre cultura e educação. Não obstante, solicitou a manutenção do Jornal Nicolau, único periódico lítero-cultural brasileiro patrocinado pelo poder público, reconhecido nacional e internacionalmente pela sua independência, qualidade e pluralismo ideológico e cultural.

---

<sup>71</sup> Artigo de Roberto Requião: Olhando a Cultura.

Roberto Requião, com o Decreto nº. 577, tornou pública a documentação do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), transferindo para este todas as fichas do extinto DOPS, permitindo livre acesso para a população.

Na área da educação, a criação de um programa de capacitação de professores à distância, via satélite, por meio da Televisão Educativa (TVE), propiciou aos docentes assistirem a programas educativos, debates e trocas de experiências pedagógicas com grandes pedagogos.

Graças à tecnologia avançada, os professores das escolas dos bairros mais humildes do Paraná poderão ter acesso ao que há de mais moderno e avançado na pedagogia, melhorando suas aulas e ampliando os seus conhecimentos. E, evidentemente, os maiores beneficiados serão os nossos alunos, que aprenderão mais e melhor com os seus professores.<sup>72</sup>

Na mensagem à Assembleia Legislativa, Requião apresentou sua proposta de governo direcionada à educação no Paraná, como é possível visualizar através do trecho abaixo.

Gostaríamos de iniciar nossa reflexão pela educação, embalados pelo honroso Prêmio Educação, obtido em função do reconhecimento dos recursos que o governo direcionou para o ensino público. Alicerçamos nossa proposta de governo em quatro pilares, que orientam todas as ações desenvolvidas: 1) a ampliação e restauração da rede física, garantindo vagas e condições adequadas de ensino a todas as crianças e jovens paranaenses; 2) a capacitação docente que, realizada integradamente pelos três graus de ensino, já aperfeiçoou cerca de cem mil docentes; 3) a participação da comunidade através da gestão colegiada e a experiência pioneira em relação aos demais Estados, dos conselhos escolares implantados em cada escola; 4) a valorização do Magistério. Em relação a este último, somos os primeiros a reconhecer que os níveis salariais ainda são insatisfatórios, no entanto, apesar das imensas dificuldades financeiras, os reajustes concedidos em 92 situaram-se acima dos níveis inflacionários, infelizmente, as defasagens que se acumularam ao longo da história.<sup>73</sup>

Um dos períodos mais conturbados do governo de Roberto Requião deu-se a partir dos conflitos com o Poder Judiciário, já que:

Nos momentos em que as receitas dos Estados brasileiros vêm caindo no ritmo do processo recessivo e em que o Estado do Paraná, ainda que não seja uma exceção, vem fazendo um esforço sério para garantir um salário digno aos professores e demais funcionários, verifica-se uma distorção, intolerável do ponto de vista legal, na composição dos salários dos servidores do Poder Judiciário: todos recebem 225% de gratificação a título

---

<sup>72</sup> Artigo de Roberto Requião: Educação, um passo à frente.

<sup>73</sup> Mensagem à Assembleia Legislativa, 1993.

de serviços extraordinários, sem nenhum suporte legal. Isto faz com que estes salários, sem lei, disparem na frente dos salários dos demais funcionários dos outros dois poderes, o que, além de não ter amparo legal, agride o princípio do inciso XII do art.37 da Constituição Federal, que estabelece como baliza os salários do Poder Executivo. (Artigo de Roberto Requião: Conversa Franca).

Os juízes alegavam que seus salários eram os mais baixos da magistratura brasileira. Em contrapartida, o Paraná era o estado que mais gastava com o Poder Judiciário, pelo fato de conceder aos seus funcionários uma gratificação de 225% a título de trabalho extraordinário, sem suporte legal. Em resposta, Requião conseguiu aprovar uma lei sobre a isonomia salarial dos servidores públicos, gerando muita polêmica, pois alguns juízes entenderam que esta medida foi tomada para prejudicar seus interesses. No entanto, segundo Requião, a lei regia o princípio de que, ao trabalho igual, deve ser pago salário igual, sem distinções. E isso

Significa valorizar o trabalho de cada servidor público, desde a merendeira que prepara o lanche de nossas crianças nas escolas até os juízes que têm a responsabilidade de administrar justiça à população. Cabe ao governo garantir que a participação de todos seja valorizada, tomando as medidas para que a justiça salarial seja uma realidade, e não apenas uma “boa intenção”. É isto que queremos fazer por meio da isonomia salarial, que não é medida contra esta ou aquela categoria, mas norma da justiça a favor de todos os funcionários públicos do Paraná. (Artigo de Roberto Requião: Isonomia é dever da Justiça.)

Devido a isso, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça resolveu elevar os salários dos juízes, equiparando-os aos dos deputados, além de acrescer valores a suas vantagens pessoais por tempo de serviço, gerando uma alíquota de 35% a mais do que ganhavam os deputados. Assim sendo, o aumento também foi concedido ao governador, pois o mesmo recebe salário igual ao do Presidente do Tribunal de Justiça. Requião recusou o aumento, alegando que o dinheiro público somente podia ser gasto em despesas autorizadas pela lei. Aliás, o governador afirmou não ter acumulado nenhuma gratificação por exercer cargos políticos, tal como pode ser percebido na passagem abaixo:

Reconheço que os salários no país têm sido reduzidos, mas o Paraná a cada ano gasta mais com a folha de pessoal. O orçamento do Poder Judiciário saltou de 3% para 6,9% do orçamento geral nos últimos anos. No entanto, os juízes que, no meu entender, como os demais funcionários, devem perceber o melhor salário que a sociedade lhes puder pagar, não constituem uma casta privilegiada acima das dificuldades do país. Recuso aumento sem lei, rejeito salário inconstitucional. (Artigo de Roberto Requião: Não aceito este salário).



O Judiciário chegou a entregar ao presidente da ALEP o pedido de impeachment de Roberto Requião, que em contrapartida, disse que só poderia ser processado por crime de responsabilidade fiscal caso estivesse repassando ao Judiciário, recursos superiores ao limite orçamentário de 6%, o qual foi estabelecido pela Constituição Estadual. Sobre isso, Requião afirmou que “o Estado tem governo e a Assembleia Legislativa e o Judiciário terão que funcionar dentro do orçamento”. Para amenizar a conflituosa relação de Roberto Requião com o Judiciário, foi realizada a nomeação de alguns desembargadores pelo Quinto Constitucional, conforme quadro abaixo:

QUADRO 3 - DESEMBARGADORES NOMEADOS POR REQUIÃO

<b>NOMES</b>	<b>CARGO</b>	<b>DESTINADO À</b>	<b>ANO</b>
Domingos José Perfeito	Desembargador	Quinto Constitucional reservado à OAB	2009
Angela Khury da Rocha	Desembargador	Quinto Constitucional reservado ao MP	2009
Vilma Ramos de Rezende	Desembargador	Quinto Constitucional reservado à OAB	2005

FONTE: A autora (2015).

TABELA 6 - AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE ROBERTO REQUIÃO NO PRIMEIRO GOVERNO

<b>PARANÁ</b>		<b>CURITIBA</b>	
Avaliação	%	Avaliação	%
Ótimo e bom	60%	Ótimo e bom	51%
Regular	24%	Regular	26%

FONTE: DIÁRIO POPULAR (28/07/1993)

QUADRO 4 - TITULARES NO PODER EXECUTIVO (1991-1994)

<b>CARGOS</b>	<b>NOMES</b>
Governador	Roberto Requião de Mello e Silva
Vice-Governador	Mário Pereira
<b>SECRETÁRIOS DE ESTADO</b>	
Casa Civil	Luiz Carlos Caito Quintana
Casa Militar	Cel. QOPN Wantuil Borges
Administração	Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho
Agricultura e Abastecimento	Osmar Fernandes Dias
Assuntos Externos	Sebastião Rodrigues de Souza Júnior** e Mauro Otero Goulart
Assuntos do Meio Ambiente****	José Tadeu Bento França e Eduardo Requião
Assuntos de Ouvidoria-Geral	João Olivir Gabardo
Comunicação Social	Luiz Fábio Campana e Gilberto Serpa Griebeler
Cultura	Gilda Poli Rocha Loures
Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Homero Morinobu Oguido
Educação	Elias Abrahão
Esporte e Turismo	Edson Gradia** e José Afonso Júnior
Fazenda	Heron Arzua
Governo	Eduardo Requião de Mello e Silva
Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	Maurício Roslindo Fruet** e Adhail Sprenger Passos
Justiça e Cidadania	Goyá Campos e José Tavares da Silva Neto**
Planejamento e Coordenação Geral	Carlos Kruger Passos
Política Habitacional	Luiz Cláudio Romanelli
Procuradoria Geral do Estado	Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Saúde	Nizan Pereira Almeida
Segurança Pública	José Moacir Favetti
Trabalho e Ação Social	Djalma de Almeida César** e José Durval Matos do Amaral
Transporte	Mário Pereira

FONTE: A autora (2015)

3.2.5 Senador da República<sup>74</sup> (1994-2002)

TABELA 7 - ELEIÇÕES PARA O SENADO FEDERAL

SITUAÇÃO	CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS
Eleito	Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	2301209
Eleito	Osmar Fernandes Dias	PP	1449698
Não Eleito	Antonio Celso Garcia	PRN	896511
Não Eleito	José Carlos Gomes de Carvalho	PTB	695887
Não Eleito	Hélio Moacyr de Souza Duque	PSDB	457367
Não Eleito	Pedro Irno Tonelli	PT	317764
Não Eleito	Luiz Carlos Borges da Silveira	PPR	202320
Não Eleito	Flaminio de Oliveira Rangel	PSTU	80528
Não Eleito	Iran Getúlio Zanini Longhi	PRONA	59551

FONTE: A Autora (2015). Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

Como senador Requião teve a maior votação proporcional da história do Paraná até então, com 2.301.209 votos. O político novamente enfrentou problemas com o Judiciário, que cassou seu mandato, assumindo, com isso, o cargo de senador *sub judice*. Enquanto a justiça invalidava os 72% dos votos obtidos nas eleições para o Senado, Requião desabafava: “Por trás de tudo isso, está a tendência do judiciário comigo porque eu me recusei a aumentar o salário dos juízes quando era governador e não tinha orçamento suficiente para isso”. Após vários entraves para assumir o Senado, Requião saiu vitorioso perante a justiça eleitoral, que validou sua posse.

Em Brasília, Requião foi presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL; relator da CPI dos Títulos Públicos, emitidos para pagar precatórios; presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e desvendou a chamada “Cadeia da Felicidade”, que resultou no fechamento de três bancos e dezoito corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, pois apresentavam irregularidades. Apresentou mais de 20 projetos de lei, resoluções e portarias,

<sup>74</sup> Ver anexo 6.

disciplinando a emissão de títulos públicos, os fundos de pensão e estabelecendo punições para a lavagem de dinheiro de origem ilícita.

O político publicou alguns trabalhos e escreveu vários artigos reflexivos sobre o cenário político na esfera nacional e regional. Ainda, travou alguns conflitos contra o PMDB, seu partido, por apoiar algumas políticas neoliberais executadas por Fernando Henrique Cardoso<sup>75</sup>. O senador apresentou dezenas de projetos de lei, resoluções e portarias, disciplinando a emissão de Títulos Públicos aos Fundos de Pensão e fiscalizando os crimes de lavagem de dinheiro. Uma ação política que gerou muita polêmica foi a medida que consistia na quebra de sigilo bancário e determinava:

a) quebrar o sigilo bancário de todos os que detinham cargos públicos nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em todos os níveis. Quem tinha cargo público, no Brasil, não devia temer o sigilo de suas contas. Esta medida incluía também os dirigentes partidários.

b) que as investigações sobre os processos de corrupção não ficassem restritas à CPI do Legislativo, mas que incorporassem representantes da sociedade civil, como OAB, ABI, CUT, FIESP, SGT, CNBB e outros.

c) que as investigações recuassem no tempo necessário e ampliassem o âmbito de seus interesses para revelar todos os aspectos do processo de corrupção do país.

d) que era fundamental a revelação imediata pela imprensa de todos os fatos e denúncias. Não havia, no momento, nada que justificasse sigilo perante a opinião pública, que deveria se constituir no principal julgador moral deste processo.

Esse projeto causou muita agitação entre os três poderes. Sobre o fato, Requião afirmou que:

Passar o Brasil a limpo é imperativo de consciência. Todo cidadão cioso de sua dignidade e direito exige a ruptura com as formas viciadas de fazer política. As denúncias de corrupção chegaram a um tal ponto que não se aceita mais conversa mole e nem meias verdades. A nação está perdendo a confiança em seus representantes e dirigentes. Em sintonia com o anseio por um país limpo, encaminhei ao Conselho Nacional do meu partido, o PMDB, uma proposta que, espero, seja acolhida e posta em prática. Não basta a CPI encaminhar o resultado das suas investigações para a Comissão de Constituição e Justiça e a decisão do Plenário. É preciso ampliar e aprofundar a investigação, abrindo os caminhos, conexões e envolvimento da corrupção no Poder Público. Para isto, algumas medidas

---

<sup>75</sup> Discursos completos ver anexo 7.

são fundamentais. A primeira delas é a quebra de sigilo bancário de todos quantos detêm cargo público, no Judiciário, Executivo ou Legislativo, bem como de quantos sejam candidatos a cargos eletivos. Quem ocupa ou pretende ocupar cargo público não pode, nem deve, querer manter segredo sobre suas posses e negócios. Com certeza, homens honrados, que são a maioria, não hesitarão em abrir suas contas e serão protegidos pela exposição clara dos seus haveres<sup>76</sup>.

Requião apresentou, ainda, um projeto de lei, no qual todo cidadão teria direito de resposta quando agredido por algum veículo de comunicação. Obteve a aprovação do projeto, agradando, principalmente, a classe política.

### 3.2.6 Governador do Paraná - Segundo mandato (2003-2006)

TABELA 8 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002

CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS
Álvaro Fernandes Dias	PDT	1616047
Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	1347353
Rubens Bueno	PPS	362464
José Gladston Bispo	PRONA	1814
Jamul Nakad	PRTB	2869
Severino Nunes de Araújo	PSB	47903
Giovani Gionedis	PSC	26567
Cirus Itibere da Cunha	PSD	3351
Carlos Alberto Richa	PSDB	888837

FONTE: A Autora (2015). Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

As eleições de 2002 foram disputadas em dois turnos, sendo que o segundo turno teve como candidatos Álvaro Dias e Roberto Requião, antes aliados, mas agora rivais políticos. Álvaro manteve-se na liderança durante boa parte do processo eleitoral, mas Requião obteve destaque nos últimos debates, demonstrando postura crítica e apresentando propostas mais elaboradas, sendo este o fator decisivo para a sua vitória.

<sup>76</sup> Artigo de Roberto Requião: Não existe político meio sério

TABELA 9 - RESULTADOS DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002

CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS	% VÁLIDOS
Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	2681811	55,15
Álvaro Fernandes Dias	PDT	2180922	44,85

FONTE: A Autora. Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

Requião assumiu o governo no primeiro dia do ano de 2003<sup>77</sup>, e no discurso de posse demonstrava-se muito emocionado, principalmente quando se lembrou do exemplo de seus pais, afirmando que teve com eles ensinamentos de honra e de compromisso com os mais humildes. É relevante destacar alguns fragmentos do seu discurso de posse:

Pela segunda vez, pela vontade do povo, assumo o Governo do Paraná. E venho novamente para mudar. O voto dos brasileiros, o voto dos paranaenses foi uma clara, irretocável manifestação pela mudança. Toda a minha campanha e todo o meu programa de governo tiveram como centro a proposta da mudança. Mudança de prioridades, mudança de estilo. E assim vai ser. Hoje, os olhares dos brasileiros voltam-se para o Planalto Central. Quero acreditar que este primeiro de janeiro não seja apenas o primeiro dia de um novo ano, e sim o dia inaugural de um novo tempo. O primeiro dia da reconstrução de uma sociedade sem fome, sem desemprego, sem miséria, sem exploração, sem a ofensa e a humilhação da exclusão. O primeiro dia da construção da mais bela das utopias que o homem sonhou. A utopia de um país fraterno e feliz. Quero acreditar que hoje seja o primeiro dia da recriação. É claro, nada se faz ou se desfaz em um passe de mágica. Tantos séculos de domínio de determinados interesses não se desmoronam com o sopro do nosso entusiasmo, com o nosso grito, com a nossa vontade de mudança. É apenas, pode ser apenas, o primeiro dia da recriação. As tarefas das transformações são imensas. Incrustaram-se em nossa sociedade tantos privilégios. Tantas distorções fizeram-se usos e costumes. É tão gigantesco o abismo da desigualdade. É tão cruel a realidade da exclusão. É tão empedernida quanto encarquilhada pelo tempo a insensibilidade das elites, eternamente presa de um egoísmo mesquinho, que não vê, que não ouve, que não sente. É preciso que as nossas elites finalmente transformem-se em cidadãos brasileiros. Integrem-se à realidade nacional e deixem de ver o país do alto de seus privilégios. Pode parecer duro afirmar e desconfortável ouvir, mas parte das elites descende diretamente dos que reprimiram os movimentos nativistas, enforcaram Tiradentes, sufocaram os movimentos libertários, impuseram ao país o crime hediondo da escravidão, afastaram por séculos o povo do centro das decisões, parasitaram primeiro a Colônia, depois o Império, por fim a República. Deram o golpe de 64 e chegaram até mesmo a financiar a repressão aos que resistiam à ditadura<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> Juntamente com Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, um governo que tinha como principal meta enfatizar as políticas de cunho social.

<sup>78</sup> Agência Estadual de Notícias do Paraná.

Requião assume o governo pela segunda vez em um momento bem profícuo, pois aquelas eleições foram marcadas por grandes mudanças, em especial pela vitória de seu aliado político Luiz Inácio Lula da Silva. A eleição e posse de Lula para o exercício das funções de chefe de governo e de Estado inaugurou um novo ciclo na política brasileira, do ponto de vista sociológico, pela origem do presidente (retirante nordestino) e por sua trajetória na luta sindical, bem como do ponto de vista político, pela coalizão político-partidária (aliança do PT com o PL, partido de orientação política conservadora). Lula tinha o apoio dos movimentos sociais, de parte da classe média e de alguns setores do empresariado, e nas promessas de campanha prometeu maior comprometimento na esfera das necessidades humanas e sociais, ou seja, a sua plataforma de governo estava alicerçada em um sistema de proteção social.

O primeiro ato de Roberto Requião, no governo, foi assumir a Secretaria de Segurança, por 90 dias, com o intuito de eliminar a chamada “banda podre” da polícia e também valorizar os bons policiais. Para tanto, sua primeira providência como governador foi mudar o estatuto da Polícia Civil e colocar dois membros do Ministério Público no conselho desta polícia, quebrando o protocolo de designar somente delegados de primeira classe no Conselho, o que gerou o corporativismo dentro da instituição. Com essa medida, Requião ampliou seu espaço de ação, uma vez que “no início serei eu quem ficará à frente da Secretaria de Segurança. Temos de fazer uma limpeza nas polícias do Paraná e rever algumas legislações do setor”.

Requião decretou moratória, por um período de 90 dias, para conferência dos gastos e contratos firmados pela gestão anterior, do governo de Jaime Lerner. Conforme a análise dessa auditoria, Requião anulou os contratos de publicidade do Estado firmados com as agências Master Comunicação e Marketing, Fischer América (Heads), Opus Múltipla, Loducca Publicidade Ltda., Get Propaganda Ltda. e Propeg Comunicação Social e Mercadológica. Tais contratos, com validade de dois anos, foram assinados por Lerner em 2000 e apresentavam irregularidades, uma vez que o governo anterior tinha elevados gastos com publicidade. Outro ato notório de Requião foi a diminuição das taxas de impostos da pequena empresa e o fim de taxas para as microempresas, ou seja, isentá-las das taxas para que gerassem mais empregos.

#### a) Políticas Sociais

Requião lançou o projeto “Luz Fraterna”, na Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo, por ser considerada uma das regiões mais pobres do estado do Paraná. Este projeto tinha o intuito de isentar as famílias paranaenses de baixa renda do pagamento da conta de luz. Considerado um dos maiores programas de transferência de renda realizado no Brasil, o “Luz Fraterna” pretendia atingir, e atingiu, cerca de 200 mil famílias, ou seja, aproximadamente 700 mil pessoas. Os beneficiários desse programa eram os consumidores que utilizavam até 100 kWh/mês, que estavam cadastrados no programa social do governo federal e ainda não possuíam mais de uma conta cadastrada no mesmo nome. Já o programa “Luz Legal” visava regularizar o uso da energia elétrica em comunidades que a obtinham de forma clandestina. Os moradores da Vila Audi União, no bairro Uberaba, foram os primeiros beneficiados com o projeto “Luz Legal”. A iniciativa visava levar energia elétrica à população de baixa renda, que reside em regiões irregulares, coibindo os populares “gatos” que colocam a vida das pessoas em risco. Havia ainda, o programa “Energia Barata”, que colocou o Paraná como o estado de menor tarifa de energia elétrica do país.

Nomeado “Tarifa Social”, outro projeto de Requião buscou reduzir o valor da conta de água da população carente, cobrando apenas cinco reais pelo consumo de dez metros cúbicos ao mês. Para as residências que possuíam esgoto, este valor aumentava para R\$ 7,50.

Outro projeto lançado na Vila Zumbi dos Palmares chamava-se “Direito de Morar e Casa da Família”, coordenado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em parceria com o governo federal e prefeituras locais. Tratava-se de um programa destinado à regularização de favelas e áreas invadidas, e destinava-se às famílias com renda mensal média de até três salários mínimos.

Ainda reiterando os projetos implementados durante o segundo governo de Requião, houve um de grande impacto social, conforme prometido durante a campanha política: o programa “Leite das Crianças”. Contemplando como primeiro município Cândido de Abreu, foi integrado pelas secretarias do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), da Agricultura e Abastecimento (SEAB), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Educação (SEED) e da Saúde (SESA). O programa recebeu, no ano de 2003, cerca de dez milhões de reais da SETP e



beneficiou mais de dez mil crianças diariamente, sendo distribuídos mais de 250 mil litros de leite por mês. Esse programa atingiu, até 2004, aproximadamente 178 mil crianças paranaenses, que receberam 1 litro de leite todos os dias. Já o programa “Paraná em Ação” tornou gratuitos alguns serviços essenciais à população, como a feitura de documentos e certidões de várias espécies.

Com os Decretos nº 246 e nº 247, diversos pequenos e microempresários foram sendo beneficiados com o programa de isenção de ICMS, ou seja, os empresários ofereciam empregos em troca do desconto na tributação. Vale ressaltar, também, a criação do programa “Primeiro Emprego - Residência Técnica”, que oferecia a possibilidade do ingresso no mercado de trabalho em órgãos públicos aos recém-formados dos cursos de Engenharia e Arquitetura. Através destes programas, Requião pretendeu viabilizar maiores chances para os jovens ingressarem no mercado de trabalho. Também houve o retorno do programa “Bom Emprego”, que visava adiar o recolhimento de ICMS em um período de até oito anos para investimento e ampliação da produção. Outra política em prol da criação de novas frentes de emprego era o ICMS da luz, isto é, a dilação, por quatro anos, desse imposto incidente na conta de luz.

Outra medida, que causou impacto no funcionalismo público, foi a retomada da carga horária integral de trabalho nas secretarias estaduais e nos órgãos vinculados ao governo do Paraná. Devido à solicitação de Roberto Requião junto à Casa Civil, através de um decreto acabou-se com o meio expediente nas unidades administrativas do Estado. O governador salientou naquele momento, que o cidadão paranaense teria de volta as portas das repartições públicas abertas em horário normal.

O setor financeiro também não escapou das reformulações elaboradas por Requião. Com o slogan “dinheiro público em banco público”, ele trocou o monopólio do Banco Itaú, na movimentação das contas do Estado, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, instituições do governo federal. O Itaú havia “herdado” as operações financeiras do Paraná no governo Lerner, logo após a aquisição do Banestado, o banco estadual.

O governo também determinou, que todos os veículos do Estado fossem identificados como sendo do Governo do Paraná, a fim de coibir a utilização indevida destes. A respeito disso, nas palavras de Requião, “o objetivo é permitir que

qualquer cidadão reconheça facilmente um carro público e, caso constate eventuais abusos na utilização, possa formular denúncias”.

Já o piso salarial estadual (salário mínimo diferenciado) visava beneficiar os profissionais do Paraná que não pertenciam a categorias organizadas e que não tinham negociação salarial coletiva com o maior salário mínimo do país, ou seja, na época R\$ 437,80. A camada mais favorecida foi a dos empregados domésticos.

Outro programa interessante e que obteve grande sucesso foi o “Trator Solidário”, em que a mecanização era uma das chaves para a viabilização da pequena propriedade. Mais de 8.500 tratores foram entregues aos pequenos e médios agricultores do Paraná, com financiamento equivalente ao preço do milho, a equivalência em produto.

#### b) Políticas de Segurança Pública

Requião retomou alguns projetos implantados em suas gestões anteriores, como a “Patrulha Escolar”, o “POVO” (Policiamento Ostensivo Volante) e o “Rodar”.

A “Patrulha Escolar” pretendia criar uma maior interação entre a Polícia Militar e a comunidade, coibindo a infiltração de gangues e pessoas ligadas ao tráfico de drogas nas escolas, vigiando, para tanto, os horários de entrada e saída dos estudantes nas escolas públicas. No projeto “POVO”, a Polícia Militar tinha à disposição computadores portáteis, que possibilitavam o contato direto e rápido com sua base, além de telefones celulares e novas viaturas. Foram distribuídos aos moradores cartões contendo instruções e os telefones para contatar os policiais da região.

#### c) Políticas Educacionais e Culturais

No aspecto cultural, Requião, além de dar continuidade ao programa “Teatro Para o Povo”, instituído em seu primeiro governo, lançou o programa “Paranização” que, em parceria com o Centro Cultural Teatro Guairá, almejava democratizar e descentralizar a cultura produzida nas regiões do Paraná. O programa visava transformar o Teatro Guairá em um centro cultural irradiador, levando a cultura para diversas cidades paranaenses e trazendo, destas cidades, inovações culturais para a capital.

Na questão educacional, Requião mostrou-se preocupado com a chamada “terceirização da educação” e imediatamente realizou concursos públicos para suprir a carência de professores nos Ensinos Fundamental e Médio. Como já havia feito em seu primeiro governo, foram admitidos aproximadamente 34 mil professores via concurso. O político também implementou o “Plano de Cargos e Salários” para os professores, que receberam de 33% a 102% de reajustes nos salários. Na esfera educacional, aconteceu ainda o retorno dos cursos profissionalizantes que haviam sido extintos no governo Lerner. Também foi criado o portal “Dia-a-Dia Educação”, que funcionava como ferramenta pedagógica, interligando professores, alunos e governo. Outra política interessante, implementada em longo prazo, foi o “Paraná Digital”, a partir do qual se objetivou equipar todas as escolas do Paraná com computadores. É importante citar ainda os projetos “FERA”, “Com Ciência” e o retorno dos “Jogos Colegais”, como atividades complementares e extraclases.

Em parceria com a Secretaria da Educação e a Associação dos Magistrados do Paraná, foi criado o projeto “Justiça se Aprende na Escola” que, para Roberto Portugal Bacelar, presidente da Associação dos Magistrados, visava a distribuição de cartilhas às crianças, escritas por magistrados em linguagem simples, contendo conceitos de cidadania, ética, justiça e conscientização sobre os direitos e a forma de exercê-los, construindo-se um novo paradigma educacional, baseado em princípios de ética e cidadania.

Uma característica interessante deste governo é o fato de Requião expor suas realizações e ideias enquanto governador do Paraná, utilizando-se de cartilhas explicativas, da própria TV Educativa e através da “Escolinha do Governo”, tendo o intuito de prestar contas aos paranaenses. A respeito da postura política adotada, ou da consequente aparição na mídia, Requião relatou

Meu humor é negro e pesado. E eu faço do humor pesado e da ironia armas fundamentais da minha atividade política. Fiz isso desde sempre. Mas um dia aprendi com o Gramsci que era muito importante o desgaste das imagens autoritárias, dos donos das mídias, dos mitos da política, das artes; uma boa ironia dissolve as falsas imagens. (Correio de Notícias', 08/07/1990, p.05.)

#### d) Os Jogos de “Azar”

Uma das medidas mais polêmicas da segunda gestão do governo Roberto Requião foi o fechamento das casas de bingo, das vídeo-loterias e a proibição dos

jogos de azar, como o “Pimba”. Foram assinados dois decretos pelo governador Roberto Requião, em abril de 2003, revogando as resoluções que permitiam o funcionamento destes jogos.

O governador afirmou que “o governo do Estado não age mais sozinho, sendo necessária a ajuda do Ministério Público e da Justiça”, lembrando que, caso houvesse necessidade, processos criminais e ações civis poderiam garantir o fechamento das casas de jogos. Para justificar o fechamento das casas de jogos, Requião utilizou, como argumento, a lavagem de dinheiro existente em tais estabelecimentos.

O governo do Estado determinou o fechamento das casas de bingo alegando que elas teriam ligação com a lavagem de dinheiro e o narcotráfico, sem apresentar provas que corroborassem com a acusação. Foi essa mesma linha de raciocínio que me levou a requerer a CEI. Quero saber qual a ligação dos secretários de Estado com o bingo e, ao mesmo tempo, investigar se a justificativa do governo é verdadeira ou não.<sup>79</sup>

#### e) Movimentos Sociais, Produtos Transgênicos e Pedágios

No Paraná, há 72 municípios com IDH abaixo da média brasileira, ou seja, mais de dois milhões de paranaenses vivem abaixo da linha de pobreza. Integrantes do MST estavam dentro dessa estimativa. Para Requião, o MST era “um mal necessário”, quando consistia um movimento organizado, podendo auxiliar o Estado na diminuição das desigualdades sociais, pois:

O MST me dá um interlocutor, sei com quem eu falo, posso mediar, posso negociar uma ocupação. Eles fazem besteira, mas, o MST evita o vandalismo desordenado no interior do Brasil. Eu quero que no Paraná tenha o MST. Em Pernambuco existem mais de 30 grupos e virou o caos. Se entre os dois milhões de miseráveis do Paraná não houver o mínimo de organicidade, vai ter assalto a armazéns.<sup>80</sup>

Para demonstrar o respeito do governo com o Movimento, em relação aos direitos humanos, quando havia a necessidade de uma desocupação, esta se deu mediante a convocação da nacional e internacional, usando a força policial somente durante o dia, e sendo a retirada em questão assistida por um representante do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Requião proferiu sobre o assunto que:

<sup>79</sup> Jornal ‘Gazeta do Povo’, abril de 2003, p. 03

<sup>80</sup> Jornal ‘O Estado do Paraná’, 31/07/2003, p. 02.

Eu não diria que concordo com tudo que o MST (Movimento dos Sem terra, que integra a Vila Campesina) faz, mas se ele não existisse, a população pobre poderia morrer embaixo da ponte que o capital e os grandes interesses ignorariam a sua existência. Os movimentos sociais são importantíssimos.

Ainda sobre essa temática, Roberto Requião proibiu o embarque de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá, sob a alegação de que as empresas de biotecnologia ainda não tinham respostas concretas para os possíveis impactos que as mudanças genéticas desses produtos ocasionariam nas pessoas e no meio ambiente. Ele afirmava constantemente em seus discursos que era fundamental manter a soberania sobre a multiplicidade das sementes desenvolvidas pelos produtores brasileiros, a fim de garantir a independência do Estado e do país. Ele destacava que:

A soja transgênica representa a dominação dos nossos agricultores. Nossa reação contra ela no Paraná não é apenas contra o monopólio da Monsanto, mas também para que possamos, progressivamente, evidenciar aos consumidores a qualidade do que é produzido e exportado pelos produtores paranaenses. (...) Se a produtividade da soja transgênica fosse realmente fantástica, poderíamos até pensar em plantá-la, mas a produtividade paranaense é uma vez e meia maior que a americana.<sup>81</sup>

O governador proibiu o plantio, a comercialização e a exportação de soja transgênica, e passou a pleitear junto ao Ministério da Agricultura, que o Paraná fosse considerado “Área Livre de Transgênico”. Através de um decreto regulamentando a Lei 14.861/05, Requião determinou a rotulagem dos produtos comercializados no Estado que continham ingredientes transgênicos.

Já nas estradas, Requião viveu uma verdadeira guerra judicial. Existiam 38 ações em andamento contra as empresas concessionárias de pedágio que, segundo ele, conseguiram do ex-governador Jaime Lerner, contratos desfavoráveis ao Estado. O governador defendia o fim dos pedágios, os quais considerava “uma aberração”, e era contra a transferência das rodovias à iniciativa privada, alegando que o Paraná arrecadava o suficiente para as obras rodoviárias.

As atividades norteadas pela ética são diretamente relacionadas a duas formas: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira pressupõe uma crença em algo “visto” como imutável e atemporal, e a segunda refere-se à

---

<sup>81</sup> AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2005.

lógica da realidade, da ação movida pelos fatos. Cabe salientar que as duas se relacionam de alguma maneira, apesar de serem independentes. Através dessa classificação weberiana, podemos visualizar algumas ações de Requião na política seguindo o modelo da ética da convicção, como no caso da formação de seu grupo político, pouco variável em suas gestões, e também pelo formato aderido por ele em suas políticas públicas que, muitas vezes, se repetiam em seus pleitos. Requião utilizou-se dos dois modelos “éticos” de Weber, como nos casos dos transgênicos, dos bingos e dos conflitos com as concessionárias de pedágio no Paraná, nos quais seguiu os pressupostos da responsabilidade do político junto às suas convicções. Tais percepções podem ser constatadas na declaração abaixo, sobre a transgenia<sup>82</sup>:

O Paraná não tem transgênicos. Temos menos de meio por cento da nossa cultura de soja contaminada pela transgenia. Qualquer coisa acima de um por cento faz com que o mercado internacional considere o produto transgênico; estamos vendendo os nossos produtos vinte por cento acima do valor de mercado. Então, por que vamos poluir a nossa safra, perder receita, para estimular um jogo Monsanto de cobrar patentes sobre a agricultura brasileira? A transgenia reduz o Brasil.

QUADRO 5 - TITULARES DO PODER EXECUTIVO (2003-2006)

CARGOS	NOMES
Governador	Roberto Requião de Mello e Silva
Vice-governador	Orlando Pessuti
Chefia de gabinete	Vanderlei Iensen
Casa Civil	Luiz Carlos Caito Quintana <sup>83</sup>
Obras públicas	Luís Dernizo Caron
Assuntos Estratégicos	Nizan Pereira Almeida
Assuntos de Ouvidoria-Geral	Luís Carlos Delazari
Comunicação Social	Airton Pisseti
Cultura	Vera Mussi Augusto
Educação	Mauricio Requião de Mello e Silva
Esporte	Ricardo Gomyde
Fazenda	Heron Arzua
Turismo	Cláudio Roprato
Meio Ambiente	Luis Eduardo Cheida <sup>84</sup>
Justiça e Cidadania	Aldo Parzianello
Abastecimento	Orlando Pessuti

<sup>82</sup> Revista Caros Amigos, 2005, p.33.

<sup>83</sup> Substituído por Rafael Iatauro.

<sup>84</sup> Substituído por Lindsley Raska Rodrigues.

<b>CARGOS</b>	<b>NOMES</b>
Política Habitacional (COHAPAR)	Luiz Cláudio Romanelli <sup>85</sup>
Saúde	Cláudio Xavier
Segurança Pública	Luiz Fernando Delazari
Transporte	Waldir Pugliesi <sup>86</sup>
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Aldair Tarcísio Rizzi <sup>87</sup>
Indústria, Comércio e Assuntos Mercosul	Luís Mussi
Criança, Emprego e Promoção Social	Pe. Roque Zimermann
Planejamento	Eleonora Fruet <sup>88</sup>
Desenvolvimento Urbano	Renato Adur
Administração do Porto de Paranaguá	Eduardo Requião
Detran	Marcelo Almeida
Secretaria do Trabalho	Padre Roque Zimermann <sup>89</sup>

FONTE: A autora (2015)

TABELA 10 - AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE ROBERTO REQUIÃO NO SEGUNDO GOVERNO

<b>AVALIAÇÃO</b>	<b>%</b>
ÓTIMA 7%	7%
MUITO BOA 5%	5%
BOA 40%	40%
REGULAR PARA BOA 21%	21%
REGULAR PARA RUIM 09%	1%
RUIM 7%	7%
PÉSSIMA 7%	7%

FONTE: O Estado do Paraná 06/06/2004 p. 05.

<sup>85</sup> Substituído por Rosângela Curra.

<sup>86</sup> Substituído por Rogério Tizzot.

<sup>87</sup> Substituído por Lígia Pupatto.

<sup>88</sup> Saiu por divergências com o governo, sendo substituída por Reinhold Stephanes, que foi substituído por Nestor Bueno.

<sup>89</sup> Substituído por Emerson Nerone.

### 3.2.7 Governador do Paraná - Terceiro mandato (2006-2010)

Novamente, a disputa política do Estado centrou-se em Requião e na família Dias, mas agora era Osmar Dias, irmão de Álvaro Dias, o principal concorrente. O quadro abaixo mostra o resultado do primeiro turno das eleições de 2006, no qual Requião venceu Osmar por 230 mil votos de diferença:

TABELA 11 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006

CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS	% VÁLIDOS*
Roberto Requião	PMDB	2.321.217	42,81
Osmar Dias	PDT	2.093.161	38,6
Flavio Arns	PT	506.825	9,35
Rubens Bueno	PPS	437.689	8,07
Melo Viana	PV	30.501	0,56
Luiz Felipe	PSOL	14.914	0,28
Ana lucia Pires	PRTB	9.993	0,18
Luiz Adão	PSDC	3.023	0,06
Jorge Martins	PRP	2.400	0,04
Antonio Roberto Forte	PSL	2.119	0,04
Ivo Souza	PCO	781	0,01

FONTE: A autora (2015)

NOTA: \* Percentuais considerando apenas 2 casas decimais.

Um fator interessante, que pode ser verificado na contraposição das duas tabelas referentes ao primeiro turno das eleições de 2002 e de 2006, é Requião ter perdido para Álvaro Dias, em 2002, por 268.694 votos e, nas eleições de 2006, ter vencido Osmar Dias por 228.056, proximidade numérica que ressalta a competitividade política no Paraná entre Requião e os Dias. Porém, o que ocorreu no segundo turno foi completamente diferente das eleições de 2002, na qual Requião venceria por aproximadamente 500 mil votos, como se pode observar a seguir:



TABELA 12 - SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	%VÁLIDOS
Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	2668611	50,1
Osmar Fernandes Dias	PDT	2658132	49,9

FONTE: A autora (2015)

Nas eleições mais disputadas da história do Paraná, Roberto Requião venceu Osmar por apenas 10.479 votos, e discursou em sua posse sobre isso.

Por escolha dos paranaenses, assumo pela terceira vez o Governo do Estado. Na verdade, estou pouco interessado em marcas históricas, em recordes. O que importa não é o tempo em que estive e que ainda vou estar no Palácio Iguazu. O que conta são as realizações, o que fizemos no primeiro e no segundo mandato. As obras, e também as palavras. Já que nunca dissociar a ação do discurso. De todas as disputas, desde que fui eleito deputado em 1982, esta foi a mais difícil de todas. Não acredito que, ao longo da nossa história republicana, tenha havido no Paraná um pleito tão renhido quanto este. (Agência Estadual de Notícias do Paraná).

O terceiro mandato de Roberto Requião inaugurou a uma situação inédita no Paraná: pela primeira vez na história do Estado, um governador foi eleito por três vezes. Anteriormente, Manoel Ribas também havia estado à frente de três mandatos, mas em dois deles foi como interventor, por determinação do governo federal. Segundo Oliveira (2008), “a reeleição de Requião representa o apoio da população ao compromisso com as políticas sociais e ao esforço de reconstrução do Estado, uma visão totalmente diferente do governo anterior, que era pautado pelos interesses privados”.

Pode-se salientar que a plataforma de campanha de Roberto Requião estava baseada na continuação e ampliação dos programas implementados no governo anterior: “Luz Fraterna”, “Tarifa Social”, “Leite das Crianças”, entre outros. Uma das propostas mais criticadas foi o programa “Estradas da Liberdade”, que visava à construção de estradas alternativas para se desviar das estradas pedagiadas.

Em 2008, as “Bibliotecas Cidadãs” chamaram a atenção do Ministério da Cultura, que pediu ao Governo do Paraná cópias do projeto para transformá-lo em ponto de partida para um programa nacional de leitura, que se chamaria “Pontos de Leitura”. No mesmo ano, Requião assinou mais 19 contratos para construção de

Bibliotecas Cidadãs. Em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador Roberto Requião inauguraram a Biblioteca Cidadã na cidade de Congonhinhas, no norte pioneiro do Paraná. “Este é um projeto fantástico, que vai revolucionar Congonhinhas e todo o nosso Estado, com uma biblioteca que dispõe dos melhores livros”, disse o ex-prefeito Luciano Merhi. Em seguida, Requião autorizou a construção de mais 78 unidades do projeto.

O Museu Oscar Niemeyer (MON) instituiu o departamento de Ação Educativa, responsável por todo o contato entre a instituição e o público em geral. Com o objetivo de ultrapassar o conceito de simples atendimento ao público, o departamento previu a participação ativa dos visitantes e concebeu o Museu como um centro de formação aberto.

O “Corpo Estável do Centro Cultural Teatro Guaíra”, criado em 1969, é uma companhia de dança eclética que transita entre o balé clássico e a dança contemporânea, possuindo significativo repertório de obras, com coreografias especialmente criadas para a companhia e remontagens de obras de importância na história da dança clássica. O prédio da antiga Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá abriga a segunda maior biblioteca do Paraná: a Biblioteca Mário Marcondes Lobo, inaugurada em dezembro de 2010. O projeto adequou o prédio histórico – construído no século XIX – para abrigar um importante espaço dinâmico destinado à convivência com a leitura, à troca de experiências e à integração da comunidade. O governo do Estado aplicou R\$ 1,5 milhão na restauração e na reforma do prédio.

Também houve o projeto “Biblioteca na Areia e Viva o Verão”, criado em 2009, que consistia na montagem de quatro bibliotecas posicionadas em pontos estratégicos do Litoral. No primeiro ano, foram montadas tendas de 100 metros quadrados nas praias de Guaratuba, Ilha do Mel, Ipanema e Caiobá. Em 2010, com o objetivo de preservar o acervo de 1.200 livros, as tendas foram substituídas por ônibus especialmente preparados para receber as obras literárias e atender a população que estava no Litoral. Os empréstimos eram gratuitos.

O Centro de Eventos de Morretes foi inaugurado em dezembro de 2010, com o prédio sendo construído na área da antiga fábrica de papel São Marcos, em Morretes. Uma das maiores preocupações da Secretaria de Cultura para readaptação do imóvel foi elaborar um projeto arquitetônico mantendo as características da antiga fábrica. No local, há espaços para restaurantes, lojas,

biblioteca, telecentro, exposição de artesanato e produtos dos agricultores familiares da cidade. O auditório tem capacidade para 500 pessoas e o espaço para shows pode receber 10 mil pessoas. Foram aplicados R\$ 2,7 milhões nas obras de reforma e restauração.

O restaurante “Siri do Portinho” foi construído e inaugurado em 2008 pelo Provopar, em Antonina. O restaurante funciona na sede da Associação dos Moradores do Portinho, Graciosa de Cima e Graciosa de Baixo – também construída pelo Provopar, que oferece telecentro, Biblioteca Cidadã, atendimento médico e odontológico e cursos de capacitação. O objetivo do projeto estadual é dar apoio a essas comunidades, oferecendo cultura e alternativas de renda às famílias.

O Parque Ambiental Aníbal Khury foi inaugurado em 2008, está localizado em Almirante Tamandaré e oferece à população trilhas ecológicas, cascata, decks e mirante para contemplação ao lago existente em meio aos seus 220 hectares às margens do Rio Barigui. O local ainda conta com playground, pista de 17 mil metros para cavalgada e 18 churrasqueiras. O parque está localizado sob uma das áreas de maiores influências do Aquífero Karst, o qual é responsável pelo abastecimento de água dos habitantes da Região Metropolitana de Curitiba.

O programa Extensão Tecnológica Empresarial foi lançado em novembro de 2008 pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), visando contribuir para a diminuição das desigualdades regionais, por meio da geração de empregos e aumento de renda, seja com a organização de novos empreendimentos, seja com a inovação e atualização tecnológica dos empreendimentos existentes. Presente em 196 municípios paranaenses, mobilizou 850 participantes.

### 3.2.8 Nepotismo ou “redes de confiabilidade”

Roberto Requião foi acusado, muitas vezes, pela prática de nepotismo, mas como defesa ele sempre afirmava que escolhia seu grupo político devido a competência, o que muitas vezes vinha a coincidir com membros de sua família. Nesta subseção, serão tratados, de forma superficial, alguns questionamentos a respeito de nepotismo e outros sobre as “redes de confiabilidade”.

De acordo com Oliveira (2007), o estudo dos ricos e poderosos é, antes de qualquer coisa, o estudo sobre uma ampla rede social e política de interesses.

Muitas vezes, as conexões e os capitais sociais e políticos são acumulados ao longo de diversas gerações, como foi visto nos aspectos genealógicos de Roberto Requião. No Brasil, a ação social e econômica dos poderosos fundamenta-se em torno do aparelho do Estado, como forma direta e indireta de controle do fluxo de informações, capitais e privilégios, os quais são essenciais para a reprodução da classe dominante.

As teias de sociabilidade que compõem o campo político são observadas na categoria de “configuração”, proposta por Elias (1999). Isso possibilita visualizar as redes que existem entre indivíduos e instituições, ou seja, analisar as interações dos indivíduos dentro de um determinado espaço social, sendo que o conceito de “configuração” inviabiliza uma análise microssocial, ou ainda, egocêntrica, em detrimento de uma perspectiva totalizadora ou macrossocial. Através da ideia de “configuração”, o autor propõe uma forma de teia de interdependência entre os agentes, ou jogadores, orientados e unidos uns aos outros, o que possibilita uma análise mais realista das relações sociais. Para Elias,

O decurso do próprio jogo tem poder sobre o comportamento e pensamento dos jogadores individuais, uma vez que suas ações e ideias não podem ser explicadas e compreendidas se forem consideradas em si mesmas: precisam ser compreendidas e explicadas no interior da estrutura do jogo. (ELIAS, 1999, p. 104).

Considerando as constantes mutações do jogo, devido às relações de poder, decorrentes de um processo no qual o singular e o plural são integrantes de um mesmo espaço, as jogadas e as estratégias dos jogadores alteram seus posicionamentos iniciais, interferindo não apenas nos demais jogadores, como também nos outros jogos.

[...] a configuração formada pelos jogadores é tão concreta como os próprios jogadores. Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo o que eles são no seu toda a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados, ou adversários. (ELIAS, 1999, p. 142).

Segundo Oliveira (2007), nepotismo, clientelismo e diferentes artifícios são utilizados para as finalidades e resultados das redes políticas, que operam muitas vezes nos limites da legalidade e, por vezes, na ilegalidade. Ressalta o autor que as

Redes políticas são de difícil visualização para o próprio Ministério Público, também passível de ser colonizado por redes políticas específicas. Podemos pesquisar em públicos diferentes redes políticas envolvendo parentes, amigos e assessores conectados em esquemas de poder. As redes mudam e transformam-se conforme as alterações da conjuntura e dos governantes. Apresentam múltiplos e diferentes esquemas para distintos governos e atores. No entanto, seguem certa continuidade e revezamento de longa duração, muitas vezes em algumas poucas famílias políticas, e incorporam sempre novos participantes a cada conjuntura, de modo que cada governo e cada legislatura têm novas e velhas conexões em constante formação e transformação. Uma rede política pode ser bastante simples e efetiva. (OLIVEIRA, 2007, p. 151).

Quanto aos mandatos políticos de Roberto Requião, existiram algumas mudanças estruturais, pois houve um aumento relativo no número de secretarias, com intuito de se atingir novas demandas da população. Entretanto, a verba mensal, a base de apoio político e a forma de comando político mantiveram-se.

Uma das características marcantes de Roberto Requião, no campo político, é não haver muita rotatividade nas escolhas do seu grupo político. Muitos parentes ficaram a frente de secretarias de suma importância; este fato é justificado pelo político e por sua família como argumentos alicerçados na ideia de competência dos mesmos e de confiabilidade. Quanto às acusações de nepotismo, Requião afirma que “Não se pode traduzir o impedimento absoluto da nomeação de pessoas competentes [...] apenas pelo fato de elas terem vínculo de parentesco com uma autoridade<sup>90</sup>”.

Em abril de 1999, o até então senador Roberto Requião apresentou um projeto de lei que regulamentava oficialmente o nepotismo, desde que justificado. Pela proposta, a nomeação para cargo de confiança,

[...] de cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau [...] da autoridade responsável pelo respectivo ato [...] deverá ser publicado (a) acompanhado (a) de exposição de motivos justificando a nomeação e demonstrando, pormenorizadamente, a adequação da formação e experiência profissional do nomeado com as atribuições do cargo em comissão”. Desse modo, Requião rebate as críticas declarando-se “um nepotista militante”.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> ‘Jornal do Estado’, 22/12/2005, p. 03.

<sup>91</sup> ‘Jornal do Estado’, 22/12/2005, p. 03.

QUADRO 6 - FAMILIARES DE REQUIÃO QUE OCUPARAM CARGOS POLÍTICOS.

<b>NOMES</b>	<b>PARENTESCO</b>	<b>CARGOS POLÍTICOS</b>	<b>ANO</b>
Maristela Quarenghi de Mello e Silva	Esposa	Secretaria especial	2008
Eduardo Requião	Irmão	Secretaria especial para assuntos portuários	2003
Maurício Requião	Irmão	Secretaria estadual de Educação. Atualmente Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado	2008
João Arruda	Sobrinho	Diretor da Companhia de Habitação do Paraná	2008
Paikan Salomon de Mello e Silva	Sobrinho	Produtor da Tv educativa	2008
Lúcia Arruda	Irmã	Presidente da Provopar	2008
Heitor Wallace de Mello e Silva	Primo	Diretor da Sanepar	2008
Daniele de Mello e Silva	Sobrinha	Nomeada para a secretaria da saúde	2008

FONTE: A autora (2015)

Na acepção de Bourdieu, o poder de nomeação é um poder de criação social, que faz a pessoa nomeada existir conforme a nomeação. É um poder quase mágico. O remanejamento material que os historiadores delineiam com muita razão se distende, assim, em efeitos sociais de fidelidade, ou seja, a redistribuição é produtora de legitimidade. Dito isso, esse processo é muito ambíguo. É um processos de acumulação em que o capital vai ao capital, já que, mesmo quando redistribui, o rei não para de acumular. Isso vem ao encontro da questão do culto à personalidade, característica marcante nas gestões requianistas. Para Bourdieu,

Esses campos estão, pois, em concorrência uns com os outros, e é nessa concorrência que, de certa forma, se inventa o Estado, se inventa uma espécie de poder “metacampo”, encarnado pelo rei enquanto há rei, mas que depois será o Estado. Cada campo quer agir sobre esse metacampo para triunfar simultaneamente sobre os outros campos e dentro de seu campo. Isso é abstrato, mas, quando eu lhe expuser a crônica histórica, vocês verão bem concretamente [que esse modelo] funciona muito bem. O que se constitui é, assim, um espaço de poder diferenciado, que chamo de campo do poder. No fundo, eu não sabia que fazia isso, mas o descobri ao fazê-lo: eu queria descrever a gênese do Estado e, na realidade, creio que descrevo a gênese do campo do poder, isto é, um espaço diferenciado dentro do qual os detentores de poderes diferentes lutam para que seu poder seja o poder legítimo. Uma das implicações das lutas dentro do campo do poder é o poder sobre o Estado como metapoder capaz de agir sobre os diferentes campos. (BOURDIEU, 2014, p. 407).

QUADRO 7 - GRUPO POLÍTICO NO INICÍO DAS GESTÕES DE REQUIÃO NO EXECUTIVO

	<b>1986 (PREFEITURA)</b>	<b>1991 (GOVERNO)</b>	<b>2003 (GOVERNO)</b>	<b>2007 (GOVERNO)</b>
Airton Pisseti			Comunicação Social	Comunicação Social
Alberto Folloni Neto	Desenvolvimento Urbano			
Aldair Tarcísio Rizzi			Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	
Aldo Parzianello			Justiça	
Carlos Arthur Passos		Planejamento		
Carlos Frederico Marés de Souza Filho	Cultura	Procuradoria Geral do Estado		
Cláudio Roprato			Turismo	
Cláudio Xavier			Saúde	
Djalma de Almeida César		Justiça, Trabalho e Ação Social		
Edson Gradia**		Turismo		
Eleonora Fruet			Planejamento	
Elias Abrahão	Meio ambiente	Educação		
Erickson Diotalevi	Administração	Comunicação Social		
Gilberto Serpa Griebeler	Material	Comunicação Social		
Gilda Poli Rocha Loures		Cultura		
Glauco Souza Lobo	Turismo			
Goya Campos		Justiça		
Heitor Wallace de Mello e Silva	Finanças			SANEPAR
Heron Arzua		Fazenda	Fazenda	
Homero Oguido		Desenvolvimento Urbano/Meio ambiente		
João Olivir Gabardo		Ouvidoria Geral		
Jorge Miguel Sameck	Abastecimento			
José Moacir Favetti		Segurança Pública		
José Tadeu Bento França		Especiais Meio Ambiente		

	<b>1986 (PREFEITURA)</b>	<b>1991 (GOVERNO)</b>	<b>2003 (GOVERNO)</b>	<b>2007 (GOVERNO)</b>
Luís Carlos Delazari			Ouvidoria Geral Geral	
Luís Cláudio Romanelli		Política Habitacional	COHAPAR	
Luís Dernizo Caron			Obras Públicas	
Luis Eduardo Cheida			Meio Ambiente	
Luis Fernando Delazari			Segurança Pública	
Luís Mussi			Indústria e Comércio	
Luiz Fabio Campana		Comunicação Social		
Luiz Gastão Carvalho		Administração		
Maria de Lourdes Montenegro	Menor			
Mario Pereira		Vice Governador Tansportes		
Maurício Fruet		Ciência, Tecnologia e Ensino Superior		
Mauricio Fruet***		Indústria e Comércio		
Mauricio Requião de Mello e Silva	Administrações regionais		Educação	
Nilson Pohl	Comunicação Social			
Nizan Pereira Almeida	Saúde	Saúde	Assuntos estratégicos	Assuntos estratégicos
Omar Sabbag Filho	Obras públicas			
Orlando Pessuti			Abastecimento	Vice governador Abastecimento
Osmar Fernandes Dias		Agricultura e Abastecimento		
Pe. Roque Zimermann			Criança, Emprego e Promoção Social	
Reinhold Stephanes			Administração	Planejamento
Renato Adur			Desenvolvimento Urbano	
Sebastião Rodrigues de Souza Junior		Assuntos Externos		
Stênio Salles Jacob	Transportes		SANEPAR	
Ubaldo Martini Puppi	Educação			
Vera Mussi			Cultura	Cultura/Teatro



	<b>1986 (PREFEITURA)</b>	<b>1991 (GOVERNO)</b>	<b>2003 (GOVERNO)</b>	<b>2007 (GOVERNO)</b>
Augusto				Guaíra
Waldir Pugliesi			Transportes	
Wilson Teixeira	Desenvolvimento Social			
Caíto Quintana		Casa Civil		
Wntuil Borges		Casa Militar		
Mauro Disson Otero Goulart		Assuntos Externos		
José Afonso Júnior		Esporte e Turismo		
Jair Ramos Braga			Justiça	
José Moacir Favetti				Justiça
Emerson José Nerone			Trabalho, Emprego e Promoção Social	
Luiz Forte Neto			Desenvolvimento Urbano	
Nemésio Xavier de França Filho			Polícia Militar do Paraná	
Adhail Sprenger Passos		Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia		
Jorge Aloysio Weber		Indústria e Comércio		
José Tavares da Silva Neto		Justiça e Cidadania		
Eduardo Requião		Meio Ambiente		
José Durval Matos do Amaral		Trabalho e Ação Social		
Evelyse Freitas de Souza Arco Verde				Educação
Carlos Moreira Júnior				Saúde
Rafael Iatauro				Casa Civil
Rubens Ghilardi			COPEL	
Ronald Thadeu Ravedutti				COPEL
Luis Rodrigo Larson Carstens				Polícia Militar do Paraná
Anselmo José				Polícia Militar do

	<b>1986 (PREFEITURA)</b>	<b>1991 (GOVERNO)</b>	<b>2003 (GOVERNO)</b>	<b>2007 (GOVERNO)</b>
de Oliveira				Paraná
Lindslei da Silva Rasca Rodrigues				IAP/Meio Ambiente
Edson Strapasson			COMEC	
Rogério Tizzot				Transportes
Nitis Jacon			Teatro Guaíra	
Nelson Garcia				Trabalho, Emprego e Promoção Social
Wilson Bley Lipski				Desenvolvimento Urbano
Lygia Lumina Pupatto				Ciência Tecnologia e Ensino Superior
Nildo José Lubke				Ciência Tecnologia e Ensino Superior
Marcelo Almeida			DETRAN	DETRAN
Rafael Greca de Macedo				COHAPAR
Lúcia Arruda			PROVOPAR	PROVOPAR
JOÃO ARRUDA				COHAPAR
DOÁTICO SANTOS			COHAPAR	

FONTE: A autora (2015)

NOTA: \*Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

\*\*Secretaria de Esporte e Turismo

\*\*\*Secretaria sem os Assuntos do MERCOSUL

3.2.10 Senador (2011-2014)<sup>92</sup>

Como senador, Roberto Requião apresentou postura bem atuante, com nuances “esquerdistas”. Foi presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e relator da CPI dos Títulos Públicos, emitidos para pagar precatórios. Também presidiu a Comissão de Educação e Comunicação do Senado Federal e foi membro da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Requião desvendou a chamada “Cadeia da Felicidade”, com o fechamento de três bancos e 18 corretoras de títulos e valores mobiliários. Ele apresentou mais de 20 projetos de lei, resoluções e portarias, disciplinando a emissão de títulos públicos, os fundos de pensão e estabelecendo punições para a lavagem de dinheiro de origem ilícita.

TABELA 13 - PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE SENADOR - 2010

SITUAÇÃO	CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS	VOTOS VÁLIDOS %
Eleito	Gleisi Helena Hoffman	PT	3.196.468	29,50
Eleito	Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	2.691.557	24,84
Não Eleito	Gustavo Bonato Fruet	PDT	2.502.805	23,10
Não Eleito	Ricardo José Magalhães Barros	PP	2.190.539	20,22
Não Eleito	Rubens Artur Hering	PV	178.029	1,64
Não Eleito	Luiz Romeiro Piva	PSOL	34.179	0,32
Não Eleito	Valmor Venturini	PSOL	10.967	0,10
Não Eleito	Rivaldir Jensen	PRTB	9.392	0,09
Não Eleito	Ademir Correa Pedroso	PRTB	6.856	0,06
Não Eleito	Claudio Roberto Timossi	PSTU	5.058	0,05
Não Eleito	Irineu Carlos Fritz	PT do B	4.612	0,04
Não Eleito	Gilberto Carlos de Araújo	PCB	3.973	0,04

Fonte: A autora (2015)

Requião ainda apresentou o projeto de lei para a quebra de sigilo bancário de todos os agentes públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário, e o projeto de lei que garante a todo o cidadão direito de resposta quando agredido através de veículos de comunicação.

<sup>92</sup> Alguns feitos de Requião no Senado, ver anexo 7.

Em 2010, Requião deixou o governo do Estado para disputar uma vaga no Senado Federal. Após as eleições, evidenciou-se mais uma vitória em sua carreira política, pois com 2.691.557 votos conquistou, pela segunda vez, o mandato como senador.

Atualmente, Requião é o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL). O PARLASUL é composto por 27 deputados federais, 10 senadores e reúne Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Outros países da América do Sul têm assento como observadores. Requião também preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado e é membro titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos da casa.

Um dos projetos de maior visibilidade nacional, cuja autoria é de Roberto Requião, dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social, conforme já mencionado diversas vezes ao longo deste trabalho.

Outro projeto muito interessante, elaborado em 2014, declara de interesse social, para fins de desapropriação destinada à reforma agrária, as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, e outras espécies de melhoramentos, que não estejam cumprindo sua função social. Ainda, há outros projetos de lei de autoria de Requião no Senado<sup>93</sup>, os quais podem ser conferidos nas páginas referentes aos anexos desta pesquisa.

### 3.2.11 A eleição de 2014 para Governador do Paraná

Em 2014 Requião resolveu disputar, pela quinta vez, o governo de estado do Paraná. Essa eleição foi muito desgastante para o político, pois houve um “racha” partidário no PMDB, envolvendo a ala que apoiava o governo de Beto Richa, do PSDB e a outra que queria candidatura própria; Requião era o principal líder desta última, demonstrando toda sua vontade de ser o único governador paranaense a comandar o Estado quatro vezes. Após muitos desgastes e discussões, foi realizada a convenção e a ala que apoiava candidatura própria saiu vencedora, e Roberto Requião foi candidato mais uma vez ao governo do Paraná. O “racha” no PMDB

---

<sup>93</sup> Ver anexo nº 4.

repercutiu de forma extremamente negativa, visto que desgastou Requião em todo o desenvolvimento para poder convencer parte do seu partido sobre a funcionalidade do PMDB, que era continuar a fazer a oposição e não barganhar cargos com o governo que estava no comando.

A convenção estadual do PMDB do Paraná ocorreu no dia 20 de junho de 2014, com o intuito de decidir se o partido teria ou não candidatura própria ao governo do Paraná. Roberto Requião foi o nome sugerido pela maioria dos delegados do partido e, com isso, nas palavras de Requião: “O vencedor não sou eu, mas o MDB velho de guerra”. Com o PMDB dividido na convenção entre a ala que apoiava o atual governador Beto Richa, ou seja, não queria a candidatura própria e a outra ala que queria ver Requião pela quarta vez frente ao governo do Paraná, resultou em 319 votos favoráveis à candidatura própria, 250 em apoio à coligação com o PSDB, quatro votos nulos e um em branco. A convenção foi marcada por diversos tumultos, inclusive com violência física entre os adeptos da candidatura própria e os favoráveis à coligação com o PSDB. Também houve um fato insólito: um homem fantasiado de tucano, fazendo menção às denúncias de Requião de que o atual governador, Beto Richa, estaria nomeando os delegados do PMDB para cargos em comissão. Sobre isso Requião relata que “O PMDB mostrou que é forte, que não está à venda, que não aceita cargo em comissão. O partido mostrou que resiste a empreguinhos, cargos comissionados e corrupção. Esses problemas agora não são mais nossos, nós vamos para a eleição, mas são problemas a serem investigados”.

Na campanha eleitoral de Roberto Requião, foi demonstrado todo o desgaste que o político havia sofrido na luta para ser candidato. Requião demonstrou-se muito cansado e decepcionado com alguns de seus antigos aliados que já não faziam jus à aliança, sendo, agora, aliados do atual governo. A idade também foi fator contribuinte, mas mesmo assim, Requião percorreu todo o estado do Paraná na companhia de seu filho Mauricio Requião, o qual estava disputando uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. No horário político, Requião teve pouco tempo para exprimir as suas propostas para o governo e também manteve o marketing tradicional de se apresentar aos paranaenses, passando uma imagem parcialmente ultrapassada. Assim, a tática utilizada foi o ataque ao governador Beto Richa.

As redes sociais foram um ponto forte da campanha de Requião. Uma das táticas utilizadas na campanha foi expor os seus projetos, mas também criticar e

denunciar irregularidades da gestão de Beto Richa. Houve ainda algumas estratégias, como a “bala de prata”, ou seja, uma revelação bombástica, que Requião iria divulgar no horário político e foi impedido pelo TRE; essa estratégia atraiu as atenções para Requião. Como resposta a tal “bala de prata”, em um dos últimos horários eleitorais, o antigo vice-governador de Requião, no governo de 2007, Orlando Pessuti, apareceu ao final do programa político de Beto Richa, fazendo um pedido especial aos paranaenses, para que eles não votassem em Roberto Requião, o que repercutiu de forma negativa.

Assim, Roberto Requião perdeu a eleição para Beto Richa em primeiro turno, conforme estatística abaixo:

TABELA 14 - RESULTADOS DAS ELEIÇÕES - 2014

CANDIDATO (A)	VICE	1º TURNO VOTAÇÃO	
		TOTAL	PORCENTAGEM
Beto Richa (PSDB)	Cida Borghetti (PROS)	3 301 322	55.67%
Requião (PMDB)	Rosane Ferreira (PV)	1 634 316	27,56%
Gleisi Hoffmann (PT)	Haroldo Ferreira (PDT)	881 857	14.87%
Ogier Buchi (PRP)	Elson Robas (PRP)	50 446	0.85%
Bernardo Pilotto (PSOL)	Maicon Palagano (PSOL)	35 327	0.60%
Tulio Bandeira (PTC)	Ulisses Sabino (PTC)	13 700	0.23%
Gionísio Marinho (PRTB)	Rosângela Balduino (PRTB)	7 303	0.12%
Rodrigo Tomazini (PSTU)	Érika Andreassy (PSTU)	5 726	0.10%
TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS		5.929.997	90,72%

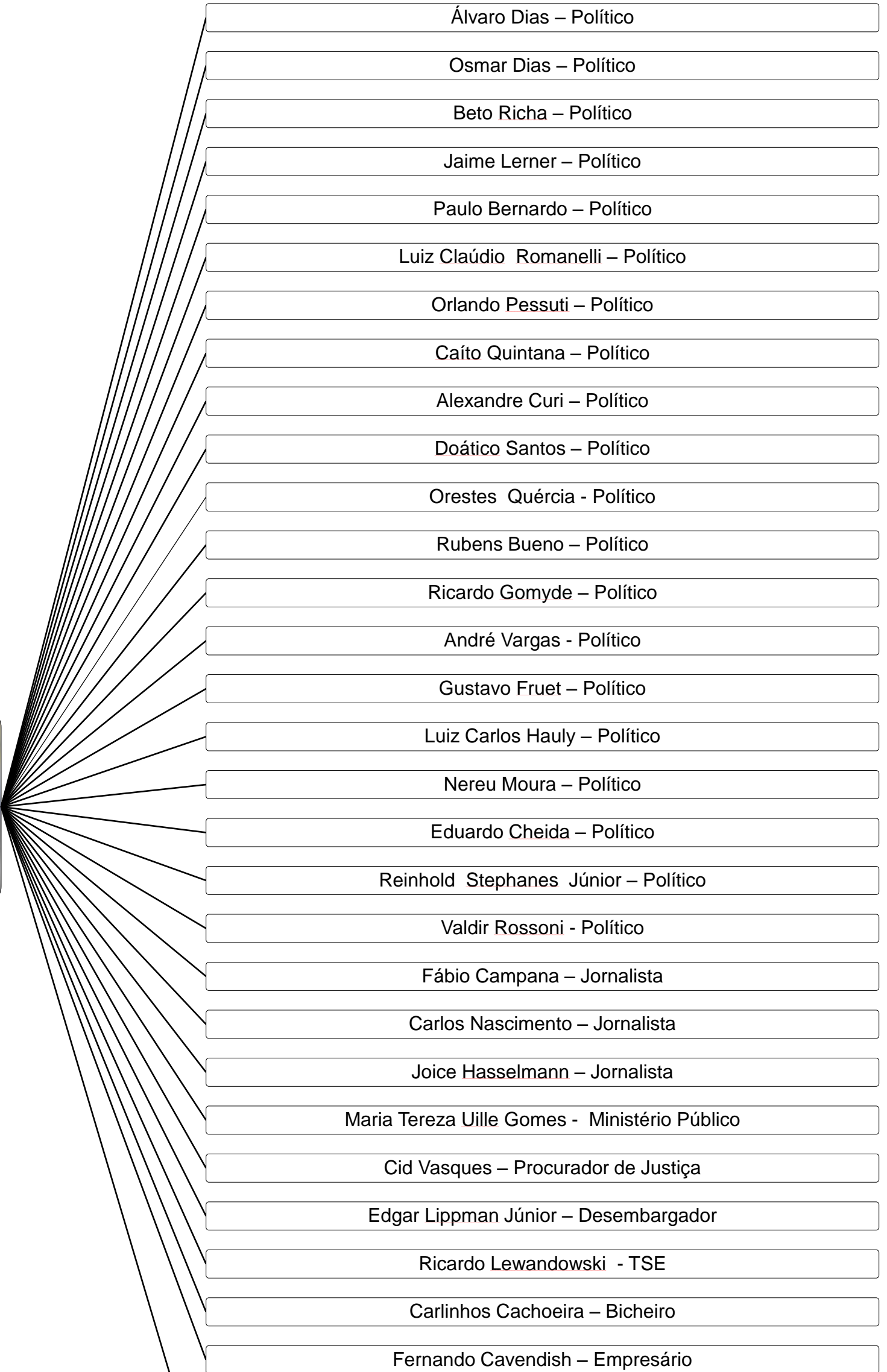
FONTE: A autora (2015)

A trajetória de Roberto Requião é marcada por uma rede de amigos/aliados e por outro lado por um grupo de desafetos. A maioria destes já esteve do outro lado, fazendo parte da composição do grupo político requianista. Dentre a listagem de desafetos de Requião encontram-se jornalistas, juristas, adversários políticos e ex-aliados políticos. A indisposição do político em questão para com alguns, dá-se pelo fato de incompatibilidade política e principalmente, no campo jornalístico, por críticas realizadas à postura requianista de fazer política. Para visualizar os principais desafetos de Roberto Requião, consultar a figura<sup>94</sup> ilustrativa abaixo:

---

<sup>94</sup> Alguns dos desafetos de Roberto Requião.

FIGURA 14 - PRINCIPAIS DESAFETOS DE ROBERTO REQUIÃO.



Nelton Friedrich, Claus Germer, Luiz Geraldo Mazza, Vitório Sorotiuk, Expedito Rocha, Sebastião Larocca, Jair Teixeira, Moacir Ferraz, Mario Leal, Vitor Moreschini, Arno Wartha, Antonio Zaramiacki, Romeu Berthol, Ângelo Koll, Narciso Pires, Paulino Delazari, Walmor Marcelino, Luís Manfredini, Roland Rutyna, Antonio Carlos Molina, Zenir Teixeira, Luiz Henrique Bonaterra, Sandra Turra, Vicente Palhares, Pedro Longo, Zilna Hoffmann, Hamilton Serighelli, Jerry Soares, Mario Mello, Jorge Modesto, José Carlos Mendes, Mario Milani, Claudio Cambé, Clair da Flora Martins, Geraldo Serathiuk, Julio Manso, Hildeo Manso, Carlos Gonzaga, Humberto Folks, Cezar Pelosi, Wagner Dangelis, Suzana Betttega, Valéria Prochmann, Doutor Zequinha, Tosca Zamboni, Ivo Pugnaroni, Helio Cagé



## 4 VIÉS SOCIAL E ECONOMICISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REQUIANISTAS

[...] o Welfare State está em continuidade perfeita: ele apenas realiza um ponto essencial, a saber, nas condições econômicas do acesso ao direito do cidadão, o que está implícito na Declaração dos Direitos do Homem. Marx estabelecia a diferenciação entre os direitos humanos e os direitos do cidadão, ou ainda entre a igualdade formal e a igualdade real; ele dizia: a Revolução Francesa deu os direitos do cidadão, não deu os direitos do homem. Um dos problemas é fazer de modo que os direitos do homem sigam os direitos do cidadão, e para isso é preciso de certa forma, que o “povo” entre no jogo. A expressão é boa: fazer entrar no jogo quer dizer, em certo sentido, deixar-se prender pelo jogo, mas também lhes dar um papel no jogo. Toda a dialética, que não se deve descrever em termos maquiavélicos ou em termos ingênuos de “teoria do complô”, não consiste em dizer: “Vai-se dar ao povo justo o suficiente para que ele entre no jogo”? Ninguém pensa assim.... O problema é fazer de modo que o povo entre no jogo e se deixe encantar pelo jogo, deixe-se encantar pela ilusão política – mas para se encantar com o jogo político é preciso ter um mínimo de chances no jogo... É uma lei fundamental da teoria dos campos: se você não tem um mínimo de chances no jogo, não joga. É preciso um mínimo de chances no jogo para ter vontade de jogar. Se você joga bola de gude com o seu filho, tem de deixá-lo ganhar de vez em quando, do contrário ele lhe dirá: “Não joga mais com você, você ganha sempre...”. (BOURDIEU, 2014, p. 465).

### 4.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ROBERTO REQUIÃO: UMA AGENDA NEOLIBERAL OU SOCIAL DEMOCRATA?

O objetivo principal desta seção é verificar se as políticas públicas implementadas pelo político Roberto Requião, podem ser inseridas em uma das agendas político-econômicas do capitalismo no século XX (social-democrata ou neoliberal). Tal objetivo se justifica tendo em vista que Requião, em seus discursos, muito criticou as políticas neoliberais, e, por isso, espera-se encontrar mais características da social-democracia em suas políticas. Este estudo não pretende abordar todas as políticas públicas elaboradas pelo político frente ao governo do Paraná, já que Requião exerceu três mandatos (1991-1994, 2003-2006, e 2006-2010) e isso demandaria um tempo maior, e talvez nem fosse possível no tempo deste trabalho. Selecionou-se, para a presente análise, as políticas com maior destaque na esfera midiática durante o período supracitado.

Para cumprir esse objetivo geral, este capítulo está organizado em três subseções, cada uma delas correspondendo a objetivos específicos. Na primeira será apresentado um breve panorama histórico das etapas do capitalismo, enfatizando a última e atual etapa – o neoliberalismo, em seu contexto maior de surgimento e desenvolvimento, ou seja, na esfera da globalização. A segunda subseção adentrará nas questões econômicas e políticas do capitalismo brasileiro,

destacando os aspectos do desenho do Estado Moderno (centralização e descentralização), aspectos estes fundamentais para a compreensão da terceira e última subseção, que objetiva enquadrar as principais políticas públicas implementadas no governo de Requião em uma das duas agendas do capitalismo (social-democrata ou neoliberal).

#### 4.1.1 O capitalismo liberal e o dirigido

O capitalismo enquanto modo de produção originou-se da Revolução Comercial na Europa Medieval, entre os séculos XI e XIV. Porém, a formação social capitalista, ou seja, a formação social em que o modo de produção capitalista domina a infraestrutura originou-se com a Primeira Revolução Industrial, embora não sejam observados no final do século XVIII, mercados de livre concorrência. A consolidação da indústria fabril na Grã-Bretanha, posteriormente difundida na Europa Central e Ocidental e na América do Norte, e a construção de ferrovias, e nesse ínterim, a unificação dos mercados nacionais, entre outros fatores, possibilitou a produção e distribuição em massa, a partir da década de 1870, dando origem à Segunda Revolução Industrial. A difusão da indústria veio acompanhada da difusão do governo representativo e do *laissez-faire*, praticados inicialmente pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, e adotados por todos os povos “civilizados”.

O desenvolvimento do capitalismo aguçou as contradições entre as grandes potências, que lutavam incessantemente pelo domínio dos mercados mundiais. Como resultado desta disputa teve-se a Primeira Guerra Mundial, em que duas coligações imperialistas se confrontaram, custando milhões de vidas e devastando várias regiões da Europa. A Revolução Russa, em 1917, deu início a uma onda revolucionária que, posteriormente, derrubaria as monarquias da Alemanha, Turquia e Áustria-Hungria. Ao mesmo tempo em que as economias devastadas tentavam se reconstruir, importantes avanços democráticos foram observados neste período: a adoção do sufrágio universal em vários países, a extensão de plenos direitos políticos às mulheres, a conquista do poder por partidos do movimento operário (Labour Party na Grã-Bretanha). Porém, esse momento positivo foi freado com a crise de 1929 e a depressão, que só terminou na década seguinte, com a Segunda Guerra. Esta crise, tida como a pior crise do capitalismo, teve como marca a

destruição de valores, taxas de desemprego altíssimas, empobrecimento das massas (SINGER, 1998).

Essa situação possibilitou que novas formas de organização política conciliassem desenvolvimento social e desenvolvimento econômico em seus programas. Tais características puderam ser observadas na Suécia, em 1932, quando os social-democratas assumem o poder. Em contrapartida, e com propostas diversas, em 1933, Roosevelt foi empossado nos Estados Unidos e Adolf Hitler na Alemanha. O que estes três governos fizeram em comum foi expandir o gasto público, desvalorizar suas moedas em relação ao ouro e liberar o crédito. Como resultado, suas economias retomaram o crescimento, ainda que lentamente; porém, enquanto na Suécia e nos Estados Unidos houve a expansão dos direitos sociais e políticos, na Alemanha observou-se a revogação dos direitos políticos e a anulação das conquistas democráticas.

Singer (1998) atenta para o fato de que, pela primeira vez na história do capitalismo, a economia havia sido resgatada da crise não pela reação espontânea do mercado, mas pela ação do Estado, e, a esse momento, o autor chama de “capitalismo dirigido”, embora a nomenclatura mais recorrente para esse período seja *Welfare State*. Tal capitalismo, com o término da Segunda Guerra Mundial e a vitória maior dos Estados Unidos, adquiriu um sentido democrático e progressista, consubstanciado no compromisso de todos os governos de manter o pleno emprego.

As políticas intervencionistas têm em Keynes o principal precursor, especialmente com a publicação de seu livro *Teoria geral do emprego, juro e moeda*, em 1936. Keynes havia demonstrado que não era a livre concorrência nos mercados de fatores que determinava o nível de emprego e de atividade, mas sim a demanda efetiva, que depende da propensão da população a consumir e das decisões de investir dos empresários. Deste modo, o desemprego, observado pós-crise de 29, não seria resolvido pela aceitação de salários menores por parte dos trabalhadores, ou seja, este desemprego poderia ser involuntário, uma vez que salários menores, caso fosse geral, aumentaria a deflação, visto que os demais preços tenderiam a cair também, deprimindo a demanda, já que os compradores postergariam seus gastos na expectativa de queda maior ainda dos preços. A redução do desemprego e a elevação do nível de atividade viriam, segundo Keynes, com a elevação da demanda efetiva, e isto, naquelas circunstâncias, poderia ser feito apenas pelo

governo, seja por meio de política fiscal (aumento dos gastos públicos), seja por política monetária (expansão da oferta de moeda e redução das taxas de juros). (KEYNES, 1982).

Os social-democratas, adeptos da proposta keynesiana, no entanto, preferiram ativar a demanda por meio dos gastos sociais. De acordo com Przeworski (1991), a estrutura dos sistemas capitalistas instituídos pelos social-democratas esteve pautada nos seguintes preceitos:

a) O Estado responsabiliza-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas privadas, mas que se fazem necessárias para a economia como um todo;

b) O governo regula, especialmente por meio de políticas anticíclicas, o funcionamento do setor privado;

c) O Estado, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado.

Entre os anos de 1945 e 1973, o sistema capitalista prosperou, de forma que o aumento da produtividade não elevou o desemprego, e a preocupação com o desemprego tecnológico foi sanada com a expansão de novos setores, especialmente o de serviços. Cabe aqui salientar a importância do sistema de gerenciamento econômico internacional, nomeado de *Bretton Woods*<sup>95</sup>, que estabeleceu, em 1944, algumas das principais regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. Esse sistema se configurou no primeiro que objetiva governar as relações entre Estados-Nações independentes. Foi uma espécie de organizador econômico pós-Segunda Guerra Mundial, assim como o Consenso de Washington.

Este período de crescimento econômico foi também um período de grandes revoluções, como por exemplo, comunistas, ditaduras militares, revoluções coloniais e culturais. Em relação à expansão do programa socialista-comunista, a ameaça mais constante ao capitalismo, Przeworski (1991) afirma que a mediação pacífica entre este e o socialismo seria a social-democracia, a qual oferecia crédito aos pequenos burgueses, pensões aos empregados do colarinho branco, salário mínimo

---

<sup>95</sup> Segundo Baer *et al* (1995) esse acordo, foi importante como procedimento de institucionalização da hegemonia dos EUA no campo monetário internacional, e o aspecto-chave neste sentido foi a definição do ouro como ativo de reserva. A partir da aceitação do dólar como referencial internacional, a gestão monetário-financeira mundial, de fato, passa a estar sujeita aos ditames da política norte-americana.

aos operários, proteção aos consumidores, instruções aos jovens, salário-família às famílias, enfim, não se ocupava em lutar pelos objetivos específicos de uma classe (como o operariado), mas sim pela coletividade, ou seja, os pobres, os consumidores, os usuários de transporte público etc.

Enquanto que no liberalismo iniciado em meados do século XIX, o papel do Estado era proteger o mercado, impedir que o monopólio destruísse a concorrência, e fazer com que as classes sociais aceitassem o “veredito do mercado”, no “capitalismo dirigido” ou no modelo social-democrata, a função do Estado era dirigir o mercado, induzindo os agentes econômicos a adotar condutas favoráveis ao pleno aproveitamento dos recursos. (SINGER, 1998).

A partir de 1965, o modelo social-democrata começa a entrar em crise. A mais apontada foi a crise financeira, ou seja, a incapacidade do Estado de cobrir os déficits oriundos dos gastos. Com isso, para manter-se, o Estado teria que cobrar mais tributos, o que para muitos geraria inflação e acabaria provocando desemprego e mais necessidade de gastos. Para Harvey (1989) o modelo era rígido e não podia responder às novas demandas que começavam a aparecer por volta da década de 1970. Entre os pontos de rigidez:

a) rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção de massa, que impediam maior flexibilidade de planejamento e presumiam um crescimento estável, de mercados de consumo, invariante;

b) rigidez dos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista);

c) rigidez crescente dos compromissos do Estado na medida em que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade em um momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos;

d) rigidez do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-72.

Com a crise do *Welfare State*, houve um refluxo da onda liberal anterior à crise de 1929, o chamado neoliberalismo. Governos conservadores voltaram ao poder de posse das reformas neoliberais, que pregavam a redução dos gastos do Estado ou o aumento dos tributos, a não intervenção no mercado, a flexibilização

dos direitos trabalhistas, a privatização dos serviços públicos, entre outros aspectos. Cabe ainda mencionar a crise do petróleo do final da década de 1970, que pode ser considerada um divisor de águas, pois abalou profundamente muitos países do globo. Por o petróleo não ser uma fonte renovável, serviu de argumento para o aumento do preço deste combustível, caso que ocasionou alguns conflitos e uma corrida incessante em busca desse tesouro.

O quadro abaixo apresenta um panorama geral das características do modelo neoliberal em contraposição ao modelo social-democrata.

QUADRO 8 - AGENDA NEOLIBERAL E SOCIAL-DEMOCRATA

AGENDA NEOLIBERAL	AGENDA SOCIAL-DEMOCRATA
Desregulamentação	Desconcentração Político-Administrativa
Privatização	Municipalização
Descentralização/Desconcentração	Sociedade Solidária e Organizada
Redução do Estado/Estado Mínimo	Autogestão, Cogestão, Participação
Fragmentação do Social	Novas Formas de Organização do Político
Indivíduo/Mercado	Coletivo/Estado

FONTE: SOUZA (1997)

O neoliberalismo possui este caráter de “neo” por ser uma proposta de reformulação do liberalismo do século XIX, porém, num contexto de intensa globalização. O fenômeno da globalização problematizou a existência do Estado-Nação e colocou em dúvida a existência do modelo do *Welfare State* e conseqüentemente, o arranjo que este articulava do social ao cultural. Emergiu com isso, uma nova configuração envolvendo uma forte tendência de deslocamento do centro de gravidade para o âmbito global, fato que ao mesmo tempo tem favorecido a reemergência do âmbito local. Conforme Santos (2005), ao contrário da globalização implicar em um processo de homogeneização, tem resultado na combinação entre certo efeito universalizador e a reemergência de particularismos, dando evidência à diversidade local.

De acordo com Ianni (1998, p. 27), “o que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo”. A globalização não é um fato acabado e sim um processo em marcha que enfrenta obstáculos, sofre interrupções,

mas também generaliza-se e aprofunda-se como tendência, e, por isso, há nações e continentes nos quais esse processo pode-se desenvolver ainda mais, como é o caso da África e da América Latina. Segundo o autor, a história do capitalismo pode ser lida como a história da mundialização, da globalização do mundo, e consiste num vasto processo histórico simultaneamente social, econômico, político e cultural (IANNI, 2002).

Para Milton Santos (2000), é mais sensato falar em globalizações e considerar o tema diferenciando-o em três sentidos: como fábula (referindo-se ao discurso hegemônico, à “máquina ideológica” que a sustenta como visão de mundo); como realidade (quanto ao caráter perverso de suas interferências sociais); e como possibilidade outra (sobre o quão possível é pautar-se uma outra globalização).

Santos (2001, p. 26) menciona que a globalização constitui-se em um processo multifacetado, compreendendo não apenas a dimensão econômica, conforme a maioria da literatura tem enfatizado, mas dimensões culturais, sociais, jurídicas e religiosas, que se inter-relacionam em um processo complexo. No âmbito da dimensão econômica, o autor profere que a globalização econômica é sustentada pelo consenso neoliberal (Consenso de Washington), cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros; inventores e criadores de inovações susceptíveis de ser objeto de propriedade intelectual (ROBINSON, 1996); subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio. Em relação ao caráter geral do referido consenso, as receitas por ele impostas ora foram tratadas por modo da jaula de ferro ora do modo da jaula de borracha, mais flexível. De acordo com o autor, os países que mais sofrem com as imposições do consenso neoliberal, são os periféricos e os semiperiféricos, uma vez que o receituário neoliberal é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para negociação da dívida externa através de programas de ajustamento estrutural.

Na esfera da globalização social<sup>96</sup>, o consenso neoliberal é o de que o crescimento e estabilidade econômicos assentam na redução de custos salariais,

---

<sup>96</sup> Sen (2000) mostrou que a globalização social, advinda do capitalismo, pode ser visto como um processo de amadurecimento das liberdades reais que angustia e atormenta os mais pobres do mundo, onde os quais se preocupam muito mais com o aumento das relações de mercado do que com a democracia, ou as oportunidades sociais dos setores subalternos. O autor procura apresentar um novo modelo de desenvolvimento centrado nos agentes sociais, ou seja, ele demonstra

para o que é necessário liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos liberais, proibindo a indexação de salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre o salário mínimo, objetivando o impedimento do “impacto inflacionário dos aumentos salariais”; a contração do poder de compra interno que resulta desta política deve ser suprida pela busca de mercados externos. Isto posto, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para ser a solvência – os pobres são os consumidores que ultrapassam os limites sobre endividamento e medidas compensatórias são criadas para disfarçar a situação. (SANTOS, 2001).

Para Desai (2003), a globalização é vista como uma reação interna ao declínio da lucratividade do capital sob o regime keynesiano, e nessa nova configuração, o Estado deixa a posição de controle da economia e passa a ser um ator. O esgotamento das políticas keynesianas, segundo Dupas (2005), ocorrido a partir da década de 1980, associada à crise energética, conduziu o grande capital na busca de novas fronteiras de acumulação, quer por meio das conquistas de novos mercados, quer mediante a redução de custos de produção.

Segundo Balanco (1999), o processo de globalização consiste na fase mais avançada do capitalismo. Com o declínio do socialismo, o sistema capitalista se disseminou de forma avassaladora pelo mundo. A consolidação do capitalismo iniciou a era da globalização, principalmente, econômica e comercial. O processo de globalização estreitou as relações comerciais entre os países e as empresas – através das inovações tecnológicas, como redes de comunicação e modernização dos meios de transporte; a partir destas transformações tornou-se possível uma maior e melhor difusão de informações entre as empresas e instituições financeiras e principalmente o rápido transporte de mercadorias entre os países, fato que facilitou a ligação entre os mercados mundiais e deu origem, assim, à divisão internacional do trabalho, que se tornou clássica entre as transnacionais. O autor

---

preocupação em se pensar a pobreza a partir de um viés relacional. Partindo da constatação de que o mundo, neste começo de século, apresenta-se polarizado entre a abundância da produção de riquezas e os que não desfrutam quase nada dos benefícios por elas produzidos, a dicotomia entre os países hegemônicos e os países periféricos, com isso, o autor busca desenvolver uma concepção de justiça distributiva - não existe dificuldade para se ter uma visão perceptível, que a era contemporânea da globalização não está interligada com as exigências, ou melhor, com as necessidades humanas.



ainda destaca que a globalização está associada à regularidade do capitalismo, e fundamenta o impulso às transformações permanentes do mesmo.

Depois de retomar os pressupostos gerais das duas “fases” do capitalismo, o dirigido e o liberal de Singer, ou o social-democrata e (neo) liberal, este último indissociável do processo de globalização, fenômeno que perpassa todas as esferas do mundo social, cabe agora adentrar na compreensão do Brasil no contexto da globalização, com destaque para os fenômenos econômicos e políticos.

#### 4.1.2 Política e economia no Brasil no contexto da globalização

Almeida (2007) apresenta um passeio pela história do Estado no Brasil contemporâneo, com a finalidade de analisar as mudanças da organização estatal no Brasil, em termos de maior ou menor concentração de recursos de poder no governo central, dirigindo o foco para as transformações pelas quais passou a Federação, ou seja, os movimentos de centralização e descentralização. Ao longo de sua história, o Brasil teve sete Constituições, foi por duas vezes Estado unitário e depois federação, passou de monarquia parlamentarista (1824-1889) a república presidencialista (1891-1961), depois a república semipresidencialista (1961-1963) e de volta à república presidencialista (1930), teve quatro sistemas eleitorais e seis sistemas de partidos distintos. Entretanto, apesar de todas as mudanças institucionais, as eleições se firmaram como principal mecanismo de acomodação, competição e contestação pacífica durante 180 anos de vida política.

As estruturas estatais podem se organizar em torno de um centro nacional de decisões ou da existência de autoridades subnacionais. O Brasil é um caso bem sucedido de estabelecimento de alguns aspectos básicos do Estado Nacional: manteve a integridade do imenso território que estivera sob domínio português (período colonial) e institucionalizou as regras do jogo político que geraram um sistema representativo. Entre 1822-1850 controlou movimentos que poderia ter levado à secessão e à fragmentação territorial. As fronteiras externas foram se desenhando, via guerras e acordos diplomáticos, ao longo do século XIX até a primeira metade do século XX. Ainda que a penetração completa das instituições públicas tenha demorado muito tempo (formas de poder privado continuaram importantes século XX adentro), o Estado brasileiro conseguiu definir precocemente seus limites e fazê-los reconhecer no plano internacional. A homogeneidade das

elites políticas no Brasil, ainda no período monárquico, foi o fator principal para o manutenção da unidade territorial do país (ALMEIDA, 2007).

A constituição republicana de 1891 deu ao Estado brasileiro uma estrutura federativa. Diferente dos EUA, que o modo federativo veio para juntar unidades políticas previamente independentes, no Brasil veio para manter juntos membros de uma coletividade que aspiram a separar-se e organizar-se como Estados independentes. De 1891 a 1930, Primeira República ou República do Café com Leite, observou-se, então, um Estado descentralizado, um federalismo dual, no qual havia divisão de competências entre os entes federados.

No Estado Novo presidido por Getúlio Vargas, desapareceram a federação e as instituições democráticas e representativas. O congresso foi fechado, os governos dos Estados reduzidos à condição de províncias sem autonomia e entregues à interventores do governo federal, os partidos políticos proibidos e as eleições suspensas por prazo indeterminado. Pela primeira vez, a disputa e negociação política deixaram de recorrer ao mecanismo eleitoral e passaram a depender exclusivamente da arbitragem do governo federal e da mediação das burocracias centrais. Elites políticas dissidentes, intelectuais antiliberais e reformadores e elites civis e militares vinculadas à organização do Estado central foram os grandes propulsores e beneficiários da centralização e da expansão do aparato e das atribuições do Estado.

Segundo Almeida (2007), entre os anos de 1930 a 1945, o país teve a definição de políticas de promoção do desenvolvimento econômico, de construção de instituições, mecanismos e instrumentos de regulação e intervenção estatal nos mercados, e também de criação e extensão dos direitos sociais, segundo os princípios do corporativismo. Neste período criaram-se empresas públicas para a produção de insumos básicos, requerida pela expansão industrial. Organismos especializados se encarregaram de regular alguns mercados de produtos primários: café, açúcar e álcool, madeira, etc. Um conjunto de políticas ativas de promoção industrial foi posto em marcha: incentivos fiscais, crédito subsidiado, proteção tarifária, reserva de mercado, proteção cambial. Foi também na era Vargas que ocorreu a extensão limitada de direitos sociais e construção das fundações de um sistema de proteção social; regulamentação das relações trabalhistas, os sindicatos e a negociação coletiva reconhecida (sob controle governamental e no interior de um sistema de tipo corporativista). Empregados urbanos da indústria e serviços viram

assegurados direitos sociais básicos: jornada de trabalho, salário mínimo, férias, contrato de trabalho, previdência social. Os trabalhadores agrícolas, que eram maioria, ficaram excluídos desta incipiente cidadania social.

No período de 1945 a 1964 foram realizados os primeiros experimentos democráticos de fato, com eleições e competição partidária, e a este momento, Almeida (2007) chama de federalismo complexo, já que se observou uma distribuição complexa de competências entre os três níveis de organização. Câmara e Senado na defesa dos interesses regionais e descentralizadores se contrapunham à perspectiva do executivo federal, com forças modernizadoras e centralizadoras. Logo, estes anos foram de alternância entre centralização e descentralização.

Cabe destacar neste período a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. O seu principal objetivo é o monitoramento das políticas direcionadas à promoção de desenvolvimento econômico da região latino-americana e assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Um dos principais pensadores da CEPAL foi Celso Furtado, cujas obras estão relacionadas principalmente à construção da nação diante das diversas formas de dominação internacional e do pacto interno de dominação, em prol da luta pela emancipação nacional. Um dos grandes fatores que torna o Brasil dependente do capital estrangeiro, segundo o autor, é que o Brasil produz matéria prima e não tem a tecnologia suficiente para transformá-la. Nessa conjuntura os países com maior tecnologia têm o domínio sobre os que não têm essa técnica muito desenvolvida, ocasionando a dependência. Assim, sugere Furtado que num país sem técnica própria, sem formação de capitais que pudessem ser desviados para outras atividades, a única saída no século XIX era desenvolver o comércio internacional. Para desenvolver o comércio interno seria preciso que o organismo econômico alcance certo grau de complexidade, caracterizado pela autonomia tecnológica, pois “para contar com a cooperação do capital estrangeiro, a economia deveria primeiro retomar o crescimento com seus próprios meios”. (FURTADO, 1974, p. 111).

Sob o comando dos militares (1964-1984), houve intensa centralização do poder. Foi também neste período que o Brasil viveu um novo ciclo desenvolvimentista: expansão das empresas públicas produtoras de bens e

serviços, assim como as políticas de promoção industrial; o aparato de regulação econômica tornou-se mais amplo e complexo; e um sistema de proteção social do tipo conservador se expandiu, diversificou e atingiu maturidade. Pendências como a Reforma Agrária e a inexistência de um padrão de financiamento que comportasse o então “dinamismo” industrial haveriam de ser solucionadas. Enquanto os Estados mais dinâmicos e prósperos queriam mais autonomia, os Estados atrasados exigiam um governo federal forte para que seus interesses pudessem prevalecer nas propostas de planejamento e desenvolvimento. Para Draibe e Henrique (1988), a crise dos anos 60 apresentou a possibilidade da existência das primeiras formas do *Welfare State* brasileiro.

A constituição de 1988 fixou competência comum aos três níveis de governo no que diz respeito ao desenho de políticas e à provisão de serviços de educação, saúde, habitação etc. Na prática, o governo federal desempenhou um papel decisivo na definição dos termos da cooperação entre as três esferas de governo, reservando para si as funções de formulação de políticas e de regulação dos diferentes sistemas de políticas sociais. Do ponto de vista programático, a constituição de 1988 era descentralizadora em temas fiscais e sociais. No plano fiscal, a descentralização de recursos para estados e municípios se fez acompanhar de um aumento expressivo da carga tributária e dos recursos a disposição do governo federal. Por outro lado, a constituição democrática ampliou a proporção dos recursos fiscais compartilhados destinados a estados e municípios. O fundo de participação de estados e municípios (FPEM), principal instrumento de redistribuição de recursos tributários entre entes federativos, foi redesenhado em benefício dos governos subnacionais (ALMEIDA, 2007).

É interessante mencionar que a descentralização observada com a constituição de 1988 no Brasil, como também a descentralização na América Latina, foi inspirada no modelo neoliberal, estando este representado pelos seus agentes: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. As elites políticas locais, teórica e ideologicamente enfraquecidas por terem renunciado a um projeto nacional, convertem-se em intermediários e praticantes locais das políticas centrais. Trata-se, então, de uma mudança de qualidade das políticas estatais e de transferência de recursos públicos para o setor privado nacional e transnacional. O modelo democratizante de descentralização pode ser visto em três eixos: político, econômico e administrativo. A sua proposta

está articulada com a definição do papel e da função do Estado. O principal desafio desse projeto consiste em oferecer aos movimentos sociais, urbanos e municipais condições para que se transformem em atores diante do Estado, que se descoloniza dos interesses oligárquicos ao mesmo tempo em que se descentraliza e amplia a cidadania (FELICÍSSIMO 1994).

Por fim, observou-se nesta seção um esboço de um resgate histórico do Brasil do século XX, com ênfase nas transformações advindas do processo da globalização. Mas o principal objetivo era demonstrar que este país, por mais que tenha tido um desenvolvimento econômico tardio em relação aos países europeus e aos Estados Unidos, respondeu, de alguma maneira, às transformações globais, e a Constituição de 1988 é um bom exemplo dessa “adaptação”. Na esfera de organização do Estado, a opção descentralizadora é por vezes normativa, pois, na prática, os entes federados ainda são muito dependentes do executivo federal. Neste sentido, a opção por determinadas políticas públicas de um governo estadual depende muito de uma estrutura maior, seja ela fiscal/orçamentária, conforme observado anteriormente, seja ela pela própria lógica político-partidária do jogo político.

#### 4.1.3 Os perfis de algumas políticas públicas requianistas

O que se pretende nesta última subseção deste capítulo é verificar se as políticas públicas implementadas por Roberto Requião no Paraná apresentam um perfil mais atrelado à agenda social-democrata, considerando as devidas ressalvas quanto às possibilidades de atuação de um governo estadual neste arranjo federativo.

O Paraná, assim como todas as unidades federativas do Brasil, possui dificuldades estruturais para uma organização política administrativa efetiva, seja ela do modelo neoliberal, como é a tendência mundial, ou de caráter social-democrata. Como não é objetivo desta pesquisa abordar as dificuldades estruturais do Estado para a “aderência” a um modelo político, nesta subseção pretende-se somente verificar se os programas implementados por Roberto Requião possuem algumas características da plataforma social-democrata, já que o político em questão é um dos maiores críticos do modelo neoliberal, conforme pode ser observado abaixo:

Não nos deixemos seduzir pela onda neoliberal que, hoje sabemos, simplesmente significou o desmonte da máquina pública em favor dos interesses de setores privilegiados da sociedade. O discurso neoliberal, aparentemente modernizante, na verdade, não passa do mais arcaico patrimonialismo, confundindo a coisa pública com as posses privadas dos detentores do poder. Aqui no Paraná, ao contrário, optamos por desfazer o mito do ‘fazedor de obras’ em prol de um conceito ético de administração, com criteriosa aplicação dos recursos públicos e estrito controle de gastos. A ousadia, ao invés de aplicá-la nos lances de rapina que caracterizam a onda ‘neoliberal’, preferimos praticá-la na seleção de programas de governo de perfil simples, mas eficazes, em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social, induzindo mecanismos para a melhor distribuição de renda e geração de empregos. Ao lado disso, investimentos públicos pesados na educação, segurança e saúde, garantindo à população os equipamentos básicos para uma vida melhor. (ARTIGO DE REQUIÃO: O PARANÁ E A MODERNIDADE)

Observa-se nesta citação, não apenas a crítica de Requião ao modelo neoliberal, mas sua preferência por políticas que priorizam as áreas de maior interesse aos cidadãos menos desprovidos de recursos. É importante ressaltar que Requião entra para a política paranaense num período profícuo para este discurso, o período de transição democrática. Os cidadãos deste período acreditam que essa nova conjuntura lhes garante direitos sociais, além dos direitos políticos. As reivindicações relativas ao atendimento da “cidadania social”, conceito elaborado por T.H. Marshall (1967) – “um tipo de igualdade humana básica, associada com uma concepção de membro pleno de uma comunidade”, solicitam que a segurança e as oportunidades sejam compartilhadas por todos. As políticas sociais respondem a essas reivindicações por meio da oferta de serviços básicos de saúde, educação e, principalmente, através da distribuição de alimentos e da manutenção da renda. Esse tipo de modelo democrático não se constitui unicamente na garantia dos direitos políticos, seu advento melhorou visivelmente a proteção aos direitos sociais. As reformas econômicas e os gastos sociais não eram vistos como um problema soma-zero, sendo que os gastos públicos com políticas sociais cresceram financiados pelo menos em parte por receitas tributárias maiores.

A respeito do conceito de cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho (2001) analisa o seu avanço enquanto fenômeno histórico. O autor desdobra o conceito de cidadania em três dimensões: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. O objetivo geral de Carvalho é demonstrar que no Brasil não houve uma conexão dessas dimensões políticas, ou seja, a garantia de determinados direitos não garantiu o direito a outros direitos. Carvalho contrasta as dimensões dos direitos políticos (mediante sufrágio universal), com os direitos sociais e os direitos civis,

como isso, na acepção do autor gera uma cidadania inconclusa e discorre que os direitos sociais foram introduzidos antes dos direitos civis. Os direitos trabalhistas conquistados na era Vargas, não consistiram numa conquista e sim numa doação. Assim se por um lado os progressos trabalhistas e sociais significou maior avanço na cidadania, por outro, fez com que os indivíduos ficassem cada vez mais dependentes do Estado e efetivamente de seus líderes.

Esses programas de melhorias devem ser processados através das instituições representativas. O processo democrático pode aprimorar a qualidade técnica das políticas de reformas e propiciar bases para o apoio continuado desta. Destarte, a democracia é um valor autônomo pelo qual muitas pessoas lutaram, inclusive, contra regimes autoritários. Para se consolidar a democracia, através da hegemonia das forças – que necessitam aprender a canalizar suas demandas e organizar seus conflitos nos marcos das instituições democráticas – as instituições devem exercer um papel eficaz na formulação e na prática de políticas que influenciem as condições de vida:

Desse modo, nossa abordagem social-democrata às reformas orientadas ao mercado requer um direcionamento das reformas para o crescimento, a proteção do bem-estar material contra os custos de transição das reformas e uso pleno das instituições democráticas na formulação e implementação das políticas de reforma. (PRZEWORSKI, 1991, p.211).

Roberto Requião optou pela garantia dos direitos sociais, na maioria de suas políticas públicas implementadas. Pode-se dizer que foi pelo “idealismo” herdado de seus antepassados ou uma estratégia política para fazer com que os indivíduos ficassem cada vez mais dependentes do Estado. Dentre as “novas formas de organização” de Requião estão a centralização dos gastos públicos, com a finalidade de prevenir desperdícios e evitar irregularidades, a determinação de concursos públicos para contratação de pessoal no Paraná, e a inovação do programa “Panela Cheia”. A implantação de Subsecretarias por Requião pode ser entendida como uma medida de “desconcentração político-administrativa”; e o aspecto de “autogestão, cogestão, participação” pode ser ilustrado através da criação da Ouvidoria Geral, como também das Subprefeituras. Na “sociedade solidária e organizada” estão alguns programas como “POVO”, “Casa da Família”, “Primeiro Emprego”, entre outros. Os projetos implantados por Requião em seus

pleitos possuem algumas características social-democratas, contemplando as seguintes diretrizes políticas e programas:

a) Redução em até 40% do preço da energia elétrica, por mecanismos diretos e indiretos, para atrair empresas do Brasil e do mundo para regiões deprimidas do Paraná;

b) Garantia de preço mínimo para as culturas estratégicas que diversifiquem a agricultura;

c) Isenção de impostos para micro e pequenas empresas, em troca de empregos ofertados por estas;

d) Programa “Primeiro Emprego”, que busca incentivar toda empresa que der o primeiro emprego a jovens por um período de seis meses a um ano, ficando as obrigações trabalhistas por conta do Estado.

Draibe e Henrique (1988) proferem que o *Welfare State* no Brasil foi construído, sendo caracterizado pela centralização política e financeira no governo federal e nas ações sociais, fragmentação institucional, exclusão da população na participação política, o autofinanciamento social, a privatização e o clientelismo que ainda persiste em muitos segmentos sociais. Os autores apontam caminhos para as políticas sociais no Brasil:

1º Descentralização político-institucional: é o espaço de discussão de políticas públicas com a população. Porém, há dois problemas com isso: primeiro esses espaços nem sempre são democratizados, vindo a prevalecer um comportamento político arbitrário; ou seja, uma ligeira tendência em reduzir despesas, e isso pode ser um discurso político;

2º O social: a elevação do grau de participação popular em diferentes níveis de todos os processos de implantação das políticas sociais;

3º Setor privado/ lucro e setor privado/sem lucro: é uma tendência de mudança nos modos de gerir bens e serviços sociais. Alteraram-se as relações entre Estado e mercado público e o privado, assim como, os sistemas de produção e consumo dos equipamentos sociais, podendo ocorrer uma desresponsabilização do Estado.

4º Distribuição de produtos/bens “in natura” à população pobre é o fortalecimento do assistencialismo;

5º Renda mínima: o valor proposto não garante plena cidadania aos indivíduos.



Diferentemente de Jaime Lerner, um dos maiores representantes do neoliberalismo no Paraná, cujo governo foi marcado pela privatização de estatais, Requião defende as estatais e as utiliza para consecução de alguns de seus programas.

Apesar da onda neoliberal que atingiu o Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, Requião adotou uma postura de oposição ideológica e prática, contrariando interesses das mais diversas esferas políticas:

Vivemos uma séria crise social. O modelo de desenvolvimento que foi implantando-se em nosso País, ao longo do tempo, privilegiou os mais ricos, aumentando sua riqueza, e ampliou a já larga faixa de pobres e miseráveis. Analfabetismo, desemprego, doenças endêmicas, mortalidade infantil, aumento crescente dos índices de violência infanto-juvenil e de criminalidade, tudo isto é subproduto de um crescimento econômico desordenado, despreocupado da dimensão social do desenvolvimento. Reverter tal situação é uma questão eminentemente política. Dificilmente a mera assistência social será capaz de dar conta da multiplicidade de problemas que são gerados, cada dia, pelo modelo econômico brasileiro. Entretanto, não existe dúvida de que precisamos atender as situações emergenciais. São homens e mulheres, velhos e crianças concretas, de carne e osso, que hoje estão ao desabrigo, passam fome, sofrem com as doenças. As necessidades do cotidiano desse imenso cortejo de irmãos nossos mantidos na faixa da pobreza e da miséria não podem esperar que políticas sociais e econômicas mais abrangentes venham a resolver o problema de forma mais consistente. Essas pessoas precisam ser atendidas aqui e agora. Para isto, os trabalhos de assistência social precisam ser rápidos, eficazes e lúcidos. A experiência tem demonstrado que a centralização das ações nas mãos do Estado, nessa área, dispersa esforços, dilapida recursos. Daí porque optamos pelo trabalho em parceria com os municípios. (ARTIGO DE REQUIÃO: O MUNICÍPIO E A QUESTÃO SOCIAL).

O perfil econômico utilizado por Requião na implementação de seus programas e projetos parece ser de inspiração social-democrata, com o intuito de preservar o patrimônio do Estado e de elaborar políticas públicas sociais. Dentre os programas com características do *Welfare State* pode-se citar o “Leite das Crianças”. Este se propõe a distribuir um litro de leite às crianças cujas famílias estão abaixo da linha da pobreza. O programa é a junção do governo com a sociedade civil organizada – incentiva o agricultor paranaense, apoiando o produto local, gerando emprego e renda e fortalecendo a agroindústria do Estado. O leite distribuído recebe um tratamento especial, sendo enriquecido com ferro e vitaminas A e D. O programa visa diminuir a desnutrição das crianças paranaenses e atende, prioritariamente, crianças de 6 a 36 meses. Outro grupo focalizado pelo programa é o de mães nutrizes que estejam participando das campanhas de aleitamento materno e as

gestantes com acompanhamento pré-natal. A justificativa do programa está elencada no fato de as famílias de baixa renda apresentarem grande incidência de desnutrição infantil, o que compromete o desenvolvimento ósseo, motor e mental das crianças ainda nas fases iniciais de vida e interfere na capacidade de alfabetização e educação. Seguindo a linha de políticas sociais implementadas por Roberto Requião podemos citar o programa “Luz Fraterna”, que como já mencionado, visa à diminuição e até mesmo a gratuidade da luz para a população de baixa renda. A “Tarifa Social da Água” também segue a mesma linha, ou seja, programas que cerceiam o “assistencialismo”.

Ora, a ideia de *Welfare State* já está contida na noção de cidadão: o *Welfare State* é um Estado que dá ao cidadão aquilo a que ele tem direito, isto é, mais que os direitos do cidadão, a saber, os direitos humanos, o direito ao trabalho, o direito à saúde, o direito à segurança etc. O cidadão é, portanto, definido por seus direitos, e aqui encontramos a inspiração jurídica da Revolução Francesa: a nacionalidade, no sentido francês do termo, não é sinônimo de cidadania; ela pode ser definida em termos etnoculturais, pela posse de uma língua, pela posse de uma tradição cultural, pela posse da história, etc. Nem tudo o que está na tradição romântica alemã da nacionalidade é a cidadania. (2014, p. 455).

A questão dos transgênicos também pode ser vista como uma forma de “proteção” dos pequenos agricultores locais. Roberto Requião proibiu o embarque de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá sob a alegação de que as empresas de biotecnologia ainda não tinham respostas concretas para os possíveis impactos das mudanças genéticas nas pessoas e no meio ambiente, afirmando constantemente em seus discursos que “manter a soberania sobre a multiplicidade das sementes desenvolvidas pelos produtores brasileiros é fundamental para a independência do Estado e do país”, e segue:

A soja transgênica representa a dominação dos nossos agricultores. Nossa reação contra ela no Paraná não é apenas contra o monopólio da Monsanto, mas também para que possamos, progressivamente, evidenciar aos consumidores a qualidade do que é produzido e exportado pelos produtores paranaenses. (...) Se a produtividade da soja transgênica fosse realmente fantástica, poderíamos até pensar em plantá-la, mas a produtividade paranaense é uma vez e meia maior que a americana. (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2005).

O governador proibiu o plantio, a comercialização e a exportação de soja transgênica, e passou a pleitear junto ao Ministério da Agricultura que o Paraná

fosse considerado “Área Livre de Transgênico”. Através de um decreto regulamentando a Lei 14.861/05, Requião determina a rotulagem dos produtos comercializados no Estado que contenham ingredientes transgênicos.

Já a intensa luta de Requião contra as concessionárias de pedágio reforça a defesa do “patrimônio público” em detrimento da terceirização. Nas estradas, Requião viveu uma verdadeira guerra judicial. Existiam 38 ações em andamento contra as empresas concessionárias, que, segundo ele, conseguiram do ex-governador Jaime Lerner contratos desfavoráveis ao Estado. O governador defendeu o fim dos pedágios, os quais considerava “uma aberração”, e é contra a transferência das rodovias à iniciativa privada, alegando que o Paraná arrecada o suficiente para as obras rodoviárias.

Por fim, os programas de Requião, reforçados por seus discursos, possuem um intenso teor valorativo. As atividades norteadas pela ética são diretamente relacionadas a duas formas, segundo Weber (1999): a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira pressupõe uma crença em algo “visto” como imutável e atemporal, e a segunda se refere à lógica da realidade, da ação movida pelos fatos. Cabe salientar que as duas se relacionam de alguma maneira, apesar de serem independentes. Através dessa classificação weberiana, podemos visualizar algumas ações de Requião na política seguindo o modelo da ética da convicção, como no caso da formação de seu grupo político, pouco variável em suas gestões, e também pelo formato aderido por ele em suas políticas públicas, que, muitas vezes, se repetem em seus pleitos. As políticas implementadas por Requião podem ser pensadas a partir dos modelos “éticos” de Weber, como no caso dos transgênicos, dos bingos e dos conflitos com as concessionárias de pedágio no Paraná, nos quais segue os pressupostos da responsabilidade do político junto às suas convicções.

Neste capítulo foram observados os processos de transformação do sistema capitalista, enfatizando as duas etapas ao longo do século XX, referentes à atuação econômica e política do Estado. As transformações perpassaram estas duas esferas, constituindo-se num processo global de organização das estruturas e das relações sociais. Neste ínterim, observou-se como o Brasil reagiu a esse processo, com destaque aos movimentos pendulares de centralização e descentralização advindos das letras constitucionais, tendo como principal reflexo do neoliberalismo e da globalização, a Constituição de 1988.

Tomadas as devidas ressalvas quanto ao poder de atuação dos governos estaduais, não tão autônomos do executivo federal, verificou-se que a maioria das políticas públicas implementadas pelo político Roberto Requião no Paraná, está moldada mais no modelo do capitalismo dirigido (*Welfare State*)<sup>97</sup> do que no modelo Neoliberal, embora seja também possível subjugá-las de assistencialistas, quando pensadas num contexto geral. De todo modo, tal fato pode estar alicerçado ao marketing político de Requião, e uma forma de diferenciação que pode culminar em votos e vitória eleitoral.

---

<sup>97</sup> De acordo com Bourdieu, o Estado no sistema de *welfare state*, redistribuindo recursos materiais, produz um efeito simbólico. É uma coisa extremamente simples, que se vê muito bem nas sociedades pré-capitalistas em que as formas primitivas de acumulação são baseadas justamente na redistribuição. Hoje se sabe que as coisas que pareceriam como desperdício – o fato de redistribuir cobertores ou inhames – são, na verdade, uma forma de acumulação. A alquimia simbólica consiste justamente na redistribuição: eu recebo dinheiro e, ao dá-lo de novo, o transfiguro em doação criadora de reconhecimento – podendo a palavra “reconhecimento” ser tomada nos dois sentidos do termo, no de gratidão e no de reconhecimento da legitimidade. A lógica da centralização leva assim, através da redistribuição, a uma nova acumulação: uma acumulação de capital simbólico, de legitimidade. Vê-se muito claramente esse trabalho de redistribuição alquímica no que é privilégio real por excelência, a saber, o poder da nomeação. (BOURDIEU, 2014, p. 360).

## 5 O PODER SIMBÓLICO<sup>98</sup> REQUIANISTA E SEUS DISCURSOS “MITOLÓGICOS”

Depois de Freud é que começamos a suspeitar do que quer dizer o escutar e, portanto, o falar (e o calar); e que o “querer dizer” do falar e do escutar revela, sobre a inocência do falar e do escutar, a profundidade de uma fala inteiramente diversa, a fala do inconsciente (ALTHUSSER, 1979, p. 14).

Todo “homem político<sup>99</sup>” possui uma marca de distinção, ou seja, algo que o difere dos demais. O político paranaense Roberto Requião de Mello e Silva está nos bastidores políticos há muito tempo, mas o seu primeiro mandato foi como deputado estadual em 1982. A partir daí, nos anos de “carreira” política, ele passou pela Prefeitura de Curitiba (um mandato), pelo governo do Paraná (três mandatos) e pelo Senado Federal (dois mandatos). Requião é um político conhecido e reconhecido em todo país por possuir uma postura assertiva, pela eloquência dos seus discursos e por algumas excentricidades nas esferas discursiva<sup>100</sup> e midiática. Ele é reconhecido no campo da política paranaense, como um político detentor de grande capacidade de persuadir e emocionar a partir dos seus discursos. Para alguns, Roberto Requião pode ser considerado como um “mito<sup>101</sup>” na esfera política, uma

---

<sup>98</sup> O poder simbólico, na acepção Bourdieusiana, tem a função de um constituir como poder dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, assim, essa intervenção possui um poder quase mágico que consente obter o análogo daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário, os discursos possuem este poder. Ainda a esse respeito, Bourdieu profere: “Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma *‘illocutionary force’* mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras”. (BOURDIEU, 2011, p.14-15).

<sup>99</sup> O conceito de homem político, na concepção de Weber (1967, p. 107), “é movido pelo desejo do poder, instintivamente inerente a este homem. O poder sem qualquer objetivo e privado de responsabilidade pode ser entendido como subversivo à vocação do político, ou ainda, apenas um pretexto para o enaltecimento de sua imagem. Esta vaidade, inimiga vulgar do homem político, preconiza o afastamento de si mesmo”.

<sup>100</sup> Os discursos e comentários de Roberto Requião são disseminados principalmente pelas redes sociais. Requião é um grande usuário destas redes, em especial o *Twitter*, no qual muitos representantes do campo midiático o seguem para depois comentar os assuntos discutidos por Requião.

<sup>101</sup> Principalmente por seus discursos, pronunciamentos e postagens nas redes sociais, muitas vezes pendendo para o sarcasmo.

pessoa pública que fala em defesa do povo e que se reporta ao culto à personalidade.

Assim, este capítulo tem a intenção de construir uma discussão teórica sobre alguns excertos dos discursos/pronunciamentos proferidos por Roberto Requião e analisar a imagem que este político vem construindo durante a sua trajetória política. Também será realizada uma pequena explanação da conflituosa relação entre Requião e a mídia. Na primeira seção serão abordadas algumas reflexões teóricas sobre discursos. Em seguida, serão trabalhados alguns excertos discursivos proferidos por Roberto Requião e como alguns desses discursos foram explorados pela mídia, desgastando a imagem do político supracitado, e por fim, alguns *insights* sobre poder e ação do mesmo.

## 5.1 TEORIAS SOBRE DISCURSOS

A palavra discurso, etimologicamente, já perfaz a ideia de percurso, de movimento. Na análise de discursos o objeto de estudo é o próprio discurso, ou seja, tem um interesse em estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos, isto permite ir além do texto.” (ORLANDI, 1999, p. 17). Para Pêcheux, o conceito de discurso está permeado pela discussão proposta por Saussure entre língua e fala. Segundo este autor a língua é exterior aos indivíduos e é social e a fala é de cunho individual. Segundo Pêcheux, seria necessária a proposição de um “nível intermediário” entre a língua e a fala, que formaria o nível do discurso. Parece indispensável colocar em questão a identidade estabelecida por Saussure entre o *universal* e o *extra-individual*, mostrando a possibilidade de definir um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade* que define “contratos” linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos, e desigualmente aptos a disseminarem-se uns sobre os outros (PÊCHEUX, 1997, p. 73-74).

Pêcheux (2006) analisa o discurso no seu batimento, ao avaliar tanto a sua estrutura quanto o acontecimento que lhe origina. Portanto, este autor aborda a afinidade entre os universos logicamente estabilizados, em que não são possíveis as derivas de sentido, e aquelas formulações irremediavelmente ambíguas, avaliando como a descrição e a interpretação se relacionam, enquanto buscam traçar as

formas de se fazer ciência: aquelas que atuam sobre determinantes e as que operam sobre a interpretação. Na acepção de Pêcheux, para realizar a análise de discursos, alguns aspectos devem ser levados em consideração: o acontecimento, a estrutura e a tensão existente entre a descrição e a interpretação. O sentido da palavra, na concepção de Pêcheux (1995), não existe em si mesmo, sendo determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico, no qual as palavras ou expressões são produzidas – isto é, reproduzidas. Neste sentido, para o autor, a ideologia é a matriz do sentido, pois as palavras e as expressões mudam de sentido devido às posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, elas adquirem forma em relação às formações ideológicas.

Já para Foucault (1998), discurso indica o conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; como exemplo pode-se citar o discurso clínico, o discurso econômico, o discurso da história natural, o discurso psiquiátrico. Esse sistema de formação também é denominado por Foucault de “formação discursiva” e tem a função de detalhar os discursos do saber, evitando sua identificação com a língua.

Para Bourdieu o discurso é entendido como a prática social de elaboração de textos e retórica. Assim, todo discurso pode ser considerado como uma construção social, ou seja, ele não é individualizante, só devendo ser analisado levando-se em conta seu contexto histórico-social. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, enfatizando a realidade do autor e do receptor, inseridos em uma mesma sociedade, e serve como “ritos de instituição”, os quais se estruturam pela própria busca da eficácia no discurso.

As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões de luta propriamente política, encerram uma pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social (BOURDIEU, 1996a, p. 82).

Destarte, no processo de luta pela imposição de uma visão legítima “[...] os agentes detêm um poder proporcional ao seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo”; esse reconhecimento está baseado na “autoridade que funda a eficácia performativa do discurso”. Nessa questão, o uso da linguagem e o acesso aos meios discursivos obedecem à própria institucionalização

de posições sociais, conforme o “capital simbólico” daqueles que estão legitimados para fazer uso da elocução:

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional [...] (BOURDIEU, 1996a, p. 87).

A partir desse *approach* sociológico sobre o poder das palavras e as condições sociais do emprego delas, confere-se à linguagem o poder simbólico de construção da realidade. É assim que “a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo [...]” (BOURDIEU, 1996a, p. 81).

Bourdieu também trabalha com o discurso regional, como um tipo de discurso performativo que “tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer conhecer a região assim delimitada [...]”. Nesse sentido, o que lhe dá sustentação e eficácia é que a pretensão de “fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ‘acto’ de enunciá-lo é proporcional à autoridade daquele que o enuncia [...]” (BOURDIEU, 2006, p. 116). Um discurso regional de consagração identitária satisfaz à premissa de que a linguagem autorizada é a linguagem de autoridade, ou seja, “A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder” (BOURDIEU, 1983, p. 160). Todavia, para que este discurso regional tenha licitude, o agente do discurso tem de ter um grande entendimento sobre a região em que ele almeja êxito no campo político, ou seja, saber desde as questões históricas, até as econômicas e as culturais, um agente político que demonstra conhecimento pleno sobre a sua região tem grandes chances de obter êxito na carreira. Por isso, muitas vezes o discurso é a forma de reconhecimento de uma autoridade. Parafraseando Foucault, “saber é poder” e, diversas vezes, para o quesito de reconhecimento, ele é externalizado a partir dos discursos que vão passando de geração em geração. Desse modo, conforme Bourdieu:

O ato de fazer-se reconhecer, ou de reconhecer a autoridade de quem o exerce, acaba por estabelecer “categorias” que, no caso regional, podem



definir-se como “categorias de parentesco”, instituindo uma realidade e “[...] usando do poder de revelação e de construção” exercido pela “objetivação no discurso” (BOURDIEU, 2003, p. 116).

No livro *A distinção*, Bourdieu institui algumas características para considerar os tipos de perfis e estabelece desígnios para esclarecer o princípio da distintividade:

(...) o capítulo do *La distinction* consagrado às frações da classe dominante é lido como uma descrição dos diferentes estilos de vida dessas frações, em vez de se verem ali posições no espaço das posições de poder – que chamo de campo do poder. (BOURDIEU, 2007. p. 153).

Já Irvine (2001), partindo, pois, de princípios definidos por Hebdige (1979) e Bourdieu (1984; 1989), define estilo por:

Seguindo tais enfoques sobre estilo, então, entendo que estilos, na fala, dizem respeito ao modo pelo qual os falantes, como agentes no espaço social (e sociolinguístico), negociam suas posições e seus objetivos dentro de um sistema de distinções e possibilidades. Suas falas são ideologicamente mediadas, já que envolvem, necessariamente, os entendimentos do falante a respeito de grupos sociais, de atividades e de práticas, incluindo formas de falar. Tais entendimentos incorporam valorações e pesam de acordo com a posição social e interesse do falante. São também afetados por diferenças quanto ao acesso dos falantes a práticas relevantes. Atos sociais, incluindo o uso da fala, são informados por um sistema de representações ideologizado e, não importando quão instrumentais possam ser para alguma meta específica, eles também participam do “trabalho de representação”. (IRVINE, 2001, p. 23-24).

O trabalho empreendido por Irvine (2001) toma como ponto de partida, sobretudo, a noção bordieusiana de “distinção” que ela retoma, em certa medida, ao final de seu trabalho, pois,

Nota-se com frequência, agora, que diferenciação linguística não é uma simples reflexão de diferenciação social (ou vice-versa), porque oposições linguísticas e oposições sociais não são ordens separadas de fenômenos. Como Ferguson (1994:19) escreve, “fenômenos de língua são, eles próprios, fenômenos socioculturais, e são, em parte, constitutivos dos próprios grupos sociais reconhecidos pelos participantes ou identificados pelos analistas.” São estes, reconhecimento e identificação, mediadores junto com suas estruturas. (IRVINE, 2001, p.38).

A conclusão a que Irvine (2001) chega assinala uma relação intrínseca entre linguagem e ideologia; contudo, as diferenças linguísticas não chegam a expressar de fato “posições no espaço das posições de poder”. (BOURDIEU, 1990. p. 153).

Destarte, neste trabalho, é ressaltado que as manobras estilísticas incidem da percepção de um sistema de distinção em que as práticas sociais e comunicativas se inserem, isto é, as manobras estilísticas indicam posições de poder que são negociadas pelo “agente” no espaço social que o mesmo ocupa.

Na esfera do discurso e “palanque”, pode-se enquadrar o político Roberto Requião à expressão de “mito político”, tanto no que se refere ao cabedal de conhecimento sobre o que está sendo proferido, quanto na forma assertiva da pronúncia dos discursos, e quase sempre evocando grandes personalidades de diversas áreas. Nas palavras de Girardet (1987),

“o mito político jamais deixa de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica”. Para este autor, assim como o mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, “não pode deixar de depender, ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado”. (GIRARDET, 1987, p.34)

Girardet (1987) discorre sobre como o mito político inscreve-se na história de nosso tempo, mas sugere, de maneira mais alusiva, a concepção do mito como um “revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”.

O mito surge para fazer a conexão entre os fatos atuais da sociedade contemporânea e aqueles que são veiculados nos discursos políticos, verbais ou não verbais, que são tornados públicos via imprensa e mídia impressa ou eletrônica. Eis que se configura um cenário específico, propício ao surgimento e desempenho de figuras e discursos mitológicos, na forma do que conhecemos por espetáculo. Esses personagens podem insurgir de desiguais classes e distintas configurações de ideologias, propostas e discursos, em especial, como é o caso de Requião, constituindo-se, no imaginário da população, como defensor das classes menos abastadas, enfim, o defensor dos que não têm voz, nas próprias palavras do político em questão. O mito no discurso político não segue uma regra teórica, mas é também fabulação ou interpretação de aspecto do real, uma ligação ocorre entre o discurso mítico e aquele que o assimila, como descreve Girardet:

Então é em toda sua autonomia que se impõe o mito, constituindo ele próprio um sistema de crença coerente e completo. Ele já não invoca, nessas condições, nenhuma outra legitimidade que não a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento. E

sem dúvida, qualquer que seja o caso, a experiência mostra que cada uma dessas “constelações” mitológicas pode surgir dos pontos mais opostos do horizonte político, pode ser classificada à “direita” e à “esquerda”, segundo a oportunidade do momento.

Uma passagem interessante que expressa este sentido “mitológico” dos discursos proferidos por Roberto Requião é quando ele faz uma comparação da atuação política dele com a de heróis em quadrinhos, expressando um ideário mais atrelado à esquerda, conforme pode ser constatado na leitura do trecho abaixo.

E como não existe o Capitão América que é um mocinho que sai de casa, bota seus dois 45 no cinto e espanta todos os bandidos do bairro, que dominavam uma população amedrontada, como essa figura, esse herói fascista, o Super-Homem, só existe em história em quadrinhos, eu fiz a minha parte, assumindo o papel de intelectual orgânico da população de Curitiba. Eu sentia o problema do transporte, trabalhei com um grupo de técnicos, de amigos, propus uma mudança e mostrei que essa mudança é factível. O transporte coletivo de Curitiba, nesse ano avançou mais do que nos últimos 100 anos, de gerenciamento, de melhoria de qualidade. Os motoristas passaram a trabalhar seis horas e com salários, o que significa tranquilidade para eles e segurança para a população. A mesma coisa aconteceu com os cobradores, o sistema foi controlado. Então, essa foi a nossa parte: provamos que é possível<sup>102</sup>.

Já Mircea Eliade (1972) garante que o homem, ao “recitar os mitos, reintegra-se àquele tempo fabuloso e a pessoa torna-se, conseqüentemente, contemporânea, de certo modo, dos eventos evocados, compartilha da presença dos Deuses ou dos Heróis”. Acrescenta também, que viver “os mitos alude, pois, uma experiência verdadeiramente ‘religiosa’, pois esta se distingue da experiência ordinária da vida cotidiana.” E discorre, também, que o “indivíduo evoca a presença dos personagens dos mitos e torna-se contemporâneo deles. Isso implica igualmente que ele deixa de viver no tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento teve lugar pela primeira vez”. Isso torna evidente a ideia de incursão do tempo histórico e este princípio fabuloso geralmente se faz presente nos mitos políticos contemporâneos. Em várias partes dos discursos requianistas sempre são citados grandes ícones da história, tanto da esfera religiosa (Papa Leão XIII, Papa Francisco), como da esfera política (Roosevelt, Hugo Chaves, entre outros), conforme os fragmentos dos pronunciamentos de Requião frente ao Senado:

<sup>102</sup> Jornal: O Estado do Paraná, 02/10/1988 p.10.

Até porque a esquerda, hoje, é a solidariedade e a direita é o egoísmo e o individualismo; a direita é o neoliberalismo, é o avanço do capital e o domínio do dinheiro sobre a sociedade. Esse programa está na linha da Carta de Puebla e na linha dos últimos pronunciamentos do Papa Francisco. “Não se pode servir a Deus e a Mamom”, diz o Papa, repetindo o texto da Bíblia. Não se pode servir ao capital e a Deus, ao dinheiro e a Deus; e não se pode servir ao povo e aos financiadores de campanha. Então, esse programa, também, é uma resposta – com uma chapa desvinculada da influência do grande capital, que tudo quer dominar – ao nosso esforço para suprimir, definitivamente, esse maldito instituto do financiamento público de campanha, que faz parlamentares e governantes se reportarem, depois da eleição, não aos eleitores, mas ao interesse egoístico dos seus financiadores. (01/07/2014)

Roberto Requião possui uma característica bem peculiar na estruturação dos seus discursos/pronunciamentos: no início de cada texto estão presentes frases de efeito, de cunho bíblico, bem como de literatos brasileiros, para a posteriori desenvolver a sua reflexão crítica sobre o assunto da pauta.

[...] para os banqueiros e a mídia monopolista, a única violência legítima e santificada é a violência da exploração, da agiotagem, da extorsão e do roubo a que submetem os trabalhadores. Já diz a Bíblia: “Não se pode servir a Deus e a Mamom”. E o nosso Papa Francisco retoma a crítica bíblica quando aconselha os participantes do encontro de Davos, presidentes e ricos do mundo: “O capital deve servir à humanidade, mas não pode governá-la”. A cobiça e a concentração do dinheiro não podem, decisivamente, comandar o mundo. Para eles, para os ricos, a ordem natural das coisas é a submissão das classes populares, e a reação dessas classes é um atentado contra a democracia.

Em verdade, em verdade vos digo: fora da Revolução não há salvação. Como reformar o Brasil se apenas cinco mil famílias apropriam-se de 45% de toda a riqueza nacional, num país de 200 milhões de habitantes? Como reformar o Brasil se a distância entre o menor e o maior salário atinge duas mil vezes? Como reformar o Brasil se 1% dos proprietários rurais detêm 46% das terras, enquanto 4,8 milhões famílias de trabalhadores rurais vivem em propriedades com menos de 5 hectares?

Tem reforma um país onde mais de 70% do que consumimos vem da pequena propriedade, da agricultura familiar, dos assentamentos da reforma agrária, mas, anualmente, milhares de pequenos produtores deixam o campo por falta de apoio, e a reforma agrária estaciona sob a pressão das multinacionais do agronegócio?

Como reformar um país cujas melhores terras destinam-se à produção de *commodities* para exportação, enquanto a fome e a desnutrição são ainda endêmicas; quando se pretende plantar milho para produzir combustíveis, conforme as últimas diretrizes das grandes *tradings* que dominam a agricultura no mundo?

Como reformar o Brasil se, ao invés de extirpar o trabalho escravo, vemos o Congresso debatendo fórmulas para regulamentá-lo?

Como reformar um país cujas instituições se recusam sistematicamente a ouvir o grito dos deserdados, dos humilhados e ofendidos por essa brutal concentração de riquezas, de rendas e de poder?

Como reformar um país que se desfaz do patrimônio de seu povo, desbaratando-o de forma iníqua e traiçoeira?

É possível reformar um país que sucateia sua indústria, desqualifica a mão de obra, ao abrir portas e comportas à entrada de toda sorte de quinquilharias?

Como reformar um país que permite a mais fantástica, absurda e desregrada remessa de lucros para o exterior e gratifica o capital especulativo com um tratamento altamente privilegiado?  
Como reformar um país cuja elite mantém em paraísos fiscais mais de R\$ 1 trilhão e que paga menos imposto de renda que os trabalhadores?  
(13/02/2014)

Miguel (1997) sabiamente enfatiza que os próprios republicanos brasileiros de 1889 sentiram a importância da disseminação de mitos de origem como fator de harmonia para um regime político. “A aura mítica que envolve a figura de Tiradentes foi deliberadamente construída a partir desse período, quando o mártir mineiro foi convocado para suprir a falta de *élan heroico* dos proclamadores do 15 de novembro”. (MIGUEL, 1997, p. 25). É comum o relato do passado, e mesmo do nascimento do mito na cena política, pois a origem é perpassada por episódios místicos e espetaculares. Neste campo, os elementos como a predestinação, ou a influência espiritual ou heroica, por exemplo, são chamados a compor a narrativa.

O discurso político comumente expõe uma representação do futuro, ao conservar ou renegar ações, ao propor a continuidade ou alterações de prática de projetos sociais, visto que ele projeta a imagem da sociedade que está por vir; essa projeção, evidentemente, é um tanto quanto mitológica. Entretanto, vale advertir que o mito ao qual Mircea Eliade (1992) refere-se não é o mito político e, sim, aquele das sociedades primitivas, sobretudo existente na relação dicotômica entre o sagrado e o profano. Essa alternativa de interpretação, da abrangência do mito a partir das sociedades primitivas e da história das religiões de Eliade é ponto de partida para uma leitura dos mitos modernos da “cultura dita de massa”.

A análise de Roland Barthes (1957) sobre as mitologias presentes na imprensa, na publicidade e nas produções artísticas da França dos anos 1950, concebia o mito relacionado à história de forma intrínseca, pelo menos em seu conceito, ou seja, na apropriação do fato histórico. “A história condiciona o mito em dois pontos: na sua forma, que é apenas relativamente motivada, e no seu conceito, que é histórico por natureza”. (BARTHES, 2007, p. 229). O autor ainda profere que:

O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem natural desse real. E, do mesmo modo que a ideologia burguesa se define pela deserção do nome burguês, o mito é constituído pela eliminação da qualidade histórica das coisas; nele as coisas perdem a lembrança da sua produção. O mundo penetra na linguagem como uma relação dialética de atividades e atos

humanos; sai do mito como um quadro harmonioso de essências. (BARTHES, 2007, p. 234).

O autor tem como questão central de suas análises a afirmativa de que “o mito quando fala sobre um objeto despoja-o de toda história”, fundamentando em natureza, a fim de interpelar o “consumidor” de mito desprovido de percepção da contingência histórica do real. Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem a profundidade, um mundo plano se ostenta em sua evidência, e cria uma afortunada clareza: as coisas sozinhas parecem significar por elas próprias. (BARTHES, 2007, p. 235). Tal pensamento desvenda outro atributo do mito para o autor: o caráter imperativo e interpelador. Para ele, o mito é “uma fala definida pela sua intenção”. Pensar o discurso político atual, a partir deste aspecto, permite apreender, como fontes importantes de análises, estratégias diversos como discursos, gestos, fotografias, vídeos, dentre outros artefatos materiais que provocam a elaboração de discursos e possibilitam perceber como estes elementos podem ser manejados a partir de uma intenção específica.

Do mesmo modo, Girardet (1987, p. 81) abordou a marca da história em relação ao mito político contemporâneo, realizando a distinção entre aqueles das sociedades primitivas, ou uma figura lendária das artes, e um mito sucedido da esfera política com uma personalidade, com uma trajetória definida. Como se trata, contudo, de pessoas humanas, precisamente inseridas em certo espaço geográfico em certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários, protótipos eternos propostos ao sonho e à meditação de sucessivas gerações, como Édipo, Fausto, Don Juan, a literatura, bem como a pintura, podem atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fatural. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir, ao seu desejo, seus personagens. Com toda evidência, isso não pode ser o caso de um ser humano, historicamente definível, e cujo processo de “heroificação” não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino.

Girardet destaca a ligação entre a lenda, a narrativa mítica com os traços e as características pessoais e específicas da figura legendária, com a conjuntura histórica em que viveu o personagem. Estabeleceu, de forma clara, que tais características biográficas pertencem ao domínio do imaginário mitológico e que, quanto maior é o tempo de existência do mito, mais estes traços tendem a ser reforçados ao mesmo tempo em que vigora também sua permanência no imaginário coletivo; ou seja, quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, ver os detalhes biográficos e perceber as características físicas ganharem importância. Por exemplo, a altura do general de Gaulle, o tom zombeteiro de sua voz, suas fórmulas, suas tiradas e suas insolências – sua lenda seria hoje a mesma se não tivesse conservando a memória desses traços? (GIRARDET, 1987, p. 82).

A primeira tentativa de elaboração de um conceito específico do mito político data de 1908 e tem como precursor Georges Sorel. O autor de *Reflexions sur la violence* pensou o mito político em seu caráter revolucionário, representando um instrumento de ação coletiva que, a partir do poder de provocar reações necessárias ao agir político, era capaz de guiar o proletariado à revolução. Para o autor, este mito consistia em um conjunto de “imagens capazes de evocar em bloco e somente pela intuição, antes de qualquer análise refletida a massa de sentimentos” capazes de incitar a luta política. (SOREL, 1990, p. 12). Vale destacar que o autor estabelece sua consideração a partir de um objeto definido, que é a luta política do proletariado francês a partir da categoria do mito definindo, sendo este último como força motriz básica de incitação ao movimento operário. O mito aqui é, portanto, revolucionário, apesar do autor não fazer referência à violência, mas ao poder que o mito político tem de mobilização coletiva.

Os atores políticos são dotados de racionalidade, mas tem suas escolhas igualmente inseridas sem uma dimensão simbólica e também inconsciente. Sob o mesmo fundamento funcionalista e instrumental, Kaplan e Lasswell, apresentam um viés diferente de Murray Edelman, ao destacarem que a propaganda não constrói opiniões advindas do nada, mas atua sobre determinadas “predisposições” preexistentes na sociedade, e que existem limites para sua eficácia. É, contudo, Ernst Cassirer, em *O mito do Estado* (CASSIRER, 1992), que enfatiza a preponderância do pensamento mítico em detrimento da racionalidade em algumas sociedades modernas. Ele busca a teoria do mito enquanto forma primária de se

relacionar com o mundo, mas diferencia o mito político moderno por destacar que este é fabricado como arma técnica e com função definida, mas sem descartar seu elemento irracional.

Girardet (1987, p. 83) destaca com primazia o mito em sua função de revelador ideológico, pois é “o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”. Em sua observação sobre os grandes heróis imaginários e reais, menciona os vários exemplos conhecidos da sociedade francesa. Basta acompanhar o destino póstumo da lenda napoleônica para perceber no Napoleão dos românticos, no dos homens de 1848 e no da juventude literária do final do século, uma das imagens privilegiadas em torno da qual vêm cristalizar-se – em sua diversidade e também em suas contradições – as ambições, os impulsos, os fantasmas e as certezas de cada geração. O autor conclui, enquanto proposta de observação destes na atualidade, que:

[...] é igualmente permitido pensar que, para toda sociedade, um estudo um pouco atento da imagem de seus heróis salvadores e de seu legendário histórico faria aparecer com evidente nitidez os “modelos de autoridade” inerentes a essa sociedade e característicos dela. (GIRARDET, 1987, p. 84).

Girardet alude a personagens e figuras políticas que apresentem as características capazes de atender às “necessidades” e resolver os impasses de uma cidade ou de uma nação. Assim, se o mito político é “chamado” ou tem seu espaço garantido pós-períodos de crise ou circunstâncias adversas, então, o personagem herói aparece revestido exatamente dos elementos capazes de suprir os anseios, tanto concretos como imaginários, de seus seguidores. Não há nenhum dos sistemas mitológicos de que tentamos definir as estruturas que não se ligue muito espontaneamente a fenômenos de crise: aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas inesperadas do meio cultural ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que dispõe na vida coletiva. Nenhum desses não se relaciona a situações de vacuidade, de inquietação, de angústia, ou de contestação. De maneira constante, a análise tende a nos reconduzir à noção durkheimiana de anomia, ou mais geralmente, talvez, à velha distinção, cara à escola sociológica francesa do século XIX, entre “períodos críticos” e “períodos orgânicos”, pois é nos períodos críticos que os mitos políticos afirmam-



se com mais nitidez, impõe-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração. (GIRARDET, 1987, p. 180).

Quando um líder político encarna o papel de salvador, o que é comumente praticado, o processo de heroificação implica mesmo em certa adequação entre a figura do salvador virtual e os anseios de uma sociedade em um determinado momento histórico. Tal fato reflete, inclusive, na função maior, geralmente atribuída ao herói, que surge como uma resposta às expectativas enunciadas ou latentes. Esta imagem vai variar de acordo com o momento vigente, ou seja, se uma liderança é legitimada e aclamada, ela certamente encarna as características capazes de responder às expectativas de seus seguidores. Isso acontece no caso do político, que é o objeto de investigação neste trabalho, pois em muitos dos seus discursos ele faz uma comparação da sua ação política com a de personagens de histórias em quadrinhos, como o Capitão América, para aludir a uma proteção à população desprovida de capital econômico ou, citando o Papa Francisco, o líder da Igreja Católica, conforme o discurso abaixo:

Primeiro de maio, dia do Trabalhador. Isso me leva a refletir sobre o eterno confronto entre a usura, a cupidez, o trabalho e o respeito ao trabalhador. Eu me reporto à Bíblia. Não se pode servir a Deus e a Mamon. Não se pode servir a Deus e ao dinheiro. E o nosso Papa Francisco tem insistido neste tema. Inclusive na advertência que fez aos presidentes das Repúblicas mais importantes do mundo, que se encontraram com os bilionários da Terra em Davos. Não se pode servir a Deus e ao dinheiro. O capital pode ajudar a humanidade, mas não pode comandá-la. A usura, a cobiça e o desejo desesperado de lucro não podem ser os motores que governam os países, os Estados, as prefeituras. Que governam os homens e as mulheres [...]<sup>103</sup>

Com relação à literatura nacional, MIGUEL (2003) aplica as noções bourdieusianas de campo e capital político ao caso brasileiro. Em primeiro lugar, o autor discrimina o capital delegado, que consiste no capital próprio do campo político, isto é, a notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos no Poder Público e de militância política. Depois, o capital heroico, que seria definido como características carismáticas (no sentido weberiano) do agente político. Por último, há também o capital convertido. Este seria a popularidade adquirida em outros campos que é então deslocada para o campo político. Com isso, pode-se estabelecer duas trajetórias “ideais” na política: uma que envolveria

---

<sup>103</sup>Extraído do site: <http://www.robertorequiao.com.br/requiao-faz-pronunciamento-sobre-do-dia-do-trabalhador/>

mais o capital delegado, na qual o indivíduo ascende seguindo a hierarquia dos cargos, e outra na qual o político converte sua popularidade para concorrer a cargos eletivos, podendo, assim, queimar etapas.

Mainueneau introduz o termo campo discursivo, juntamente com universo discursivo e espaço discursivo. Essa noção tem uma interpelação com a teoria dos campos desenvolvida por Bourdieu. No universo discursivo, ou seja, no conjunto dos discursos que interagem em uma dada conjuntura, o estudioso do discurso é levado a recortar campos discursivos em que um conjunto de formações discursivas, de posicionamentos, estão em relação de concorrência no sentido amplo, delimitando escolas filosóficas, questões ideológicas ou correntes políticas, na tentativa de deter o máximo de legitimidade.

## 5.2 ANÁLISE DE ALGUNS EXCERTOS DISCURSIVOS DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA E A POSTURA DA MÍDA

Nesta seção serão realizadas análises referendando alguns excertos discursivos de Roberto Requião de Mello e Silva. Para tanto, algumas passagens teóricas irão se conectar com algumas passagens discursivas, por isso, cabe lembrar que a forma e o estilo discursivo não serão analisados, e sim, as questões ideológicas<sup>104</sup> de total relevância para a construção da imagem do político em questão.

Na esfera política, a prática discursiva pode ser entendida como um “bem simbólico” (BOURDIEU, 2003 p. 53), por isso os políticos que querem ser reconhecidos neste campo preparam-se para o momento de interação com a plateia, porquanto queiram manifestar-se, demonstrar que podem interagir, podem elaborar o discurso de inauguração ou de campanha eleitoral: “eu passei a semana inteira preparando o que eu ia falar, rascunhando”. Levantando algumas ideias de Bourdieu

---

<sup>104</sup> As formações ideológicas “[...] comportam necessariamente como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também (e, sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida onde elas determinam a significação que tomam essas palavras: [...] as palavras mudam de sentido conforme as posições ocupadas por aqueles que as empregam; se pode precisar agora: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva à uma outra” (PÉCHEUX, 1997, p. 102-103).

(2003), considera-se que a interlocução é mediada por uma relação de poder, portanto, o uso linguístico institui essa relação e, nesse caso, o conhecimento é poder e o capital cultural tem um grande destaque. O sociólogo explica que:

A estrutura da relação de produção linguística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital linguístico): assim, a competência também é capacidade de se fazer escutar. A língua não é só um instrumento de comunicação ou conhecimento, mas poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados e reconhecidos. Daí a definição completa da competência como *direito à palavra*, à linguagem legítima como linguagem autorizada, de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção. (BOURDIEU, 2003 p. 148).

Roberto Requião de Mello e Silva é detentor de uma excelente oratória e de um ótimo capital cultural herdado dos seus familiares, bem como de capital linguístico, que se preocupavam com as questões relacionadas à política e às causas sociais, em especial, o seu bisavô – Justiniano de Mello e Silva, que foi um grande intelectual preocupado com a situação da causa operária, como já foi demonstrado anteriormente.

Para Charaudeau, a credibilidade é um fato de estratégia de discurso que, às semelhanças das estratégias de legitimação e de captação, consiste para o sujeito falante, em “determinar uma posição de verdade, de maneira que ele possa ser levado a sério”. Com esse intuito, o sujeito pode recorrer a três tipos de posicionamentos: a) colocar-se em uma posição enunciativa de neutralidade<sup>105</sup> quanto à opinião que exprime; b) colocar-se em uma posição de engajamento<sup>106</sup>; c) colocar-se em uma posição de distanciamento, que o levará a tomar a atitude fria do especialista que analisa sem paixão, como faria um *expert*. De acordo com Charaudeau:

Essas posições se exprimem de maneira particular segundo a situação de comunicação na qual se inscrevem. Por exemplo, na comunicação midiática, trata-se, para uma instância jornalística, de trazer a prova do dizer verdadeiro, seja do ponto de vista da própria existência dos fatos em

<sup>105</sup> Posição que o levará a apagar, em seu modo de argumentação, qualquer traço de julgamento e avaliação pessoal, seja para explicitar as causas de um fato, seja para demonstrar uma tese, segundo Charaudeau (1998).

<sup>106</sup> “[...] o que o conduzirá, contrariamente ao caso precedente, a optar de maneira mais ou menos consciente, por uma tomada de posição na escolha das palavras, ou por modalização avaliativa associada a seu discurso” (ibid.), o que produzirá um discurso de convicção destinado a ser partilhado pelo interlocutor.

questão, seja do ponto de vista da explicação usada para dar uma razão de ser aos fatos. (CHARAUDEAU, 1994, p. 16).

Para comprovar a importância das gerações na formação do “*habitus* político” e do “*habitus* linguístico”, abaixo, o excerto discursivo de Requião demonstra todo o aspecto de reprodução na esfera da política e de toda a sua preparação na conversão de alguns capitais na esfera do campo político:

O meu pai tinha uma visão muito humana de cidade. E eu me preparei para ser prefeito. Visitei as administrações bem sucedidas do mundo inteiro antes de ser prefeito. Fiz pós-graduação em Planejamento Urbano, da Fundação Getúlio Vargas, que foi realizada aqui em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná. Eu me preparei, montei uma plataforma, tinha uma visão de uma Curitiba bela, [...] e ela é uma belíssima cidade. Curitiba foi uma cidade planejada desde o início. Foi uma iniciativa das autoridades municipais. E depois contou com um plano, lá pela década de 40, que é o plano Agache. Imaginava trabalharem cima daquilo tudo e me contrapus à visão plástica, apenas plástica de Jaime Lerner. Queria que esta plasticidade toda fosse acompanhada por política de emprego, por descentralização administrativa, e daí a primeira revolução. Assumi a Prefeitura, dividi a Cidade em freguesias e em cada freguesia criei um Conselho Comunitário para administrar, aplicando recursos junto com a população. (FARIA; SEBASTIANI, 1997, p. 251).

Nos aportes teóricos relacionados aos discursos, a ordem de um discurso seria um conjunto de tipos de discursos, ou seja, como na concepção de Foucault (1998), definido socialmente ou temporalmente, consistindo em discursos elaborados em um mesmo contexto de uma comunidade ou instituição, para vinculação interna ou externa e que interagem com outras ordens discursivas, priorizando a intertextualidade. Portanto, sua finalidade para a análise está inserida na contextualização dos discursos, considerando estes como elementos elencados em redes sociais e determinados socialmente por algumas regras, as quais podem ser modificadas na medida em que há uma maior interação com outras teorias e outros paradigmas, influenciando o discurso do emissor.

Uma das grandes artimanhas do político/orador é a criação de uma imagem heroica, com o intuito de fomentar, no imaginário dos seus eleitores, uma espécie de “salvador” das classes populares. Roberto Requião, antes de entrar para a política formalmente, sempre esteve militando em favor de movimentos sociais, portanto, sempre esteve próximo das demandas populares e surge como político em um momento totalmente propício, o período da redemocratização, no qual quase todas as demandas de programas políticos bem como os discursos de grande parte dos

políticos estavam estruturados na questão da liberdade de expressão, conquistas de direitos e exercício da cidadania.

O excerto que se segue é extremamente interessante, pois Roberto Requião descreve um pouco a sua personalidade, como sendo um indivíduo indignado que, muitas vezes, age por impulsos, como qualquer pessoa, pois os impulsos são movidos pela indignação e isso seria o que um indivíduo poderia oferecer de mais legítimo à sociedade:

Eu sou movido à indignação. Desenvolvi ao longo da minha vida uma teoria: o indivíduo que agir sistematicamente por impulso, que não adotar o caminho da reflexão, da consulta e da conciliação em muito pouco tempo se transforma num canalha. Os impulsos revelam tua verdadeira natureza. Eles são colocados no momento em que as coisas mais legítimas, a informação mais correta que você tem, tua posição mais autêntica se manifesta sem interferências. Eu ajo por impulso. Mas, como sou um ser normal e cartesiano, meus impulsos são refletidos, são informados por uma ideologia, por uma filosofia, por uma ética amadurecida há muito tempo. Porque a reflexão, a conversa é o domínio do reino das conveniências e os impulsos surgem movidos pela indignação são aquilo que você pode oferecer de mais legítimo a você mesmo e à sociedade. (CORREIO, 22/12/1991, p JV-06).

Nesta passagem, Roberto Requião mostra um pouco do seu direcionamento político contra o modelo neoliberal. Ele defende o modelo keynesiano, no qual o estado é o agente indispensável de controle da economia:

Vivemos uma séria crise social. O modelo de desenvolvimento que foi implantando-se em nosso país, ao longo do tempo, privilegiou os mais ricos, aumentando sua riqueza, e ampliou a já larga faixa de pobres e miseráveis. Analfabetismo, desemprego, doenças endêmicas, mortalidade infantil, aumento crescente dos índices de delinquência infanto-juvenil e de criminalidade, tudo isto é subproduto de um crescimento econômico desordenado, despreocupado da dimensão social do desenvolvimento. Reverter tal situação é uma questão eminentemente política. Dificilmente a mera assistência social será capaz de dar conta da multiplicidade de problemas que são gerados, cada dia, pelo modelo econômico brasileiro. Entretanto, não existe dúvida de que precisamos atender as situações emergenciais. São homens e mulheres, velhos e crianças concretas, de carne e osso, que hoje estão ao desabrigo, passam fome, sofrem com as doenças. As necessidades do cotidiano desse imenso cortejo de irmãos nossos mantidos na faixa da pobreza e da miséria não podem esperar que políticas sociais e econômicas mais abrangentes venham a resolver o problema de forma mais consistente. Essas pessoas precisam ser atendidas aqui e agora. Para isto, os trabalhos de assistência social precisam ser rápidos, eficazes e lúcidos. A experiência tem demonstrado que a centralização das ações nas mãos do Estado, nessa área, dispersa esforços, dilapida recursos. Daí porque optamos pelo trabalho em parceria com os municípios. (ARTIGO DE REQUIÃO: O MUNICÍPIO E A QUESTÃO SOCIAL).

Uma característica marcante na esfera discursiva é o enaltecimento de seus feitos frente aos cargos políticos ocupados por ele, isso é uma característica do culto à personalidade, enfatizar as qualidades e o poder de decisão, mostrando aos espectadores/eleitores que é uma pessoa que assume toda a responsabilidade do Estado para si, como segue o trecho a seguir:

Para uma comunicação inadiável. (Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é uma rápida comunicação. Mais do que uma comunicação, é uma advertência aos Senadores que compõem o Senado brasileiro. E essa advertência é sobre o meu Estado.

Quando deixei o Governo do Paraná, aquele Estado tinha as melhores condições de equilíbrio econômico-financeiro do País. A minha folha de pagamento situava-se entre 58% e 60% da receita. Hoje o Estado do Paraná está vendendo ações de empresas públicas para pagar a folha, desviando os *royalties* das áreas alagadas das hidrelétricas do Fundo de Desenvolvimento do Estado para pagamento de funcionários. A folha do Paraná, nos primeiros meses deste ano, atingiu o valor de 84,84% - valor médio sobre a receita corrente disponível. E nos três últimos meses, excedeu 90%. O Governo do Paraná, por má administração de pessoal, está quebrando. O Estado não tem recursos para investimentos, está vendendo o patrimônio público, historicamente acumulado, para pagar a folha. É mais ou menos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como se o dono de uma fábrica, com dificuldades para pagar os salários, começasse a vender as máquinas. Dentro de algum tempo não teria mais máquinas, fábrica, nem empregados. O Governo do Paraná insiste em submeter, com apoio do famoso Banco Central, mega empréstimos a este Senado.

Fica aqui a advertência de um ex-governador, preocupado, de um Estado que teve 40 anos de excepcionais administrações. O atual Governo do Estado do Paraná está levando o mais equilibrado Estado brasileiro à insolvência e começa a comprometer, de maneira irreversível, as futuras administrações. (15/08/1996) PRONUNCIAMENTO FRENTE AO SENADO

Requião é um feroz crítico do sistema neoliberal e demonstra um conhecimento notável sobre as questões econômicas do país e de alguns lugares do mundo, e muitas vezes o político foi taxado de “tradicional” por sua forma de governar, ou seja, com o Estado em suas mãos formando uma rede de proteção social, alguns críticos, principalmente da oposição, dizem que o político não se atentou para a economia global. É uma questão que será respondida no final desta tese: Requião tem razão?

É claro, quanto à macroeconomia, que todos ancoram seus “programas” – e coloco programas entre aspas – nos suportes construídos pelo neoliberalismo, que a banca nacional e internacional sustenta e que a mídia comercial proclama como sacrossantos princípios. Alguns, para se tornarem ainda mais palatáveis ao mercado, desvestem-se de todo constrangimento ao defenderem a radicalização desses pressupostos. Todos, postados diante do espelho do mercado, querem saber: “Espelho, espelho meu, quem é mais ortodoxo do que eu?” Dito o que, exponho o que penso. Parto

da seguinte condicionante: sem que se faça uma verdadeira revolução no Brasil, continuaremos firmemente de braços dados com atraso e inevitável corolário. Revolução no sentido estrito, rigoroso da palavra.

A ideia de Hegel de que a violência dá à luz a história, concepção de que Marx escolheu o vezo fatalista e dicotômico, sempre teve uma leitura parcialíssima de parte das classes dominantes. Quando a violência é um recurso para a imposição de seus interesses de classe, ela é legítima; mas, quando os dominados reagem, a violência torna-se espúria, maldita, condenável. Assim, quando se fala em Revolução para transmitir a noção da radicalidade, da extensão e alcance das transformações propostas, os conservadores ouriçam-se e esconjuram as mudanças como subversão da ordem natural das coisas. Todas as tentativas, ao longo da nossa história, de civilizar o Brasil, de fazê-lo menos atrasado, menos cruel com o seu povo, menos injusto com os mais pobres, mais generoso e atencioso com os seus jovens, solidário com os mais velhos, fracassaram. (27/02/2014).

Para Arendt (1983), é na ação e no discurso que os homens indicam quem são, desvendando suas identidades pessoais e individuais, apresentam-se ao mundo humano enquanto suas identidades físicas são divulgadas, sem qualquer atividade própria na adaptação singular do corpo e no som singular da voz. Através de alguns excertos dos discursos requianistas, a mídia constrói e divulga aspectos sobre a personalidade do político, como sendo despótica, truculenta e até mesmo, agressiva. Os discursos proferidos pelo político Roberto Requião de Mello e Silva dificilmente passam despercebidos, principalmente pela mídia. Consistem em discursos inflamados e que reproduzem todo idealismo do político em questão, frente às questões sociais. Contudo, na maioria das vezes, os representantes da mídia não contextualizam a fala do político e, pelo contrário, enaltecem algumas frases proferidas no calor da emoção, ou seja, impulsivas devido à indignação de Requião frente a algumas questões relacionadas à sua plataforma política. Assim, a mídia tem um papel fundamental na “construção” e “desconstrução” da imagem de qualquer político. No caso específico de Roberto Requião, é sabido que ele teve várias discussões com os representantes midiáticos locais e este pode ser um fator relevante para entender como, muitas vezes, os discursos de Requião são distorcidos por eles.

Já a teoria da ação comunicativa, de Habermas (1989), traz à luz uma reconstrução de pressupostos racionais, ocultos no uso da linguagem entendida, que objetiva reconstruir os pressupostos racionais, implícitos no uso da linguagem. Para Ludwig (1997), “o lugar intranscendível de toda fundamentação”, é percebido como todo ato de fala, que leva em consideração as afirmações, promessas e ordens, direcionado à compreensão mútua; o emissor elabora uma pretensão de

legitimidade, quer dizer, pretende que o dito por ele seja apropriado em um sentido amplo. Assim, segundo Habermas (1989), quando o emissor fala, diz alguma coisa para uma ou mais pessoas, pretendendo que aquilo que é dito seja validado, o que, para o autor, só ocorre se houver o consentimento potencial de todos aqueles que estão ouvindo. Sendo assim, se um dos ouvintes não acatar o que é transmitido no discurso, por não acreditar no que é dito, ou por outro motivo qualquer, o conteúdo que é vinculado não poderá ser considerado como verdadeiro, pois não houve o consentimento de todos sobre o que foi transmitido.

Podemos salientar diferentes tipos de atos de fala. Nos atos de fala constatadores (afirmar, narrar, referir, explicar, prever, negar, impugnar, prometer) o emissor pretende que o seu enunciado seja verdadeiro; já nos atos de fala reguladores (como as ordens, as exigências, as advertências, as desculpas, as repressões, os conselhos), o que se pretende é o exigido, ou seja, o correto; por fim, nos atos de fala representativos (revelar, descobrir, admitir, ocultar, despistar, enganar, expressar etc.), pretende-se que aquilo que se exprime seja sincero. Assim, todos os atos de fala compreendem a ação comunicativa, e em cada tipo de fala há um significado distinto que possui a pretensão da compreensão.

Nos atos de fala consensuais, sobre um assunto determinado, é relevante ressaltar quatro tipos de pretensões de legitimidade: a primeira trabalha com a fala vinculada de forma inteligível, para obter uma maior compreensão entre o emissor e o receptor; a segunda visa à veracidade do conteúdo vinculado; a terceira pretensão está relacionada à sinceridade das intenções do emissor, para que o receptor confie em sua fala; a quarta e última intenção estabelece o bom senso do emissor para que este possa escolher uma postura adequada, levando em consideração as normas e os valores vigentes na sociedade. Segundo Habermas (1989), estas pretensões de legitimidade estão ligadas a cada ato de fala e podem ser contextualizadas quando a problemática, a qual se alicerça nas pretensões de verdade, correção ou inteligibilidade, ocorrendo a passagem da ação comunicativa para o discurso. Deste modo, o emissor passa a descrever uma história para o receptor, visando o estabelecimento de um consenso entre eles sobre dado tema.

Assim, a pretensão do receptor é validar a sua alocação, ou seja, fazer com que haja o assentimento de todos. Contudo, se a pretensão não for correspondida por um dos ouvintes, haverá a chamada problemática na pretensão da verdade, ocorrendo, então, a passagem da ação comunicativa (pretensão inicial do emissor



ao tentar estabelecer um consenso) para o discurso. No discurso, o emissor tem de utilizar argumentos para justificar o motivo pelo qual suas asserções são consideradas verdadeiras (discurso teórico), porque uma determinada ação ou norma de ação é correta (discurso prático) ou, ainda, para explicar algo que não foi compreendido pelo receptor (discurso explicativo). Deste modo, o discurso seria a argumentação e, consoante a ela, a problemática se encontra na pretensão de verdade, ou seja, a não aceitação de um dos receptores fará com que o emissor utilize uma argumentação mais convincente, o que, segundo Habermas (1989, p. 53) seria “dar razões para fundamentar que minhas asserções são verdadeiras”. Neste caso, o emissor estaria utilizando o discurso teórico; se a problemática estivesse inserida na pretensão da correção, o discurso seria o prático.

De acordo com Habermas (1989), as questões práticas podem ser decididas de forma racional, visto que:

é que a inegável diferença entre a lógica do discurso teórico e do discurso prático não são tais que expulsem o discurso prático do âmbito da racionalidade; que as questões prático-morais podem ser decididas ‘por meio da razão’, por meio da força do melhor argumento; que o resultado do discurso prático pode ser um resultado ‘racionalmente motivado’, a expressão de uma ‘vontade racional’, um consenso justificado, garantido ou fundado; e que, em consequência, as questões práticas são suscetíveis de verdade num sentido amplo dessa palavra.

Quando Habermas alude às questões práticas, ele refere-se àquelas das esferas da Política, da Moral e do Direito. Portanto, quis ele considerar que as questões de ordem prática também podem ser resolvidas racionalmente mediante a força do melhor argumento. Segundo Habermas (1989), “é ideal uma situação de fala em que as comunicações não são impedidas por influxos (influência física ou moral) externos contingentes (eventuais) e por coações decorrentes da própria estrutura da comunicação”. Por isso, esta estrutura unicamente não gerará coações se todos os participantes do discurso possuírem uma oportunidade de fala proporcional aos demais. Sua teoria visa à integração social, dentre outras perspectivas secundárias, como fator preponderante da cidadania.

A forma como é proferido o discurso faz parte de todo o contexto discursivo: “como se fala”, “quem fala”. No discurso exposto abaixo, veremos que Roberto Requião tem uma retórica muito assertiva e os discursos são proferidos de forma que demonstram toda a sua opinião, muitas vezes, no calor dos fatos. A *hélix* do

político em questão também merece atenção diferenciada, pois o político está sempre gesticulando e externalizando sentimento de indignação, constituindo-se como traço incontestável dele. Essa maneira assertiva de expressar-se pode estar voltada tanto para aliados como para inimigos, sendo que nem o seu partido (PMDB) é poupado das críticas:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não ocuparei por mais de dois outros minutos esta tribuna. Quero apenas fazer algumas considerações sobre o meu Partido e a eleição presidencial. O PMDB, mal orientado e mal conduzido, afundou num tremendo desastre eleitoral. Em qualquer país civilizado do mundo, a direção nacional do partido já teria mostrado o seu arrependimento e, automaticamente, renunciado à condução da direção partidária. Mas parece que isso não acontece no Brasil. A nossa direção nacional, de uma forma arrogante, sem sequer pretender convocar o diretório nacional ou o conselho do Partido, já faz declarações no sentido da velha política do adesismo remunerado. Vejo nos jornais, primeiro, a manifestação de que o Partido será de oposição ao Governo do PT ou, então, a manifestação do desejo da troca, da obtenção de Ministérios e as declarações de que tudo deve passar pela instituição formal partidária. Eu, na verdade, não esperava a exclusão da direção do Partido não vamos a essa violência, mas sua renúncia. Briguei muito para que o PMDB tivesse uma posição independente, um candidato à Presidência da República, para que o PMDB apoiasse o sentimento de mudança da Nação brasileira em determinado momento, acompanhando o desejo do Brasil, que se manifestava de forma clara na candidatura do Lula, na candidatura do PT. Mas a insensível direção nacional manteve a postura arcaica do adesismo remunerado, da liberação das emendas para a eleição de alguns deputados. O desastre foi fantástico<sup>107</sup>. (REQUIÃO, 2002).

Requião apresenta, neste discurso, críticas incisivas à direção do PMDB. A maneira contundente de expor seu ponto de vista gerou polêmicas, no interior do partido, e divergências com correligionários. Em várias passagens de sua trajetória política Requião demonstra uma postura saudosista em relação a seu partido político, o PMDB, lembrando-se dos tempos do MDB – que como ele mesmo diz “o velho MDB de guerra”, há um descontentamento nítido do político em relação a seu partido:

Senado para conversar com o meu PMDB.  
Para iniciar e sustentar o discurso que pretendo fazer, terei a contribuição do poeta maior da nacionalidade, Drummond de Andrade. Se houvesse o costume de se dar nomes a pronunciamentos, eu chamaria o meu

---

<sup>107</sup><http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=3276> 21. Acesso em: 12 de ago. 2014.)

pronunciamento de hoje de "O PMDB, o Partido e o Cactus". Para alguns, um poema é um conjunto de palavras expressivas.

De Drummond de Andrade:

#### NOSSO TEMPO

I

*Este é tempo de partido,  
tempo de homens partidos.*

*Em vão percorremos volumes,  
viajamos e nos colorimos.  
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.  
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.  
As leis não bastam. Os lírios não nascem  
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se  
na pedra.*

Para alguns, um poema é um conjunto de palavras expressivas com força poética, mas o poeta colocou nas suas palavras o retrato cruel da nossa realidade permanente:

*Visito os fatos, não te encontro.  
Onde te ocultas, precária síntese,*

Uma poesia pode justificar teses a serem apresentadas na Sorbonne, pode justificar viagens, encantamento e notoriedade, mas o poeta buscou, profundamente, a descrição crua da realidade.

*Calo-me, espero, decifro.  
As coisas talvez melhorem.  
São tão fortes as coisas!  
Mas eu não sou as coisas e me revolto.  
Tenho palavras em mim buscando canal,  
são roucas e duras,  
irritadas, enérgicas,  
comprimidas há tanto tempo,  
perderam o sentido, apenas querem explodir.*

O poeta procura um canal: este é tempo de partido; tenho palavras em mim, são roucas e duras, comprimidas há tanto tempo, apenas querem explodir. Velho PMDB de guerra, amassado, contido, amarrado, fulanizado, segregado, calado. No entanto, com suas bases ligadas profundamente ao dia-a-dia do povo. Vivido, sofrido, experiente, o velho PMDB de guerra, comprimido há tanto tempo, precisa de espaço para explodir. Espaço e reencontro, o reencontro do homem com sua aldeia para poder ser universal. O PMDB do Brasil real, o Brasil do povo, o Brasil que não sente vergonha de ser brasileiro, o Brasil que mostra as suas feridas e cicatrizes, o Brasil que pensa a modernidade sob a perspectiva de sua gente, que não tem trabalho, que não tem lazer, a quem não é permitida a esperança. O Brasil do povo que tem um Partido para representá-lo, comprimido há tanto tempo, apenas querendo explodir. Um PMDB moreno, filho de negros, índios e brancos que colonizaram a terra antiga, um PMDB firme e sereno, resistente como um cacto nordestino, que ofereça espaço para a crítica e para a construção. Um PMDB sem vetos, tolerante com as ideias e as tendências, procurando a unidade no programa discutido e respeitado por todos os seus quadros. Um PMDB com este jeito brasileiro, do velho e respeitado Deputado nordestino Paes de Andrade. (29/08/1995)

Roberto Requião utiliza-se de comparações envolvendo antigas batalhas e a atual conjuntura, muitas vezes deixa transparecer em seus discursos, que ele também vive uma intensa batalha para ter maior reconhecimento:

Sr. Presidente, Sr<sup>ª</sup>s. e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal o texto de um artigo que escrevi sobre a circunstância que vive o meu Partido, o velho MDB de guerra. O artigo se intitula "A Batalha de Agincourt" e se inicia com uma epígrafe:

"Aderir ao governo é fazer o elogio de nosso próprio coveiro."

É uma paráfrase de uma frase do Milan Kundera. Que os coveiros suspendam seus trabalhos; que as carpideiras contenham as lágrimas e a dramatização dos gestos; que sejam licenciadas as matracas e a litania; que os presbíteros de ocasião interrompam o réquiem; que o coro dos abutres engula a partitura. O PMDB não morreu.

Que se trombeteie o anúncio da boa nova; que se contem a coragem e a dignidade; que, mais uma vez, se resgatem e empunhem as velhas bandeiras; que se afiem as armas para o levante; que se reavive, no coração, a antiga chama; que se exilem dores, medos e desesperanças. O PMDB está renascendo. Mais uma vez se oferece ao nosso Partido a oportunidade da reestruturação, da restauração da dignidade e do renascimento. Renascer; outra vez dar-se a luz; a coragem de refazer o caminho, de destruir as dificuldades e de voltar às origens. Não nascemos e nem nós fizemos da covardia, do liquidacionismo, do medo, da fragilidade e do desânimo. Ao lixo com o desânimo. À degradação, ao opróbrio e à execração o injustificável adesismo.

A hora chegou, vamos afastar o adesismo com todas as consequências que se fizerem necessárias. No entanto, esta não é a hora dos tíbios, dos mornos, dos mais ou menos. É hora de rebelião. É hora, mais que a hora, do levante peemedebista, do grito de guerra dos homens e mulheres dignos que, sempre, formaram a maioria do Partido. Não é hora de se esconder, de procurar abrigo sob as asas ou poleiros vizinhos. Não é hora de conchavos, de costuras ou alianças pouco claras. Não é hora de mostrar fraqueza, abatimento.

Em nossa própria história estão exemplos de coragem, resistência, firmeza e dignidade. Não é a primeira dificuldade que enfrentamos. E nem a última. Em todas as situações anteriores demos ao País os melhores exemplos de caráter, de valentia e de ousadia. Ceder, conspirando pela liquidação do Partido, buscar refúgio na casa supostamente desinfetada do vizinho é trair, é fugir do nosso compromisso sagrado de mudar o Brasil. Vamos ao combate, ao bom combate, à luta que merece ser travada. Vamos à franca, ousada e generosa rebelião para recompor o Partido, para fazê-lo ainda mais uma vez renascer. Entre as asas e os poleiros, hipoteticamente protetores, e a dureza da guerra, a escolha é abrir o peito e, sem medo, ir à batalha.

Na trama contra o nosso Partido, à que os tíbios já se incorporaram, é possível identificar os interesses de sempre. Os eternos, indefectíveis arautos dos "acordos nacionais", os violentadores de leis eleitorais. Mais uma vez, ei-los antecipando-se aos fatos, sufocando oportunidades de mudança, conspirando para a manutenção do poder. É hora do rompimento. É hora de romper com a velha prática dos acordos por cima, da perpetuação de acertos, alianças e compromissos, que apenas favoreceram e favorecem os de sempre. Romper duas vezes: com a complacência e com o modelo. Nossa referência não está nos escritórios do capital financeiro, nos cartéis ou cartórios, na fria e estéril erudição acadêmica ou no olimpo brasiliense. Nossa referência escalda-se nas ruas, no inferno da miséria, da marginalidade, na fila do desemprego, na indignidade do salário, na

impossibilidade do consumo, no desespero da classe média, na insegurança, na doença e no analfabetismo. Nossa referência está no povo. São suas esperanças, dores, sonhos e anseios que devem dizer que rumo seguir, que parceiros escolher, que guerras travar. No povo, a nossa referência, a nossa inspiração, a nossa força e a razão de ser do Partido. Quando os vendilhões assaltaram o templo, corrompendo-o com negociatas, falcatruas e prevaricações, o Cristo não destruiu o templo. De chicote, sublime e divinamente irado, expulsou os vendilhões e restabeleceu a dignidade do templo. Destruir o PMDB, liquidá-lo, reagir com tibieza e covardia às dificuldades de hoje equivale à imbecilidade patética de matar o enfermo para eliminar a doença.

Que se refaça, na convenção de domingo, a pergunta feita por Henrique V na batalha de Agincourt: “Onde estão os ingleses?” - perguntaram ao rei da Inglaterra. E que perguntemos nós onde estão os peemedebistas. E que a resposta também seja: “Os peemedebistas estão aqui. Aqui estão os que deveriam estar. Os que não estiverem na convenção lamentarão profundamente não terem estado, não terem tomado a posição correta e necessária”. Henrique V, com uma inferioridade absoluta de homens - 500 homens -, vindos de uma guerra longa, famintos e esfarrapados, venceu dezesseis mil franceses, armados para a primeira batalha, montados em cavalos descansados, somando a inteligência de uma estratégia moderna, quando se utilizou pela primeira vez o arco e flecha nas guerras da Idade Média. (06/03/1998) PRONUNCIAMENTO FRENTE AO SENADO

O saudosismo do tempo em que era estudante universitário e participava do Movimento Estudantil, também é lembrado em seus discursos, como uma maneira de reafirmar que sua trajetória política é longa e que preserva a postura idealista da juventude.

Quero fazer uma intervenção como se estivesse aqui no plenário deste Senado, no início da minha militância política, falando com o despreendimento com que falava o estudante universitário em uma assembleia do seu diretório. Quero começar esta intervenção com Raimundo Correia:

*Vai-se a primeira pomba despertada...  
Vai-se outra mais... mais outra... enfim dezenas  
De pombas vão-se dos pombais, apenas  
Raia sanguínea e fresca a madrugada...*

*E à tarde, quando a rígida nortada  
Sopra, aos pombais de novo elas, serenas,  
Ruflando as asas, sacudindo as penas,  
Voltam todas em bando e em revoada...*

*Também dos corações onde abotoam,  
Os sonhos, um por um, céleres voam,  
Como voam as pombas dos pombais;*

*No azul da adolescência as asas soltam,  
Fogem... Mas aos pombais as pombas voltam,  
E os sonhos aos corações não voltam mais.*

Quero falar sobre os nossos sonhos. O sonho da construção da Nação, da justiça social. O sonho que nos leva às ruas e às campanhas eleitorais. Vai-se parte da 54ª Legislatura do Senado Federal. Foi ótima ou boa? Foi regular? Foi ruim ou péssima? Confesso que não saberia responder a pesquisa. Talvez me refugiasse no conforto do regular. Nem cá, nem lá, tudo mais ou menos. Embora de bancada que compõe a base do Governo, em algumas votações chaves, votei contra o Governo. Por exemplo, salário mínimo e boa parte das medidas provisórias. Quando não, fui o único voto discordante, em votações em que oposição e governo deixaram de lado as divergências circunstanciais que os aparta, para produzirem equívocos quase unânimes. A Ministra Ideli Salvatti fez uma boutade sobre o meu posicionamento. Disse que no Senado há a situação, a oposição e o Requião. Nem é bem assim, embora seja verdade que, com frequência, sinto solidão em minhas opções e, com frequência, quase ceda ao desânimo. (20/12/2011)

A seguir um pronunciamento bem interessante: Requião fazendo uma análise sobre o Paraná nos tempos em que era governador. O que pode ser notado no discurso é que ele chama o Paraná de “meu Estado”, mais uma vez afirmando a postura autocrática, como característica que marca o seu jeito de governar:

Senador Mozarildo, que, nesta manhã de sexta-feira, preside o nosso Senado Federal, festejo hoje números magníficos da economia do meu Estado, o Estado do Paraná. É o resultado de um Governo com uma boa administração tributária e um vezo popular indiscutível. Estamos colhendo os resultados. Um número fantástico de geração de empregos, de geração de empresas e uma super safra inigualável. Além disso, aproxima-se o fim das obras da hidroelétrica de Mauá, que iniciei no meu Governo, que findou no fim do ano passado.

Presidente, eu acredito que a obrigação da base do Governo não é a obrigação do voto em bloco em assuntos muito pouco refletidos pelo Congresso. A obrigação da base do Governo é propor, formular e ajudar o Governo da Presidenta Dilma a avançar nas suas propostas, que foram, sem dúvida, as nossas propostas no processo eleitoral. Nesse sentido, encomendei ao Dr. Heron Arzua, meu ex-secretário da Fazenda no Paraná, Advogado Especializado em Política Tributária e Consultor da nossa Associação Comercial do Paraná, um estudo que formulasse com clareza as possibilidades de uma reforma tributária em nível da União, não apenas de uma unidade federada. Uma reforma tributária voltada para a simplificação, justiça, (atendimento da capacidade contributiva), neutralidade e equilíbrio das contas públicas não implica alteração do sistema tributário na Constituição de 1988.

A Constituição não fixa alíquotas, não impõe a criação de contribuições em cascata ou de quaisquer outras, não estipula a carga tributária, não é responsável pela guerra fiscal entre federadas, não obriga a criação ou cobrança de qualquer tributo, apenas outorga competências. Não impede a integração com o MERCOSUL e não é culpada pela volúpia de deveres acessórios que acompanham toda exação no Brasil.

O que se quer acentuar, no particular, é que, para tornar o nosso conjunto de impostos racional e moderno, não é preciso mudar uma vírgula na Constituição de 1988, até porque, com 22 anos de idade, ela nunca chegou a ser aplicada. Princípios geralmente aceitos de tributação – simplicidade, justiça e neutralidade econômica – recomendam a extinção de inúmeros tributos existentes, a saber:

a) Imposto sobre Operações Financeiras (Isof), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

b) contribuições ao PIS/Pasep, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro.

Tais exações complicam a vida do contribuinte, estimulam a sonegação, distorcem preços relativos, forçam a integração vertical das empresas e acentuam a regressividade do sistema. Mas, para extirpá-los do mundo normativo, não se faz mister alterar o texto básico. Por lei, isto é possível. (25/02/2011).

Neste trecho, Requião se defende de acusações que fizeram sobre a sua postura crítica, mais uma vez a defesa se baseia no enaltecimento de sua trajetória e nas virtudes enquanto político:

Senador Wellington, ontem, aqui, no plenário, fui surpreendido por uma observação a meu respeito da Deputada Federal Jô, do PCdoB. Ela se aproxima de mim e faz um comentário: “Requião, o rebelde sem causa”. Eu fiquei preocupado com essa avaliação, porque, na verdade, esse comentário deve ser devido às críticas que eu tenho feito ao Governo. E, quando faço essas críticas, eu as faço sempre numa perspectiva positiva, de colaboração.

A respeito do comportamento do Congresso hoje, eu tenho uma avaliação que considera esse comportamento mais ou menos autista, distanciado da realidade das coisas. Então, essas considerações que vou fazer agora de certa forma pretendem responder e dizer qual é a minha avaliação dessa situação toda do capitalismo financeiro, do comportamento do Congresso e do Governo do nosso País.

Faz quase um ano que morreu, em Paris, o escritor espanhol, militante e escritor Jorge Semprún. Ele foi um dos intelectuais e dirigentes políticos mais fascinantes do século passado e início deste século. Lutou na Guerra Civil Espanhola contra fascistas; participou da Resistência Francesa contra o nazismo; conheceu os horrores do campo de concentração de Hitler, ao ficar preso em Buchenwald. E, por muitos anos, correndo o risco da prisão, tortura e morte, foi o dirigente do Partido Comunista da Espanha ditatorial do Generalíssimo Franco. Quando já estava no fim da vida, perguntaram a Semprún se ele se arrependia de alguma coisa. Ele mesmo, então, formula essas perguntas que vou descrever e responde: “Arrependo-me e renego ter sido militante do comunismo stalinista?” A pergunta, ele formula e ele responde: “Não. Creio que, naquele momento, havia uma justificativa para tal”.

Outra pergunta: “Arrependo-me de não ter saído do Partido Comunista em 56, ano dos movimentos antistalinistas populares na Polônia e na Hungria?” Responde: “Não. Porque sou espanhol. Se fosse francês, teria sido o momento de romper. Mas, na Espanha, quaisquer que fossem os crimes de Stalin, lutar com o Partido Comunista contra Franco valia a pena”. Por fim, querem saber se a palavra de ordem “o bem é roubar o pão e reparti-lo bem, usada pelos prisioneiros de Buchenwald, continuava válida?” Ele responde: “Não. Essa fórmula não a repetiria hoje. No entanto, o bem, desde sempre, é repartir. E é sempre possível repartir melhor. O absurdo da situação é *que se pode repartir melhor*”. E não se faz. Essas reflexões finais de Jorge Semprún deveriam dar o que pensar a todos os que se dizem *de esquerda* em nosso País, especialmente ao partido que, com frequência, reivindica, se não o monopólio, pelos menos a coautoria da posição. Sou um homem de esquerda. A vida toda fui um homem de esquerda.

Politicamente, nasci na esquerda. E, se fosse o caso de fazer alguma confissão, também diria que não me arrependo de, por cinco vezes, ter votado no candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. Votado e feito campanha, porque, em cada uma daquelas eleições, era o que havia a fazer. Em que pesem os Paloccis, os Meirelles, a política econômica conservadora, o caixa dois, também carinhosamente chamado de "mensalão", não me arrependo. Era o que havia a fazer naquele momento. Mesmo que divergisse de alguma coisa, era o que havia a fazer. (30/03/2012)

Segundo Bourdieu as estratégias discursivas dos díspares atores, e em especial as implicações retóricas que têm em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de forças simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão de veemências específicas e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredito “neutro”, lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se situam entre os diferentes campos em que eles participam.

Requião coloca-se ao lado da classe menos favorecida e justifica seu posicionamento ao falar de sua “visão fraterna” e da “formação humanística”. Em entrevista concedida ao programa *Sala Exclusiva*, ele expressou o seu posicionamento político:

A minha visão, acho eu, é fraterna. Estou preocupado com o equilíbrio da sociedade, com o emprego e não com o sucesso de alguns grandes industriais. Desejo sucesso a eles, mas desejo muito mais sucesso às pessoas pobres, humildes, que vivem do seu trabalho. Quero oportunidade de emprego para cada um deles. [...] Achava que um político é um tribuno do povo combatendo a cada momento, dia a dia, a cada instante, a intenção das elites de a tudo dominarem, de transformarem o povo e o trabalhador em mercadoria a ser utilizada nas fábricas, no serviço e na agricultura, afastada, dispensando no momento em que o trabalhador cansado não pudesse dar tudo de si. Esta é a diferença fundamental. A minha formação é uma formação humanística. (FARIA; SEBASTIANI, 1997, p. 268).

À medida que o agente político vai delineando sua carreira, ele também vai se apropriando do *habitus* linguístico próprio do campo político. Requião herdou o capital político, intelectual e econômico, mas procurou, como homem político, falar em nome do povo. Apesar de Requião vir de um espaço com destaque para o capital econômico e cultural, ele direciona sua ação política para as classes



populares, o que pode ser realizado tanto por questões ideológicas<sup>108</sup> como também como tática para se destacar dentro do campo. Bourdieu (2003) ressalta a relevância das biografias na composição histórica de um campo, pois:

A história estrutural de um campo – tratando-se do campo das classes sociais ou qualquer outro campo – periodiza a biografia dos agentes comprometidos com ele (de modo que a história individual de cada agente contém a história do grupo a que ele pertence). Na sequência, em uma população, só é possível recortar *gerações* – por oposição a simples faixas arbitrárias – com base em conhecimento da história específica do campo em questão: de fato, somente as mudanças estruturais que afetam tal campo possuem o poder de determinar a produção de gerações diferentes, transformando os *modos de geração* e determinando a organização das biografias individuais e a agregação de tais biografias em classe de biografias orquestradas e ritmadas segundo o mesmo tempo. (BOURDIEU, 2003, p. 426).

Bourdieu (2003) apresenta a pesquisa que fez ao longo da década de 1970, acerca do consumo cultural dos franceses, o qual pode servir de simulacro para analisar outras nacionalidades, devido ao aspecto metodológico que foi utilizado. Em sua pesquisa, o sociólogo elabora uma teoria geral sobre o gosto e estabelece que a analogia entre práticas culturais e classes sociais liga-se ao princípio que legitima a hierarquia social. Assim, os gostos e as preferências dos franceses demonstravam uma vinculação social, já que as condições de participação social baseavam-se na herança social. Como os bens simbólicos eram constitutivos do *habitus*, os indivíduos, em suas trajetórias, incorporavam-no e, muitas vezes, transmitiam-no à outras gerações, assegurando a reprodução social desses bens, mas também a legitimação da estratificação social. Bourdieu analisou a relação entre *habitus* e hierarquia social e considerou que as práticas dos “agentes sociais”, assim como os seus julgamentos, acerca do gosto, constituem *habitus*, e é a partir dele que os estilos de vida configuram-se. Bourdieu explica detalhadamente esse processo, que ocorre com:

A divisão em classes operada pela ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos

---

<sup>108</sup> Pêcheux delinea o conceito de formação discursiva tendo como inspiração teórica o marxismo althusseriano, assim, ele propõe que toda “formação social”, caracterizável por certa relação entre as classes sociais, implica a existência de “posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança, ou de dominação”. Essas formações ideológicas incluem “uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p.102).

classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo *social representado*, ou seja, o espaço dos estilos de vida. (BOURDIEU, 2007, p. 162).

O pesquisador ressalta, no sistema distintivo que configura o *habitus*, a correspondência entre os traços distintivos e as escolhas estilísticas feitas pelos “agentes”, também esclarecendo que o sistema distintivo que configura o *habitus* funciona como estilos de vida, pois:

Pelo fato de que as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes, sistemas de esquemas geradores suscetíveis de serem aplicados, por simples transferência, às mais diferentes áreas da prática, as práticas engendradas pelos diferentes *habitus* apresentam-se como configurações sistemáticas de propriedades que exprimem as diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência, sob a forma de sistemas de distâncias diferenciais que, percebidos por agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação necessários para identificar, interpretar e avaliar seus traços pertinentes, funcionam como estilos de vida. (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Bourdieu também elucidou, ainda, que o estilo de vida estava em conformidade com o *habitus*. Portanto, ao se investigar o estilo, era preciso considerar o conjunto das escolhas feitas pelos agentes, observando o esquema de oposições e correlações.

Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas, segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistemas de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva. (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Bourdieu (2007) explica como operou com o senso da distinção na pesquisa realizada: colocou de um lado um grupo de indivíduos cujas características fossem relativamente homogêneas e, de outro lado, grupos com arquétipos distintos. O pesquisador justifica e esclarece o método seguido como:

[...] além de não existir um limite enquanto linha bem definida, assim também se pode falar de fração de classe embora seja impossível traçar, seja qual for o lugar, uma linha de demarcação de modo que, de um lado ou de outro, se encontre alguém possuidor de todas as propriedades mais frequentes de um lado dessa linha e desprovido das propriedades mais frequentes do outro lado. Com efeito, nesse universo de continuidade, o trabalho de construção e de observação consegue isolar conjuntos (relativamente) homogêneos de indivíduos caracterizados por *conjuntos* de propriedades estatisticamente e sociologicamente associadas entre si em diferentes graus ou, se preferirmos, grupos separados por *sistemas de diferenças*. (BOURDIEU, 2007, p. 240).

Assinalou-se neste trabalho, que o político paranaense Roberto Requião, em sua ação política, “fala em nome do povo”. Em outras palavras, procurou-se descrever a trajetória desse “agente” para assinalar as diferenças sociais e apontar peculiaridades importantes na configuração do seu *habitus*. O próprio político colocava-se como porta voz do povo, conforme o excerto discursivo abaixo:

Eu me pretendo intelectual orgânico das classes populares, das classes desligadas das decisões do grande capital: funcionários públicos, negros, mulheres, profissionais liberais, pequenos e médios empresários, trabalhadores do campo e da cidade, excluindo tão somente as classes ligadas à decisão do grande capital. Intelectual orgânico é aquela visão gramsciana: o operário sente e o intelectual pensa, mas, o operário sente e não consegue propor uma mudança, já o intelectual friamente pensa mas não consegue sentir o que o operário quer. Então, a mediação é o intelectual orgânico das classes populares, é o que consegue pensar e propor. Esse intelectual orgânico não significa exatamente o sujeito de graduação universitária. Ele não precisa de um título na mão, mas sim pensar em função dos interesses de sua categoria. Eu tento ser um numa visão mais ampla, um intelectual das transformações. (O Estado do Paraná, 02/10/1988, p. 7).

O proletariado estabelece os seus intelectuais como forma de se objetar ao sistema hegemônico concebido pela reprodução de capital. O aparato que a classe trabalhadora emprega não são seus representantes estratégicos arraigados nas relações sociais, mas, sim, seus atores sociais, que por questões ideológicas estão agregados em uma organização capaz de assimilar as diversas tendências, exprimindo necessidades de sua classe, manifestando uma imensa vontade de mudança, podendo nomeá-la de partido político.

Intelectuais orgânicos, para Gramsci (2004), correspondem à função de dominação cultural que procura atingir grupos sociais emergentes, forjados com o crescimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Neste grupo de intelectuais ligados à burguesia urbana ascendente, encontram-se políticos, jornalistas, técnicos, empresários, atrelados a novas funções econômicas e a sua

expansão em todos os recantos da sociedade. De acordo com Gramsci (2004, p. 4), “pode-se observar que os intelectuais orgânicos, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são na maioria das vezes especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.

O discurso abaixo descreve bem a vontade de Roberto Requião de ser porta-voz da população do estado do Paraná:

Tenho procurado governar o Paraná com a preocupação constante de zelar pela justiça, não a justiça fria das leis, feitas muitas vezes para beneficiar os poderosos, mas a justiça que floresce da solidariedade e da compaixão humana. Várias vezes afirmaram que, como governadores têm o dever de ser a voz dos que não têm voz (nem vez); quero ajudar a destravar o grito de indignação preso na garganta dos que se percebem postos à margem, e isto não é fácil. Nosso país conviveu, por muito tempo, com a triste dicotomia da Casa Grande & Senzala: aos patrões tudo é permitido e possível; aos subalternos, cabe sofrer em silêncio<sup>109</sup>.

Requião não almeja o poder apenas por questões de *status* ou dinheiro, mas por questões ideológicas que foram herdadas principalmente de seu pai, com o objetivo de trazer esperança para o povo paranaense, tentar amenizar as desigualdades sociais latentes em nossa sociedade e, quem sabe, chegar à Presidência da República, o seu grande sonho. Assim, logo abaixo disserta sobre a sua maneira de fazer política:

Eu faço grande esforço para mudar o referencial da política brasileira. É muito fácil jogar o jogo nacional. Da complacência e da autocomplacência com a corrupção. É muito fácil fazer políticas com furos. Eu tenho feito com agressividade, às vezes, caricaturizando, eu tenho dito que faço com tacaieira. Não, faço com inteligência, com força, com decisão. E muito mais do que conquistar um cargo público, eu quero mudar os parâmetros da política, da administração pública brasileira. Nós precisamos de referência, eu tento ser uma referência. Eu digo que sou rigorosamente incorruptível porque eu faço política em cima de um ideal muito antigo. Eu faço política desde os 17 anos de idade. Meu pai teve uma dificuldade muito grande de ser político no Paraná sigente com a corrupção a complacência e a autocomplacência. Era muito duro com ele mesmo e extremamente duro com os outros. Eu sou um pouco mais brando, eu sou duro comigo, mas sou tolerante com as pessoas, mas tento transformar da minha conduta um exemplo. (CORREIO, 05/04/1993, p.03).

---

<sup>109</sup> Artigo de Roberto Requião: A favor do povo.

### 5.3 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM REQUIANISTA

Apesar da posição bastante sólida de Requião na política paranaense, sua imagem certamente vem se desgastando no decorrer de sua trajetória política, em um processo que tem se intensificado por conflitos recentes com grandes empresas, com setores patronais da sociedade, com o judiciário e, principalmente, com a mídia. Seu conflito com os meios de comunicação exerce um papel central nesse desgaste pelo seguinte motivo: a divulgação da informação em sociedades modernas é fundamental para a construção de representações, como é o caso da imagem de um político. Segundo Miguel (2002), a mídia interfere na estrutura da carreira política por influenciar na produção de capital político, bem como:

[...] os meios de comunicação geram novos “atalhos” na carreira, na medida em que os indivíduos com alta visibilidade midiática podem postular cargos mais elevados do que seria esperado em um desenvolvimento “normal” da carreira política. [...] A mídia não substitui nem torna obsoletas as formas anteriores de progresso na vida política. Antes, convive com elas, interfere em alguns aspectos e gera formas novas, concorrentes. A influência dos meios de comunicação de massa é diferente de acordo com os diferentes cargos e com a trajetória de cada agente. Afinal, a relação entre o campo da mídia e o campo da política está longe de ser de mão única. O campo político impõe resistências à interferência dos meios de comunicação e, ademais, também os influencia. A relação entre os dois campos, para o que se propôs o nome de “simbiose tensionada”, obedece a um modelo complexo, que as simplificações correntes em boa parte da análise política não permitem entender. (MIGUEL, 2002, p. 03).

Já para Arendt (1983) é na ação e no discurso que os homens indicam quem são, desvendando suas identidades pessoais e individuais e, por isso, apresentam-se ao mundo humano enquanto suas identidades físicas são divulgadas, sem qualquer atividade própria na adaptação singular do corpo e no som singular da voz. Assim:

Esta revelação de “quem”, em contraposição a “o que” alguém - os dons, qualidades, talentos, e defeitos que alguém pode exibir ou ocultar – está implícita em tudo o que se diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é; geralmente, porém, não basta o propósito deliberado de fazer tal revelação, como se a pessoa possuísse e pudesse dispor desse “quem” do mesmo modo como possui e pode dispor de suas qualidades. Pelo contrário é quase certo que, embora apareça de modo claro e inconfundível para os outros, o “quem” permaneça invisível para a própria pessoa, à semelhança do *daimon*, na religião grega, que seguia atrás de cada homem durante toda a vida, olhando-lhe por cima do ombro, de sorte que só era visível para os que estavam à sua frente. (ARENDR, 1983, p. 192).

Desse modo, a ação e o discurso incidiram entre os homens no alcance em que eles são conduzidos, e mantêm sua capacidade de divulgar o agente mesmo quando o seu conteúdo é unicamente “objetivo”, voltado para o mundo das coisas, no qual os homens se movimentam; mundo este que se introduz entre eles e do qual procedem seus interesses peculiares e objetivos mundanos. Estes interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que interessa que está entre as pessoas e que, portanto, as relaciona e interliga. Quase sempre a ação e o discurso se referem a essa mediação, que varia de grupo para grupo, de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, refere-se a alguma realidade mundana e objetiva. (ARENDDT, 1983, p. 195).

Bolonghesi (2004), no artigo *O Paraná adora odiar Requião*<sup>110</sup>, busca ilustrar a relação do político com a mídia de maneira irônica, fornecendo, tanto para o político quanto para a população, um argumento conciso para o estigma do homem Requião que, muitas vezes, tem sua imagem desatrelada dos seus feitos políticos e é “julgado” enquanto cidadão comum.

Um aspecto interessante do mundo midiático contemporâneo, ressaltado por Bourdieu (1997), é que este meio possui o monopólio da divulgação da informação.

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (é contra esse monopólio que nos chocamos quando, enquanto indivíduos ou enquanto membros de uma associação, de um agrupamento qualquer, queremos difundir amplamente uma informação). (BOURDIEU, 1997, p. 65-66).

Cabe salientar ainda, a pertinência de um político ter um bom relacionamento com a imprensa, neste caso referindo-se à imprensa hegemônica, pois:

[...] naturalmente que todo político de alguma importância tinha necessidade de contar com a imprensa e, conseqüentemente, necessitava cultivar relações no meio jornalístico [...]. De qualquer modo, a carreira jornalística permanecerá como uma das vias mais importantes de atividade política profissional. (WEBER, 1967 p. 81-83).

<sup>110</sup> Ver anexo nº 8 com a íntegra do artigo.

Este instrumento, como observamos anteriormente, não foi aproveitado por Requião de maneira harmônica e, de acordo com o comunicólogo Bordenave (1982), “a comunicação excita, ensina, vende, distrai, entusiasma, dá status, constrói mitos, destrói reputações [...] num paradoxo digno de sua infinita versatilidade – produz até incomunicação”. Portanto, a ausência de distinção entre o homem cidadão e o homem político pode resultar no conflito de seu significante, ou seja, a representação, por vezes díspar, da filosofia da essência do eu e da aparência. E, como o significado é uma construção individual, todavia de influência coletiva, a mídia exerce o papel estruturante da formação desse significado. A mídia, enquanto instrumento catalisador de informações opera subversivamente a favor do continuísmo da mídia hegemônica, ou seja, reproduz não apenas fatos, mas um estereótipo movido pela mídia ortodoxa.

Outro componente do *status* do político é a aparição pública, muito comum entre os políticos e muito utilizada por Roberto Requião, que se “apoderou” de um canal televisivo<sup>111</sup> para prestar contas. Conforme discorre Barreira (2006),

“Ser visto<sup>112</sup> constitui o cotidiano de suas vidas nesse momento de construção de imagens e tentativas de pactos públicos de reconhecimento. Representar é também uma maneira de se apresentar, dotando a presença de uma visibilidade sintomática: o candidato como personagem de um drama. De fato, se é possível tomar o conceito de ritual de forma flexível, é válido afirmar que a própria vida pessoal dos postulantes ao cargo de representação política transmuta-se em rotina ritualizada. (BARREIRA, 2006, p. 4).

Porém, cabe ressaltar que o meio utilizado por Requião, para sua “promoção” como político, consiste nas mídias alternativas, não exercendo grande repercussão entre os eleitores, visto que a construção de sua imagem por meio da grande mídia tende a preconizar o sensacionalismo. Sobre a Escola de Governo Requião profere:

<sup>111</sup> A famosa Escolinha de Governo, na qual Requião falava sobre as suas ações políticas frente ao governo e fazia seus secretários “prestarem contas” do que estavam fazendo frente a suas secretarias, bem como, proporcionava a população palestras sobre temas relevantes e também várias discussões e constrangimentos. O desgaste de imagem era uma prática utilizada pelo ex-presidente da Venezuela Hugo Chavez.

<sup>112</sup> Fazer parte do dia a dia citadino passa a constituir uma tarefa obrigatória aos postulantes a cargos de representação, o que comprova serem os atos de campanha um elenco de ações orquestradas, cujo objetivo é a conversão da popularidade em capital político.

Desde o primeiro dia do meu governo tenho, às terças-feiras, uma reunião com o primeiro, o segundo e o terceiro escalão, que eu chamo de Escola de Governo. Essa reunião faz parte de uma série de outras reuniões que oferece cursos de graduação e de pós-graduação aos funcionários públicos e informação entre secretarias. Essa reunião é televisada pela Paraná Educativa, que é uma rádio e televisão poderosa, trabalha com o satélite B4 hoje e ela tem um sinal que vai da Patagônia até o Canadá, cobre o Brasil inteiro, e aqui no Paraná tem uma série de antenas locais também, então é parabólica e antenas locais. E nessa reunião eu tenho combatido a corrupção, denunciado fatos que agridem o governo do Estado, travado batalhas em favor do interesse público e vencido muitas delas. Hoje, por exemplo, a nossa companhia de energia elétrica, a Copel, é a companhia que teve o maior lucro no Brasil, R\$1,4 bilhões depois do imposto de renda, em razão de seu porte evidentemente, a nossa companhia de saneamento também enfrenta um processo que levou à privatização e investe pesadamente na saúde pública do Estado do Paraná. E nós denunciávamos, no início do governo, utilização de créditos fiscais inexistentes contra a Copel, contra o erário. E tudo isso vem sendo resolvido a partir dessas denúncias e, ao mesmo tempo, as secretarias de Estado informam as outras secretarias e ao público de uma forma geral, aos paranaenses e aos brasileiros, o que é que nós estamos fazendo. Por exemplo, aqui no Paraná nós reduzimos os juros do empréstimo consignado, num prazo de até seis meses, a 0,95%, estamos trabalhando com cooperativas de crédito. E todas essas medidas são anunciadas através da Paraná Educativa. Temos uma pendência com o banco Itaú, que tem nos cobrado precatórios que nós não devemos, originados numa negociata na venda do Banestado, isso tudo é levantado na Paraná Educativa. Agora, num determinado momento, eu resolvi fazer algumas comparações de salários, me impressionava muito a situação do Rio Grande do Sul, que tem uma folha, Paulo Henrique, que é 116% da receita, em função da explosão dos salários do Ministério Público e do Judiciário. A partir desse momento, uma procuradora da República entra com uma ação pedindo a censura prévia a todas as minhas declarações que expressassem críticas à imprensa (imagina, eu sou criticado pela imprensa brasileira inteira, sou um governador nacionalista e faço um governo de esquerda), às instituições e às pessoas, com multa de R\$ 50 mil e R\$ 200 mil na reincidência. Bom, esse pedido foi fulminado por uma juíza Federal de primeira instância que garantiu a liberdade de opinião e de expressão. Mas depois, através de um agravo, foi concedido pelo juiz Lippmann da justiça Federal e eu estou impedido de falar sobre qualquer coisa. <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=20271>

Pela vinculação da Escola de Governo, Roberto Requião foi acusado de promoção pessoal e obrigado a pagar multa, sobre este acontecimento o político desabafa ao jornalista Paulo Henrique:

Ah sim, você vê que a Globo, antes que eu fosse intimado da decisão o juiz deu uma entrevista na Rede Globo. E a Rede Globo, antes de ontem à noite, dá uma nota dessa multa de R\$ 50 mil em função do ovo frito, e atribui essa condenação ao fato de eu estar fazendo promoção pessoal. Eu não faço promoção pessoal, Paulo Henrique, quando eu exponho um assunto eu me exponho. Tem pessoas que vão concordar e tem pessoas que não vão concordar, mas eu cumpro o dever de informar ao cidadão paranaense e brasileiro o que acontece no Paraná. O andamento dos processos judiciais e tudo mais... a origem verdadeira disso tudo se deve, primeiro à minha postura no Governo do Estado. Eu sou um governador racionalista. No meu discurso de posse eu disse que governava com o lado



esquerdo do peito, onde fica o coração, governava com solidariedade e segundo os princípios da carta dos bispos de Puebla, da opção preferencial pelos pobres, pelos empregos, pelas empresas que geram emprego. Aquele desenvolvimento real, que beneficia o brasileiro e melhora a condição de vida do nosso cidadão. Mas, além disso, o Governo que me antecedeu, que é o Governo do Jaime Lerner, gastou em dois períodos que ele se elegeu o equivalente hoje a R\$ 1,5 bilhão. E eu resolvi no ano passado reduzir a zero a despesa de comunicação, porque eles estavam tão sôfregos para fazer voltar a generosidade estatal na mídia, que não tinha dinheiro razoável que pudesse contentá-los. Então, como eles me pressionavam para pagar além do que o Estado podia, eu resolvi liquidar de uma vez por todas a verba de comunicação, estabelecendo um exemplo para o país e me comunicar com a população através da Paraná Educativa e duas rádios que nós temos, uma AM e outra FM. Daí eu passei a ser o objeto do ódio dessa gente toda.

<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=20271>

D'angelis (2007) descreve o governador Roberto Requião como utilizador dos preceitos da Carta de Puebla na implementação de suas políticas públicas. Em 1979 houve, na cidade mexicana de Puebla, uma conferência presidida pelo papa João Paulo II, a qual teve como discussão central a redução das desigualdades sociais ou, ainda, a busca por uma sociedade mais igualitária na América Latina.

A opção preferencial pelos pobres constitui o eixo do documento e seu princípio animador (...). Não se trata, pois, do simples necessitado, mas do oprimido e do explorado. Não designa apenas o indivíduo, mas a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido: indígenas e afro-americanos camponeses sem terra, operários, desempregados e subempregados marginalizados em aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes e a mulher. O documento se refere ainda aos migrantes e às prostitutas. (D'ANGELIS, 2007, p. 1).

Apesar de esse documento ter sido elaborado pela Igreja, tornou-se um referencial para os governantes da América Latina que buscavam superar as estruturas injustas vigentes. A Carta propunha, ainda, que os governantes saíssem de seus gabinetes e fossem a campo para verificar as reais necessidades da população. Nas palavras do autor, governar com a Carta de Puebla, como pretendia Requião significava:

- Agir para transformar as estruturas injustas;
- Promover a pessoa humana, superando na ação as medidas simplesmente assistencialistas;
- Criar condições para que os marginalizados possam ter igualdade de oportunidade;

- Propiciar meios para que as pessoas possam superar a sua condição de dependentes e oprimidos;
- Combater a corrupção e dar transparência à administração pública;
- Respeitar a diversidade e a pluralidade democrática;
- Valorizar o que é público e respeitar o patrimônio que é de todos;
- Colocar os meios públicos a serviço dos mais fracos e oprimidos;
- Usar o poder para servir e não para oprimir.

(D'ANGELIS, 2007, p.27).

Confirmando os pressupostos de D'Angelis (2007), o jornal *Gazeta do Povo* publicou, em 2006, um comentário sobre a opção de Requião pelos pobres: “o compromisso assumido por Requião em 2002, o da Carta dos Bispos de Puebla, continuará norteando sua gestão. ‘Não é reeleição, é confirmação’ tem dito frequentemente o governador”.

Como já ressaltado neste capítulo e enfatizado em todo o trabalho, Roberto Requião propõe, na maioria de suas políticas, temáticas preconizando a assistência aos desprovidos economicamente, ou seja, primando por um *welfare state paranaense*<sup>113</sup>. Pode-se constatar, ainda, que de acordo com os preceitos da Carta, descritos por D'Angelis (2007), a ação de Requião é fortalecida principalmente nos tópicos “valorizar o que é público” (combate à privatização da COPEL e SANEPAR) e “colocar os meios públicos a serviço dos mais fracos e oprimidos” (visualizado claramente na grande maioria de suas políticas públicas, como os programas “Luz Fraterna”, “Tarifa Social”, entre outros).

Outra questão salutar sobre a imagem de Roberto Requião, diz respeito aos conceitos de liderança, autoridade e contexto político e, em particular, à atuação do ator nos contextos sociopolíticos nacional e local. Para tanto, torna-se necessário explicitar o conceito de contexto-conjunto social, elaborado por Duverger (1983), que seria:

Composto por homens que mantêm relações num mesmo domínio (no caso, o domínio das atividades políticas), e relações em geral mais numerosas e

---

<sup>113</sup> Que também pode ser visto como uma prática eleitoreira, na qual a população tem a impressão de que o Estado a está protegendo, mas no fim, ele simplesmente está cumprindo com a sua função, e automaticamente se autoprotégendo de possíveis manifestações e greves.

mais estreitas do que as desenvolvidas nesse domínio com homens pertencentes a outro conjunto. Além disso, as relações desenvolvidas no interior do conjunto são estruturadas e constituídas em sistema. [...] Por fim, o conjunto de homens assim caracterizado corresponde a um conjunto cultural que determina os estatutos, os papéis e os comportamentos dos seus membros. (DUVERGER, 1983, p. 27).<sup>114</sup>

O conceito de liderança está inserido em um contexto específico de interações, refletindo a situação desse contexto. Assim sendo, as situações enfrentadas por Roberto Requião, desde sua estreia no cenário político, destacam-se entre os fatores explicativos do seu papel como ator político. O estudo do caso de Roberto Requião guarda semelhança, do ponto de vista metodológico, com a abordagem teórica de Duverger, que parte das interações do ator político como modo de estudar o sistema de interações. Deve-se ressaltar, porém, que neste trabalho não há intenção de se realizar qualquer tentativa de investigação da personalidade pessoal do objeto em questão, para não se correr o risco de incidir em uma espécie de psicologismo. Todo o trabalho está elencado no sentido do enfoque sociológico, ou seja, com o intuito de realizar estudo de fenômenos sociais, mais especificamente da realidade política, levando-se em conta o ator e suas interações, as quais se verificam inseridas em um sistema político e de reprodução de poder.

Na esfera da autoridade pela via da competição eleitoral, convém analisar Requião como ator político, desde o início da etapa inserida no contexto democrático. Há líderes que são investidos como autoridade, como detentores ou titulares do poder político (caso do político em questão). No processo de interações próprias da esfera política e da disputa pelo poder, o ator empenha-se em obter o consentimento dos eleitores, conseguindo este, por delegação expressa, e já legitimada para a função de governante, ou seja, como autoridade, o ator passa a exercer as tarefas de legislar, comandar e governar. O exercício do poder político difere, assim, da analogia de líder e liderados, e vai além da definição de poder político enquanto exercido na sociedade plena, conforme salienta Duverger. Nessa avaliação, o poder político caracteriza-se em si mesmo, por seu estilo global, no sentido de que é responsável pelas funções de organizar jurídica e politicamente a sociedade, de mantê-la e protegê-la de outras coletividades. Esse caráter globalizante do exercício do poder político estabelece, conseqüentemente, uma oposição “aos poderes relativos a cada um dos setores particulares nos quais se

---

<sup>114</sup>Livro: Sociologia política: elementos de ciência política.

manifesta a coletividade”. (DUVERGER, 1983, p. 158). Permanece proeminente, que o poder político implica a conotação poder-coletividade como tal, e não poder-indivíduos que a compõe. Duverger assinala que o “líder é obedecido devido ao seu prestígio, e não devido a um poder que a coletividade lhe reconhece oficialmente” (DUVERGER, 1983, p. 153). O autor destaca um aspecto saliente da interação entre líder e grupo (comunidade ou liderados) que, na verdade, nada mais é do que “obedecerem” em decorrência de imposição e comando, e voluntariamente aderem ao ator social. Entretanto, as ações desse ator são marcadas pela centralidade e pela proeminência, mas sem que os liderados deixem de também desempenhar um papel ativo, conforme será analisada a concepção de liderança de Requião nesse contexto.

O conceito de liderança não demanda que se leve em consideração tão-somente os traços subjetivos do líder. Segundo Petracca (1997), a liderança foi debatida de modo a restringir esse fenômeno ao líder reduzido como um “herói carismático”, sendo mais lógico considerar a liderança como um papel que se desenvolve em uma conjuntura específica de interações e reflete em si mesma a situação desse contexto. A liderança não só “manifesta determinadas motivações do líder”, como também “exige atributos peculiares de personalidade e habilidade, além de recursos específicos”. Esclarece Petracca que tais recursos, motivações e habilidades são “variáveis do papel, relacionadas com o contexto, formando um conjunto que também se relaciona com as expectativas dos liderados, seus recursos, suas aspirações, suas atitudes” (PETRACCA, 1997, p. 713).

O autor Conway (1915), segundo Petracca (1997, p. 715) distingue três tipos de liderança: a) líderes que representam as multidões; b) líderes que as interpretam; e c) líderes que as arrastam. Estão implícitas, nos papéis desempenhados pelo líder, no âmago da relação de reciprocidade em causa, respectivamente, as condições e funções a seguir: a) a opinião das multidões, sendo conhecida e definida, o líder se limita a expressá-la; b) encontrando-se obscuros e confusos os seus sentimentos e pensamentos, o líder se revela principalmente hábil na tarefa de formulá-los, de modo claro e explícito; c) o líder mostra-se competente para formular uma grande ideia, para congregar uma multidão, a fim de concretizá-la e, por fim, para pressionar essa multidão no sentido de concretizar a ideia concebida pelo próprio líder.

#### 5.4 ESTADO, PODER E AÇÃO POLÍTICA

A funcionalidade do Estado, antes limitada à punição dos corpos, pode ser compreendida pela organização das relações de produção e pela delimitação da reprodução das classes sociais, como também pela organicidade das relações ideológicas e da ideologia dominante.

Para Poulantzas (1985), o grau de ideologização do discurso e das práticas materiais do Estado é variável e diversificado, segundo as classes e frações de Estado, e sobre as quais age. A “verdade” do Estado, frequentemente verificada como mascarada pelas massas, compreende uma complexidade infinitamente maior; destarte, as massas são desprovidas dos capitais necessários para a compreensão de seu discurso. Assim, “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção” (POULANTZAS, 1985, p. 44). Visto isso, o autor discorre que:

Todo poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado nos aparelhos (e não somente nos aparelhos de Estado). Esses aparelhos não são simples apêndices do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente luta de classes/aparelhos, é a luta (das classes) que detém o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político-ideológica. (POULANTZAS, 1985, p. 51).

Para ele, o Estado constitui uma política das classes dominantes. A organização não é responsabilidade de um único aparelho do Estado, ou partidos políticos, mas de diferentes graus, de um conjunto de seus aparelhos, incluindo os detentores do monopólio legítimo da repressão. Definindo sua concepção estruturalista do Estado e dos modos de produção, Poulantzas passa a trabalhar com o conceito de “autonomia relativa”, já utilizada por Althusser. Tanto em sua esfera política quanto econômica, o Estado deve ser autônomo, pois é um Estado de classe independente da luta de classe. Este (o Estado) se ocupará em organizar a classe capitalista fracionada. Porém, a autonomia do Estado é “relativa”, pois em última instância a economia ainda determina a relação político-jurídica no Estado capitalista.

Os modos de produção capitalista definem a formação das classes, o Estado, por sua vez, redefine os trabalhadores e os capitalistas enquanto sujeitos individuais, apaziguando a luta de classes. Para tal, ele utiliza dois procedimentos jurídicos de legitimação: o “efeito de isolamento”, que isola o indivíduo, dizendo-lhe que ele é autônomo e independente socialmente; e o “efeito de representação”, que reforça a ideia de isolamento (deixando o indivíduo crer que não pertence à classe alguma), porém o torna componente indissociável de um organismo coeso: a nação. Desse modo, faz-se o logro do capitalismo: o trabalhador é independente, pois não depende de outros trabalhadores, e ao mesmo tempo dependente, pois depende do capital.

Segundo Poulantzas (1985), o poder em si não é uma quantidade ou coisa que se possua, nem uma qualidade ligada a uma essência de classe, a uma classe-sujeito: a classe dominante. O poder pode ser analisado sob o aspecto de recolhimento do campo da luta de classes, como objeto fundamental.

Por poder se deve entender a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma, ou de determinadas classes sociais, em conquistar seus interesses específicos. O poder referido às classes sociais é um conceito que designa o campo de sua luta, o das relações de forças e das relações de uma classe com outra: os interesses de classe designam o horizonte de ação de cada classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: o campo do poder é, portanto, estritamente relacional. O poder de uma classe (da classe dominante, por exemplo), significa de início seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta, ou seja, as relações desiguais de dominação, subordinação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, e que consiste desde então em relações de poder. O lugar de cada classe, portanto seu poder é determinado, ou seja, ao mesmo tempo designado e delimitado, pelo lugar das outras classes. O poder não é, portanto uma qualidade imanente a uma classe em si no sentido de uma reunião de agentes, mas depende e provém de um sistema relacional de lugares materiais ocupados por tais ou quais agentes. (POULANTZAS, 1968, p. 168-169).

Lasswell (1946) caracteriza o poder como elemento distintivo do aspecto político da sociedade e estabelece um elaborado método para o estudo dos fenômenos do poder no quadro da vida social em seu conjunto. Com a ajuda de conceitos psicanalíticos, em especial os freudianos, o autor examina as relações entre poder e personalidade, concluindo que a personalidade política está orientada, predominantemente, para a busca do poder, constituindo-se em uma transferência

racionalizada em termos de interesse público, de impulsos privados reprimidos para objetos públicos, pois:

A definição breve de poder é “tomada de decisão”, definição que pretende distinguir as decisões de outros atos de escolha, tais como compra ou venda no mercado competitivo. A distinção é feita estipulando-se a natureza das perspectivas que devem ser realizadas numa situação completa. Especificamos que uma decisão é o ponto culminante de uma situação na qual os participantes mantêm certas “expectativas” e “exigências”. A expectativa é de que a escolha a ser feita será defendida contra qualquer desafiador (presente ou em perspectiva), inflingindo-lhe privações extremas. A exigência é de uma participação na escolha. (LASSWELL, 1946, p. 58).

Os conceitos lasswellianos tiveram fundamental importância na análise de aspectos neuróticos da personalidade sobre a participação na vida política, destacando suas diversas formas, como a de agitador e organizador, dando impulso às pesquisas posteriores sobre a personalidade autoritária e centralizadora, presente na maioria dos políticos. Ainda sobre a personalidade como componente da elite, o autor profere que:

O papel da personalidade na composição da elite é um tópico de grande interesse nesta era psicológica. São muitos os indícios de que a busca do poder, mais do que outros resultados do valor, deve ser compreendida através do exame das vicissitudes das primeiras experiências na família, ou em círculos íntimos, e que as predisposições que favorecem a fácil aquisição e o desempenho de determinados papéis devem ser igualmente organizadas. (LASSWELL, 1946, p. 25- 26).

Através desta explicitação que referencia a questão do poder, podemos analisar que Requião enquadra-se nesta concepção lasswelliana, sobretudo no que diz respeito à busca pelo poder. Requião deixou sua marca na política paranaense por possuir uma personalidade contestadora e irreverente, “com efeito, tomar partido, lutar, apaixonar-se-ira *et studio* – são características do homem político”. (WEBER, 1967, p. 79).

No que diz respeito ao aparato da política e poder, podemos salientar uma característica marcante de Requião: seu caráter por vezes centralizador de fazer política. Tal atributo pode ser notado através de sua postura na ação política, chamando para si, por vezes, a responsabilidade das mais diversas questões, ocupando secretarias e intervindo em assuntos que antes eram deixados à competência do governo federal, como as questões dos bingos e dos transgênicos. “A honra do chefe político consiste justamente na responsabilidade pessoal

exclusiva por tudo quanto faz responsabilidade que ele não pode rejeitar nem delegar”. (WEBER, 1967, p. 79).

Sobre sua personalidade política, podemos realizar algumas elucidações quanto a sua postura contestadora e, às vezes, aguerrida de agir. Há uma continuidade na qualidade de algumas de suas ações desde a juventude, sobretudo no período da Ditadura Militar, no qual foi acusado de comunista e extremista<sup>115</sup>, por participar de várias manifestações e de alguns movimentos, mostrando toda a sua indignação sobre o sistema vigente.

E, ao retomar Weber, observamos algumas características do homem político, como aquele que vive para política, bem como a posição dentro deste campo.

Pode-se dizer que há três qualidades determinantes do homem político: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção. Paixão no sentido de “propósito a realizar”, isto é, devoção apaixonada a uma “causa”, ao deus ou ao demônio que a inspira... Com efeito, a paixão apenas, por sincera que seja não basta. Quando se põe, a serviço de uma causa, sem que o correspondente sentimento de responsabilidade se torne a estrela polar determinante da atividade, ela não transforma um homem em chefe político. Faz-se necessário, enfim, o senso de proporção que é a qualidade psicológica fundamental do homem político. Quer isso dizer que ele deve possuir a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por consequência, manter à distância os homens e as coisas. A “ausência de distância”, como tal, é um dos pecados capitais do homem político. (WEBER, 1967, p. 106).

#### O homem político, ainda segundo Weber (1967),

[...] é movido pelo desejo do poder, instintivamente inerente a este homem. O poder sem qualquer objetivo e privado de responsabilidade pode ser entendido como subversivo à vocação do político, ou ainda, apenas um pretexto para o enaltecimento de sua imagem. Esta vaidade, inimiga vulgar do homem político, preconiza o afastamento de si mesmo. (WEBER, 1967, p. 107).

Para finalizar esta seção é interessante fazer uma análise do trecho abaixo proferido por Roberto Requião:

Ganhei as eleições por criticar o modelo neoliberal. Diziam que ele ia modernizar o país, e as organizações empresariais do Paraná embarcaram nessa canoa, deram seu aval. Esse modelo se esgotou. Na região de Curitiba, apesar da instalação de montadoras, perdemos quase 70.000 postos de trabalho. Não pretendo eliminar os benefícios que receberam,

---

<sup>115</sup> Ver anexo 9.



mas vou exigir compromissos com o Paraná para mantê-los. Um levantamento que tenho mostra que a Renault, por exemplo, não compra nem a chapa de aço do automóvel no Brasil. Ela não pode ser o disco voador, que fechou e voou de Bruxelas, depois de Portugal, da noite para o dia. O governador de Córdoba, De La Sota, outro dia me disse que a Renault tinha 6.000 empregados no Estado, agora tem apenas 1.500. (REVISTA DA OFICINA DE INFORMAÇÕES, SÃO PAULO, v. 4 n. 46, p. 17, julho de 2003)

Nas suas palavras Requião atrela a sua vitória eleitoral à sua postura crítica sobre as questões econômicas fundadas no neoliberalismo. Requião oferece outra forma de pensar e fazer política, centrada em uma rede de proteção social e a partir da centralização do Estado<sup>116</sup>.

---

<sup>116</sup> Ver anexo 10.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma exposição sobre uma pesquisa é, com efeito, o contrário de um *show*, de uma exibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale. É um discurso em que a *gente se expõe*, no qual se correm riscos (para estar mais certo de desarmar os sistemas de defesa e de neutralizar as estratégias de apresentação, gostaria de poder apanhar-vos de surpresa, dando-vos a palavra sem que vocês estejam prevenidos nem preparados – mas, não tenham receio, eu saberei respeitar as vossas hesitações). Quanto mais a gente se expõe, mais possibilidades existem de tirar proveito da discussão e, estou certo, mais benevolente serão as críticas ou os conselhos (a melhor maneira de “liquidar” os erros – e os receios que muitas vezes os ocasionam – seria podermos rir-nos deles, todos ao mesmo tempo).

(BOURDIEU, 2011, p. 18-19).

Ao longo desta tese empreendemos um esforço analítico de percorrer os 35 anos de trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. É sabido das dificuldades de estudar a trajetória de um político em plena atividade, pois a cada instante ele está realizando coisas novas dentro do campo político. A fim de sistematizar esta pesquisa, foi proposto realizar um estudo sobre a trajetória política de Requião e a análise de alguns excertos discursivos, levantando algumas questões: na esfera da trajetória política, procurou-se identificar os “capitais herdados” de seus antepassados, que foram preponderantes para a “escolha” do campo político, bem como a exitosa trajetória na política; no que se refere aos discursos, foi realizada uma análise comparativa de alguns excertos dos discursos do político em questão, percebendo-se se estes estão conjuminados com a sua práxis política, bem como, se a retórica de Requião, especialmente no âmbito econômico, vai de encontro com a atual conjuntura nacional. Outras questões pertinentes foram a identificação de possíveis correntes ideológicas defendidas por Roberto Requião, herdadas de seus antepassados; a demonstração de uma possível postura política “conservadora em relação ao mundo globalizado”; e o mapeamento da construção da imagem do político, feita pela mídia a partir de alguns excertos discursivos proferidos por ele.

A hipótese que foi testada no decorrer deste trabalho é a seguinte: A retórica de Roberto Requião no decorrer de sua trajetória no campo político condiz com suas ações políticas, isto pode ser observado através da análise de seus discursos desde o limiar de sua trajetória política até a atual conjuntura, em contraste com o estudo de suas principais políticas.

No que se refere ao âmbito do estudo de trajetória, procurou-se demonstrar a eficácia do arcabouço teórico bourdieusiano, trabalhando-se principalmente com os conceitos de *habitus*, campo e capitais. No aspecto do campo, pode-se explicar a importância deste espaço, destacando-se o político, estruturado por relações que tem o poder de atrair agentes que seguem a *doxa* pertinente a este espaço, como também o poder de repelir agentes que não se adaptam às representações dominantes estabelecidas por ele. Em relação ao campo político, Roberto Requião “estreia” na política paranaense com o cargo de Deputado Estadual em 1982, período propício para quem teve uma militância anterior, em prol dos movimentos populares, como era o seu caso, outra questão relacionada ao campo político, se refere ao mesmo ser filiado ao MDB (um dos partidos permitidos na Ditadura Militar) e que depois se tornou o PMDB, era um partido composto por muitos intelectuais, em especial os de esquerda, que não podiam expressar suas demandas em outros partidos, pelo simples fato da ilegalidade destes. Fazer parte de um partido que discutia o destino político, econômico e social do nosso país consistia em um grande aprendizado, que depois, poderia ser convertido dentro deste campo.

Nas questões referentes à trajetória foram utilizados alguns conceitos bourdieusianos, destacando a importância que a instituição “família” assume no processo de socialização do sujeito. Para Bourdieu, o sujeito, por meio do *habitus*, interioriza as estruturas objetivas, ou seja, as normas e os valores sociais, assim como os sistemas de classificação e os sistemas de pensamento. Dessa forma, Roberto Requião, filho de uma família tradicional e que se interessava e participava da política paranaense, definiu a sua posição social, ou seja, foi socializado, internalizando o *habitus* da classe social a qual é pertencente, ou seja, foi um privilegiado, pois teve a oportunidade de “herdar” algumas disposições e alguns capitais que seriam exitosos na esfera política. Entre esses capitais destacam-se: o capital econômico, que lhe permitiu cursar dois cursos superiores concomitantemente (Direito e Jornalismo); o capital cultural, além dos títulos conseguidos por ele, fazer parte de uma família com vários membros com formação de grande “status social”, como medicina, advocacia e jornalismo, e principalmente, ser bisneto de Justiniano de Mello e Silva, um grande intelectual de sua época, fundador do Partido Operário, e que no seu manifesto de fundação defende algumas questões ideológicas flertando com a esquerda, bem como uma vasta bagagem de leitura, algo que foi absorvido por Requião; o capital político, herdado do seu bisavô,

do avô e do pai, que tiveram a oportunidade de ocupar alguns cargos políticos no Paraná; e o capital social, advindo tanto da parte dos Mello e Silva quanto da dos Requião, já que o político em questão é trineto de Cândido Lopes, o homem que trouxe a imprensa para o Paraná e fundou o primeiro jornal do estado, e em especial, do lado dos Requião, por serem na sua maioria comerciantes, fator principal que vai delinear seu capital social.

O fato de Requião ser membro de uma família detentora de grande capital econômico e cultural foi de grande valia para sua exitosa inserção no campo político, o que nas palavras de Bourdieu consiste em um fator que colabora para a integração real da classe dominante – que assegura uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes - para a conexão fictícia da sociedade no seu conjunto, destacando , muitas vezes à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas com o intuito de legitimar a ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções hierárquicas e para a legitimação dessas distinções. Isso produz um efeito ideológico que é produto da cultura dominante disfarçando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções impelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pelo seu afastamento em analogia à cultura dominante. Isso pode ser expresso, muitas vezes, pelos discursos e escritos.

O capital linguístico consiste em um capital extremamente importante para a composição dos seus discursos. Para Foucault, o discurso é entendido como a prática social de elaboração de textos e retórica, assim, todo discurso pode ser considerado como uma construção social, ou seja, ele não é individualizante, só deve ser analisado levando-se em conta seu contexto histórico-social. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, enfatizando a realidade do autor e do receptor, inseridos numa mesma sociedade. Assim, em se tratando dos discursos, foram vistas nos excertos trabalhados, algumas tendências ideológicas de Requião, seguindo a tradição de seu bisavô. Através deles identificamos um político idealista e com grande conhecimento no que se refere ao campo econômico, que defende a intervenção do Estado na economia e que flerta com a teoria elaborada por Keynes, a do estado do bem estar social. Outras questões marcantes nos discursos de Roberto Requião é a maneira como eles são proferidos, com uma tonalidade de voz forte e algumas vezes pendendo para o imperativo, e a capacidade de fazer duras

críticas aos indivíduos que se opõem ao jeito requianista de fazer política, não poupando em suas críticas nem mesmo o seu próprio partido.

Na questão partidária de Roberto Requião, é sabido que o PMDB foi o seu único partido de atuação, desde o período do MDB. Muitas vezes as rugas entre o PMDB e Requião foram notícia, principalmente porque este não concordava com a *doxa* do partido, assim, Requião apresentava uma postura heterodoxa, para fazer o partido sair da inércia, para fomentar estratégias que podem promover mudanças em prol da sociedade e para fazer a defesa de uma plataforma partidária mais ideológica. Com essas posturas Requião fez vários desafetos, mas ainda assim pode-se dizer que ele é uma das figuras mais representativas do PMDB.

A trajetória política de Roberto Requião teve início nos movimentos estudantis na década de 1960. Já na década de 1970 ele esteve ligado aos movimentos sociais, e no início da década seguinte foi eleito deputado estadual, em 1982, mantendo a sua pauta política direcionada aos movimentos sociais. Em 1985 foi eleito para a Prefeitura de Curitiba, sendo o primeiro prefeito eleito após a Ditadura. Neste cargo elaborou programas centrados na participação comunitária, ou seja, ouvindo as demandas populares, e é nesse período que nasce o “homem político Roberto Requião” e sua administração centrada no culto à personalidade. Logo após o término do mandato ele foi secretário do Desenvolvimento Urbano no governo de Álvaro Dias, e em 1990, foi eleito para o Governo do Paraná, direcionando o foco de seus programas às garantias sociais. Em 1994, Requião foi para o Senado Federal, mantendo a mesma lógica do início de sua trajetória, mantendo um discurso assertivo e se destacando em algumas CPIs e, logicamente, aumentando a sua lista de desafetos. As eleições de 2002 foi uma eleição atípica no âmbito nacional: Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, foi eleito presidente da República, e na esfera paranaense, Requião assume o Governo pela segunda vez. Os programas implementados neste período consistiam especialmente em programas de proteção social, o controle da COPEL e da SANEPAR estava nas mãos do Estado, o que garantia a oferta de programas de luz e água mais baratas para a população carente. Em 2006 Requião foi reeleito em uma eleição apertadíssima contra Osmar Dias. Este governo foi marcado pela continuidade das políticas sociais e por algumas polêmicas referentes à “Escola de Governo” e ao Nepotismo. Em 2010 Requião voltou para o Senado, onde se encontra até hoje, sempre se destacando por discursos e pronunciamentos polêmicos.

Os programas sociais implementados por Roberto Requião em suas gestões políticas, e que são reforçados por seus discursos, possuem um intenso teor valorativo, especialmente em se tratando de um político que tem ações embasadas no culto à personalidade, o que pôde ser visualizado em algumas de suas ações no decorrer desta tese e que geraram um alto grau de polêmica em torno de sua figura, como por exemplo, a questão da “Escola de Governo” e também a proibição dos transgênicos no Paraná. Essas ações são norteadas pela ética e estão diretamente relacionadas a duas formas trabalhadas por Weber: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira pressupõe uma crença em algo “visto” como imutável e atemporal, e a segunda se refere à lógica da realidade, da ação movida pelos fatos. Cabe salientar que as duas se relacionam de alguma maneira, apesar de serem independentes. Através dessa classificação weberiana, podemos visualizar algumas ações de Requião na política seguindo o modelo da ética da convicção e do culto à personalidade, como no caso da formação de seu grupo político, pouco variável em suas gestões, e também pelo formato aderido por ele em suas políticas públicas, que, muitas vezes, se repetem em seus pleitos. As políticas implementadas por Requião podem ser pensadas a partir dos modelos “éticos” de Weber, como no caso dos transgênicos, dos conflitos com as concessionárias de pedágio no Paraná, e da “Escola de Governo”, nos quais segue os pressupostos da responsabilidade do político junto às suas convicções.

Tomadas as devidas ressalvas quanto ao poder de atuação dos governos estaduais, não tão autônomos do executivo federal, verificou-se que a maioria das políticas públicas implementadas pelo político Roberto Requião no Paraná, está moldada mais no modelo do capitalismo dirigido (*Welfare State*) do que no modelo neoliberal, embora seja também possível subjugá-las de assistencialistas, quando pensadas num contexto geral. De todo modo, tal fato pode estar alicerçado no marketing político de Requião, e numa forma de diferenciação, que pode culminar em votos e vitória eleitoral.

Referendando os discursos/pronunciamentos requianistas pode-se afirmar que o político em questão é detentor de uma excelente oratória e de ótimo capital linguístico, bem como de capital cultural, herdado dos seus familiares, que se preocupavam com as questões relacionadas à política e às causas sociais, em especial, o seu bisavô, Justiniano de Mello e Silva. Uma das grandes artimanhas do político/orador é a criação de uma imagem heroica, com o intuito de fomentar, no

imaginário dos seus eleitores, uma espécie de “salvador” das classes populares. Roberto Requião, antes de entrar para a política formalmente, sempre esteve militando em favor de movimentos sociais, portanto, sempre esteve próximo das demandas populares e surge como político em um momento totalmente propício, o período da redemocratização, no qual quase todas as demandas de programas políticos, bem como os discursos de grande parte dos políticos, estavam estruturados na questão da liberdade de expressão, na conquista de direitos e exercício da cidadania.

Os discursos proferidos pelo político Roberto Requião de Mello e Silva dificilmente passam despercebidos, principalmente pela mídia. Consistem em discursos inflamados e que reproduzem todo idealismo do político em questão, frente às questões sociais em defesa do Estado centralizador, mesmo em uma conjuntura do capitalismo global. Contudo, na maioria das vezes, os representantes da mídia não contextualizam a fala do político e, pelo contrário, enaltecem algumas frases proferidas no calor da emoção, ou seja, impulsivas devido à indignação de Requião frente a algumas questões relacionadas à sua plataforma política. Assim, a mídia tem um papel fundamental na “construção” e “desconstrução” da imagem de qualquer político. No caso específico de Roberto Requião de Mello e Silva, é sabido que ele teve várias discussões com os representantes midiáticos locais, sendo que este pode ser um fator relevante para entender como, muitas vezes, os discursos de Requião são distorcidos e satirizados, ao invés de a mídia analisá-los como homem político o analisa e o julga como um cidadão comum.

Na esfera da autoridade e liderança, convém analisar que Requião deixou sua marca na política paranaense por possuir uma personalidade contestadora e irreverente, e principalmente, por promover o culto à personalidade, assim, nas palavras de Weber: “com efeito, tomar partido, lutar, apaixonar-se-ira *et studio* – são características do homem político”.

No que diz respeito à esfera da política e poder, podemos salientar uma característica marcante de Requião: seu caráter por vezes centralizador de fazer política. Tal atributo pode ser notado através de sua postura na ação política, chamando para si, por vezes, a responsabilidade das mais diversas questões, ocupando secretarias e intervindo em assuntos que antes eram deixados à competência do governo federal, como as questões dos bingos e dos transgênicos. Segundo a acepção weberiana: “A honra do chefe político consiste juntamente na

responsabilidade pessoal exclusiva por tudo quanto faz responsabilidade que ele não pode rejeitar nem delegar”.

Podemos definir o político Roberto Requião de Mello e Silva como um “homem político” que nas palavras de Weber consiste em um indivíduo “é movido pelo desejo do poder, instintivamente inerente a este homem. O poder sem qualquer objetivo e privado de responsabilidade pode ser entendido como subversivo à vocação do político, ou ainda, apenas um pretexto para o enaltecimento de sua imagem. Esta vaidade, inimiga vulgar do homem político, preconiza o afastamento de si mesmo”.

Mediante a hipótese testada podemos afirmar que o político Roberto Requião de Mello e Silva articula a maioria de seus discursos com a sua práxis política, e em resposta à pergunta inserida no título desta tese: “Requião tem razão?” pergunta que no momento não poderá ser respondida, mas, afirmamos que em grande parte de seus questionamentos sim, em relação aos transgênicos, pedágios, contra as privatizações, que mesmo em um mundo de economia globalizada, especialmente sobre a transgenia não há estudos suficientes que comprovem “melhorias” para os indivíduos. Por outro lado, a centralização de poder nas mãos do chefe de Estado acaba sendo vista, muitas vezes, como algo negativo e tradicional e essa aversão por parte de alguns acabam se refletindo nas urnas.

Constatamos também que essa tese abre caminhos para futuras pesquisas a respeito de Roberto Requião de Mello e Silva em outras perspectivas, pois o mesmo encontra-se nos bastidores políticos de forma intensa, não poupando esforços para deixar seu filho, o deputado estadual Maurício Requião, mais conhecido como Requião Filho, em seu lugar na política paranaense.



## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Disponível em:  
<<http://www.aenoticias.pr.gov.br>>. Acesso em: 05/01/2013.

ALMEIDA, M. H. T. O Estado no Brasil Contemporâneo: Um passeio pela história. In: SAEZ, M. A.; MELO, C. R. (Org.). **A democracia Brasileira**: Balanços e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALMEIDA, P. W de. **Paraná político de cabo a rabo**. Curitiba: Noé, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. V. 2.

\_\_\_\_\_.; RANCIERE J.; MACHEREY P. **Ler o Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ATIENZA, M. **As razões do direito**: teorias da argumentação jurídica. 2. ed. São Paulo: Editora Landy, 2002.

BALANCO, P. As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4, 1999, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999. CD-ROM.

BARREIRA, I. A. F. A política de perto: Recortes etnográficos de campanhas eleitorais. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 177-14, 2006.

BARTHES, R. **Mitologias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

BEGA, M. T. S. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Participação Comunitária: Dimensões da Institucionalização.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BERTAUX D. Comment l'approche biographique peut transformer la pratique sociologique. **Recherches économiques et sociales**, n. 6, p. 28-29, abr. 1977.

\_\_\_\_\_. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. In: **Proposiciones**, p. 1-23, mar. 1999.

\_\_\_\_\_. **From the Life History Approach to the Transformation of Sociological Practice.** En Bertaux, 1981.

BOLONGHESI, R. O Paraná adora odiar Requião. **Folha de Londrina**, 2004.

BOLTANSKI, L. Sociologie critique et sociologie de la critique. In: **Politix**. Vol. 3, n. 10-11. Deuxième et troisième trimestre 1990. p. 124-134. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 22/06/2012.

\_\_\_\_\_.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme.** Paris : Gallimard, 1999.

BORDENAVE, J. E. D. **Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência.** Vozes: São Paulo, 1982.

BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: LINS, D. **Cultura e subjetividade.** Campinas: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996a.

\_\_\_\_\_. **A profissão do sociólogo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **As regras da Arte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (b).

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. Editora Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Homo Academicus**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiros, 2005

\_\_\_\_\_. Sur le pouvoir symbolique. **Annales**, n. 3, mai-juin. 1977. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 10/01/2012.

\_\_\_\_\_.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BREPHOL, M. M. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.

CARDOSO, F., H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CASSIRER, E. **O mito do Estado**. Editora: Codex, 1992.

CASTRO, D. **Mudança, permanência e crise no setor público paranaense**: um balanço da trajetória estadual na segunda metade do século XX. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

CHAMPAGNE, P. ; CHRISTIN, O. **Mouvements d'une pensée**: Pierre Bourdieu. Paris: Bordas, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COISAS DE SÃO CRISTOVÃO. **Ser Jeep (Sergipe). Uma história de sergipanos no Paraná**. 2010. Disponível em: <<http://coisasdesaocristovao.blogspot.com.br/2010/02/sexta-feira-27-de-novembro-de-2009-ser.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

COLATINA, Prefeitura Municipal de. Justiniano de Mello e Silva. Galeria de ex-prefeitos. 2014. Disponível em: <[http://www.colatina.es.gov.br/prefeito/?pagina=justiniano\\_de\\_m\\_e\\_silva\\_netto](http://www.colatina.es.gov.br/prefeito/?pagina=justiniano_de_m_e_silva_netto)>. Acesso em: 20/06/2014.

CORRÊA, A. S. **Imprensa política no Paraná**: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DA COSTA, S. B. **Da Silva & e Silva**: duas trajetórias políticas, duas personas: o emprego de dêixis de primeira pessoa em discurso de palanque. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

D'ANGELIS, W. Puebla: a opção preferencial pelos pobres e o governo popular do Paraná. Folha de Londrina, **Londrina**, 2007.

DE ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

DE CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. Rio de Janeiro, Atlas, 1989.

DESAI, M. **A vingança de Marx**: A ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal. São Paulo: Códex, 2003.

**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO**, Curitiba, 1990-1991.

**Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, 1991.

DOMINGUES, J. M. Estruturalismo e Estruturação: Bourdieu e Giddens. In: \_\_\_\_\_. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 55-70.

DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. Welfare State, Crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 6, v. 3, fev. 1988.

DUPAS, G. (Coord.). **América Latina no início do século XXI**: perspectivas econômicas, sociais e políticas. São Paulo: Unesp, 2005.

DUVERGER, M. La nozione di regime "semipresidenziale" e l'esperienza francese. **Quad. cost**, v. 260, p. 174-178, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Lisboa, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n. 35, p. 73-111, 1995.

FARIA, E.; SEBASTIANI, S. **Governadores do Paraná**: A História por quem construiu a História. Curitiba: Sisiani, 1997.

FELICÍSSIMO, J.R.A. **A descentralização do Estado frente às novas práticas e formas de ação coletiva**. São Paulo: São Paulo em perspectiva. 1994.

FERREIRA, D. P. **PFL X PMDB: Marchas e Contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Alternativa, 2001.

FERREIRA, J.C.V. **O Paraná e seus Municípios**. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

FERREIRA, T. História e prosopografia. Anais do Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2002.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FLEISCHER, D. **Da distensão à abertura: as eleições de 1982**. Brasília, UNB, 1988.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, 1998.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**: Sobre a prisão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1974.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.  
GRUPO G23. **A "Baronesa" Syrth Requião**. 2011. Disponível em:  
<<http://grupog23.blogspot.com.br/2011/08/baronesa.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **A verdadeira família Requião**. 2008. Disponível em:  
<<http://grupo23deoutubro.blogspot.com.br/2009/09/verdadeira-familia-requiao.html>>.  
Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Construindo a familiaridade baiana e sergipana**. 2010. Disponível em:  
<http://g23deoutubro.blogspot.com.br/2010/06/construindo-familiaridade-baiana-e.html>. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Coronel Dulcídio Pereira**. 2008. Disponível em:  
<<http://grupo23deoutubro.blogspot.com.br/2008/11/coronel-dulcidio-pereira.html>>.  
Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Coronel Wallace**. 2008. Disponível em:  
<<http://grupo23deoutubro.blogspot.com.br/2008/11/coronel-wallace.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Em respeito à curiosidade alemã**. 2010. Disponível em:  
<<http://g23deoutubro.blogspot.com.br/2010/10/em-respeito-curiosidade-alema.html>>.  
Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Família de prestígio, prestígio de ser família**. 2008. Acesso em:  
<<http://grupo23deoutubro.blogspot.com.br/2008/11/familia-de-prestigio-prestigio-de-ser.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Fundadores do clube atlético paranaense**. 2008. Disponível em:  
<<http://grupo23deoutubro.blogspot.com.br/2008/10/fundadores-do-clube-atletico-paranaense.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **O coronel foi ferroviário**. 2009. Disponível em: Disponível em:  
<<http://grupog23deoutubro.blogspot.com.br/2009/08/o-coronel-foi-ferroviario.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **O Patriarca**. 2008. Disponível em: <<http://grupog23.blogspot.com/2008/11/o-patriarca.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Um ramo alemão**. 2008. Disponível em:  
<<http://grupog23.blogspot.com.br/2008/11/um-ramo-alemo.html>>. Acesso em:  
20/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Uma personalidade surpreendente**. 2008. Disponível em:  
<<http://grupo23deoutubro.blogspot.com.br/2008/10/uma-personalidade-surpreendente.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HELLER, M. I. **Resistência Democrática: A repressão no Paraná**. Paraná: Paz e Terra, 1988.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). **F. Gadet & T. HAK, Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 3, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **A sociedade global**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, n. 12, v. 2, 1998. Disponível em:  
[http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02\\_03.pdf](http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf). Acesso em:  
03/05/2013.

IRVINE, J. T. Style as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. **Style and sociolinguistic variation**. New York: Cambridge University Press, 2001. p. 21-43.

JUNG, C. G. **Estrutura da personalidade: persona e sombra**. Rio de Janeiro: Ática, 1992.



\_\_\_\_\_.; BORRÁS, M. R. **Recuerdos, sueños, pensamientos**. Seix: Barral, 1966.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Rio de Janeiro: Atlas, 1982.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Tradução Paulo Peres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, jan./abr. 2012.

KUNHAVALIK, J. P. **Bento Munhoz da Rocha Neto**: Trajetória Social e Política e sua gestão no governo do Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

\_\_\_\_\_.; DA ROCHA NETO, B. M. **Trajetória Social e Política e sua gestão no governo do Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

LACAN, J.; FISHMAN, V. **La familia**. Buenos Aires: Homo Sapiens, 1977.

LASSWEL, H. A linguagem do poder. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **A linguagem da política**. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1982.

\_\_\_\_\_.; LERNER, D. **As elites revolucionárias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_.; CASEY, R. D.; SMITH, B. L. **Propaganda, communication, and public opinion**: A comprehensive reference guide. Princeton University Press, 1946.

LAZERTE, R. **Max Weber**: Ciência e valores. São Paulo: Cortez 1996.

\_\_\_\_\_. **L'enquête quantitative en sciences sociales**. Paris: Dunod, 2006.

LIMA, M. C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. São Paulo: Artmed; Bookman, 2006.

LUDWIG, C. Razão Comunicativa e Direito em Habermas. In: **A Escola de Frankfurt no Direito**. Curitiba: UFPR, 1997.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. Centauro, 2006.

MIGUEL, L. F. **Em busca da harmonia perdida: mito e discurso político** (uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. 1997.

MINAYO, M. C. de S. **Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social**. Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

\_\_\_\_\_. Quantitativo versus qualitativo, subjetivo versus objetivo. In: \_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Justiniano de Melo e Silva**. Disponível em: <[http://www.museumaconicoparanaense.com/mmpPraiz/autoridades\\_pr/deleg\\_875\\_justiniano\\_melo.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/mmpPraiz/autoridades_pr/deleg_875_justiniano_melo.htm)>. Acesso em: 20/06/2014.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

OLIVEIRA, R. C. de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, jun/dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **O Silêncio dos Vencedores**: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo. 2001.

\_\_\_\_\_. Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. **Curitiba, PR: Insight**, 2012.

OLIVEIRA, R. V., MOREIRA, E. M., Sentidos da globalização: um desafio ao pensamento sociológico. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PARANÁ, **Casa civil**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil>>. Acesso em: 20/06/2014.

PARANÁ, Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado 1992 da 1ª Legislatura pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva**, Governador do Paraná, Curitiba, 174 p., publicado em 04/11/1992.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado 1993 da 1ª Legislatura pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva**, Governador do Paraná, publicado em 07/07/1994.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado 1994 da 1ª Legislatura pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva**, Governador do Paraná, publicado em 05/12/1995.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado 1994 da 1ª Legislatura pelo senhor Mário Pereira**, Governador do Paraná, publicado em 05/12/1995.

PÊCHEUX, M. **Gestos de leitura da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_.; ORLANDI, E. P. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Editora da UNICAMP, 1995.

PETERS. G. **Percursos na teoria das práticas sociais**: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PETRACCA, O. M. Liderança. In: BOBBIO. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da da Universidade de (1998).

POULANTZAS N. **O Estado, o poder e o socialismo**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Poder Político e classes sociais**. Rio de Janeiro: GRALL, 1985.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REQUIÃO, R. **A favor do povo**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **A ouvidoria e o desafio da cidadania**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Confrontar para transformar**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conversa franca**. Disponível em: <<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Força rural**. Disponível em: <<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Isonomia é dever da Justiça**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Não aceito este salário**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Não existe político meio sério**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **O município e a questão social**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **O Paraná e a modernidade**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **O PMDB na virada da história**. Disponível em:

<<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Olhando a cultura**. Disponível em: <<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Parceiros na construção do futuro**. Disponível em: <<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Segurança e cidadania**. Disponível em: <<http://www.robertorequiao.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

RESENDE, D. C. **Elementos decisivos na construção da posição e prática política de Roberto Requião de Mello e Silva**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

**REVISTA DA OFICINA DE INFORMAÇÕES**, São Paulo, v. 4, n. 46, julho de 2003.

ROBINSON, W. Globalization Nine Theses ou our Epoch. **Race and Class**, n. 13, v. 31, 1996.

SANTOS, B. S. Os Processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construtivismo social. In: DENZIN, N. K.;

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, W. R. M. **Biografias importantes: Árvore Genealógica da Família Requião desde o Século XVIII**. 2008. Disponível em: <<http://biografiasimportantes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SINGER, P. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n, 12, v. 2, 1998.

SOREL, G. **Réflexions sur la Violence**. Paris: Seuil, 1990.

SOUZA, M. T. A. Argumentos em torno de um "velho" tema: A descentralização. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 40, 1997.

VANDENBERGHE, F. Construção e crítica na sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 2, v. 21, maio-ago. 2006.

\_\_\_\_\_. The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. **Sociological Theory**, n. 17, v. 1, p. 32-67, 1999.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais**. Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1967.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1999. V. 2.

\_\_\_\_\_. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

**ANEXOS**

## **ANEXO 1 - FRAGMENTOS DO MANIFESTO PROFERIDO POR JUSTINIANO DE MELLO E SILVA (BISAVÔ DE ROBERTO REQUIÃO)**

**Sr. Roberto Requião** (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.):

Senhor Presidente, ocupo a tribuna, hoje, para trazer ao conhecimento do Senado da República, em versão resumida, o manifesto do Partido Operário, fundado em Curitiba, capital do meu Estado-Paraná.

Partido nascido das classes até ontem segregadas da comunhão política quer agora concorrer com sua atividade inteligente e, sobretudo com a probidade pessoal e política para transformar as normas seguidas pelas minorias governantes e dar ao povo genuína representação dos seus direitos e interesses. Não há a contestar que o primeiro dever dos homens que se propõem a intervir eficazmente na direção política do Estado é proceder à arregimentação e organização sistemática de suas forças e traçar os lineamentos de seu programa, que não deve ser puramente especulativo e abstrato, mas suscetível de realização imediata ou remota, e inspirar-se na possibilidade de ação individual e comum.

Em cada cidade, vila ou paróquia, cumpre aos mais dedicados de nossos companheiros convocar os membros da classe operária e eleger uma comissão diretora, segundo o plano que acharem mais conveniente e mais prático.

Ora, nós que empreendemos a política do povo pelo povo, até este momento impraticada, senão desconhecida no Estado, teremos que vencer as mais árduas dificuldades, porque a maioria dos nossos conterrâneos ou está viciada pelos usos estabelecidos, ou não chegou ainda à compreensão dos seus verdadeiros interesses, completamente separados daqueles que têm agora prevalecido no Governo.

O partido criado deve, em todas as conjunturas, manter a sua autonomia e defender-se das velhas facções e atrair pela seriedade e constância do seu procedimento, as simpatias e mesmo o apoio das massas populares.

Se o que queremos para nós é o que exatamente deve constituir a principal preocupação do maior número, nenhum empeco se oferece a confraternização da classe operária com outras classes igualmente pungidas pelo sentimento do bem público e refratárias à inspiração dos antigos partidos.



Os industriais e comerciantes têm conosco ligações e atividades estabelecidas por tradição e sofrimento comuns. Os orçamentos, poupando a ociosidade abastada, carregam duramente sobre o comércio e as indústrias produzindo, conseqüentemente, a crise, que se pode chamar da nudez e da fome, na porção menos afortunada do povo. Os impostos lançados sem discernimento sobre os gêneros de primeira necessidade tornam difícil a situação do proletariado, mas também paralisam o comércio. Não falamos dos lavradores, dos cultores do solo, porque estão em nossas fileiras e para eles se voltam nossos cuidados fraternais. Não se pode admitir, não se deve tolerar o sistema pernicioso, que perpetua o sofrimento e a miséria de uma classe numerosa, despojada da terra em benefício de um direito nominal e estéril, incompatível com a grandeza e a prosperidade do Estado. A propriedade é, para nós, sagrada, mas este título não merece a detenção arbitrária do solo nas mãos dos indolentes, sob a jurisdição da preguiça. Ora, a distribuição caprichosa, discricionária da terra pelos conquistadores não pode constituir barreira inexpugnável para impedir a ascensão da massa trabalhadora à independência e à abastança. Ela é uma injustiça no presente, como foi uma usurpação no passado. A fatalidade histórica deve converter-se em direito para achar guarida na consciência honesta. Estados conservadores, como a Inglaterra e a Áustria, admitem a expropriação de latifúndios em proveito da cultura e não põem sob a égide das leis a propriedade territorial que permanece desaproveitada.

Os nossos compatriotas, que exercem a atividade agrícola em condições acanhadas e precárias ou que jazem na indolência por falta de terrenos apropriados à sua cultura, devem reclamar dos poderes públicos medidas protetoras do direito natural sacrificado indevidamente ao monopólio de uma minoria ociosa.

Até hoje, tinha-se como corretivo do pauperismo, infelizmente naturalizado nas terras brasileiras pela legislação do privilégio, a caridade dos ricos, a *philanthropia* dos bons corações. É tempo de obter das leis, dos processos da política, espaço largo e franco para a organização da solidariedade econômica, para o *regimen* social da cooperação.

O filósofo alemão Eduardo von Hartmann entreviu que o fim do futuro deve ser tornar inútil a beneficência privada e as obras voluntárias da caridade e substituí-las pela organização definitiva da solidariedade social.

Também a civilização industrial, que uma certa filosofia descobre envolta na penumbra do futuro, tem como base fundamental aquela necessidade que o gênio de Goethe lobrigou na urdidura moral da nossa época. Doravante, diz ele, aquele que não se volta à prática de uma arte ou ofício achar-se-á mal. O saber não é mais um recurso no turbilhão dos negócios humanos; antes que se tenha tomado conhecimento de tudo, escapa-se a si mesmo.

Assim, queremos para as novas gerações uma educação integral e positiva.

O imortal tribuno da Revolução Francesa, Mirabeau, dizia, com o ímpeto da sua eloquência, mas também com admirável critério:

"Os povos livres vivem e movem-se. É de mister que eles aprendam a servir-se das forças de que recobram o uso. A ciência da liberdade não é tão simples como pode parecer ao primeiro golpe de vista; o seu estudo exige reflexões; a sua prática, precauções anteriores; a sua conservação máxima, medidas, regras invioláveis e mais severas que os caprichos mesmos do déspota."

Ora, senhores, é de uma boa educação pública somente que deveis esperar esse complemento de regeneração que fundará a felicidade do povo sobre suas virtudes, e suas virtudes sobre suas luzes.

Da boa organização da justiça depende a efetividade dos direitos, a segurança dos bens e a conservação da liberdade. Mas podemos dizer, com Bergasse, que o poder será mal organizado se os juízes não responderem pelos seus atos. Se há homens, diz esse jurisconsulto, que, no exercício de seu ministério, importa cercar o mais possível da opinião, isto é, da censura da gente sã, são os magistrados: quanto maior for o seu poder, mais deve ter ao seu lado o primeiro de todos os poderes, aquele que não se corrompe nunca, o poder terrível da opinião. Fazemos votos para que o Estado organize uma magistratura eletiva e temporária; mas, antes de tudo, trabalharemos para que a justiça seja gratuita e ministrada sob a forma de juízo arbitral obrigatório. Essa fórmula exclui absolutamente as chicanas e delongas, as rapinas e manobras criminosas usadas no foro. Todos os processos e causas terão solução rápida e definitiva, sem que se precise recorrer aos bons ofícios da advocacia mercenária. O advogado exercerá função pública retribuída e terá a seu cargo o exame e a fiscalização dos atos judiciais para promover a responsabilidade dos juízes prevaricadores.

Convém lembrar - ou não esquecer - de um dos processos formais mais recomendados pelos economistas atuais: a especialização do imposto. A cada

serviço deve ser afetada a quota da imposição, de modo que os contribuintes vejam quando esta é excessiva e possam fiscalizar a sua aplicação.

Determinados serviços, e a retribuição que lhes deve ser afetada, tem-se facilitada a intervenção do juízo público na distribuição e aplicação da renda.

"A lei social não foi feita para enfraquecer o fraco e fortificar o forte. Ela trata de pôr o fraco ao abrigo das empresas do forte e, amparando com sua autoridade tutelar a integralidade dos cidadãos, ela assegura a todos a plenitude do seu direito" (Jornal de Instrução Social de Sieyér).

O serviço dos seguros tornar-se-á a função por excelência do Estado, o emblema da proteção coletiva sobre o indivíduo, proteção que não se manifestará mais senão por benefícios e para que, através dela, se escude a liberdade. Não se pode por em dúvida a influência do trabalho, quer sobre os indivíduos, quer relativamente ao destino das nações.

A vantagem moral oferecida pelo trabalho é de formar um laço de simpatia entre o homem rico e o homem pobre, lembrando a ambos que o trabalho é uma condição da vida humana. "Trabalha! dizia Phoclyde, tu deves pagar a vida pelo teu trabalho. O preguiçoso rouba à sociedade". Tão severo pensamento foi exposto por Louis Blanc, quando fulminou este anátema: "Aquele que não trabalha é um ladrão"!

Incluímos no nosso programa a abolição do direito de sucessão na linha colateral e a limitação das quotas hereditárias para as grandes fortunas.

Evitaríamos o espetáculo dessas fortunas colossais, escandalosas, que irritam as massas indigentes. Segundo Stuart Mill, Bentham e outras autoridades afirmam que, se não existissem herdeiros nas linhas ascendente e descendente, a propriedade de um caso de intestado deveria pertencer ao Estado. Poucas pessoas sustentarão que haja alguma razão sólida para que as economias de um avarento sem filhos vão, pela morte deste, enriquecer um parente afastado que nunca o viu.

"Se eu tivesse de formular" - acrescenta Stuart Mill -, "preferiria limitar não a possibilidade de cada um legar, mas aquilo que cada um poderia receber por legado ou herança".

Política e administração são idéias que se chocam e colidem, apesar da conciliação aparente que historicamente as aproxima. Pensamos que já seria uma grande fortuna achar quem poupasse dinheiro público.

Para aqueles que se habituaram a viver constantemente à sesta e bebem à alegria pela taça das contribuições públicas, o melhor dos administradores é aquele que mais prodigaliza, que imita o agrônomo celeste, borrifando a natureza. Não esqueçamos a observação de Montesquieu sobre os imperadores romanos: Os piores foram aqueles que mais deram. Por exemplo: Calígula, Cláudio, Nero, Othão, Vitellio, Commodo, Heliogabala e Caracalla. Os melhores, como Augusto, Vespasiano, Antonino, Marco Aurélio e Pertinax foram os econômicos.

Sairemos vitoriosos desta luta?

Não é grande infortúnio perder a batalha quando se tem a consciência do próprio valor. Mais desgraçada é a sorte de quem não luta porque não tem coragem, que se deixa esmagar porque não possui a alma livre e perde os foros de cidadão.

Saúde e fraternidade.

Esse é o manifesto de criação do Partido dos Operários, fundado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 22 de junho de 1890. O manifesto foi escrito pelo sergipano de Divina Pastora, meu bisavô Justiniano de Mello e Silva.

A comissão era composta por operários e intelectuais curitibanos: Agostinho Leandro, Presidente; João Crisphim, Secretário; Giacomo Giordano, Carlos Guertner, Domingos Gravine, José Jorge, Rodolfo Wolvi, Bento Braga, Antonio Schneider, Miguel Berlaqqua, José Alexandre Marques, João Evangelista da Costa, Domingos Frizola, Pedro Falci, Rafael Contador, João Leandro R. da Costa, João Alvim D'Oliveira, Gabriel Chorriol, Vicente F. de Araújo, Gustavo Menning e Carlos Leinig.

**O Sr. Pedro Simon:** \_ Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Roberto Requião:** \_ Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon:** \_ Nobre Senador Roberto Requião, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que li com atenção a cópia do manifesto que V. Ex<sup>a</sup> teve a gentileza de me ceder ainda no dia de ontem. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo uma revelação de uma importância histórico-política que talvez nem V. Ex<sup>a</sup> nem a Casa estejam se dando conta. Penso que é um momento do maior significado este que estamos vivendo, saber exatamente o que ocorreu em 28 de junho de 1890...

**O Sr. Roberto Requião:** \_ Há cento e sete anos, Senador.

**O Sr. Pedro Simon:** \_ logo após a Proclamação da República. No Império, nunca tivemos partido constituído, com conteúdo e com representatividade. No ano seguinte, em Curitiba, nasce um manifesto do Partido Operário. Numa época em que

a palavra comunismo não existia aqui, a *Rerum Novarum* ainda não havia chegado, a preocupação com o social era zero, os escravos haviam sido libertados recentemente, ver um documento como este, com um acentuado conteúdo social, essas perspectivas e tamanha profundidade, sinceramente me deixa arrepiado. V. Ex<sup>a</sup> o descobriu nas coisas velhas de sua família. Fiquei sabendo que a figura mais importante desse documento, Justiniano de Mello e Silva, Relator do documento, é bisavô de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, é um momento impressionante e de grande significado. Penso que o Instituto Histórico e Geográfico, a Fundação Getúlio Vargas, as Universidades, os professores de Ciência Política, as pessoas que analisam e fazem o histórico das idéias sociais e da organização político-partidária do Brasil têm que receber e ler esse documento. Temos no Rio Grande do Sul - e V. Ex<sup>a</sup> deve conhecer - o documento que lançou o castilhismo. Era um documento positivista. Fundamentado nele, foi redigida a Constituição feita por Júlio de Castilhos para o Rio Grande do Sul, baseada nas idéias do positivismo francês, registradas em praticamente todos os documentos da nossa história, pela importância e pelo significado que o positivismo teve naquela época. Aquele foi o tempo dos Líderes, primeiro Borges, depois Júlio de Castilhos, em seguida Getúlio Vargas, inclusive no Governo, com as Lideranças que vieram com ele do sul, defensores do positivismo. Os conceitos sociais e o conteúdo das idéias do bisavô de V. Ex<sup>a</sup>, sinceramente, deixam-me profundamente emocionado. Creio que o Senado, a Biblioteca do Senado, as Revistas *Veja* e *ISTO É*, a imprensa e, de um modo muito especial, as universidades devem receber, debater e analisar esse documento. Quero felicitar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que está fazendo e por ter descoberto esse documento. Pode até ser, Senador Roberto Requião, que esse documento esteja perdido nos arquivos históricos e geográficos. Afinal, foi publicado no *Jornal 7 de Março*. Nunca ouvi falar desse histórico documento e a mim me parece que poucos têm conhecimento dele. Quem diria! O nobre Líder do PT, V. Ex<sup>a</sup>, o Lula e tantos companheiros lançaram um partido revolucionário, o PT, sem saber que havia sido fundado o Partido dos Operários na Cidade de Curitiba, no Paraná, com um programa social, há cem anos.

**O Sr. Roberto Requião:** \_ A defesa da reforma agrária é o que me impressiona.

O Sr. Pedro Simon - É emocionante!

**O Sr. Roberto Requião:** \_ A questão da reforma agrária preocupava os pensadores sociais brasileiros em 1890, e não foi resolvida até hoje.

A data da fundação do Partido e do manifesto é 22 de junho. Ele foi publicado num semanário, no sábado, 28 de junho de 1890.

**O Sr. Pedro Simon** - A reforma agrária, o banco popular, o tributo sobre as heranças, que até hoje não se consegue. Naquela época já era lançada a importância de uma fórmula de arrecadação, o tributo sobre as heranças.

**O Sr. Roberto Requião:** \_ Tributo sobre o qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso, antes de ter perdido a memória, refletiu e formulou um projeto de lei.

**O Sr. Pedro Simon:** \_ Felicito V. Ex<sup>a</sup> também pelo seu bisavô. Deve ser uma honra muito grande; deve ser uma emoção, uma alegria muito grande. V. Ex<sup>a</sup>, que já se orgulhava da sua família, que, lá do Sergipe, foi construir, organizar e desenvolver o seu Paraná, de repente, vê um documento como este. Por ser amigo de V. Ex<sup>a</sup>, eu me emociono; imagine V. Ex<sup>a</sup>, que é o próprio bisneto. Hoje é um dia muito importante para o Senado Federal e para a Nação brasileira.

**O Sr. Roberto Requião:** \_ Senador Pedro Simon, o que se destaca para mim nesse processo todo é uma verdade da qual esse documento, sobre o qual li um pequeno excerto ou resumo, já que ele é bem mais amplo na sua forma original, publicada em 7 de março, em um jornal de Curitiba. Trata-se do fato de que os intelectuais do Brasil, os homens que construíram a nacionalidade nessa época, há cento e tantos anos, desenvolverem suas atividades e terem aprendido o conhecimento que aprenderam como é o caso do meu bisavô, homem que falava 17 línguas e 27 dialetos, no Nordeste, filho de Divina Pastora, moreno, mestiço de brancos, índios e negros, formado na Universidade de Pernambuco com passagens por universidades argentinas.

A minha surpresa, no entanto, não é o que o estudo da História do Brasil já demonstrou para todas as pessoas que quiseram entender com clareza. O Brasil foi construído do Nordeste para o Sul, e isso deveria conter essa idéia de supremacia da inteligência e da tecnologia dos estados sulistas. O Brasil foi costurado pela linha forte da nordestinidade. Enquanto a colonização americana era feita com violência dos revólveres, das conquistas da terra, de assassinatos em massa, no Nordeste do Brasil, na Bahia e em Pernambuco, universidades erigidas em pedra lavrada formavam os melhores intelectuais do planeta; as universidades jesuíticas, as universidades que se suportavam em diversas ordens religiosas formavam homens que dominavam a cultura do mundo no momento.

No entanto, uma surpresa agradável para mim foi saber que nessa época a preocupação social dos meus ascendentes tinha a dimensão que este manifesto oferece. E, mais ainda, o texto do manifesto, e a este fato não me referi, mas temos a notícia de que o Partido Operário foi fundado também em São Paulo e no Rio de Janeiro na mesma época. Era um movimento nacional do qual não temos registros históricos, mas que demonstra que uma parte da intelectualidade acreditava na necessária participação dos movimentos dos trabalhadores na organização política do Estado. E uma das recomendações do manifesto é que, cada vez mais, encontrem trabalhadores qualificados e inteligentes.

É uma antecipação, Senador Pedro Simon, da idéia do intelectual orgânico de Gramsci, para que se candidatassem esses intelectuais da classe operária, que talvez não tivessem passado por uma universidade, mas que eram capazes de pensar os problemas da sua classe e propor a eles soluções da sua classe e do País. O manifesto sugere que essa gente, essa espécie de gente, os intelectuais da classe operária deveriam necessariamente participar do processo eleitoral e ocupar cargos na direção da República. Sobre essa visão se fundou, recentemente na História do Brasil, o Partido dos Trabalhadores.

**O Sr. Eduardo Suplicy:** \_ Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Roberto Requião:** \_ Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy:** \_ V. Exa. mostra, na sua descoberta do documento histórico, uma afinidade muito grande com os propósitos de 22 de junho de 1890, porque quase 90 anos depois vem a ser fundado o Partido dos Trabalhadores, no dia 10 de fevereiro de 1980. É interessante observar como algumas idéias avançadas e novas pertencem à humanidade há muito tempo. Será, pois, muito importante - inclusive me proponho a ajudá-lo nessa tarefa - conhecermos um pouco mais sobre a maneira como se originou o Partido Operário, em 1890, e o motivo por que não continuou por muitas décadas, mas foi um partido tão importante nas décadas seguintes, ou seja, como que se apagou por uns tempos, mas felizmente ressurgiu sob uma forma que guarda identidade fantástica com o manifesto que V. Ex<sup>a</sup> acaba de ler. O Partido dos Trabalhadores, quando fundado em 1980, já tinha, na sua memória mais recente, a história dos partidos operários, como o Partido Comunista, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista e outros. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores avaliou que era necessário formar-se levando em conta aspectos muito interessantes, parecidos com os que constam no manifesto.

**O Sr. Roberto Requião:** \_ Senador Eduardo Suplicy, uma idéia excepcional a da criação do Partido dos Trabalhadores, uma idéia excepcional a da criação dos partidos operários, mas na época errada. Em 1890, se minha memória histórica não falha, Curitiba era uma cidade de quatro mil habitantes e o operariado de Curitiba provavelmente não tinha a pujança, o grau de organização e a possibilidade de arregimentação, por falta de plantas industriais de médio e grande portes, que ocorreram em São Paulo, quando o Partido dos Trabalhadores foi criado.

Agora, o interessante é a proposta da aliança de operários, intelectuais e os trabalhadores do campo. É a aliança operário-camponesa que a Revolução Russa veio propor muito mais na frente, mas colocada de uma forma não sectária, porque procura uma unidade com os industriais nacionais e os próprios comerciantes, em cima de um fator que eles entendiam que poderia estabelecer um canal de comunicação: a dedicação ao trabalho.

**O Sr. Eduardo Suplicy:** \_ Eu gostaria de registrar que não apenas pela ligação com o seu bisavô, mas pela trajetória de V. Ex<sup>a</sup>, pelo que tenho conhecido no dia-a-dia aqui no Senado, considero que V. Ex<sup>a</sup> tem muita afinidade com os propósitos que constam desse manifesto que, no meu entender, são muito próximos dos propósitos maiores que fizeram o Partido dos Trabalhadores ser fundado e existir. Espero que nessa direção caminemos juntos por um bom tempo, por muito tempo, em benefício do Brasil.

**O Sr. Roberto Requião:** \_ Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senhor Presidente, era essa a comunicação que gostaria de trazer ao Senado da República.



ANEXO 2 – FRAGMENTOS ESCRITOS POR JUSTINIANO DE MELLO E SILVA (JORNAL 7 DE MARÇO)

Sete de Março

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR
Fundado para apoiar a politica do ministerio 10 de Março
REDACTOR : — JUSTINIANO DE MELLO
NUMERO ----- 97.

PARANÁ CORITIBA, (SABADO) 1 DE MARÇO DE 1890 BRAZIL

SETE DE MARÇO

NADA FAZER

Esta formula --direito ao trabalho-- que os socialistas conseguiram inserever na constituição franceza de 1848, teve de fazer caminhar por entre os apodios, chufas e maldições das classes favorecidas e acostumadas à exploração da massa laboriosa e sofredora.

Desde os pristinios tempos da civilização, todos os coligos de moral precipitavam o trabalho, como o canhão activo da dignidade humana e a condição mesma da felicidade na terra. A religião tambem, na auferidade dos seus conselhos, e na effusão da sua caridade, quiz que o homem trabalhasse, embora sem as compensações do gozo e da alegria, contando que obtevesse ao fatalismo de um destino traçado pelo supremo architecto dos mundos.

Aquelles que aqui muito se affligem e muito padecem, a pedies que a dor atormenta e a miseria rotem na abstinencia dos prizeres mais licitos, irão, num outro mundo, longe das abominações e iniquidades da vida sugar os favos de hydrogél reservados pelo pae suavissimo aos escolhidos da sua graça.

Eis ali uma esperança e um consólio, que poderem se chamar supremos, mas que muita gente não procura. Acrednos catechismos, que consultamos, o reino dos bemaventurados é tão vorladeira, como ephemeras são as tribulações que nos speudem nesse pesaheilo que se chama vida.

Mais pessimista que os outros systemas religiosos, o catholicismo, segundo a phrase de Julio Simon, não se contenta em negar a dor; a dor, aos seus olhos não é desagradavel, contanto que a soframnos com espirito

de penitencia; e de todos os actos que podem conquistar o ceo, o mais glorioso é o martyrio.

Tambem Luthero sustentava, que a vida do homensendo um combate entre a carne e o espirito, a liberdade do christão devia ser toda espiritual e interior. Dahi a necessidade de vencer os appetitos, de soffrer com resignação mesmo as torturas da fome, para chegarmos ao reino que tem bellas arvores e fructos excellentes.

Estamos pervertidos até ao ponto de esquecermos tantas delicias ineffaveis que as penas actuaes nos hypothecam, para aularmos à cata de alguns comodos e proveitos, que nos afastam brutalmente do nosso verdadeiro destino.

No ponto de vista, que temos fixado, é mutil e mesmo peccaminosa, qualquer indagação que tenha por objecto a diminuição dos nossos males presentes, e parallelamente o augmento do que chamamos riqueza, bem estar e felicidade.

Para a philosophia estoica ou pessimista, do mesmo modo que para a religião, o melhoramento das classes operarias, que ainda agora desperta o fervor humanitario do imperador da Alemanha, e determina a reunião de um congresso internacional, não deve constituir preocupação dominante, nem servir de postulado às discussões scientificas de uma época.

Eutretanto, no momento mesmo em que homens de alta capacidade contestam a existencia de um proletariado brasileiro, como se este não vivesse onde viveu a escravidão, — uma classe numerosa se agita neste estado, e pela primeira vez propõe aos poderes publicos a solução de um problema social.

O imposto de industrias e profissões, que uma assemblea legislativa, accordo das facções então dominantes, veio substituir a taxa creada so-

bre a propriedade territorial, sendo agora elevado de modo iniquamente absurdo.

O direito ao trabalho não tem para nós a significação terrivel que essa formula encerra nos paizes de civilização avançada. Mas, aqui como ali, na Europa como na America, ha um liristio fari lo pela legislação, e uma reivindicação justa aos olhos da igualdade democratica.

Os que possuem a terra, roubada pela ociosidade ao trabalho, nada pagam, e podem impunemente carregar as outras classes de pesados tributos. Aquelles que mourejam, que produzem, que concorrem effectivamente para a prosperidade geral, vêem-se insensivelmente arrastados a miseria, porque a lei augmenta-lhes os encargos à proporção que o lucro do trabalho diminue.

No velho continente, multidões immensas padem a segurança do trabalho, porque este representa a vida mesma para o proletario esfaimado e nu. No Brazil, seria o caso de prohibir-se o emprego da actividade, porque só o ocioso é poupado pelas vantagens, pelas crueldades do lisco. Trabalhaes? — Ali está quem applaude o vosso esforço, mas somente para cortalo em bocados sacorosos. — Nada fazeis? — Então podeis viver, com as mãos limpas e a cara prasenteira, pois o monstro do imposto não vos apparecerá senão sob a forma appetitosa do emprego publico.

No Brazil só é inviolavel o direito de nada fazer.

EDUCAÇÃO

Não posso crer que seja util qualquer corrección a um menino se a vergonha de soffrer por delinquir não

exerce mais poder sobre o espirito do que a pena.

Locke.

A um sabio appareceu uma mulher conduzindo pela mão uma menina de phisionomia seria. — Vossa filha parece-me muito triste, disse elle.

— Pois meu senhor, não é por falta de chicate, eu a corrijo todos os dias. — Esta anedocta, que é contada por um escriptor de merito, resume as praticas do ensino moral até ha pouco tempo enthronisadas na familia. Tambem a ferula fazia melhor figura na escola do que o professor.

Aquelles mesmos que condemnaram os castigos corporaes, e exprobaram a cruel severidade de que se condimentava a velha pedagogia brazileira, não deixam de lamentar a puridade das complacencias e blandicias do novo systema. E' que a opinião imita o cavalleiro incortinente, que não podia conservar-se firme na sella, e tinha, por falta de equilibrio, de pender para um ou para outro lado. Só a sciencia sabe manter-se entre os extremos. Se o antigo rigor, empregado na escola e na educação domestica denunciava ignorancia e grosseria de costumes, os processos modernos, ao revez, peccam, não por rrimamente brandos, mas por extremamente descurados.

O suplicio da fustigação ainda está nos azos, em alguns paizes civilizados: a Inglaterra parece amal-o. As crianças nos grandes collegios, passam a vida, entre o fag, servijo que as põe abaixo dos domesticos, e as varadas, pena que as avilta, sem contudo corrigil-as. Quando os Godos recusavam aos seus principes o ensino das sciencias, é porque viam nos castigos impostos para este fim, uma degradação para a alma, e elles não queriam reis covardes e effeminados.

As bestas, não recorrem ao latigo para criar os filhos. O homem mostra-se mais feroz, e mesmo mais estupidolo do que ellas. Infelizmente, tanto se

abusou dos processos da velha educação, que uma reacção benéfica teve de operar-se, mas esta parece exceder as exigências razoáveis da sciencia. A França, que banio em boa hora os castigos corporaes empregados nas suas escolas, tem apostolado a causa da complecencia e da fraqueza. As punições phisicas são imprescindiveis em alguns casos, mas estes são raros, e só apparecem quando a educação foi mal cuidada, ou quando as naturas com que tractamos são excepçoes raras.

Pensava Locke, que algumas crianças se tornam incorrigiveis porque a respeito dellas abusamos das punições: a nossa experiencia confirma a verdade dessa asserção. Quando o menino é bastante sensivel para soffrer e commover-se a censura mais ligeira, empregar castigos phisicos é pôr em questão o que está salvo. Si, porém a criança revela-se indifferente, impassivel as admoestações mais vivas, é que a educação foi mal dirigida ou frustrada por alguma circumstancia que se deveria reverter. Então, é preciso recomegar, mas não será a poder de paucas que se reconquistará o tempo perdido, nem por meios violentos que se inspirará ao rebelde o amor da disciplina.

Quando um menino se habitua ao latego, está embrutecido: á semelhança dos escravos, elles consideram o castigo como um descaeo fatal para todos os prazeres vedados; gozam, entretanto, enquanto não apanham.

As primeiros defeitos graves, que se manifestem na criança, a severidade paterna deve estar alerta. Não contemporisar com o inimigo que vacillou a praça! Se não poderemos exterminá-lo, pouhamo-nos em guarda, e façamo-lo retroceder. Quando somos sabios, não precisamos maltratar os meninos; mortificamos, de preferencia, o espirito. A virtude das punições reside na maneira de applica-las.

São de todo ponto procedentes os seguintes conselhos, devidos á experiencia de Guilherme Penn: «Sob a acção da cólera, não infligais punições aos vossos filhos, e proporcione sempre a correccão á idade dellas e a gravidade das faltas. Convençei-os dos seus erros, antes de castigá-los, e submettei-os á prova se elles se mostram arrependidos. Se mostram-se arrependidos os meninos, antes que tenhaes recorrido a severidade, não façaes nso deste meio: empregae-o, porem, se a criança persiste no mal. Na intenção de puni-los, colhei-os pelos sentimentos: uma phisionomia afflicta, causa mais im-

pressão, do que um ar colérico sempre que vos propuserdes de tornar clara a loucura ou a vergonha, ou numa palavra, a grandeza do erro commetti-lo pelo menino.»

Refere Daniel Sterne, que um medico celebre, falando a linguagem realista da sua profissão, dissera-lhe uma vez: «Eu vejo que na maior parte dos casos em que se bate os meninos, somente conviria administrar um purgativo.» A escriptora que se occulta sob aquelle pseudonymo, diz desejar que semelhantes palavras tornassem se a epigrapho de um tratado de hygiene pedagogica.

Por vezes as crianças mostram-se impertinentes, intrataveis, recalcitrantes. Quasi sempre, taes factos symptomatizam um mal phisico, ou denunciam uma enfermidade latente. Temos visto crianças apresentarem um estado febril, momentos depois de se tornarem insupportaveis pela sua indocilidade, e nervosa irritação.

Os golpes são para as bestas, dizia o poeta Terencio; uma vez entrando nos habitos, elles não valem mais nada. Tambem Quintiliano, « não podia supportar o uso de surrar os meninos. Semelhante castigo parecia-lhe baixo e servil, devendo-se, entretanto, convir que noutra idade elle seria a mais cruel das affrontas. Quem diz que a humanidade está corrompida, e que não se deve poupar os meninos, affunde premissões contra o contagio do mal reinante, esquece que a infancia forma realmente contraste com o espectáculo das nossas paixões desordenadas e dos nossos furores ridiculos. Ella não acrescenta á corrupção propria de uma época. Flor que brota num campo carregado de miasmas, de emanações putridas e deleterias, a puericia, com seus almos e deliciosos perfumes, lança algum encanto sobre esse pedaço de terra revolvido pelos cataclysmos da dor e do crime.

JUSTINIANO DE MELLO.

### CONFERENCIA

**Da Copula.— Da fecundidade.— Da impotencia.— Da esterilidade.— Da gestação.— Do aborto.— Da parição.— Da amamentação.— Da desamamentação.— Dos cuidados que deve-se dar aos potros.**

Está entendido que com isto não queremos dizer que se possa impunemente fagigar caprichosamente uma

goa, amamentando á sua cria, recém-nascida; mas um trabalho regular e moderado faz muito bem tanto á um como a outro. Hussard cita o exemplo de um potro que na idade de 9 dias acompanhou sua mãe em tempos de chuvas e neve e por mãos camponhos, em uma viagem de 150 myriametros, andando 3 myriametros, por dia. Este potro tornou-se um bom e vigoroso cavallo. Em geral o descaeo, a inercia, é a peor das condições na criação dos cavallos; o exercicio e a boa nutrição, eis os meios de fazer bons cavallos.

Desde o momento do nascimento é necessario fazer com que os potros comam avea, principalmente se elles são de puro sangue, e tambem os que são destinados ao serviço do luxo e do exercito. A avea é o melhor e mais saudável de todos os alimentos do cavallo na zona cavallar que nós occupamos em todo o norte da Europa. No sul se substitue pela cevada, que produz os mesmos effeitos relativamente ao palaz. Alguns authores e muitas pessoas imbuídas de prejuizos antigos, proserverem a avea, e principalmente á avea em grão, para os potros novos mas está hoje perfeitamente reconhecido que esta alimentação tem todas as vantagens e não causa o menor inconveniente; dá se ao principio ao potro alguns grãos da ração da mãe depois alguns punhados, e finalmente se deixa-o comer tanto que elle queira, até a época da desamamentação. Ordinariamente o potro começa á comer alguns grãos de avea no nono ou decimo dia, no fim de um mez elle póle comer o valor de um litro, aos trez mezes 2 litros, e finalmente no 5º ou 6º mez elle come facilmente 4 a 6 litros. Encontra-se algumas vezes potros que repugnam á avea; é necessario obrigal-os á come-la, ter o cuidado de dá-la-lhe todos os dias na mão, para que elles se habituem.

Dizem, e bons autores repetiram que o leite de uma égua pejada não convém ao potro. É um erro; o leite da égua só começa á deteriorar-se no 6º ou 7º mez da gestação. Ora, como o potro deve então ter 7 ou 8 mezes, é necessario desmamal-o. A desamamentação deve ter lugar do 5º ou 6º mez pelo menos, se o potro não está sufficientemente habituado á nutrir-se por si mesmo; elle se resintirá em toda a sua existencia da privação que houver experimentado. Depois deste periodo começa o leite a não ser de boa qualidade. Ha ainda regiões em França nas quaes os potros ficam com as mães durante perto de um anno; são em geral paizes selvagens, em que se supre a alimentação que o potro deveria receber por uma mais longa amamentação: ha outros lugares em que não os deixa mamar senão por 2 ou 3 mezes; são ao contrario paizes selvagos, e de bons pastos, em que os potros começam logo á tomar um grande desenvolvimento, e em que vendendo-se os muito novos, ninguém se embaraça com o seu futuro. O verdadeiro termo, porém é da 6º ou 8º mezes, e é tão prejudicial exceder-o, como encurtal-o. Não entro nos detalhes de todos os cuidados hygienicos relativos á mãe e ao potro, na época da desamamentação; todas as obras contêm á este respeito prescripções mais ou menos detalhadas, entre as quaes devem ser escolhidas as mais simples e naturaes.

Quando os potros são desmamados, é preciso, tanto quanto for possível, pôr pelo menos dous juntamente; ell se alimentam menos e habituam-se á companhia de seus camaradas. E tenho encontrado alguns cavallos novos, que não deviam, eu creio, este vicio, sinão ao isolamento em que elles tem vivido.

Os potros devem ter felheiros abertos sobre uma parte, ou para elles serem levados todos os dias; elles carecem de ar e de liberdade. As mais das vezes o espaço reservado para um potro não excede de um paddock ordinario; neste caso o potro não podendo ali achar uma nutrição sufficiente, é alimentado de produções de prados artificiaes. Ainda que possa citar grande numero de cavallos alio equipados por este processo, isto não é de todos os alimentos do cavallo pastos. Todavia, em um grande numero de localidades, os prados artificiaes e o capim nas mangedouras são os meios mais simples e economicos; elles devem pois, ser preferidos, até porque, póle-se remediar assim inconvenientes desta situação, com passeios frequentes e avea, e estes passeios tem a conveniencia de acostumar os potros com os objectos exteriores.

Uma das mais importantes recommendações, que devem ser feitas aos criadores de potros é de os exercitar frequentemente, de tratal-os com doçura, de os acostumar á se deixar affogar, esfregar, lavar os pés e guiar em todos os sentidos; deste modo evitam-se os accidentes, que teriam lugar mais tarde, com cavallos imbecis. Um potro bem criado está já muito ensinado e os velhos authores consagram como proverbio que o potro aprende quando novo guarda até a velhice.

Tallos os authores, e o curso de hygiene, que vos é especialmente ensinado. Senhores, dizem quaes os cuidados e a alimentação, que devem ser dados ao potro, em sua infancia; é preciso, porém lembrar que, quaesquer que sejam o genero e a especie de cavallos, que se cria, não se lucra nada economizando a nutrição; é della que em grande parte dependem a energia, a estatura, a corpulencia, o valor, em uma palavra todas as boas qualidades do cavallo novo. Uma nutrição forte e abundante, appropriada, contudo, ao genero do cavallo, que se quer obter, desenvolve no animal novo todas as vantagens de que a natureza o dotou; ella lhe faz adquirir promptamente a estatura, á que elle deve chegar e dá á sua estrutura ossea e a seu systema muscular a densidade e movimento convenientes.

EPHREM HOUEL

Segue

### VARIEDADE

#### CONTOS SUAVES

O PRIMEIRO NOME

Não ha occupação mais interessante nem mais delicado trabalho para um es-

mio de fazer pressão sobre a empresa existente e forçá-la a comprar a sua tranquillidade por alto preço que devia ser pago... ao mordomo.

Foi isso que aconteceu. Durante alguns annos foi essa empresa verdadeiramente obediada pelas propostas do protector da concessão, o qual asseverava ser esta abandonada mediante uma conveniente transacção. Apesar de ameaçada, a empresa negou-se ao conchavo, até que caiu em caducidade o privilegio.

Surgiram as ameaças de ser renovada a concessão se a empresa não annuísse ás propostas sempre repetidas. «Os mais elevados empenhos appareceram—li-se nas razões de recuso—para que a viuva condessa de Lagos, successora do conde, então já fallecido, dêsse á Companhia alguma quantia».

Reluctavam ainda os directores da Companhia ameaçada, quando do senador Octaviano, seu advogado na occasião, receberam uma carta em que se continha este conselho:

«Sabeis que uma elevada influencia protege a condessa de Lagos, e espera e conta com a promessa da Companhia a respeito d'essa Senhora. Sabeis tambem que essa influencia é permanente...»

O conselho foi accedido, e á viuva protegida pela influencia permanente foram entregues quatrocentos contos, ficando estipulado o compromisso de não mais serem contrariados ou hostilizados os interesses da empresa que fizera a opulenta dadia.

Mas não saára-se a avidez immediata do patrono. Algum tempo depois resurgiu a pretensão relativa ao negocio da Copacabana, violando-se aquelle compromisso: a mesma influencia permanente fez abrir concorrência, da qual foi excluída a empresa prejudicada, sendo celebrado o contracto com uma firma commercial de que era a principal figura um capitalista que estivera envolvido na primeira negociação.

Ela a Companhia nas razões documentadas com que recorreu para o conselho de Estado contra essa immoralidade:

«Para Wagner não se fizeram obstaros administrativos. Conseguiu elle o aforamento da totalidade das marinhás da praia de Copacabana».

«Tratava constantemente da vingança dos seus planos, e, portanto, era-lhe mister dar interesse n'esses terrenos a quem, por sua nome e posição social, o pudesse promover na arriscada empresa».

«A isso fez transacção de 297 metros correntes das ditas marinhás, não se sabe por que preço, a S. A. o sr. conde d'Eu, o qual, em seu nome e no de sua consorte, a augusta princeza imperial, as accetou e hoje é dellas foyreiro e, portanto, interessado nos resultados melhoramentos da Copacabana».

«Na certidão que em publico-forma, devidamente concertada, se junta sob n. 21, verá V. M. I.:

«1.º Que vinte dias antes da celebração do contracto com Davivier & C. (Wagner) obteve este o aforamento de que se trata; do que se infere a disposição do governo, que assim o preparava para fruir maiores vantagens»;

«2.º Que dentro d'esses mesmos vinte dias se tornou o sr. conde d'Eu interessado nos fillados melhoramentos».

«O que isso tem de importante e grave fica ao livre juizo, alto criterio e sabedoria de V. M. I.»

Todas essas allegações, de que tomaram conhecimento o governo, o conselho de Estado e o imperador, foram documentadas. Contudo, nenhum inquerito se ordenou, nenhuma investigação se fez, nem mesmo tentaram salvar as apparencias em torno da reputação do genro assim denunciado como corruptor.

S. A. está rico, riquissimo. De principio expatriado, especie de D. Carlos, aventureiro, especulador, transformou-

se depressa em industrial e empreheudor, e está milionario.

Accumula com saffreguidão. Mandava constantemente dinheiro em ouro para a Europa onde acha-o mais seguro e vive explorando este povo e este paiz com a insaciavel ambição de um juden allemão».

FESTA REPUBLICANA.

Na noite de 6 do corrente, anniversario da revolução pernambucana de 1817, o Club Republicano celebrou um modesto porém entusiastico festival, commemorando aquelle grande acontecimento da nossa historia politica.

A fachada do Club estava illuminada á veneziana e uma banda de musicatocava junto á entrada do edificio.

Desde as 7 horas affluia consideravel numero de cidadãos ao salão do Club a fim de ouvir a palavra brilhante do orador republicano Dr. Alvaro Chaves, cuja conferencia estava annunciada para esse dia.

As 7 1/2 horas, estando o salão completamente cheio de cavalheiros dos mais distinctos da nossa sociedade, de todos os partidos politicos, notando-se entre elles os Drs. João Lagos, Generoso Marques, Justiniano de Mello e Victor do Amaral, Rocha Pombo, capitão Garcia, da marinha argentina, o cidadão Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, que presidia a sessão, depois de expor os fins que o Club tinha em vista, organisando uma serie de conferencias politicas, convidou o Dr. Alvaro Chaves a occupar a tribuna.

Fez-se no salão um silencio profundo e o orador durante hora e meia discorreu com uma grande largueza de vistas e profundidade de conceitos, a par de uma logica curada, sobre a politica republicana, estabelecendo confronto entre os diversos paizes republicanos e o Brazil. Tratando da questão que ultimamente se agitou sobre a revisão da constituição, protestou com energia contra a attitudão do governo, mandando proseguir os vereadores das camaras que votaram n'aquele sentido.

Depois de muitos outros considerações, terminou o orador concitando os seus concidadãos a q' reflectissem sobre o nosso afflictivo estado politico e social, tendo em vista os seus direitos e deveres civicos.

As ultimas palavras do orador foram collididas com uma estrondosa salva de palmas e immediatamente prorompeo o hymno da Marselleza que todo o auditorio ouviu de pé, com o mais profundo respeito e o mais nobreenthusiasmo.

A conferencia do Dr. Alvaro Chaves foi um verdadeiro successo n'esta capital e a opinião dos que a ouviram manifestou-se unanimemente sobre os elevados predicados do valente orador republicano, que por tanto tempo soube prender á sua palavra inspirada e sincera uma tão grande pleiade de homens illustres.

Para nós republicanos que trabalhamos pela mais nobre das causas, quando a nossa patria está a ponto de ser em tregue á avidez de um estrangeiro usurario, a grande concorrência que veio ouvir o nosso sympathico correligionario é a prova manifesta de que o povo vai tomando interesse pelas nossas questões politicas e sociais, o que augura dias felizes para a nossa patria.

O presidente da reunião agradeceu em nome de seus correligionarios, não só ao distincto auditorio o seu comparecimento, como tambem ao illustre orador que veio mais ainda elevar a propaganda republicana na provincia.

Depois de servido um copo de cerveja, um grande grupo de cidadãos acompanhou, precedido da banda de musica, o Dr. Alvaro Chaves até o Grande Hotel, onde se achava hospedado com seu

irmão o muito distincto republicano Dr. Bruno Chaves, jovem e illustrado medico.

Da porta do Grande Hotel o Dr. Alvaro Chaves dirigiu uma allocução ao povo, agradecendo aquella espontanea manifestação, depois do que a multidão dispersou-se, ficando alguns amigos e correligionarios com o Dr. Alvaro Chaves, que os convidou a entrar.

Até ás 11 horas da noite, reunidos os cidadãos Mauricio Sique, Francisco Carvalho, coronel Alves de Araujo, capitão Garcia, da marinha argentina, Drs. Alvaro, Bruno Chaves, Jorge Desmarais e Hyppolito de Araujo, Ernesto Lima Lufredo Costa, Alfredo Taunay e Eduardo Gonçalves, no salão do Grande Hotel, estiveram em alegre convivencia, sendo levantados diversos brindes, que terminaram pelo de honra á Republica Federal.

MARMOTA

\*\*\*

Eu tive de passar do Diario Popular para esta Republica com cargas e bagagens. O Pombo é um bom moço, cheio de nobres intenções e periso muito digno de que lhe prestemos apoio; porém, acima dos interesses individuaes de um amigo, está o interesse de um partido. A Republica, quiz os meus servicos, e eu tive de deixá-os arrastados em que estava e de vir postar-me aqui, prompto para a lica.

Lá no Diario eu inicieei uma secção intitulada A semana, que se publicava heblomadariamente. Esta que hoje aqui abro é quasi á semelhança da que lá fechei.

Hei de escolher para esta minha secção os factos que mais impressionarem e d'elles hei de tratar com o meu temperamento de litterato, pois só assim não me collocarei com a minha Marmota em uma posição incommoda e difficil de sustentar.

Hei de preferir os assumptos mais sérios e mais elevados que se forem offerecendo, especialmente aquelles passados no mundo litterario.

N'este ponto eu me afasto do programma que seguia n'á semana do Diario, porque lá eu tinha de fazer a reseha dos acontecimentos passados durante a semana, fossem elles de que ordem fossem.

Vamos fazer a nossa entrada tratando de um assumpto funebre, como é a sessão que o partido conservador d'esta capital realisono no dia 5 em homenagem á memoria do seu chefe o dr. Manoel Enfrasio. A isto me refiro para fallar, ainda que ligeiramente, sobre aquillo que n'essa sessão mais impressionou a todos os assistentes: o discurso official do dr. Justiniano de Mello.

Creio que ninguém escreveu uma pega de valor litterario tão alto sobre o homem que por fallecer quando se achava em circumstancias muito especiaes tem feito gemer tanto prelo desde o dia de sua morte até hoje.

No estylo d'aquelle discurso se revela tudo quanto pode conseguir um architecto da palavra que é senhor do vocabulario e da grammatica de sua lingua, que é dotado de delicadeza de ouvido e que tem obras primas por exercicios.

Vê-se que o autor chegou áquella phaza em que o homem para, cheio do que lhe foi possivel adquirir e porque comprehende que caminhar para ir colher adiante seria simplesmente prejudicarse. Assim o seu estylo não tem o cunho que caracteriza a escola naturalista, isto é, está preoccupação na collocação de adjectivos insubstituiveis, pelo

expressivo, pela vida que trazem consigo, este tecido de frases onomatopoeicas, enfim, este sonhar com uma linguaagem que brilhe e salte, como um ser animado; mas ha n'elle a classica corrección e a pureza classica. Ha a riqueza da terminologia e ha aquella construcção serrada em que as palavras entrelaçam-se firmes, em que o periodo se avoluma e se arredonda, de modo tal que com elle o ouvido só tem a gozura d'este prazer tranquillo que nos causa o ouvir uma corrente d'agua que desliza serena, sem um salto brusco, até que encontra o despenhadeiro final e precipita-se larga e sem ruído atropelladamente no lago tranquillo, que a faz deslizar pelo seu immovel e imperturbavel espeho.

Alem de ser aquelle discurso uma bonita pega litteraria, tem tambem o merito de ser vasado em largas formas: desenvolvendo-o, o escriptor elevou-se a considerações geraes ás mais elevadas sobre politica, conquanto o fizesse para mostrar a sua pericia na arte do sophisma, a que foi levado, não sei si para fabricar sobre semelhantes bases a parte mais puramente encomiastica, ou si porque dá-se a fatualidade de firmarem-se como verdadeadessem seu cerebro forte sophismas tão facil de rebaatirem-se.

Eu, com algum esforço, ainda que não quizesse medirse ao critico com o criticado, poderia entrar no estudo d'essa parte, conquanto que apoiado quasi exclusivamente no meu simples bom-senso. Mas a tal não me abalanco, nem farei juizo sobre o valor historico d'aquelle discurso, por uma razão simplesmente: para fazel-o seria obrigado a proceder a critica severa e crua da personalidade do dr. Manoel Enfrasio, tal qual eu, como filiado a um partido que lhe era adverso e com a vista livre das illuções causadas pela amizade, entendo ser de justiça e isto, agora que ainda se acham frescas as cinzas d'aquelle morto, e que ainda se derramam lagrimas pelo seu desaparecimento, seria a manifestação da falta d'esta piedade que sentimos pelos nossos proprios inimigos quando elles tomam na estrada, uma das virtudes esta mais communs no coração humano e uma das mais consolativas que existem.

Os moços estudantes do Parthenon paraense tambem fizeram ha poucos dias uma sessão solenne no gremio litterario que entre elles existe com o titulo do infeliz Clarimundo Rocha e em honra á memoria d'este moço.

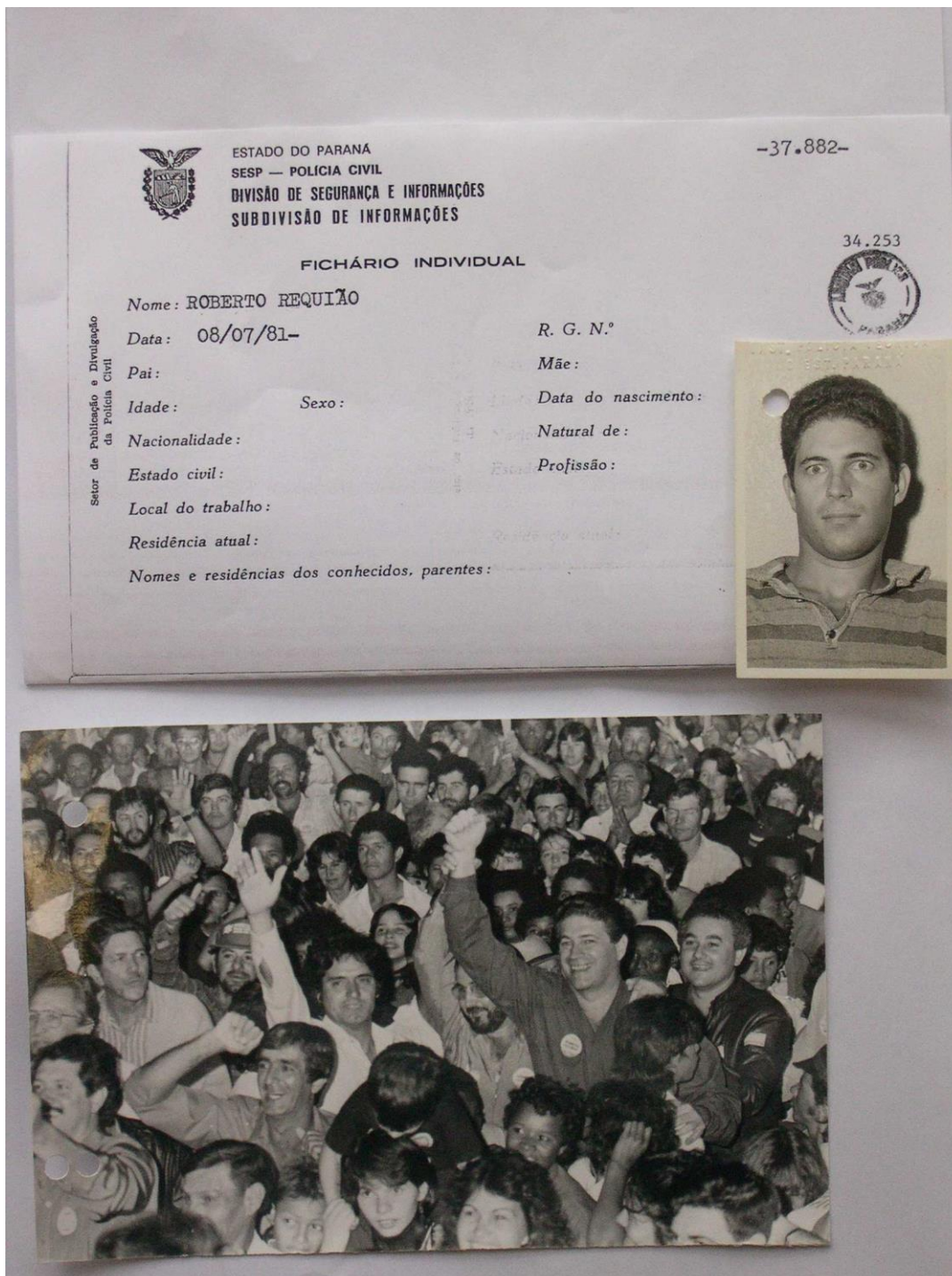
Me refiro a este facto, menos importante de certo do que outros recentemente passados e que eu esqueço, pela simples razão de que sinto necessidade de dizer a proposito algumas cousas que, me parece, não se tem dito ainda.

A mocidade paraense, levada pelos elogios que D. do Nascimento e que outros rapazes amigos de Clarimundo lhe tem dispensado depois de sua morte, tem em uma alta veneração o nome litterario d'este paraense. Entretanto, si um dia algum se lembrou de pedir uma prova historica, siquer, dos meritos de Clarimundo como litterato, não há de apresentar-se sino documentos que atestam que elle morreu n'esta epocha da vida em que os principiaes de lettras, sem poderem imprimir ainda individualidade alguma nos seus escriptos, são perfeitamente eguaes a todos os outros principiaes.

Portanto é uma verdadeira injustica que se faz aos outros evidentemente distinctos o dar-se um nome litterario áquelle que, talvez por falta de tempo—mas o critico não quer saber d'isso— não fez jus a tal nome do modo algum.

Seria mais justo que os respeitadores d'aquelle memoria venerassem-na debaixo do ponto de vista moral, pois aquelle rapaz, segundo me consta, primava pelo caracter elevado, pelo generoso coração e por outras qualidades d'esta ordem que lhe serviam de dotes.

## ANEXO 3 – FOTOS EXTRAÍDAS DO DOSSIÊ DE REQUIÃO (DOPS)



FICHA DE REQUIÃO NA DOPS E COMO DEPUTADO ESTADUAL EM 1982  
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ



Estado do Paraná

-DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL-




## -CERTIDÃO-

Certifico, em cumprimento à determinação do Senhor Doutor Delegado de Ordem Política e Social, Bél. Ozias Algauer, em atendimento ao ofício 1.027 do Deptº de Polícia Federal, que revendo nos arquivos desta Especializada, encontrou-se a ficha de ROBERTO REQUIÑO DE MELLO E SILVA, filho de Wallace Tadeu de Mello e Silva e de D. Lucy Requiño de Mello e Silva, idade 23 anos (1965), brasileiro, estudante, (22/6/65)- na época que encontra-se entre-parêntese, foi extraído o histórico que segue, dos Autos do IPM instaurado após a revolução de 31/3/64, pela 5ª RM, como segue: "Elemento nitidamente esquerdista.- Manteve contactos com ROMÃO SILVA, comunista confesso e com vários estudantes esquerdistas. Manifestou-se de acordo com o manifesto da UPE, de 1º de abril de 1964, contrário à Revolução.- Ativo propagador de idéias extremistas no meio estudantil. Continúa trabalhando contra a Revolução, com o grupo liderado por Luiz Carlos Meinert e Otto Luiz Sponholz.- Declarou-se COMUNISTA publicamente durante a sua campanha para a presidência do Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo.- Em Londrina, num Congresso da Faculdade de Filosofia local, tentou apresentar uma tese de cunho comunista, só não o fazendo por injunções de terceiros, do Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo.- Compareceu armado de revólver, à Reunião da UPE, no dia 1º de abril de 1.964.- Assíduo frequentador das reuniões extremistas do Diretório Central dos Estudantes.- Segundo outra testemunha, o revólver acima dito, era de brinquedo, porém o objetivo, era desmoralizar as autoridades que intervissem na reunião.- Foi expulso do Partido Acadêmico Progressista, por frustrar os ideais democráticos do Partido, conforme ficou gravado pelo acadêmico José Spani Vidal.- Segundo outra testemunha, foi expulso do PAP, porque fez, sempre, questão de frizar que é comunista.- ROMÃO SILVA, testemunhando, diz que estava presente na sede do DCE em 1/4/64, e que o indivíduo é um dos melhores amigos dentro da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.- 18-10-65:- Escreveu um artigo num boletim da UP, com o título: DIDÁTICA DO SUPPLICIO, e, QUEM SAO OS DIABOS NO INFERNO DA REPUBLICA DOMINICANA.- Por ocasião do XXI Congresso Estadual de Estudantes promovido pela UPE nos dias 27,28 e 29 de outubro 1965, como componente da facção esquerdista do conclave, atacou a revolução de 31 de março, com os slogans: "DEMOCRACIA, DEUS E A LIBERDADE", "DITADURA MILITAR", "RÓLHA", "ESCRAVIZAÇÃO" como sendo a nova ordem das cousas no País. Veio a criticar o Governo da República, defendendo princípios esquerdistas e também um veto de repúdio à Revolução, à coloss-

-continúa-- -:

## CERTIDÃO DE REQUIÃO NA DOPS (CONTINUAÇÃO)

8



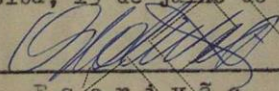
Estado do Paraná


-continuação- (ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA).-

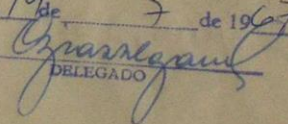
ção de luto na sede da Entidade, como represália ao Ato Institucional nº 2, que foram rejeitados pela maioria democrática do Congresso.- Em uma relação de indivíduos a que se refere o ofício 97/IPM/UNE-UBES, - consta o nome do fichado, como elemento que esteve ligado, integrou - ou atuou na UNE em época anterior a 31 de março de 1.964.- Em 26/9/66 foi arquivado Auto de Declarações prestado pelo fichado em 18/3/66.- Em 15-10-66- O fichado tomou parte na passeata estudantil de 17/3/66, nesta Capital, como sinal de luto e repúdio à ação da Polícia Mineira, em recente trote de calouros em B.Horizonte, juntamente com seu irmão EDUARDO.- Em 17-9-66, o fichado foi um dos líderes da passeata estudantil realizada nesta Capital, em sinal de protesto e repúdio pela ação da Polícia dos outros Estados da Federação, contra estudantes.- / Em 22/9/66, tomou parte na passeata estudantil, tendo sido um dos oradores, tendo criticado violentamente ao Governo Federal e demais Autoridades". Nada consta mais na referida ficha.

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 19 de julho de 1.967.-

  
Escrivão



**VISTO**  
Curitiba, 16 de 7 de 1967  
  
DELEGADO

CERTIDÃO DE REQUIÃO NA DOPS  
FONTE: Arquivo Público do Paraná

ANEXO 4 - ÁLBUM DE FAMÍLIA<sup>117</sup> DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Foto 1: Roberto Requião criança



Foto 2: Os pais de Requião



Foto 3: A mãe de Requião



Foto 4: Requião criança



Foto 5: Requião na juventude



Foto 6: Requião na juventude



Foto 7: Requião da juventude



Foto 8: Requião da juventude



Foto 9: Requião



Foto 10: Requião e sua esposa Maristela



Foto 11: Requião com os amigos

Fonte: fotos extraídas de <<http://somospartedeumtodo.com.br>>. Acesso em 28 de abril de 2015.

<sup>117</sup> Um álbum de família demonstra coisas mais interessantes do que figuras (fotos) inertes imortalizadas com o tempo, ele também tem a intencionalidade de mostrar “os gostos”, a *hélix*, as predileções do agente e sua relação com a instituição família. Para descobrir um pouco mais sobre o indivíduo, veja o seu álbum de família.



Foto 12: Requião com os filhos



Foto 13: Mauricio e Roberta Requião



Foto 14: Requião com o filho Mauricio



Foto 15: Requião na época da Prefeitura



Foto 16: Requião e a família (Impeachment de Collor)



Foto 17: Campanha de Requião para o Governo



Foto 18: Requião e os movimentos sociais



Foto 19: requião nos braços do povo

Fonte: fotos extraídas de <<http://somenspartedeumtodo.com.br>>. Acesso em 28 de abril de 2015.





Foto 20: Requião no seu gabinete



Foto 21: Requião e o povo



Foto 22: Requião em campanha

ANEXO 5 – FICHA DE FILIAÇÃO AO PMDB



**PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

DIRETÓRIO DA 1ª ZONAL DE CURITIBA

PLS-029-

CERTIFICADO DE FILIAÇÃO

Vicente de Paulo Palhares Filho, Secretário do Diretório da Primeira Zona Eleitoral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - de Curitiba/Pr, certifica para efeito de registro de candidatura na Justiça Eleitoral, que o sr. ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, candidato a Prefeito nas eleições de 15 de novembro de 1985, é filiado ao Partido desde 20 de setembro de 1980, sob o número de inscrição 01, e tem domicílio eleitoral neste município desde 06 de junho de 1959.

Curitiba, 08 de agosto de 1985.

9. TABELIONATO

Válido somente acompanhado de carimbo datador/numerador
Reconheço por semelhança a(s)
firma(s) de VICENTE DE PAULO PALHARES FILHO
Paulo Palhares Filho
Dou fé
Em Text <sup>o</sup> da verdade.
<i>[Assinatura]</i>

*[Assinatura]*  
VICENTE DE PAULO PALHARES FILHO  
Secretário

1.01 PAULO CES. HIN  
12. YVES DE PAULA GUIMARÃES  
111 21 GUIMARÃES TRIN. 200

908910 58 80 000

ANEXO 6- PROJETOS DE ROBERTO REQUIÃO COMO DEPUTADO ESTADUAL  
EM 1982

159



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

(fln..02)

PROJETO DE LEI Nº 101/83

Súmula: Estabelece concessão de direito real de uso para terras públicas urbanas e dá outras providências.

DAP em 17/09/84. D.A. - 11/12/85 - Arquivamentó nos termos do art.30, § 2º da Constituição Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 108/83

Súmula: Autoriza o Poder Executivo implantar em Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino que contem com mais de 200 (duzentos) alunos, o Serviço Social junto a Escola e dá outras providências.

Proposição nº 221/84 - Arquivada em 01/04/85.

Aprovado o veto em 12/04/85.

PROJETO DE LEI Nº 183/83

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE SÃO DOMINGOS", com sede nesta Capital.

CCJ - Dep. Mário Pereira em 14/05/85.

D.A. - 06/02/91 - Arquivado conforme Resolução 159/90

PROJETO DE LEI Nº 211/83

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ" - ASSEP, com sede e foro no Município de Curitiba.

Lei nº 7847 - D.O. nº 1796, de 01/06/84.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/83

Súmula: Dá nova redação ao Artigo 73 do Regimento Interno e adota outras providências. (Prazo de duração das Sessões Legislativas-Tribuna Livre).

Resolução nº 132/84 - D.A. nº 110, de 24/10/84.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97/83

Súmula: Acrescenta inciso ao Artigo 39 do Regimento Interno do Poder Legislativo, criando a Comissão de Fiscalização das Estatais, conforme específica.

Rejeitado em 02/10/84.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 129/83

Súmula: Assegura direito de readmissão no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa aos funcionários estatutários demitidos, a qualquer título, entre 01/01/64 e 01/01/83, conforme específica.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

(fls..03)

PROPOSIÇÃO Nº 62/83

Súmula: Proposta de Emenda Constitucional acrescentando Parágrafo Único do Artigo 123 da Constituição Estadual, com redação que especifica. (Direitos e Garantias Individuais).

Emenda Constitucional nº 17 - D.O. nº 1677, de 09/12/83.

1984

PROJETO DE LEI Nº 21/84

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ", com sede e foro nesta Capital.

Lei nº 7900 - D.O. nº 1843, de 09/08/84.

PROJETO DE LEI Nº 23/84

Súmula: Estabelece índices para o aumento de tributos do Estado do Paraná e dá outras providências.

Vetado - Proposição nº 208/84 - Aprova o Veto e Rejeita o Projeto em 28/11/84.

PROJETO DE LEI Nº 25/84

Súmula: Declara de Utilidade Pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS DO BRASIL - LAR BOM SAMARITA==NO", com sede e foro nesta Capital.

Lei nº 7901 - D.O. nº 1843, de 09/08/84.

PROJETO DE LEI Nº 41/84

Súmula: Veda aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como a Fundações do Estado e Companhias de Economia Mista, das quais o Estado seja acionista majoritário, a contratação de serviços de terceiros, e dá outras providências.

D.A. 24/10/84.

PROJETO DE LEI Nº 48/84

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA AUTÓDROMO", com sede nesta Capital.

Lei nº 7896 - D.O. nº 1843, de 09/08/84.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

(fls..04)

PROJETO DE LEI Nº 82/84

Súmula: Veda aos ocupantes de Cargos no Poder Executivo, perceber mais de uma remuneração, e dá outras providências. (Secretarias de Estado, Diretores de Economia Mista, Empresas Públicas e Autarquias).

CCJ - Dep. Ervin Bonkoski em 13/11/84.

D.A. - 06/02/91 - Arquivado de acordo conforme Resolução 159/90

PROJETO DE LEI Nº 95/84

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "IGREJA METODISTA CENTRA.", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Lei nº 7935 - D.O. nº 1907, de 12/11/84.

PROJETO DE LEI Nº 101/84

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO DO CAMPO ALTO", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Lei nº 7943 - D.O. nº 1911, de 20/11/84.

PROJETO DE LEI Nº 137/84

Súmula: Determina fixação de tarifas dos transportes de passageiros intermunicipais, que somente poderão vigorar após a aprovação do Poder Legislativo, conforme especifica.

COPTC em 10/10/84.

D.A. - 06/02/91 - Arquivado conforme Resolução 159/90

PROJETO DE LEI Nº 180/84

Súmula: Declara de Utilidade Pública a entidade "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS DO BRASIL", com sede nesta Capital.

CCJ - Informações solicitados ao autor em 12/09/84.

LEI Nº 8222 - D.O. nº 2190 de 07/01/86

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/84

Súmula: Veda uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica.

Resolução nº 112/84 - D.O. nº 1892, de 19/10/84.

PROPOSIÇÃO Nº 97/84

Súmula: Requer envio de ofício ao Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja susgado o andamento do processo movido contra o Deputado Luiz Alberto M. de Oliveira, pelo Senhor Secretário das Finanças, Dr. Erasmo Garanhão, conforme especifica. Resolução nº 40/84 - D.O. nº 1814, de 29/06/84.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Clívico Bento Munhoz da Rocha Neto

(fls..05)

1985

PROJETO DE LEI Nº 50/85

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "IGREJA MISSIONÁRIA NOVA JERUSALEM", com sede nesta Capital.

CCJ - Dep. Luiz Alberto M. de Oliveira em 13/05/85.

LEI Nº 8411 - D.O. nº 2410 de 24/11/86

PROJETO DE LEI Nº 51/85

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA IPIRANGA", com sede nesta Capital.

D.L. em 21/08/85.

LEI Nº 8148 - D.O. nº 2115 de 17/09/85

PROJETO DE LEI Nº 52/85

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VILA PINTO", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

D.L. em 09/08/85.

LEI Nº 8160 - D.O. nº 2153 de 11/11/85.

PROJETO DE LEI Nº 53/85

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESMERALDA", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Lei nº 8133 - D.O. nº 2105, de 03/09/85.

PROJETO DE LEI Nº 91/85

Súmula: Regulamenta a requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual e dá outras providências.

D.L. em 09/08/85.

LEI Nº 8176 - D.O. nº 2162 de 25/11/85

PROPOSIÇÃO Nº 64/85

Súmula: Proposta de Emenda Constitucional dando nova redação ao inciso XVI, do Artigo 22 e acrescentando Parágrafo 12 ao Artigo 41, conforme específica. (Art. 22 inciso XVI - Appreciar as contas do Tribunal de Contas; Art. 41, § 12 - As contas do Tribunal de Contas serão submetidas anualmente, à apreciação da Assembleia Legislativa).

C. Especial de Ref. à Constituição em 06/05/85.

D.A. - 05/02/91 - Arquivado conforme Resolução 159/90



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

(fls..06)

OBSERVAÇÃO: 1983

PROJETO DE LEI Nº 124/83

Súmula: Veda a qualquer título, distribuição de dividendos a funcionários e Diretores de Empresa de Economia Mista, nas quais o Estado seja acionista majoritário e dá outras providências.

Lei nº 7926 - D.O. nº 1899, de 30/10/84.

Lucia Maria V. Segall  
Coordenadora das Comissões

Curitiba, em 04/09/85.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 131/83 - Denomina LUIZ GABRIEL SAMPAIO o edifício do anexo II do Palácio 19 de Dezembro, conforme especifica.

D.A. - 06/02/91 - Arquivado de acordo com a Resolução nº 159/90.

## ANEXO 7 - PROJETOS E DISCURSOS DE ROBERTO REQUIÃO NO SENADO

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):

- Senhor Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, amanhã, o Ministro Pedro Malan estará na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para discutir o famoso pacote de ajuste fiscal. A minha intenção, nesta sessão plenária, é estabelecer as bases preliminares para que essa discussão possa ser feita sobre estruturas sólidas de conhecimento da realidade do nosso País.

O que o Fundo Monetário Internacional sabia, de há muito, dá-se, agora, conhecimento ao Congresso Nacional e ao País. Estranha soberania a nossa. A bem da verdade, não tão estranha assim, como veremos na sequência.

Mas o que estão dizendo é tudo? Duvido → concedam-me este benefício. Duvido que, nesta Casa, alguém saiba realmente o que está acontecendo. Não falo do conhecimento de superfície, das generalidades. Para isso, basta ouvir o Presidente da República e seus Ministros, ou ler os jornais.

Falo de outra classe de conhecimento, daquilo que está na caixa-preta das contas da República e que os guardiões da contabilidade não revelam: um segredo possivelmente tão terrível que — como na lenda do terceiro segredo de Fátima — não é tornado público para não apavorar os mortais.

Mas nós queremos saber. Precisamos saber. Esta Casa tem de ser respeitada. Não somos um cartório ao qual o Presidente da República comparece para que reconheçamos a sua firma. O Congresso Nacional não é — pelo menos não deveria ser — uma repartição a cancelar vontades presidenciais.

De que adianta convocar Ministros se, de antemão, temos certeza de que eles não vão dizer toda a verdade? Se vão escudar-se em segredos e sigilos profissionais? Se eles, mesmo sem direito a tal, atribuem-se o privilégio do silêncio, do “nada a declarar”? Se evocam uma quinta emenda que imaginam existir apenas para eles?

Mais uma vez, estaremos fazendo o jogo do faz-de-conta: eles fazem de conta que dizem tudo, e nós fazemos de conta que estamos satisfeitos com as suas explicações.

Ora, não foi assim antes? Não é sempre assim?



Eles não vieram aqui para dizer que estávamos protegidos da crise que, a partir de 1997, despedaçou os tigres de papel asiáticos?

Com arrogância, senhores de uma certeza que agora se desmorona – e nem por isso perdem a pose – gargantearam uma mágica impossível: o Brasil era uma ilha a salvo em mundo convulsivo.

Por tudo o que foi até agora, posso afirmar, sem medo de erro: a situação é bem mais grave do que anunciam. É possível até mesmo suspeitar que o Governo perdeu o controle da crise; que o Presidente não está mais no comando das decisões; que ele próprio, por ele próprio, está fragilizado; que a sua legitimidade para impor regras é passível de questionamento, sem que eu me refira aqui à passagem de comando, à subordinação mesma às regras, aos éditos do Fundo Monetário Internacional. A um FMI de que também se questiona a legitimidade para, agora, na bacia das almas, ditar receitas. E não sou eu quem afirma isso. É o insuspeito ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger que nega ao FMI esse crédito, depois que o Fundo fracassou bisonhamente na crise asiática.

O Presidente convocou a oposição, convocou ou insinuou à oposição que assuma cotas de responsabilidade. Pois bem; a oposição deve aceitar o desafio, mas com essa condição: Senhor Presidente, diga a verdade. Srs. Ministros, desçam do pedestal, desempenem o nariz, desengomem a empáfia, partilhem com o País os segredos da crise e, como país, vamos discutir e buscar saídas. Não se aferrem a uma legitimidade mais que discutível.

Não é mais possível mentir ou esconder: estamos em uma entaladela. E dessa entaladela não sairemos com os enlatados de sempre do Fundo Monetário Internacional. E a colaboração da oposição, que agora sugerem, não virá com iscas, para muitos, apetitosas, como o Imposto sobre Fortunas. Que pobreza de espírito a de quem imaginou isso; que aceno mais tolo, ainda mais por se tratar de uma iniciativa pífia, de resultados comprovadamente medíocres.

Ainda assim, não nos furtemos à colaboração das ideias e das indicações de possíveis alternativas. A primeira delas: deixemos de hipocrisia e reconheçamos, Governo e oposição, “mercado” e “agentes econômicos” - como dizem por aí sem saber o que dizem - que as tais reformas de que tanto falam não são nada; nada pesam nos gastos que dizem pretender cortar. O que são esses cortes, que pesam sim sobre os trabalhadores, se comparados com o disparo sem precedentes da dívida pública, que, em apenas três anos e meio, foi de R\$61 bilhões para R\$304

bilhões e que, com os juros praticados hoje, de 41% ao ano, elevados para remunerar o capital especulativo e segurar no País as tais reservas, é de se prever que chegue aos U\$340 ou U\$360 bilhões até o final do ano? E isso vai ficar ainda barato, caso a crise internacional não se agrave e leve de roldão mais uma das já submergidas economias emergentes. Porque a nossa dívida não é nada mais que um reflexo, um registro da história das derrocadas do México, em 1995, das economias asiáticas, em 1997, e, no mês passado, do colapso da Rússia.

Será, então, que ninguém fez as contas para concluir que a Reforma da Previdência, punindo sabemos quem, que a Reforma Administrativa, com as vítimas também identificadas, e outras iniciativas que tais significam resultados absolutamente ridículos, mesquinhos, frente à incontrollada dívida pública, os juros lunáticos e outros ralos gigantescos por onde se esvai o dinheiro da Viúva?

Essas reformas são tão inócuas quanto medidas como as de proibir a burocracia federal de viajar nas classes de luxo das empresas aéreas.

A “modernização” do Estado, combinada com a estabilização a todo preço, que tem na abertura econômica uma de suas chaves, leva não somente à destruição do Estado, como também à destruição da Nação brasileira.

Vejam esses números, Srs. Senadores. Produto Industrial, que, em meados de década passada, chegou a representar 44% do PIB, hoje fica na faixa dos 23%. Conforme o IBGE, no final de 1996, o número de trabalhadores industriais era 34,2% menor do que em 1989. Dados da FIESP, por sua vez, revelam que, de 1995 aos primeiros meses de 1998, mais de 400 mil trabalhadores industriais perderam seus empregos, um recuo de 18,5% no número de vagas no setor.

A abertura afoita, realizada sob o argumento de que o excesso de proteção levava à ineficiência e de que era preciso modernizar o nosso parque industrial, tornando-o mais competitivo internacionalmente, provocou e continua provocando uma grande e generalizada quebraadeira. Escancaradas as portas, fomos invadidos por toda sorte de bugigangas e pelos cartéis multinacionais que aqui se instalam, interessados apenas em conquistar o mercado nacional.

A abertura, como instrumento de uma modernização que nos tornaria, em breve tempo, em uma potência econômica exportadora e geradora de superávits comerciais, revela-se um engodo. Estão aí as estatísticas mostrando que a maior parte dos investimentos estrangeiros se dirigiu ao setor de serviços ou a setores voltados ao mercado interno.

Desindustrialização, desnacionalizações, falências, desemprego. À burguesia industrial brasileira restaram dois caminhos: a fusão ou a falência.

A KPMG, uma das grandes empresas de consultoria internacional, aponta: mais de 75% dos capitais envolvidos em fusões e aquisições no Brasil, nos primeiros anos do Governo FHC, têm origem estrangeira. Anote-se que esse índice não passava de 14%, em 1992, quando se inicia o processo de abertura. A KPMG dá números: foram 650 fusões e aquisições envolvendo grupos estrangeiros de 1994 para cá, sem contar as transações não divulgadas.

O que aconteceu com o setor de autopeças é exemplar. A diminuição radical das tarifas, que chegaram ao absurdo dos 2%, fez com que um movimento combinado de absorções e falências eliminasse o empresariado nacional do setor.

E eles não sobreviveram porque eram “atrasados”, incompetentes e incapazes de competir. Seria ofensivo ou fruto de profunda tolice assim classificar, por exemplo, a Metal Leve, a Cofap e a Freios Varga. Avançadíssimas e em pleno caminho da internacionalização, foram abatidas pela queda radical das tarifas, pelos juros altos e pela falta de incentivos governamentais.

Alguns tolos representantes do Governo chegaram a comemorar essas incorporações, dizendo que a “globalização” das indústrias de ponta brasileiras aumentaria as exportações nacionais. Ignorantes ou mal intencionados não viram que os estrangeiros não invadiram o País para comprar empresas e voltá-las ao mercado externo. Estavam sim de olho no mercado interno. Exportação mesmo só de remessa de lucros e dividendos e dos sempre suspeitos pagamentos de royalties por tecnologia. Sangria essa responsável por boa parte do déficit de transações correntes do Brasil. Uma sangria que dura para sempre e nada comparável aos ingressos, para as aquisições, que acontecem em um primeiro momento. E também logo no primeiro momento eles tratam de desmontar os centros de pesquisa das empresas incorporadas, colocando o País na dependência externa de pesquisas e tecnologias.

Assim, o nosso destino parece que é o de continuarmos sendo exportadores de produtos de menor valor agregado.

Se essa política revela-se tão desastrosa aos interesses nacionais, se todos os números gritam os absurdos, por que, então, o Presidente Fernando Henrique Cardoso insiste em mantê-la?

Porque o Presidente – louve-se-o – é coerente com o que pensa e escreveu. Volta e meia o Presidente insurge-se contra aqueles que dizem que ele esqueceu o seu passado de sociólogo e formulador. Tem razão o Presidente. Não esqueceu, não. O livro que ele e Enzo Faletto escreveram, entre 1966/1967, no dourado exílio chileno, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, diz o que afinal?

Na verdade não apenas este livro, mas também trabalhos anteriores de FHC sobre o empresariado nacional, procuram demonstrar que a nossa burguesia não reunia condições de modernizar o país, de liderar um processo de avanço socioeconômico. Daí a sua conclusão: a dependência do país ao capital internacional não era limitativo do desenvolvimento. Pelo contrário, como as transnacionais eram mais avançadas que a nossa burguesia, a dependência externa levaria ao desenvolvimento, ao avanço, à modernização do Brasil. Seria o capital multinacional que puxaria o desenvolvimento, ensinava o sociólogo, chocando-se com as teses dos que viam nessa subordinação a causa do atraso e da estagnação brasileira.

Havia quem imaginasse que Fernando Henrique Cardoso fosse o intelectual marxista e que essa tese tivesse fundamentos em Marx. Só se fosse, e essa é a minha suspeita, um marxismo mecanicista, desviado da análise concreta de uma realidade também concreta. Pois vamos encontrar em Marx, Engels e Lenin citações e análises abundantes sobre o papel das políticas protecionistas como indutoras da formação dos Estados Nacionais Burgueses.

Tomo aqui emprestadas algumas citações de Marx coletadas pelo economista Nilson Araújo de Souza sobre o assunto.

Dizia Marx, em fins da década de 40 do século passado: “O sistema protecionista é somente um meio para criar em um país a grande indústria. Por isso, vemos que naqueles países em que a burguesia começa a se impor como classe (...) grandes esforços para implantar tarifas protetoras”. Em *O Capital*, Marx reafirma: “O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes (...) capitalizar os meios de produção (...) e abreviar o trânsito do antigo ao moderno regime de produção”.

Agora Engels, referindo-se ao processo de desenvolvimento norte-americano e sua opção pelas tarifas protecionistas, para enfrentar a competição das indústrias inglesas: “Os norte-americanos preferem viajar com bilhetes expressos, para chegar muito antes ao seu destino”.

Enfim, os fundadores do marxismo entendiam que era o protecionismo e não a subordinação que estimulava e apressava o desenvolvimento industrial e a modernização.

E mesmo na fase superior do capitalismo, com a formação das grandes estruturas monopolistas internacionais, com os trustes, os cartéis e os conglomerados financeiros, nas primeiras décadas deste século, Lenin retoma as teses marxistas, entendendo que, se a dependência externa, na fase pré-industrial, estimulava a formação do mercado interno, passava, em seguida, a bloquear o desenvolvimento industrial. Diante disso, defende os “movimentos nacionais de libertação”, propondo a aliança povo-burguesia para romper as amarras da dominação e da dependência, a fim de que os países submetidos abrissem seus próprios espaços em direção ao desenvolvimento.

Isto posto, só é lícita uma conclusão: Fernando Henrique Cardoso, entendendo que a chamada era dos “movimentos de libertação nacional” havia sido encerrada ou inviabilizada pelo avanço do poderio industrial-financeiro-militar dos países centrais, pretendeu, à moda do que fez Marx com Hegel, virar agora o próprio Marx de ponta à cabeça, elaborando uma nova teoria. O movimento mecânico fernando-henriquista produziu o Frankenstein que temos instalado no País.

Portanto, quando ele diz que nunca esqueceu o que escreveu é a pura verdade. O exterminador da burguesia está vivo e agindo segundo teorizou.

Mas não é apenas a burguesia industrial que está sendo dizimada. A agrária caminha para o mesmo patíbulo.

Depois do golpe militar, incentivou-se fortemente no Brasil a produção de grãos voltada à exportação, para fazer divisas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida externa. Este forte incentivo – crédito subsidiado, pesquisas, infraestrutura – criou no Sul, Sudeste e Centro-Oeste uma agricultura moderna e produtiva.

Pois bem, essa agricultura e a burguesia rural por ela produzida sofrem hoje também as consequências da política fernando-henriquista. Foi-se a Conta Movimento do Banco do Brasil. Foram-se os subsídios ao crédito agrícola. Congelou-se o preço mínimo. E mesmo congelado, o Governo recusou-se a pagar esse preço mínimo, desestimulando plantios. Resultado: estamos sendo obrigados a importar arroz e feijão da Tailândia e do Vietnã, pagando um preço cinco vezes superior ao preço mínimo que o Governo negou-se a pagar aos agricultores.

Somem-se a isso, ainda, o corte do crédito agrícola, os juros lunáticos, a sobrevalorização do real, a abertura às importações, que liquidou, entre outros produtos, o trigo e o algodão. Nós, que já fomos os maiores produtores mundiais de algodão, estamos hoje na lista dos quatro maiores importadores. Nós, que chegamos a quase autossuficiência na produção do trigo, só neste ano vamos importar perto de 7 milhões de toneladas, a um custo próximo de US\$1 bilhão. Enquanto isso, 1 milhão de toneladas de trigo dormem estocadas nos armazéns, por falta de compradores. Por quê? Porque os nossos moinhos quando compram trigo argentino, por exemplo, financiam a compra com prazos de pagamentos superiores a um ano e juros de 8% ao ano. Mas o trigo brasileiro é vendido a prazos curtíssimos e com juros de 8% ao mês. Como, então, competir com o trigo importado que, em seus países de origem, recebe todo o crédito, todo o subsídio, todo incentivo que a política de FHC nega aos nossos agricultores?

Importamos trigo, algodão, milho, arroz, feijão e leite. Só com a importação de leite, devemos gastar, neste ano, mais de US\$350 milhões. Com a importação de arroz – 2,2 toneladas – vão-se mais US\$600 milhões. Com a importação de milho - pois, acreditem, estamos importando milho também -queimaremos perto de US\$200 milhões; e outros US\$150 milhões com a importação de feijão. Até feijão, Senador Pedro Simon!

Entre os resultados dessa política de terra arrasada temos números como estes: só neste primeiro e ainda inconcluso quadriênio de FHC, mais de 500 mil unidades produtivas rurais encerraram suas atividades, jogando nos centros urbanos, nos acampamentos dos sem-terra e principalmente nas periferias das grandes cidades cinco milhões de pessoas. Agricultores com terra forçados a abandoná-la por absoluta falta de condições para continuar a sua atividade. E o Governo ainda disputa números e se vangloria dos discutíveis assentamentos que diz ter feito.

É a agricultura pagando a sua cota à sustentação da política econômica de Fernando Henrique Cardoso. E qual é a contrapartida à abertura excessiva e criminosa que expõe o setor à competição predatória das importações e das facilidades de financiamento dessas importações? Qual é a contrapartida à redução dos preços agropecuários e da renda do setor com a manutenção do câmbio valorizado, que deprime o preço dos produtos de consumo doméstico à medida que aumenta sua exposição aos preços internacionais? Qual é a contrapartida às altas

taxas de juros, taxas de juros que estão entre as duas maiores do planeta? A primeira é a da Venezuela.

A contrapartida ao sacrifício está, por exemplo, no contencioso agrícola Brasil-Estados Unidos. Em termos globais, nos últimos anos, as compras brasileiras nos Estados Unidos cresceram 222%, enquanto nossas exportações aumentaram apenas 22%. Déficits crescentes nos últimos três anos; chegaram a quase US\$ 5 bilhões no ano passado. Por que um desempenho tão fraco nas vendas brasileiras? Porque os americanos, na mesma proporção em que escancaramos as nossas portas, dificultam, com barreiras tarifárias ou não tarifárias, as nossas exportações, principalmente as exportações agropecuárias.

Vamos a um breve resumo desse contencioso.

Suco de laranja. O Brasil produz 50% do suco de laranja do mundo, mas para o nosso suco entrar nos Estados Unidos é gravado com 42% de proteção aduaneira, porque os americanos protegem o citricultor da Flórida. Eles não abrem mão da proteção. Nós abrimos tudo.

Calçados. Tarifa de proteção de 15%, considerada muito alta para os padrões protecionistas americanos.

Carnes e aves. Rigorosas barreiras fitossanitárias. Em oposto, nada exigimos quando são os americanos os exportadores. No caso do frango, a barreira fitossanitária é apenas um pretexto para uma competição desleal à exportação das aves brasileiras para outros países.

Frutas e legumes. Restrições fitossanitárias combinadas com tarifas elevadas.

Fumo. Exigência de que 75% do cigarro americano contenha produto nacional. Logo, restrições às exportações do fumo brasileiro.

Etanol. Até 1985, o Brasil era o principal exportador desse produto para os Estados Unidos. Sob a pressão de seus produtores de álcool de milho, o governo americano impôs tarifas que hoje inviabilizam totalmente a exportação do etanol brasileiro.

Açúcar. O Brasil é o único país latino-americano excluído do Sistema Geral de Preferência adotado pelos Estados Unidos, barrando assim nossas exportações de açúcar - de novo em nome da proteção dos seus produtores de açúcar de milho.

Fiz esse breve resumo para trazer à pauta outra grave questão. Com esse contencioso, como admitirmos - como o Fernando Henrique o faz - a área de Livre

Comércio das Américas - ALCA, nos termos que os americanos pretendem? E entre outras coisas eles pretendem que o MERCOSUL - essa ainda tímida reação latina - seja extinto. Afinal, a Secretária de Estado Madeleine Albright já não disse que o MERCOSUL “é nocivo aos interesses americanos?” E Charlene Barshefsky, do Escritório Comercial dos Estados Unidos não classificou o MERCOSUL de “unidadezinha de comércio”, um “sisteminha com regras próprias” que tem “um claro objetivo estratégico de expansão comercial e fortalecimento de posição nos negócios mundiais”, como se isso fosse um grave e punível crime? \*

Não é preciso sagacidade alguma. Até mesmo alguém da equipe econômica de Fernando Henrique pode intuir o que será do Brasil com a ALCA, com a dissolução do ainda tímido MERCOSUL nesse novo mercado.

Se até agora, pelo contrário, FHC não fez nenhum movimento em defesa do País, quando retaliado e humilhado pelo protecionismo americano, se FHC foi cúmplice e autor da desnacionalização, do esvaziamento da empresa nacional, da desindustrialização, se escancarou tudo e nada exigiu em troca, se submeteu o País ao cassino da especulação internacional, se se curva, cordato às exigências do FMI, como esperar dele qualquer atitude viril, brasileira, ao plano americano de uma nova colonização da América latina via ALCA?

Imaginem os senhores o que será de nós com os produtos americanos chegando aqui livres de toda barreira.

O exterminador da burguesia não vai reagir. Talvez ele considere a ALCA o movimento decisivo para desnacionalizar de vez o Brasil. Afinal, não foi ele, como Ministro da Fazenda, que inovou na renegociação da dívida externa, assumindo compromissos de não apenas pagar os juros, como era da tradição, mas sim também amortizar parcelas do principal? Com isso, em vez dos já salgados 10 bilhões de dólares que pagávamos, só de juros, o que contribuía para levar o País à estagnação, pagamos, graças às negociações de FHC, 27,2 bilhões de dólares, de juros e amortizações, em 1996; e 35 bilhões no ano passado. Ao contrário do que o ex-ministro Delfim Neto ensinava na década de 80: “Dívida não se paga, rola-se”.

O que mais me deixa perplexo é a inanição do empresariado nacional diante deste extermínio. No início do processo, com certeza, alguns imaginaram possível tirar proveito - com as privatizações, por exemplo. E assim, formaram gostosamente no cordão dos que queriam a cabeça do Estado em uma bandeja. O MERCOSUL foi outra saída que pensaram viável. Muitos, crescidos e cevados à sombra do Estado,



converteram-se em ardorosos liberais e viram até mesmo vantagem na queda das tarifas, na abertura, na dita desregulamentação, nas tais reformas.

Pois é, as reformas. Todos papagueando que era preciso reformas, sem que soubessem ou definissem precisamente que reformas eram essas que iriam provocar a mágica do retorno do Brasil ao crescimento. Todos indigitando o Estado, o setor público.

E agora, o que esses reformistas estão pensando? Enquanto se distraem com a marcha das reformas, o Governo foi avançando nas medidas, essas, sim, reformistas que estão levando a nossa burguesia industrial a quase extinção.

É interessante ainda verificar o que aconteceu no setor financeiro. Entusiasmados, os nossos banqueiros, o setor mais poderoso de nossa burguesia, atiraram-se com apetite às novas oportunidade de bons negócios que o “fernando-henriquismo” proporcionava. Juros altos, PROER, liberação das tarifas, privatizações, incorporações e fusões, falências, financiamentos de importações. Era a festa. Uma festa tão grande que alguns economistas, aqueles afoitos de sempre, chegaram a imaginar a formação de um poderoso capital financeiro, nacional, independente, como aconteceu nas ditas economias centrais.

Os cinco maiores bancos brasileiros, por exemplo, aproveitando as dificuldades da burguesia industrial, comercial e agrária aumentaram suas aplicações em empresas não financeiras em quase 60%. As aplicações do Bradesco nesse gênero de negócio chegaram a 77%.

Agora parece que a festa está acabando. E a ressaca é amarga. Engordados, os bancos brasileiros estão sendo devorados pelos grandes conglomerados financeiros internacionais. Acabou-se o sonho de alguns acadêmicos da formação, aqui, também, de um sistema financeiro próprio, nacional e poderoso.

E assim o cerco se fecha. O que falta ainda desnacionalizar e “globalizar”? As livrarias? Os perfumes? Não há de quê. As livrarias Ática já foram vendidas. E a *Phytoervas* não é mais brasileira.

Os telefones também já se foram. As hidrelétricas estão a caminho; algumas delas, estaduais, vendidas a conta-gotas para cobrir furos de caixa, principalmente a folha do funcionalismo, de governadores irresponsáveis. E outras, as federais, entram agora como moeda de troca nos acertos do Governo da República, que

pretende tomar antecipadamente suas receitas, para garantir compromissos financeiros internacionais.

Tudo desaparecendo, desmanchando-se. E, ainda assim, vemos os empresários brasileiros com boas maneiras. Uma crítica tímida aqui, outra lá. Deixam escapar, de vez em quando, uma palavra mais ácida logo seguida de um pedido de audiência com o Presidente ou seus Ministros. Tão-somente isso. Ação? Nada. Pelo contrário. As últimas eleições foram exemplares desse tipo de comportamento. Falta de opção, defendem-se quase todos. A verdade, eles próprios sabem, é outra. Aceitam o dedo decepado, na ilusão de assim preservar os anéis.

Há presidente de Federação de Indústria, por exemplo, comemorando a chegada do socorro do FMI, dos bilhões de dólares anunciados. Meu Deus! Será que não sabem que não vem dinheiro algum? Que esse dinheiro não vai aportar aqui, que vai ficar lá fora mesmo? Que esse dinheiro nada mais é, e que para nada mais serve do que garantir a conversibilidade, em dólares, das aplicações especulativas em nosso País? Aplicações especulativas que alguns ousam classificar com o eufemismo de “investimentos”. Reconquistar a confiança dos “investidores externos”, dizem.

Secundam o Governo, quando este deita falação sobre a importância de manter os níveis das “reservas internacionais”. Que reservas? Reservas de quem? Do cassino, da jogatina? Reservas a que pagamos 40% de juros e aplicamos lá fora a 5%. Que deslumbrante matemática!

É a entaladela de uma proposta econômica fundada em uma política cambial irrealista, na supervalorização da moeda, na redução das tarifas, na abertura às escâncaras, na alta dos juros, na destruição do aparelho produtivo nacional, na queda das exportações.

Ainda dizem, como esses dias proclamou, não sei que empresário ou banqueiro: “É uma verdadeira sorte para o mundo o Brasil ter resistido a avalanche destruidora da crise”. Sorte para quem, cara pálida?

E, com o anúncio dos tais ajustes fiscais, bem-formados cidadãos brasileiros, desses que frequentam capas de revistas e as colunas econômicas e sociais, voltaram a insistir sobre a necessidade de adequação das contas públicas.

Tudo bem, senhores. Vamos fazer um rápido exame das tais contas, de seus males e descobrir as razões do déficit? Estão lá as duas causas: primeira, 80% do buraco deve-se aos juros. Apenas 20% às despesas do Estado. E que despesas

são essas? Os péssimos serviços prestados ao cidadão na saúde, na Educação, na Previdência, os salários públicos congelados. É nesses 20% que o Governo quer cortes. Cortes, já estimou, de R\$25 bilhões. Como teima não podar os juros, que decuplica a dívida interna e quintuplica o desemprego, corta as já magras despesas em gastos públicos. Mais uma vez, outra vez, o privilégio à jogatina. Ainda assim, há quem relacione esses minguados 20% no chamado “Custo Brasil”. Ora, que custo maior que as nossas taxas de juros, a segunda maior taxa de juros praticada no mundo?

Portanto, que ajuste fiscal com 40% de juros internos? Isso não pesa infinitamente mais que os impostos, os encargos trabalhistas, a Previdência, a folha de pagamento do funcionalismo, os vilões de sempre, quando falam em “Custo Brasil”?

Enquanto isso, mais de um quarto do parque industrial brasileiro resta ocioso. E essa ociosidade significa US\$250 bilhões parados em máquinas, tecnologia e instalações. Um investimento já feito, apenas à espera de uma política industrial séria, nacional, para que possa entrar em movimento, criando, de imediato, milhares de empregos, gerando rendas, impostos, consumo.

Não seria esse um caminho para absorver parte do 1,8 milhão de jovens que todos os anos se batem à procura de vagas? Não seria essa uma boa solução para que atingíssemos a meta de crescer 5%, 6% ao ano, rumo a uma taxa de investimento de 23% do PIB, parâmetros tidos se não como ideais pelo menos como suficientes para vencermos o desemprego, o subdesenvolvimento e a exclusão?

Ou será que o fernando-henriquismo considera essa ociosidade de nossas indústrias fruto do atraso, da incompetência, da falta de competitividade? E que, portanto, gerariam também empregos “atrasados”? Provavelmente, sim, já que o Governo não se cansa - assim como boa parte de nosso empresariado e alguns coroados colunistas econômicos, sem falar em prolixos Líderes de Bancada - a deitar e rolar sobre o tema. Enchem a boca, empostam a voz e matraqueiam sobre a necessidade da reciclagem de nossos trabalhadores, tornando-os aptos aos “Desafios da Modernidade”. Na verdade, até mesmo alguns líderes sindicais papagueiam o besteiro. Reciclar para quê? Para fazer o papel de robô nas linhas de montagem das multinacionais que aqui se instalam, substituindo 200 trabalhadores por uma máquina? Sim, claro, sim à capacitação, ao treinamento. Mas, por Deus, não é a falta de capacitação que leva milhões de brasileiros ao desemprego e muito

menos, como querem alguns “especialistas”, porque os nossos trabalhadores não tiveram uma média de frequência à escola de 12 anos.

Então, os 500 mil trabalhadores que perderam o emprego com o fim do trigo e do algodão perderam as vagas por falta de capacitação? E reciclá-los para que empregos? Da mesma forma, os milhares de metalúrgicos colocados na rua com o fechamento de 3.200 indústrias de autopeças, vitimadas pela abertura, perderam as vagas por falta de capacitação? Reciclá-los para quê? Para se transformarem em boias-frias, em camelôs ou pipoqueiros?

Enquanto falam em reciclagem, educação, ciência e tecnologia, atraso e avanço, vemos coisas como a destruição das universidades e dos centros de pesquisas. É justamente a tão falada educação uma das primeiras vítimas dos cortes dos gastos públicos.

Vejam ainda o que está acontecendo com os centros de excelência, os centros avançados de tecnologia das empresas nacionais que foram incorporadas pelas multinacionais. Depois da troca de bandeiras, eles foram os primeiros a serem desativados. E todas as pesquisas, áreas de projeto e desenvolvimento são transferidas para o exterior. Pagamos pesados royalties para trazer de volta ao País cada novo projeto ou ideia.

Mas não são apenas as empresas privadas estrangeiras que incorporam empresas privadas nacionais que agem assim. Quando compram as nossas estatais, o comportamento é o mesmo. Vide o caso da *Ligth*. Onde está hoje o centro de pesquisas e projetos, antes no Rio de Janeiro? Foi transferido para a França. E lá se vão milhões de dólares cada vez que um projeto atravessa o Atlântico rumo ao Brasil.

Soa-me, assim, como piada toda conversa governamental sobre ciência e tecnologia serem armas para o desenvolvimento nacional.

E as exportações? Em 1997, sempre tão pródigo em promessas — a última é que o seu segundo reinado será dedicado a vencer o desemprego —, assegurou que, no ano 2000, as nossas exportações chegarão a US\$100 bilhões.

A realidade está atropelando a fantasia, pois as barreiras impostas pelos Estados Unidos fazem com que deixemos de exportar para lá US\$1,5 bilhão por ano apenas no que toca aos produtos agropecuários — sem considerar, portanto, as barreiras que também impedem nossas exportações de produtos manufaturados ou semimanufaturados. Na verdade, enquanto a nossa tarifa modal está entre 6% e

7%, as tarifas do Japão são de 16% e a da Coréia, 23%. Enquanto a média mundial das exportações atingem 20% do PIB, a média brasileira está em torno de 8% e 9%.

A realidade é, ainda, que a participação brasileira no mercado internacional significa apenas 0,9% do total. Neste ano, nossas exportações para a Ásia devem cair 30% — uma redução que equivale ao não faturamento de US\$2,5 bilhões. As multinacionais que aqui se instalaram, comprando e incorporando empresas nacionais antes exportadoras, dirigem agora todos os seus esforços ao mercado interno.

A verdade, por fim, é que as nossas exportações continuam estagnadas nos US\$53 bilhões. Alguém acredita que, daqui a somente dois anos, chegaremos à meta presidencial dos US\$100 bilhões?

Assiste-se a menos exportações, menos divisas e menos empregos. Calcula-se que para US\$1 bilhão de exportação criem-se em média 70 mil empregos internos. Assim, só com o que deixamos de exportar para os Estados Unidos e para a Ásia, já lá se vão 200 mil empregos. Com a redução a quase nada das tarifas de importações, estamos sim gerando milhares de empregos lá fora.

Ainda quanto às exportações, um dado que, pelo que sei, jamais fez parte das preocupações do Governo, nem de nossos economistas e da mídia: quando se fala em exportações, a todos ocorrem grandes movimentos de cargas, produzidas por grandes conglomerados. Isso é verdade no Brasil. Pois saibam os senhores que, nos Estados Unidos e Japão, aproximadamente 66% das exportações são feitas por micro, pequenas e médias empresas. No Brasil, elas respondem por apenas 10% de nossas exportações. Aqui no Brasil, 200 grandes empresas detêm 60% das exportações nacionais. Mas são as pequenas e microempresas que fazem o Brasil, não a grande empresa. São elas, as pequenas e micros, que dão mais de 70% dos empregos disponíveis. E qual é a situação dos nossos pequenos empresários? O abandono, a falta de linhas de crédito, o arrocho fiscal, o absoluto desprezo da parte dos globalizantes que se assenhорaram do Governo.

Esta é a realidade que nos é dada a viver. A realidade que o exterminador da burguesia criou em nosso País. O economista Paulo Nogueira Batista Júnior, em recente artigo, depois de examinar os efeitos nefastos da política fernando-henriquista, afirmou: “E quando se escrever um dia a biografia de Fernando Henrique Cardoso talvez se conclua que um título apropriado seja: ‘Dependência: da Teoria à Prática’.

Contudo, é preciso deter essa biografia antes que seja tarde demais. É preciso que se firme um novo pacto nacional. É preciso que a burguesia nacional estanque seu caminho ao suicídio. A burguesia nacional, tão bem representada no Congresso Nacional, não pode continuar se entregando tão passivamente, como cordeiro a caminho do abate.

É preciso que se estabeleça um novo pacto que devolva ao povo a confiança no País, no trabalho, na dignidade do trabalho e que devolva a cada um de nós o orgulho de sermos brasileiros. Devolver a confiança no País, e não a confiança dos especuladores em nossa capacidade de continuar favorecendo lucros fantásticos. A confiança dos brasileiros em sua capacidade de debelar a crise, em fazer o País crescer novamente. Um crescimento que resulte em empregos, produção, segurança e bem-estar.

Não mais cortejar o capital especulativo como se fosse ele o deus redentor. Negociar sua permanência, sim, a taxas que devem ser até superiores às taxas americanas. Nunca, como hoje, a essas taxas suicidas.

Empresariado nacional, sindicatos de trabalhadores, Partidos brasileiros que não se curvaram à maluquice globalizante, vamos resistir e firmar esse pacto, antes que seja tarde demais.

O maior risco à nossa sobrevivência como povo e nação é Fernando Henrique Cardoso e a sua há muito anunciada política de dependência.

Li, neste plenário, parte de um trabalho mais amplo, que redigi nos últimos quinze dias, mas o fiz de forma resumida, excluindo dados importantes, para que não se tornasse o discurso enfadonho demais aos Srs. Senadores; mas requiro à Mesa, antes de conceder um aparte ao Senador Josaphat Marinho, a transcrição, em meu discurso, do texto integral que entregarei, para que conste nos Anais do Senado.

**O Sr. Josaphat Marinho (PFL- BA):** - V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Josaphat Marinho (PFL-BA):** - Senador Roberto Requião, a objetividade, o rigor lógico e a abrangência de sua exposição dispensam a confirmação de um aparte. Ela basta por si mesma, como uma crítica convincente. Quero apenas assinalar que, ouvido em silêncio, sem contestação de ninguém, tudo quanto diz subsiste incólume.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP):** - V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Ouço V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP):** - Senador Roberto Requião, V. Ex.<sup>a</sup> faz um diagnóstico sobre a economia brasileira no mesmo dia em que o Ministro Pedro Malan apresenta seu Plano de Estabilização Fiscal. Sinceramente, eu esperava que o Ministro apresentasse hoje medidas que viessem a reverter as razões que levaram o Governo a querer produzir agora um grande superávit primário. Em seu pronunciamento, V. Ex.<sup>a</sup> vai às raízes. Quando o Governo insistiu na sobrevalorização da taxa de câmbio, quando insistiu na abertura abrupta da economia – conforme assinala V. Ex.<sup>a</sup> –, causando um crescimento tão mais acentuado das exportações do que das importações, produzindo esse crescente déficit da balança comercial e da balança corrente, em contrapartida, precisou elevar extraordinariamente as taxas de juros para captar os capitais que aqui vieram obter remunerações espetaculares. Com isso, aumentou a bola de neve, agravando a necessidade de financiar despesas, não aquelas que significariam melhoria na qualidade de vida da população, erradicação da pobreza, melhores oportunidades de estudo ou de saúde para a população brasileira, mas a remuneração desse capital. E se o Presidente Fernando Henrique Cardoso mencionou – conforme afirma V. Ex.<sup>a</sup> – que no seu primeiro quadriênio de Governo ele conseguiu estabilizar a moeda para no segundo quadriênio acabar com o desemprego, as medidas hoje anunciadas não parecem ser nessa direção. Aliás, não vi nas palavras proferidas pelo Ministro Pedro Malan preocupação acentuada com a questão do desemprego. Não percebi no Ministro sequer que ele estivesse imbuído do espírito de Amartya Sen, há poucos dias laureado com o Nobel de Economia. Espero que amanhã de manhã ele capte um pouco desse espírito do laureado que, por outro lado, vi no pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>. Meus cumprimentos a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Senador Suplicy, com a estabilização da moeda – num primeiro momento muito bem feita, em uma urdidura, eu diria, extremamente inteligente do Plano Real –, o Governo evitou o processo de recrudescimento da inflação interna com a abertura às importações. No entanto, na ausência absoluta de uma política industrial, de uma política agrícola que compatibilizasse a abertura industrial com a modernização do País, chegamos aonde chegamos.

Na verdade, parece-me que o sonho de Fernando Henrique era abrir absolutamente o País e sustentar a máquina pública, a educação e a saúde com

exportação de minérios e produtos primários. Ele estava providenciando uma regressão a uma economia exportadora, como D. Maria I, a Louca, procedeu no Brasil quando queimava indústrias têxteis para favorecer a produção têxtil inglesa. O jogo, evidentemente, não deu certo. Os capitais estrangeiros vieram para especular.

Fernando Henrique Cardoso esqueceu-se de que, quando abriu mão da condição de brasileiro, patriota e nacionalista Bill Clinton e os governantes de outros países não abriram e reforçaram suas barreiras alfandegárias, não alfandegárias e fitossanitárias, evitando que a exportação do Brasil ocorresse. E, na sua ingenuidade absoluta ou má-fé – a História próxima nos dirá exatamente qual é a condição –, destruiu a capacidade industrial brasileira instalada. Sonhava com a exportação de minérios e com o faturamento brutal que teria vendendo a Companhia Vale do Rio Doce, que não precisava ser vendida, mas era a venda emblemática para o projeto que anunciava ao mundo.

Contudo, um pouco antes de vender a Vale do Rio Doce, votamos aqui no Senado Federal, por pressão do Governo, por sua vez pressionado pelas multinacionais, a isenção absoluta de impostos de exportação. E Fernando Henrique Cardoso, com seu longo caminho de sociólogo, sempre escrevendo livros em parceria – não conheço nenhum livro que tenha escrito integralmente, a necessidade dos parceiros parece ser absoluta em sua obra –, não se lembrou, esqueceu-se ou não sabe até hoje o que é o subfaturamento e o superfaturamento nas relações internacionais. E estamos hoje em uma entaladela. Se não reduzirmos os juros, o Brasil não retoma o desenvolvimento. E falam em investimentos estrangeiros num País que possui 250 bilhões de capacidade instalada, paralisada pela ação política da equipe econômica do Governo Federal. E que não se diga mais que a equipe econômica trabalha autonomamente, que o rei é bom e está mal acompanhado. A equipe econômica, disciplinadamente, realiza o projeto dependentista do Presidente Fernando Henrique – velho projeto, como procurei demonstrar com os dados que trouxe a este Plenário.

**O Sr. Hernandes Amorim (PPB-RO):**- Senador Roberto Requião, concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Presidente (Leomar Quintanilha):** - Solicito ao nobre Senador Hernandes Amorim, como vejo outros Parlamentares pretendendo apartear o Senador Requião,



que fosse breve no seu aparte, visto que já estamos dez minutos além do horário do término da sessão.

O Sr. Hernandes Amorim (PPB-RO) - Senador Roberto Requião, ouvi o seu objetivo e preciso discurso, que, a meu ver, é uma aula que todos os Senadores deveriam ouvir. V. Ex.<sup>a</sup> disse o que este Brasil precisa e como fazer para resolver os seus problemas. Lamentavelmente, todas as atitudes tomadas por esta Casa têm sido contra um discurso dessa natureza. Tudo isso acontece no País, e o Senado, que deveria coordenar e disciplinar, esteve sempre à margem. E o Brasil está nessa situação citada por V. Ex.<sup>a</sup>, que mostra claramente o caminho que deveria ser tomado. Por isso, parablenizo-o por seu discurso. Oxalá que ele fosse levado a público, divulgado, colocado no sistema de televisão do Senado, para que toda a população brasileira interessada pudesse ouvi-lo, pois são as nossas palavras, a nossa vontade de ter um Brasil seguindo os parâmetros desse discurso de V. Ex.<sup>a</sup>. Obrigado.

**O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT-DF):** - Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Ouço com prazer V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT-DF):** - Nobre Senador Roberto Requião, V. Ex.<sup>a</sup> me elogiou muito, quando disse que hoje iria proferir um discurso daqueles meus. Aos meus modestos discursos, talvez apenas na duração o seu tenha se equiparado, porque V. Ex.<sup>a</sup> suplantou toda e qualquer manifestação que nestes quatro anos vi neste Senado, em matéria de economia, em termos de uma visão crítica dos problemas sociais, políticos, das inter-relações que presenciamos neste País e do fracasso de uma tentativa de remodelar a economia brasileira nos moldes da modernidade e da globalização fracassada. Doravante, terei como minha bíblia esse seu pronunciamento. Realmente, V. Ex.<sup>a</sup> fez um verdadeiro milagre, em tão curto espaço de tempo, colocando os dedos nas feridas – e são muitas ocultas – e desmascarando-as tão bem e com tanta profundidade e segurança. Dando-lhe meu agradecido abraço, agradeço-o pela maravilhosa lição.

**O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT-SE):** - Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT-SE):** - Senador Roberto Requião, junto-me aos colegas que me antecederam nas congratulações ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>. Lembro que o Ministro Pedro Malan virá aqui amanhã e, com toda a sua competência, demonstrará que o Congresso Nacional terá que aprovar o pacote que

ora está sendo apresentado. Dirá, provavelmente, numa manifestação de magnanimidade, que está disposto a negociar com a Oposição, desde que esta lhe dê os R\$28 bilhões do ajuste. Isso poderia ser muito simples, não fosse o fato de que, há exatamente um ano, o Ministro esteve nesta Casa dizendo que também estava disposto a negociar com a Oposição, desde que o Congresso lhe desse os R\$20 bilhões de ajuste. O Congresso aprovou tudo o que o Governo quis e, já naquela época, dizíamos que não adiantaria aprovar aquele ajuste, porque estávamos numa tarefa de enxugar gelo. É exatamente isso que nos estão cobrando mais uma vez. V. Ex.<sup>a</sup> demonstrou, de forma categórica, que o problema das contas do Brasil não está relacionado à solução desse déficit primário, mas à sangria das taxas de juros. O Governo cobrará, mais uma vez, a ajuda do Congresso Nacional nessa tarefa inglória de enxugar gelo. Parabêniso V. Ex.<sup>aa</sup> pelo pronunciamento. Muito obrigado.

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Não me surpreenderei se, amanhã, o Ministro Pedro Malan propuser, como sinal de boa vontade ao Senado e à Oposição, a par do Imposto sobre Grandes Fortunas – um processo redigido de forma pífia, simbólica, justa, mas sem importância econômica para o País –, uma licitação para que o Palácio da Alvorada seja alugado a um bufê, dando o Presidente uma demonstração de austeridade ao ir morar em um apartamento cedido pelos donos do Hotel Nacional. Precisamos deixar de brincar com a opinião pública. Não é momento para jogadas “marquetológicas”, mas para que o Congresso aprofunde o conhecimento das causas e das consequências desse inútil pacote, sob o ponto de vista estratégico da economia brasileira.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB-RS):** - Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB-RS):** - O pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> foi muito importante. Com toda sinceridade, prefiro não opinar, mas defender a minha tese. Não é lógico, não é normal que um Senador da repercussão e da competência de V. Ex.<sup>a</sup> faça um discurso bem elaborado, de conteúdo, que fique restrito ao Senado. O seu pronunciamento precisa ter, nesta Casa, uma resposta por parte do Governo. Amanhã, teremos a presença no Senado do Ministro da Fazenda. Acredito que o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> deveria ser entregue ao Líder do Governo, que o entregaria ao Ministro, para que amanhã lhe fosse dado o tempo necessário para responder. V. Ex.<sup>a</sup> citou números, fatos, questões. Não se pode encerrar esse capítulo hoje, vindo

o Ministro da Fazenda amanhã falar outra linguagem e encerrar outro capítulo. Estamos na mesma Casa, discutindo sobre o mesmo País, o Brasil, e sobre os mesmos problemas, que são os nossos problemas sociais e econômicos. Acredito, com toda a sinceridade, que V. Ex.<sup>a</sup>, um dos Líderes partidários presentes, o Presidente da Casa ou aquele que preside os trabalhos deveriam fazer chegar este pronunciamento às mãos do Ministro da Fazenda. E, amanhã, no seu depoimento, lhe daríamos o tempo necessário para responder pelo menos às partes fundamentais do seu pronunciamento. Não podemos deixar acontecer como na época do movimento militar, em que, da tribuna, falávamos e não tínhamos resposta. Nada saia na imprensa, como provavelmente não sairá o seu discurso. Não analiso e não discuto o seu pronunciamento, mas não há como deixar de reconhecer a profundidade, o conteúdo e a análise das frases de V. Ex.<sup>a</sup>. Gostaria muito de ver, da tribuna, o Ministro Pedro Malan dizendo o que pensa, quais os pontos que discorda, o que está errado, quais os números e outras ideias que propõe. Muito obrigado.

**O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR):** - Transformo o aparte do Senador Pedro Simon em uma proposta e em um requerimento à Mesa.

Requeiro à Mesa que a íntegra do discurso, não a parte resumida que li nesta tribuna, seja entregue ao Ministro da Fazenda Pedro Malan como convite-sugestão de que S. Ex.<sup>a</sup> responda, na Comissão de Assuntos Econômicos - talvez não amanhã, Senador Pedro Simon, porque o tempo é exíguo - ou no plenário do Senado, às teses que levantamos.

Este discurso foi o coroamento de um grupo de discussão que organizamos aqui em Brasília, nesse período em que as pessoas descansavam ou trabalhavam no segundo turno das eleições, com a participação do Senador Josaphat Marinho e de um grupo de economistas e amigos de setores representativos da sociedade brasileira. É a deliberada tentativa de fazer o País e o Congresso Nacional aprofundarem as discussões sobre o modelo econômico.

Dizer que o Presidente Fernando Henrique não tem projeto é uma tolice. Sua Excelência tem projeto. É um projeto antigo, marxista e mecanicista, que suporta a ilusão do desenvolvimento do Brasil na dependência de outros países; é um projeto de quem não acredita na capacidade e iniciativa das elites brasileiras. No entanto, hoje ele existe não mais como projeto, porque já estamos colhendo as suas terríveis consequências.

Por outro lado, não podemos aceitar que tudo isso seja sepultado em uma jogada de marketing, em uma jogada terrorista, feita na última campanha presidencial, de desqualificação absoluta do adversário, escondendo-se todas as verdadeiras intenções, as verdadeiras propostas e consequências no slogan “Quem fez o Real vai resolver o desemprego”. Mal as urnas foram fechadas e o TSE proclamou a eleição do Presidente, verificamos que a consequência real é o desemprego programado, para o equilíbrio das contas externas.

Vemos que a preocupação dos contadores que se encarregaram do Governo não é com o empresário brasileiro, com o emprego no Brasil ou com o desenvolvimento industrial, mas com a garantia da conversibilidade em dólar dos investimentos especulativos no nosso mercado financeiro.

Transformo em requerimento à Mesa a sugestão do Senador Pedro Simon e agradeço ao Presidente a tolerância, esperando que tenhamos iniciado aqui uma discussão.

Deixo também uma sugestão para o Plenário da Casa e para a Comissão de Assuntos Econômicos. Pela primeira vez, em muitos anos, um grupo de empresários resolveu tomar certas atitudes e tornar públicas algumas propostas. Falo do IEDI - Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial, que surge no âmbito da FIESP e é dirigido por Eugênio Staub, da Gradiente. O IEDI apresentou uma análise da economia brasileira e agregou a ela uma série de propostas.

Acredito que a palavra e a voz desses empresários deveriam ser ouvidas mais de perto pelo Senado da República, com mais tempo e atenção. Sugiro à Comissão de Assuntos Econômicos que convide o Sr. Eugênio Staub para trazer ao Senado da República as propostas longamente discutidas por um grupo de empresários e técnicos, sob a perspectiva da independência brasileira, do desenvolvimento e da geração de emprego.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Requeiro, nos termos do art. 173, do Regimento Interno, que a inclusão na Ordem do Dia o Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2012, que “Altera o inciso VII do art. 24 e revoga o art. 81 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais”.

JUSTIFICAÇÃO

O PLS 60/2012 vem atender a um pressuposto inarredável da democracia, a saber, a separação entre os interesses públicos e privados.

Esses interesses privados têm sido comumente defendidos por agentes públicos eleitos, mormente quando são financiados por empresas.

Não é de se estranhar, mas há que se repudiar, a conduta de agentes públicos que, comprometidos com grandes empresas financiadoras de campanhas eleitorais, passam agir como verdadeiros braços dessas empresas, advogando seus interesses, em detrimento dos legítimos interesses públicos que devem ser o objetivo da função pública.

Para defender poderosos grupos econômicos, seus agentes financiam campanhas eleitorais, sejam para cargos do Executivo, sejam para o Legislativo.

Empresa não é cidadão. Não tem direito a voto.

Voto é prerrogativa do cidadão, pessoa física. Somente a ela deve ser dada a oportunidade de contribuir com as campanhas eleitorais.

E, para dar eficácia a essa realidade, foi aprovado na CCJ meu substitutivo ao PLS 60/2012, que desde 14/05/2014 aguarda inclusão na Ordem do Dia.

Ora, Senhor, presidente, determina o artigo 173 do Regimento Interno:

Art. 173. Nenhum projeto poderá ficar sobre a Mesa por mais de um mês sem figurar em Ordem do Dia, salvo para diligência aprovada pelo Plenário.

Ora, Senhor Presidente, não há qualquer “diligência aprovada pelo Plenário” que afaste a incidência da norma insculpida no art. 173.

Em consequência, o PLS nº 60/2012 não poderia ter deixado de compor a Ordem do Dia desde 14/06/2014, quando completou “sobre a Mesa [...] mais de um mês sem [nela] figurar”.

Claro está, portanto, que a Mesa deve pôr em votação de imediato o PLS 60/2012, e isso até hoje não foi feito.

Por tais razões, requeiro peça que seja cumprido o Regimento Interno no sentido de ser promovida a imediata inclusão do PLS 60/12 na Ordem do Dia, na certeza de que se constituirá em relevante instrumento para aperfeiçoar a democracia brasileira.

Sala das Sessões, em 3 de março de 2015.

Senador ROBERTO REQUIÃO

PMDB/PR

## SENADO FEDERAL

### GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Requeiro, nos termos do art. 173, do Regimento Interno, que a inclusão na Ordem do Dia o Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2012, que “Altera o inciso VII do art. 24 e revoga o art. 81 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais”.

### JUSTIFICAÇÃO

O PLS 60/2012 vem atender a um pressuposto inarredável da democracia, a saber, a separação entre os interesses públicos e privados.

Esses interesses privados têm sido comumente defendidos por agentes públicos eleitos, mormente quando são financiados por empresas.

Não é de se estranhar, mas há que se repudiar, a conduta de agentes públicos que, comprometidos com grandes empresas financiadoras de campanhas eleitorais, passam agir como verdadeiros braços dessas empresas, advogando seus interesses, em detrimento dos legítimos interesses públicos que devem ser o objetivo da função pública.

Para defender poderosos grupos econômicos, seus agentes financiam campanhas eleitorais, sejam para cargos do Executivo, sejam para o Legislativo.

Empresa não é cidadão. Não tem direito a voto.

Voto é prerrogativa do cidadão, pessoa física. Somente a ela deve ser dada a oportunidade de contribuir com as campanhas eleitorais.

E, para dar eficácia a essa realidade, foi aprovado na CCJ meu substitutivo ao PLS 60/2012, que desde 14/05/2014 aguarda inclusão na Ordem do Dia.

Ora, Senhor, presidente, determina o artigo 173 do Regimento Interno:

Art. 173. Nenhum projeto poderá ficar sobre a Mesa por mais de um mês sem figurar em Ordem do Dia, salvo para diligência aprovada pelo Plenário.

Ora, Senhor Presidente, não há qualquer “diligência aprovada pelo Plenário” que afaste a incidência da norma insculpida no art. 173.

Em consequência, o PLS nº 60/2012 não poderia ter deixado de compor a Ordem do Dia desde 14/06/2014, quando completou “sobre a Mesa [...] mais de um mês sem [nela] figurar”.

Claro está, portanto, que a Mesa deve pôr em votação de imediato o PLS 60/2012, e isso até hoje não foi feito.

Por tais razões, requeiro peça que seja cumprido o Regimento Interno no sentido de ser promovida a imediata inclusão do PLS 60/12 na Ordem do Dia, na certeza de que se constituirá em relevante instrumento para aperfeiçoar a democracia brasileira.

Sala das Sessões, em 3 de março de 2015.

Senador ROBERTO REQUIÃO.

PMDB/PR.



## PROJETO DE LEI DO SENADO

Restabelece a definição de empresa brasileira de capital nacional em nosso sistema legal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São consideradas:

I – empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País;

II – empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

§ 1º A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional:

I – conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País;

II – estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, entre outras condições e requisitos:

a) a exigência de que o controle referido no inciso II do caput se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia;

b) percentuais de participação, no capital, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno.

§ 2º Na aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após a sua aprovação por referendo popular.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o objetivo de restabelecer em nosso sistema legal a definição de empresa brasileira de capital nacional, nos mesmos termos do art. 171 da Constituição Federal, que em má hora foi revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995, afastando de nosso sistema legal a definição de empresa brasileira de capital nacional, em grave prejuízo dos interesses do País.

Recupera-se, assim, a definição de empresa brasileira de capital nacional como aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

Da mesma forma, também estamos propondo o retorno ao nosso sistema legal da previsão de que a lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional:

I – conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País;

II – estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, entre outras condições e requisitos:

a) a exigência de que o controle se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia;

b) percentuais de participação, no capital, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno.

Da mesma forma como no texto original do art. 171, estamos propondo que na aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.

Devemos ponderar que como o que ocorreu foi a desconstitucionalização da matéria, deixando a Constituição de tratar do assunto, com a revogação do art. 171 pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995, podemos estabelecer a definição de

empresa de capital nacional mediante projeto de lei, sem necessidade de alteração constitucional.

Cabe também aqui registrar que fazemos a presente proposta neste momento para recordar a memória do Presidente João Goulart – que tanto lutou pela empresa nacional, neste momento em que se completam 50 anos do golpe de Estado que interrompeu o processo de democratização e de independência nacional vivido então pelo País.

O projeto de que ora submetemos a esta Casa tem, pois, importante sentido simbólico. Esta a melhor homenagem que podemos fazer à memória do Presidente Goulart.

Por fim, estamos também propondo que o projeto em pauta seja submetido a referendo popular.

Em face do exposto e tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em        de março de 2014.

Senador ROBERTO REQUIÃO.

Senador PEDRO SIMON.

Senador CRISTOVAM BUARQUE.

## PROJETO DE LEI DO SENADO – COMPLEMENTAR

(De Autoria do Senador ROBERTO REQUIÃO)

Inserir parágrafo no art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterar redação do art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para dar às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 4º:

§ 4º Os produtos ou mercadorias sujeitos à substituição tributária, adquiridos por microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no Simples Nacional, terão incidência do ICMS à alíquota de 3,95%.

Art. 2º O art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à compensação automática do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar ou se realizar com base de cálculo inferior à estimada pela Administração Estadual.

Art. 3º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Art. 4º Esta lei entra em vigor em noventa dias após a sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A sistemática de substituição tributária estabelecida no art. 150, § 7º, da Constituição Federal tem gerado efeitos demasiadamente danosos ao regime tributário das micro e pequenas empresas.

De fato, aquele dispositivo prevê que a “lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou

contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido”.

Tal norma não pode ser entendida como direito do estado de desatender a outras regras constitucionais estabelecidas nos art. 146 e 179 da Carta Magna, que rezam:

Art. 146. Cabe à lei complementar: (...).

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: (...).

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (...).

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

É, portanto, dever constitucional dar às micro e pequenas empresas um tratamento tributário diferenciado, o que, de fato, tem se consubstanciado nas regras estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006.

Ocorre, no entanto, que o mecanismo de substituição tributária tem impedido o implemento efetivo desses benefícios, na medida em que faz com que as micro e pequenas empresas acabem por pagar, no caso de aquisição de mercadorias ou insumos submetidos à substituição tributária, a mesma alíquota aplicável às demais pessoas jurídicas de porte superior.

Isso ocorre porque, no regime de “substituição tributária para a frente” – que implica no pagamento do tributo numa fase única, na origem – tem sido aplicada a alíquota de lei sobre o valor da operação de venda final, valor esse, por regra, estimado e fixado pelas Fazendas Estaduais.

A marca fundamental do ICMS – que é o de sua incidência nas várias etapas do processo de circulação da mercadoria, na sistemática de crédito e débito – deixa

lugar, assim, para uma imposição unitária, que antecipa fictamente a ocorrência dos fatos jurídicos tributários.

Não se pode deixar de acentuar as reservas que pairam sobre esse regime (mesmo após a Emenda Constitucional nº 3, de 1993), especialmente nas situações em que se exorbita o valor da exação por artifício de estimativa de base de cálculo descolada da realidade das operações mercantis, o que faz vilipendiados os princípios gerais da tributação pela via transversa do dimensionamento de bases de cálculo e (ou) de alíquotas reais desvinculadas das legalmente estabelecidas.

Em tais circunstâncias, dois fenômenos podem ocorrer, ínsitos à própria dinâmica econômica e de formação de preços: paga-se o ICMS em valor acima ou abaixo daquele que resulta da aplicação da alíquota legal sobre o preço efetivo praticado na operação com o consumidor final da mercadoria ou serviço.

Assinalem-se, portanto, os efeitos deletérios da generalização do sistema de pagamento do ICMS-ST (substituição tributária), especialmente os que se relacionam aos impactos sobre os preços e sobre as disfunções na organização da produção e da distribuição de bens e serviços, o que ocorre de forma mais contundente, ainda, sobre as micro e pequenas empresas.

Os preços relativos são modificados por duas causas básicas: (1) pela estipulação das ditas Margens de Valor Adicionado (MVA), regra geral estimada em valores acima das correntemente praticadas no mercado; (2) no caso das vendas finais a consumidor realizadas por empresas enquadradas no SIMPLES Nacional, pela mudança de alíquota de incidência determinada à luz de suas respectivas faixas de faturamento; agora, e para as mercadorias eleitas para a percussão do ICMS-ST, pela aplicação da carga tributária ou alíquota legal fixada em razão do bem ou serviço vendido (normalmente, variando entre 7% e 29%).

As disfunções no processo de dar fluxo eficaz à produção e à distribuição da riqueza gerada (bens e serviços) decorrem de situações que seguem: (a) por conta do expressivo aumento das necessidades de capital de giro para suportar o pagamento antecipado do ICMS-ST; (b) por induzirem à concentração da produção e da comercialização nas mãos de organizações com capacidade para bancar o custo financeiro dos acréscimos de capital de giro; (c) por colocarem diante dos agentes econômicos o desafio de engendrarem novos sistemas operacionais para atingir os demandantes finais de seus bens e serviços pela via de vendas diretas, suprimindo, para tanto, os substituídos.

Tem-se, ainda, que a elevação dos preços das mercadorias, ora em perigosa disseminação e integrante de pauta pública de preocupações dos cidadãos brasileiros, é impulsionada, em grande medida, pelo aumento desabusado e sem freios do instituto da substituição tributária que, praticamente, desvirtua o ICMS em seu conceito de imposto não cumulativo sobre o consumo.

É ressaltado que o uso massivo do regime de ICMS-ST deixa perpassar, para os que se debruçam em analisar as finanças públicas, o sentimento de que os desequilíbrios na execução financeira dos orçamentos governamentais tem seu ônus transmitido, sorrateiramente, para toda a sociedade, pela correia de novos preços nominais que embutem a majoração derivada dos fenômenos antes assinalados.

De sua vez, o aludido regime é o que propicia resposta rápida em termos de arrecadação tributária e de atendimento às insaciáveis necessidades de financiamento do setor público.

Para correção dessas disfunções, o presente processo determinará que, nas compras feitas pelas micro e pequenas empresas de mercadorias e produtos colocados no regime da substituição tributária, integrantes do Simples Nacional, permitir-se-á que o pagamento do ICMS se faça na maior alíquota existente no sistema do Simples.

Para tanto, propõe-se a inclusão do parágrafo 4º no art. 19 da Lei Complementar 123, de 14.12.2006 (Lei do Simples Nacional).

Reitere-se que hoje, a alíquota aplicável à faixa de faturamento superior do ICMS no Simples Nacional, nas operações de indústria e comércio, é de 3,95%.

A reivindicação enunciada certamente preservará a manutenção dos preços nos mesmos níveis de antes da introdução do ICMS-ST e evitará o soçobro das microempresas e do próprio SIMPLES Nacional.

A segunda proposta (art. 2º) diz respeito à permissão, já constante de nosso arcabouço jurídico (art. 150, par. 7º da Constituição Federal), para se proceder ao ajuste do regime da ST, com crédito e débito automático no caso de o preço final ser maior que o arbitrado pela Fazenda.

Essa sistemática, vigente no Estado do Paraná no período de 1991 a 1994, deu excelentes resultados e trouxe verdadeira calma quanto aos efeitos deletérios do sistema unicamente estimado pela Administração.

A rigor, ela devolve ao ICMS sua natureza verdadeira de imposto não cumulativo, fazendo com que a carga tributária incidente sobre as mercadorias seja aquela efetiva e corretamente extraída do negócio jurídico.

Com essa finalidade, sugerimos a nova redação para o art. 10 da Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandyr) e, conseqüentemente, a revogação dos parágrafos 1º e 2º do art. 10 da Lei 87.

Creio que tais alterações em nossa legislação promoverão efetividade aos dispositivos constitucionais que impõem um tratamento diferenciado, mais benigno, para as micro e pequenas empresas, que atualmente estão pagando ICMS, no sistema de substituição, com alíquotas e bases de cálculo inconstitucionais.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2013.

Senador ROBERTO REQUIÃO.

PMDB/PR.



**LEGISLAÇÃO CITADA:****LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 19. Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação de sublimite para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma:

I – os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 35% (trinta e cinco por cento), ou até 50% (cinquenta por cento), ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do caput do art. 3º;

II – os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 50% (cinquenta por cento) ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do caput do art. 3º; e

III – os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) ficam obrigados a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

§ 1º A participação no Produto Interno Bruto brasileiro será apurada levando em conta o último resultado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que o substitua.

§ 2º A opção prevista nos incisos I e II do caput, bem como a obrigatoriedade prevista no inciso III do caput, surtirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente, salvo deliberação do CGSN.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se ao Distrito Federal.

## LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)

Art. 10. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

§ 1º Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecurável, o contribuinte substituído, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 146. Cabe à lei complementar: (...).

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: (...).

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 7.º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (...) § 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não cumulativas.

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (Regulamento)

§ 1º – Dos recursos mencionados no “caput” deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º – Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o “caput” deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º – Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º – O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

## PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 141, DE 2011.

De autoria do Senador ROBERTO REQUIÃO

Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Legenda:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina o exercício do direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Art. 2º Ao ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social fica assegurado o direito de resposta ou retificação, gratuito e proporcional ao agravo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se matéria qualquer reportagem, nota ou notícia divulgada por veículo de comunicação social independentemente do meio ou plataforma de distribuição, publicação ou transmissão que utilize, cujo conteúdo atente, ainda que por equívoco de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação.

§ 2º Ficam excluídos da definição de matéria estabelecida no § 1º deste artigo os meros comentários realizados por usuários de Internet nas páginas eletrônicas dos veículos de comunicação social.

§ 3º A retratação ou retificação espontânea, ainda que sejam conferidos os mesmos destaques, publicidade, periodicidade e dimensão do agravo, **não impede o exercício do direito de resposta** pelo ofendido e nem prejudica a ação de reparação por dano moral.

Art. 3º O direito de resposta ou retificação deve ser exercido no prazo decadencial de sessenta dias, contado da data **de cada** divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva, mediante correspondência com aviso de recebimento encaminhada diretamente ao veículo de comunicação social ou,

inexistindo pessoa jurídica constituída, a quem por ele responda, independente de quem seja o responsável intelectual pelo agravo. (NR).

§ 1º O direito de resposta ou retificação poderá ser exercido, de forma individualizada, em face de todos os veículos de comunicação social que tenham divulgado, publicado ou republicado, transmitido ou retransmitido, o agravo original.

§ 2º O direito de resposta ou retificação poderá ser exercido, também, conforme o caso:

I – pelo representante legal do ofendido incapaz ou da pessoa jurídica;

II – pelo cônjuge, descendente, ascendente ou irmão do ofendido que esteja ausente do País ou tenha falecido depois do agravo, mas antes de decorrido o prazo de decadência do direito de resposta ou retificação.

§ 3º No caso de divulgação, publicação ou transmissão continuada e ininterrupta da mesma matéria ofensiva, o prazo será contado da data em que se iniciou o agravo.

Art. 4º A resposta ou retificação atenderão, quanto à forma e à duração, ao seguinte:

I – Em se tratando de mídia escrita ou na Internet, terá a resposta ou retificação o destaque, a publicidade, a periodicidade e a proporção do agravo que a ensejou;

II – Em se tratando de mídia televisiva, terá a resposta ou retificação o destaque, a publicidade, a periodicidade e a duração do agravo que a ensejou;

III – Em se tratando de mídia radiofônica, terá a resposta ou retificação o destaque, a publicidade, a periodicidade e a duração do agravo que a ensejou.

§ 1º Se o agravo tiver sido divulgado, publicado ou republicado, transmitido ou retransmitido, em mídia escrita ou em cadeia de rádio ou televisão para mais de um município ou Estado, **proporcional** alcance será conferido à divulgação da resposta ou retificação.

§ 2º O ofendido poderá requerer que a resposta ou retificação seja divulgada, publicada ou transmitida no mesmo espaço, dia da semana e horário do agravo.

§ 3º A resposta ou retificação cuja divulgação, publicação ou transmissão não obedeça ao disposto nesta Lei é considerada inexistente.

§ 4º Na delimitação do agravo, deverá ser considerado o contexto da informação ou matéria que gerou a ofensa.

Art. 5º Se o veículo de comunicação social ou quem por ele responda não divulgar, publicar ou transmitir a resposta ou retificação no prazo de sete dias, contado do recebimento do respectivo pedido, na forma do art. 3º, **restará caracterizado o interesse jurídico para a propositura de ação judicial.**

§ 1º É competente para conhecer do feito o juízo do domicílio do ofendido ou, se este assim o preferir, aquele do lugar onde o agravo tenha apresentado maior repercussão.

§ 2º A ação de rito especial de que trata esta Lei será instruída com as provas do agravo e do pedido de resposta ou retificação não atendido, bem como com o texto da resposta ou retificação a ser divulgado, publicado ou transmitido, sob pena de inépcia da inicial, e processada no prazo máximo de trinta dias, vedados:

I – a cumulação de pedidos;

II – a reconvenção;

III – o litisconsórcio, a assistência e a intervenção de terceiros.

§ 3º Tratando-se de veículo de mídia televisiva ou radiofônica, o ofendido poderá requerer o direito de dar a resposta ou fazer a retificação pessoalmente.

Art. 6º Recebido o pedido de resposta ou retificação, o juiz, dentro de vinte e quatro horas, mandará citar o responsável pelo veículo de comunicação social para que:

I – em igual prazo, apresente as razões pelas quais não o divulgou, publicou ou transmitiu;

II – no prazo de três dias, ofereça contestação.

Art. 7º O juiz, nas vinte e quatro horas seguintes à citação, tenha ou não se manifestado o responsável pelo veículo de comunicação, conhecerá do pedido e, havendo **prova capaz de convencer sobre a verossimilhança da alegação ou justificado receio de ineficácia do provimento final**, fixará desde logo a data e demais condições para a veiculação da resposta ou retificação em prazo não superior a dez dias.

§ 1º Se o agravo tiver sido divulgado ou publicado por veículo de mídia impressa cuja circulação seja periódica, a resposta ou retificação será divulgada **na edição seguinte à da ofensa, ou ainda, excepcionalmente, em edição extraordinária, apenas nos casos em que o prazo entre a ofensa e a próxima edição indique desproporcionalidade entre a ofensa e a resposta ou retificação.**

§ 2º A medida antecipatória a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser reconsiderada ou modificada a qualquer momento, em decisão fundamentada.

§ 3º O juiz poderá, a qualquer tempo, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, bem como modificar-lhe o valor ou a periodicidade, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

§ 4º Para a efetivação da tutela específica de que trata esta Lei, poderá o juiz, de ofício ou mediante requerimento, adotar as medidas cabíveis para o cumprimento da decisão.

Art. 8º Não será admitida a divulgação, publicação ou transmissão de resposta ou retificação que não tenha relação com as informações contidas na matéria a que pretende responder e nem se enquadre no § 1º do art. 2º desta Lei.

Art. 9º O juiz prolatará a sentença no prazo máximo de trinta dias, contado do ajuizamento da ação, salvo na hipótese de conversão do pedido em reparação por perdas e danos.

*Parágrafo único.* As ações judiciais destinadas a garantir a efetividade do direito de resposta ou retificação previsto nesta Lei processam-se durante as férias forenses e não se suspendem pela superveniência delas.

Art. 10. Das decisões proferidas nos processos submetidos ao rito especial estabelecido nesta Lei poderá ser concedido efeito suspensivo pelo Tribunal competente, desde que constatado, em juízo colegiado prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

Art. 11. A gratuidade da resposta ou retificação divulgada pelo veículo de comunicação, **em caso de ação temerária**, não abrange as custas processuais nem exime o autor do ônus da sucumbência.

*Parágrafo único.* Incluem-se entre os ônus da sucumbência os custos com a divulgação, publicação ou transmissão da resposta ou retificação, caso a decisão judicial favorável ao autor seja reformada em definitivo.

Art. 12. Os pedidos de reparação ou indenização por danos morais, materiais ou à imagem serão deduzidos em ação própria, salvo se o autor, desistindo expressamente da tutela específica de que trata esta Lei, os requerer, caso em que processo seguirá pelo rito ordinário.

§ 1º O ajuizamento de ação cível ou penal contra o veículo de comunicação ou seu responsável com fundamento na divulgação, publicação ou transmissão



ofensiva não prejudica o exercício administrativo ou judicial do direito de resposta ou retificação previsto nesta Lei.

§ 2º A reparação ou indenização dar-se-á sem prejuízo da multa a que se refere o § 3º do art. 7º.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DO SENADO DE 2012 Altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. XII - pessoa física: a) que tenha contra si representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da eleição em que se verificou o ilícito; b) condenada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes abaixo elencados, excetuados os crimes culposos, os definidos em lei como de menor potencial ofensivo e os crimes de ação penal privada: 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 2 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; c) declarada indigna do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos; d) cujas contas relativas ao exercício de cargo ou função pública tenham sido rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da data da decisão; e) detentora de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiar a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que for condenada em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pelo prazo de 8 (oito) anos,

contados da data da decisão; f) que, em estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro que tenha sido ou esteja sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, haja exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não for exonerada de qualquer responsabilidade; g) condenada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da eleição em que se verificou o ilícito; h) condenada à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o 3º trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; i) excluída do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário; j) que for demitida do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; k) pessoa física e dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão; l) que não estiver no pleno gozo dos direitos políticos; XIII- pessoa jurídica cujo dirigente, nessa qualidade, tenha sido condenado por prática de corrupção ativa, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

O alto custo financeiro das campanhas eleitorais impõe aos candidatos a busca de financiamento no setor privado. Ocorre que a estreita relação entre as esferas econômica e política, ou seja, entre dinheiro e eleições tem levado à criação de proibições e limites legais de financiamentos de forma a constranger determinados comportamentos dos atores políticos e econômicos no que concerne à representação política. É o que registra Vítor de Moraes Peixoto na obra

Financiamento de Campanhas: o Brasil em perspectiva comparada, *Perspectivas*, v. 35, janeiro-junho de 2009, p. 92. Nesse sentido, as Leis n.º 11.300, de 10 de maio de 2006, e n.º 12.034, de 29 de setembro de 2009, foram inseridas em nosso ordenamento, com os objetivos, entre outros, de conter os gastos de campanha, limitar as doações e conferir-lhes maior transparência, além de impor maior rigor às práticas financeiras irregulares. 4 Todavia, embora de extrema relevância, tais medidas não se mostraram suficientes para garantir a ética e proteger o interesse público nas eleições. Essa é a razão pela qual oferecemos o presente projeto de lei, que altera a Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 1997), para ampliar as hipóteses de vedação às doações para campanhas eleitorais. Influenciados pela recente decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou constitucionais dispositivos da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (conhecida como Lei da Ficha Limpa), que tornaram inelegíveis pessoas cuja vida pregressa esteja maculada por condenação proferida por órgão colegiado, apresentamos o projeto em tela, que cria a ficha limpa também para as doações para campanha eleitoral. Nesse contexto, adaptamos as disposições da Lei da Ficha Limpa ao regime legal de doações para campanha eleitoral, consideradas as suas especificidades. A essas hipóteses, acrescentamos ainda, a proibição de doações por parte de pessoas que não estejam no pleno gozo dos direitos políticos e de pessoas jurídicas cujo dirigente, nessa qualidade, tenha sido condenado por prática de corrupção ativa, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado. Como consignou o STF, a Lei da Ficha Limpa representa significativo avanço democrático com o escopo de viabilizar o banimento da vida pública de pessoas que não atendem às exigências de moralidade e probidade. Do mesmo modo, uma eleição ficha limpa não pode admitir que tais pessoas tenham qualquer influência ou participação no processo eleitoral, inclusive por meio de financiamento de campanhas. Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto, que visa a contribuir para a moralização da política e o fortalecimento de nosso sistema democrático. Sala de Sessões, 20 de março de 2012.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN PC do B/Amazonas.

## PROJETO DE LEI DO SENADO DE 2014

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para restringir as hipóteses de prisão preventiva e ampliar as hipóteses de cabimento da substituição das penas privativas de liberdade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os art. 313 e 315 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 313. Observados os requisitos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva apenas nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 6 (seis) anos, obedecidos os seguintes limites:

I – até 30 (trinta) dias, para crimes com pena privativa de liberdade máxima inferior 10 (dez) anos;

II – até 60 (sessenta) dias, para crimes com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 10 (dez) anos.

§ 1º A prisão preventiva poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo, por decisão de órgão colegiado constituído por magistrados do tribunal competente para o julgamento da apelação.

§ 2º Os presos preventivamente deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos condenados.” (NR).

“Art. 315. A decisão que decretar, prorrogar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada.” (NR).

Art. 2º O art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a seis anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos.

§ 2º Na condenação igual ou inferior a dois anos, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a dois, a pena

privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

§ 3º (Revogado).” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o § 3º do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

## JUSTIFICAÇÃO

A situação do sistema carcerário brasileiro tem sido tema recorrente nas notícias jornalísticas, sendo apontado como a causa de diversas rebeliões, revoltas e barbáries acontecidas nos últimos anos.

Nem seria preciso repetir que é um sistema falido, cuja recuperação deve ser estrutural, não apenas conjuntural. É flagrante, por exemplo, a necessidade de construção de novos presídios e casas de custódia, para comportar os condenados e os presos provisórios separadamente. Essa, entretanto, não tem sido a prioridade dos governos estaduais e federal.

De nossa parte, estamos persuadidos de que, enquanto não houver vagas suficientes nos estabelecimentos prisionais, tem-se que evitar a superpopulação carcerária por meio de alterações na legislação penal.

Do nosso ponto de vista, um dos maiores inconvenientes é manter presos provisórios por tempo indeterminado, situação que se agrava quando há coabitação com presos condenados.

Em vista disso, propomos alterar o art. 313 do Código de Processo Penal para restringir as hipóteses de cabimento da prisão preventiva e, ao mesmo tempo, impor limites para o prazo de constrição, que seria, no máximo, de trinta ou de sessenta dias, a depender da gravidade do crime de que o preso é acusado. Além disso, nos termos da nossa proposta, a preventiva poderia ser prorrogada uma única vez, por decisão de órgão colegiado constituído por magistrados do tribunal competente para o julgamento da apelação. Obviamente, se o projeto for transformado em lei, os tribunais deverão adotar as medidas administrativas necessárias para a constituição desses colegiados.

Outro ponto que, a nosso sentir, pode trazer resultados sensíveis é o incentivo legal à adoção de penas alternativas, em substituição às privativas de liberdade.

Nesse sentido, sugerimos alteração do art. 44 do Código Penal, para ampliar as hipóteses de substituição da pena privativa de liberdade, que passaria a alcançar as condenações por crime doloso, com pena privativa de liberdade concretamente aplicada de até seis anos inclusive, e não mais até quatro anos, desde que, obviamente, o delito não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.

Essas modificações legislativas certamente diminuirão a população dos presos que cometeram delitos de pouca gravidade e evitará a mistura de condenados perigosos com pessoas que estão presas provisoriamente, ou seja, que não estão presos para cumprir pena.

Certos de que o projeto aperfeiçoa a legislação penal e contribui para evitar a superpopulação carcerária, enquanto não sobrevier uma política de construção de presídios e centros de custódia, pedimos aos ilustres Parlamentares que votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ROBERTO REQUIÃO.

## **ANEXO 8 - COMO A IMPRENSA PARANAENSE CONSTRÓI A IMAGEM DE ROBERTO REQUIÃO**

### ARTIGO ILUSTRATIVO DA IMAGEM NA IMPRENSA

#### **O Paraná adora odiar o Requião**

Sobre a psicologia e sua influência no comportamento da humanidade ainda fico com a constatação do "seo" Zé Eduardo, dono desta 'Folha': "Nunca precisei de psicólogos ou terapias pra cabeça. Não sofro dos nervos", diz, com o conhecido sotaque acaipirado. Tem razão o "seo" Zé. Mas quando se pertence a um grupo de pessoas, mesmo sendo 9 milhões como é a população do Paraná, ninguém resiste a observar certas atitudes à luz da psicologia, mesmo sendo totalmente chucra no assunto.

Em quase 30 anos de jornalismo e em permanente contato com os nomes que dominaram o ambiente político no mesmo período, nunca ouvi paranaense algum, em ambiente particular, falar bem do governador Roberto Requião. De Foz do Iguaçu até o Litoral, de Jacarezinho a Francisco Beltrão, na mesa do bar ou na cadeira do dentista, em qualquer lugar, quem tem oportunidade e, desde que garantido pelo anonimato, fala mal do Homem.

#### **Eu e eu mesmo**

Recentemente, talvez já convencido por tantos anos de convivência com os contrários, o próprio Governador fez uma autoimolação e disse que era, sim, "um sujeito irascível, irritadiço, de difícil trato". Tudo palavras dele e sobre o quê ninguém discorda.

Quando um curitibano de classe média, desses criados com iogurte de morango e papinha de Neston, quer se mostrar corajoso diante dos amigos diz algo assim: "na frente do meu chefe, sou meio Requião, falo tudo, vou pras cabeça". Não faz uma coisa nem outra, mas os amigos captam a mensagem. É pura autoafirmação.



## **Raiva e voto**

Ora, qualquer político se esmera em vender uma imagem pública simpática, agradável, otimista, corajosa e honesta, quer dizer, honesta nem precisa. Mas, digamos que os políticos mostram o melhor de si para seduzir o eleitor. É do jogo. Então, como se explica que, fazendo tudo errado, dando todos os motivos do mundo para o fuxico generalizado e contra, ele construiu uma das mais bem sucedidas carreiras políticas do Paraná?

Quando foi eleito senador, com uma grande votação, seus adversários diziam que haviam votado em Requião só para mandá-lo, por oito anos, para Brasília, a mais de 1 mil quilômetros do Paraná. O argumento era bom e crível. Mas o tempo passou e eis que Requião voltou e venceu o simpático, bonitinho e sempre plastificado Álvaro Dias, que cuida mais da aparência do que "perua" em noite de gala. E voltou como Governador para o Palácio Iguazu.

## **Tudo ao contrário**

Na parte que nos cabe neste latifúndio, a imprensa "odeeeia" Requião. É um sentimento generalizado e recíproco, que pode ser descrito como um encontro inesperado entre uma barata e um ser humano: ambos ficam tensos, erguem as antenas e se preparam para o pior. Os jornalistas desdenham as piadinhas dele, sempre sarcásticas, e o Governador, quando questionado sobre qualquer assunto incômodo, é capaz de agarrar e torcer o dedo de jornalista até quase quebrar. Não que muitos não mereçam.

E, se foi de propósito ou não, o assessor escolhido para lidar diariamente com os jornalistas, fazer a ponte e o Palácio Iguazu e a Imprensa, é um coleguinha chamado Benedito Pires, stalinista, barbudo, mal-humorado, intempestivo e absolutamente antipático, ou seja, dadas as circunstâncias, a perfeição em pessoa. Mais uma vez, a aposta foi exatamente contrária ao que orienta qualquer manual de bom relacionamento com a imprensa.

## **Perdoa-me por me odiar**

A beligerância entre Roberto Requião e os paranaenses não é resultado de disputas políticas ou diferenças ideológicas. É claro que a classe média curitibana mais empedernida e o pessoal do Lerner faz o sinal da cruz quando Requião aparece. Mas a outra parte, aquela que vota nele, também faz. E, engraçado, a crítica é pessoal, quase íntima, como se fosse alguém da família. E dá-lhe histórias de comportamentos requianistas, muitas delas já parte do folclore político local.

E, mesmo sem qualquer base psicológica ou, no popular, sem entender nada dessas paradas de inconsciente coletivo, é fácil concluir que o paranaense, na verdade, adora odiar o governador Requião. Toda vez que fala mal, xinga ou critica, se sente corajoso e estabelece um vínculo de simpatia com o vizinho que, imediatamente, vai concordar com ele e contar mais uma história sobre os desmandos ou atitudes do Governador. E assim, nesta relação de ódio e ódio, Requião se manteve e se mantém na cabeceira da cena política do Paraná há 30 anos. Na hipótese mais pessimista, encerra sua carreira como senador da República. Depois, vai virar nome de avenida, de escola, de estrada e tema de livro. E entrar pela história como mais um ilustre paranaense. Prova inconteste que fuxico e cara feia não fazem mal a ninguém. Só promovem.

FONTE: Folha de Londrina

# ANEXO 9 - O TEMPERAMENTO DE REQUIÃO SEGUNDO A MÍDIA

TRIBUNA

POLÍTICA

Rio, Segunda-feira, 25 de março de 1991

## Sebastião Nery

### Arraes e Marcito não mudaram com o tempo



ROMA - Oscar Wilde dizia que "os homens ficam mais velhos, mas isso não os melhora muito". Em 1977 Miguel Arraes estava na Argélia, exilado. Também lá estiveram Hermano Alves, Maurício Ferreira Lima, Inácio Alcencar, Dirceu Mourão. Em 1977, Márcio Moreira Alves estava em Lisboa, exilado. Também lá estavam Moema Santiago, David Lehrer, Alfredo Sirkis. Em 1977, passou pela Espanha, como correspondente da *Ísto É*, da *TRIBUNA* e do *Correio Brasileiro*, fazendo a cobertura da campanha da Constituinte espanhola e preparando meu livro *A Lição da Espanha*. Em 1975, eu já estivera em Portugal assistindo a campanha da Constituinte portuguesa e escrevendo o livro *Portugal, um salto no escuro*. O Mediterrâneo é pequeno, a península Ibérica é curta, a gente atravessa em um pulo de avião. Naquels anos, tive oportunidade de longas e inesquecíveis conversas, em noites de vinho lito e amizade quente, com Arraes e Marcito, duas pessoas admiráveis, sobretudo no exílio. Sempre imaginei que eles tivessem surpreendido a si mesmos, e agora vejo que não se surpreenderam nada. Arraes continua em Recife em 1991 e Marcito em Brasília em 1991. Eles ficaram, mas não mais velhos, mas isso não os melhorou muito, como Oscar Wilde avisou.

### Arraes ficou ressentido

Se algum tem uma bela biografia política no Brasil é Arraes, e por isso a história já garantiu seu lugar de homem firme, bravo, lutador. Mas Arraes voltou do exílio com uma doutrina que geralmente ataca fundo os exilados e o ressentimento. Eles ficam sempre achando que a pátria e a história lhes tomaram um tempo de vida e de poder que jamais se devolvam. E não perdoam nunca, nem a história, nem a pátria, nem os companheiros de geração ou de lutas que não foram para o exílio. E sempre aponta aquela magoa que ficou e não vai embora. Tudo o que o ressentimento de Arraes em Pernambuco, nas últimas eleições, ajudando a derrotar Jarbas e tirando do Congresso Fernando

### Marcito ainda está em 1968

2. Marcito propôs: "seria necessário que alguma instituição não governamental de inconfundível representatividade se encarregasse" de comandar o acor. "A negociação linear acordada aos partidos políticos, aliado ao Partido Comunista, logo depois da "Revolução dos Cravos". Os "soldados do povo" não tinham voto, como o PUP também não tinha voto. Vestiam fardas em civil e os mandaram para o interior para "banar o poder". Foi um dos períodos mais ridículos e ditatoriais da vida política de Portugal, um salazarismo em nome de Marx e da "democracia direta". Marcito, no JB, onde aliás tem escrito coisas boas, com estilo leve e argumentos lúidos, fez um artigo sem pé nem cabeça sobre o entendimento proposto por Collor *O jogo de acordos*.  
1. Começa abissal (vai o adjetivo em homenagem ao velho udenista Mello Franco que Marcito nunca deixa de ser) - dentro de 45 a 60 dias, o país estará imerso na maior crise econômica de sua história". Otávio Mangabeira, um Marcito de sangue mato, morreu aos 80 anos repetindo esse tolice do abismo que nunca saiu do lugar ("o catastrofe iminente" de Marcito).

### Pacto não é coronelismo

Gostaria que Arraes e Marcito lessem as atas, a documentação e livros sobre os "Pactos de Monção", na Espanha. Lá estava o presidente da Confederação Espanhola das Organizações Empresariais (CNE), a Fiesp, de lá dizendo: "Os Pactos de Monção não foram acordos de patrões com empregados, das lideranças patronais com as sindicais de trabalhadores. Foram acordos políticos, pactos nacionais, comandados e avaliados, pelos partidos, todos, sob a liderança do governo. Não foram acordos sociais,

## Mineiros sonham com nova fase de prestígio político

BELO HORIZONTE - Os políticos mineiros nunc afirmam ter saído do saudosismo. O atualmente recuperou o prestígio que Minas um dia teve no cenário nacional - um estrelado do porte do presidente Juscelino Kubitschek, do presidente eleito Tancredo Neves, do vice-presidente Pedro Aleixo (governo Costa e Silva) e dos ministros da Justiça, Milton Campos e governo Castello Branco - da fazenda, José Maria Alkmin (governo JK) todos falecidos tornaram-se quase uma obsessão para eles, independente de colorações partidárias. Este foi o discurso eleitoral de quase todos os candidatos ao governo do estado, no ano passado, inclusive o do governador Helió Garcia (PSB) agora, quem carregava essa bandeira e a bancada mineira no Congresso Nacional.

Além do saudosismo, o discurso exprime também uma dose de frustração. Até hoje, os políticos mineiros não se conformam de ter chegado tão perto da Presidência da República em 1984, com Tancredo, e perdido a chance devido à sua morte. Tancredo que se mostrou um especialista no uso da tese da retomada do prestígio de Minas ao obter a união dos mineiros em torno de sua candidatura, que propiciou o acordo nacional com o atual PFL e garantiu sua eleição deixou em seus confrades o desejo insatisfeito de ver novamente um mineiro no Palácio do Planalto. Mas, os mais empenhados nesta tarefa têm uma dificuldade quase intrínseca: a falta da matéria-prima, ou seja, de líderes com cacife para assumir o projeto.

Ha quem diga que Minas já dá sinais de que começa a voltar a brilhar como antigamente, o que é o caso do vice-presidente da República, Itamar Franco (PRN), e conseguiu eleger para a vice-presidência da Câmara dos Deputados Genesio Bernardino (PMDB), e o líder do governo, deputado Humberto Souz (PFL). "O Congresso hoje já está nos respeitando", afirma um deles, Benedito de Souza, de que esta jornada Minas a recuperar seu espaço. Mas, uma coisa é certa: nenhum dos três nem de longe, o brilho e o prestígio dos mineiros saíra outrora.

O ex-vice presidente da República, ex-ministro e candidato a presidência pelo PFL em 1989, Aureliano Chaves, define bem a situação: ele considera o debate sobre o retorno do estado ao cenário nacional muito positivo, e que o fato de os três ocupa-



Os mineiros sentem saudades de velhos rapazes políticos como Juscelino, Tancredo Neves e Pedro Aleixo. Depoimentos do estado calou no ostracismo e as atuais lideranças não empolgam. A morte de Tancredo sou como um duro golpe e marcou o início do pesadelo

rem os atuais cargos é circunstancial. Aureliano ensina que o importante é discutir o que Minas pode fazer para ajudar o Brasil a se recuperar.  
Companheiro de Milton Campos e de Pedro Aleixo na antiga UDN, o último coronel da política mineira, Chico Cambraia, de 68 anos, confessa ter saudade daquela época. "Hoje, ou se a gente vê e um pagagalão de po-

Hi até quem ache que falar em retorno ao passado é discutível, mas não ultrapassa, e o deputado federal Celso de Castro (PSB). Ele diz que o que seus colegas querem é a volta das Minas das antigas e das elites privilegiadas. Ex-militante do PC do B, Celso quer um novo modelo político no estado, que incorpore os trabalhadores, esquecidos no passado.

### Aureliano acha que o importante é sair da crise

ilícios", lamenta, certo de que ainda vai demorar muito para isso. "O Brasil precisa de líderes capazes de reaver seu prestígio. Ele considera Helió Garcia um "bom moço", mas acha que não cedo não será aquele tipo de líder, e conta que Itamar Franco e Aureliano Chaves, define bem a situação: ele considera o debate sobre o retorno do estado ao cenário nacional muito positivo, e que o fato de os três ocupa-

A historiadora Lucília Neves (sobrinha de Tancredo) lembra que Minas não renovou suas lideranças, em parte devido ao regime autoritário implantado no país em 1964 e, por outro lado, porque os políticos mineiros não conseguiram acompanhar as transformações políticas e econômicas do país, nos últimos anos. O desenvolvimento desorganizado, segundo Lucília, foi propício ao surgimento de lideranças populistas, com discursos salvacionistas que, por não terem um projeto mais amplo e sólido, acabaram não conseguindo se projetar nacionalmente. Ela cita, a título de exemplo, o ex-governador Newton Cardoso.

## Gabriel alerta senadores sobre a Previdência Mansueto só vê mídia no governo federal

BRASÍLIA - O senador Almir Gabriel (PSB) chamou a atenção do plenário para a necessidade de o Congresso se reunir, com urgência, para discutir os projetos de sua atual legislatura, a partir de sua história relacional e partidária, sob o sistema de segundas e, especialmente, a previdência social.  
Os projetos, segundo Almir Gabriel, objetivam contemplar a área de seguridade social com fontes de recursos que lhe permitam atingir a suficiência e condições de atender as necessidades estabelecidas pela Constituição.

BRASÍLIA - A marca propagandística do governo federal através da mídia e a sistemática subida da rampa do Palácio do Planalto são as duas únicas vozes que lançam bem no governo Collor, afirmou o senador Mansueto de Lacerda (PMDB) na sessão do plenário.  
Mansueto reconheceu que o presidente Fernando Collor tem um discurso correto e que suas propostas de modernização interessam ao país, "mas há grande diferença entre o discurso e a ação", afirmou, dizendo que enquanto o presidente faz em conduzir o país ao primeiro mundo, seus atos estão levando-o ao quarto mundo, com uma política que é, antes de tudo, anti social. O agravo dos problemas do desemprego e da saúde são exem-

plis de que suas ações do governo têm falhado, sustentou o senador.  
Quanto ao plano de reconstrução nacional, o chamado "projeto", anunciado pelo presidente da República, o senador pernambucano entende que em vez de levar ao entendimento, age em sentido contrário, propondo a divisão nacional por meio de uma reforma administrativa. Mansueto também acusou o governo de abuso de poder e de tentar desmontar a máquina administrativa, através de uma política de perseguição ao funcionalismo público.  
O senador Epitácio Cafeteira (PMDB) apoiou Mansueto de Lacerda, acrescentando que o governo Collor não se preocupa com o desenvolvimento do país e se interessa em ter dinheiro em caixa.

## OS NOVOS GOVERNADORES DO REQUIÃO

### Requião temperamento agressivo

(TRIBUNA) - O novo governador do Paraná, Roberto Behring de Mello e Silva (PMDB), tem sua carreira política ligada desde os tempos do MDB, e conhecido por posições radicais desde 1982, quando assumiu seu primeiro mandato. De deputado estadual, filho de tradicional família curitibaense, conseguiu se eleger prefeito da capital três anos depois da eleição passada, obteve o apoio de quase 1,5 milhão de eleitores, apesar de seu gênio agressivo e de suas críticas destemperadas, que frequentemente lhe criam problemas entre seus pares.

Requião adora polêmicas. Não era considerada fácil, nem mesmo pelos pemedebistas. Depois de uma disputa palmo a palmo no primeiro turno, em que venceu o candidato do PSDB, José Richa, Requião passou apertado pelo candidato de Collor, José Carlos Martinez (PRN). Sua estratégia foi amparar-se no bom índice de popularidade do governador

Alvaro Dias (PMDB) e nos decretos da política econômica do governo federal, que atacou duramente.  
Seu governo também não deve ter tranqüilo, pois conta com apenas 16 de 31 deputados estaduais. Homem pouco afeito a negociação, e extamente o que terá de fazer, se não quiser sofrer novas derrotas, é a recente reeleição do seu arquiinimigo Aníbal Kury (PTB) para a presidência da Assembleia Legislativa. Requião terá ainda outros pontos de atrito: já avisou que não obedecerá ao comando nacional do PMDB que será entregue ao governador de São Paulo, Orestes Quereña, que, junto com Alvaro, pretende comandar uma dissidência partidária. Ao governo federal, no entanto, ele já fez acenos de paz: recebeu na semana passada por Collor, salu elogiando o presidente, a quem prometeu apoio no que for do interesse do Paraná e do pai, discurso conciliador que inaugura agora.

## Secretário de Energia acha sistema obsoleto

BRASÍLIA - "O sistema energético brasileiro, que foi tão eficiente ao longo dos últimos trinta anos, proporcionando um avanço notável nas nossas fontes, está cambaleando. Ele precisa ser revitalizado com capitais privados e uma nova política de preços que possam adequar à realidade dos novos tempos e, principalmente, à crise econômica que corre as finanças públicas, tornando impossível ao governo continuar centralizando a gestão do setor."  
Foi o que afirmou o secretário nacional de Energia, Paulo Aguiar, ao longo da exposição "As tarifas públicas e sua influência na matriz energética", do seminário sobre preços e tarifas que está sendo realizado no Senado Federal. A presidência do painel na tarde de ontem foi exercida pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), que contou com a presença de Mário Pinto, da Associação dos Contadores de Centrais Energéticas; Adriano Figueira, da UPEL; Hamilton Albertazzi, da Petróbras e Werther Annichinno, da Cospar.

## Senador tucano cobra um novo recenseamento

BRASÍLIA - Nenhum planejamento pode ser viável com dados falsos, imprecisos ou desatualizados, enfatizou, da tribuna o senador Juracy Magalhães (PSDB-BA), ao criticar a não realização do recenseamento geral da população, que deveria ter sido feito no ano passado.  
Ele considera fundamental que se proceda, logo, ao recenseamento, o alga que um novo censo de 11 anos houve muitas mudanças de tendências e os resultados do censo na área de "problemas" provavelmente irão surpreender e chocar muita gente.

Juracy Magalhães, em seu discurso, voltou a defender a implantação de um modelo de desenvolvimento que encontre outras formas de estabilização de preços. "Sem trilhar o penoso caminho da recessão e do desemprego, Lamentando a situação, que o governo Collor tenha eleito a inflação com recessão e desemprego seu objetivo prioritário."  
Para o senador baiano, o presidente Fernando Collor insistiu em repetir os erros do passado. "Sem uma política que priorize o emprego, para reverter a atual situação de nada adianta os pacotes, as tentativas de pactos, nem os 2.866 decretos baixados pelo governo Collor em 245 dias de trabalho, as 147 medidas provisórias enviadas ao Congresso e as incontáveis portarias, resoluções e outros tantos atos que interferem na vida dos brasileiros", comenta Juracy Magalhães.

## Caixa ameaça recorrer para limitar reajustes

BRASÍLIA - A Caixa Econômica Federal (CEF) recorrerá às liminares concedidas pela Justiça Federal de Brasília limitando os reajustes das prestações dos imóveis funcionais comprados por servidores públicos ao índice máximo de 9%, equivalente ao aumento dos vencimentos dos funcionários em fevereiro e respeitando, portanto, a regra da equivalência salarial. O diretor interino do departamento de administração imobiliária da Secretaria de Administração Federal, Robson dos Santos, informou hoje que a CEF já está elaborando o pedido de cassação das liminares concedidas a 80 servidores nos juizes da 5ª, 7ª e 8ª varas. As medidas suspenderam os reajustes estipulados pela CEF com base na BTN, que representavam aumentos das prestações entre 28% e 72%.

Mo manter a equivalência salarial como base para os reajustes, como determina o artigo 14 do decreto 99.286 que regulamenta a lei 8.025 que autorizou a venda dos imóveis - as liminares permitem também aos compradores dividir em 12 parcelas o impacto do reajuste. O benefício concedido pelo governo a categoria em janeiro. Caso seja mantida, a decisão poderá beneficiar também os compradores de imóveis funcionais, desde que eles recorram também à Justiça, como partes naquelas ações. Embora reconheça que isso poderá ocorrer, Robson dos Santos lembra que as liminares não representam o ganho de causa, pois o mérito ainda não foi julgado. Se ao final do julgamento a Justiça entender que a CEF tinha razão, os compradores poderão ser condenados a ressarcir os cofres públicos, alertou.

## ANEXO 10 - REQUIÃO TEM RAZÃO – Documentos extraídos da página mantida por Roberto Requião

<http://www.robertorequiao.com.br/artigos-e-discursos/>

PÁGINA INICIAL > NOTÍCIAS > REQUIÃO TINHA RAZÃO: TRANSGÊNICOS PERDEM O APELO DO CUSTO BAIXO

# REQUIÃO TINHA RAZÃO: TRANSGÊNICOS PERDEM O APELO DO CUSTO BAIXO

Postado em 2 de dezembro de 2013



"Os transgênicos perderam o principal atrativo para o produtor: o custo mais baixo em comparação com as sementes convencionais". A afirmação é do colunista do jornal Folha de S. Paulo, Mauro Zafalon, da editoria "Mercado". Segundo ele, nas últimas safras de grãos, alguns agricultores começaram a questionar a vantagem dos transgênicos ao consultar suas planilhas, gerando dúvidas sobre o futuro desse mercado.

"Segundo o pesquisador Jefferson Carvalho, do banco holandês Rabobank, três fatores aumentaram os custos com os transgênicos: a alta no preço dessas sementes, o aumento do uso de agroquímicos nessas lavouras e a maior resistência de plantas daninhas a essa tecnologia", diz trecho da coluna.

Levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) do Paraná aponta que 95% da produção de soja paranaense já é geneticamente modificada; em relação ao milho, o índice é ainda maior: a estimativa é de que os grãos com transgenia dominem uma área bem próxima a 100% das plantações estaduais.

"Os agricultores são marionetes. Não conseguem fugir do sistema, precisam seguir a maré. O problema é que essa prática foge a um limite do que é natural. Está se mexendo em uma unidade, o gene, esquecendo que isso altera o todo. É um segmento estranho à planta. A alteração do gene continua, mesmo depois do consumo humano. Onde é que isso vai parar? Ninguém sabe. Preocupa, preocupa muito", afirmou o coordenador do Núcleo de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Estadual de Maringá (UEM), José Ozinaldo Alves de Sena, em entrevista ao portal G1.

**Prêmio** - Além da alta nos preços das sementes e dos agroquímicos, que são impactados pela maior demanda global e pela valorização cambial, o aumento da resistência de plantas daninhas ao herbicida glifosato elevou a necessidade de aplicações de outros herbicidas. Esse problema é mais grave nos EUA, mas também já preocupa a América do Sul.

Ao mesmo tempo, o prêmio pago por soja não transgênica cresce em alguns mercados, podendo ultrapassar R\$ 6 por saca de 60 quilos no Brasil. A liberação das sementes transgênicas no mercado nacional ocorreu há dez anos, quando Roberto Requião (PMDB/PR) era governador do Paraná. Ele combateu enquanto pôde o cultivo, comercialização e exportação de transgênicos no Estado, mas foi vencido pelo lobby dos grandes plantadores de soja e milho.

Compartilhe esta informação



# REQUIÃO TINHA RAZÃO: GRÃO CONVENCIONAL DÁ MAIS LUCRO AO AGRICULTOR

Postado em 1 de março de 2012



**Requião tinha razão: grão convencional dá mais lucro ao agricultor**



Materia do jornal Gazeta do Povo desta quinta-feira (01) mostra que a soja convencional "voltou a ser apontada como alternativa para quem quer arrecadar mais com a produção". O mercado já paga bônus de R\$ 3,40 por saca de 60 quilos do grão convencional. O custo do cultivo das duas modalidades é praticamente o mesmo.

A produção de soja convencional foi uma das bandeiras do ex-governador Roberto Requião (PMDB/PR). O objetivo era garantir ao produtor um ganho maior com a formação de um nicho de mercado. Além disso, como ainda não há estudos sobre a segurança do consumo de alimentos transgênicos, a oposição à soja geneticamente modificada também era uma forma de garantir a saúde da população.

A Gazeta do Povo conta que o Mato Grosso está desenvolvendo o programa "Soja Livre", que incentiva o cultivo de grãos sem modificação genética. E que a ação será implantada no Paraná. "Os produtores estão se organizando e reagindo à escassez de sementes convencionais", disse Ivan Paghi, diretor técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (Abrange), para o jornal.

Segundo Paghi, apenas 25% da soja produzida hoje no Paraná é convencional. E esta produção vai receber bônus. O jornal contou a história do produtor Renato Haroldo de Geus, de Carambei (Campos Gerais). Ele cultiva 50% de uma área de 600 hectares com sementes transgênicas e 50% com convencionais. Tem bônus de R\$ 3,40 por saca de 60 quilos para os grãos livres de transgenia pago pela cooperativa Batavo.

"O bônus representa ganho de mais de 5% no preço final, um adicional comparado ao que os produtores de sementes recebem em regiões que têm clima privilegiado e colhem grãos com maior potencial de germinação", diz a reportagem.

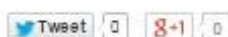
Embrapa – A matéria também conta que a Embrapa está estimulando a produção de grãos convencionais. A empresa tem feito dias de campo mostrando aos produtores as oportunidades de mercado para a produção livre de transgenia.

Compartilhe esta informação



# REQUIÃO TINHA RAZÃO: PEDÁGIO NA BR 277 ARRECADOU R\$ 175 MILHÕES A MAIS

Postado em 13 de março de 2012



## Requião tinha razão: pedágio na BR 277 arrecadou R\$ 175 milhões a mais



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) deu um prazo de 15 dias para que o governador Beto Richa e a concessionária Rodovia das Cataratas S.A. se manifestem sobre a cobrança de pedágio nas cinco praças na BR 277, entre Guarapuava e Foz do Iguaçu. Relatório do TCE confirmou desequilíbrio econômico-financeiro no contrato. Cerca de R\$ 175 milhões foram arrecadados a mais.

Segundo o TCE, as tarifas deveriam ser 22,3% mais baratas. Hoje um motorista de automóvel paga R\$ 43,70 na soma das cinco praças de cobrança, mas deveria pagar R\$ 34,09. A concessão se inicia no quilômetro 344 da BR 277, em Guarapuava, e termina no quilômetro 731 da mesma rodovia, em Foz do Iguaçu, na cabeceira da Ponte da Amizade, fronteira do Brasil com o Paraguai.

O Tribunal fez um relatório preliminar que será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU). O documento definiu como foco a história da licitação e do contrato, a lógica do contrato de concessão, da remuneração da concessionária e a indicação das obras, investimentos e serviços previstos e realizados.

História – Desde que assumiu o governo do Paraná, o senador Roberto Requião (PMDB/PR) questiona as tarifas praticadas pelas seis concessionárias que exploram as rodovias paranaenses. O desequilíbrio dos contratos teve início na década de 90, quando o ex-governador Jaime Lerner reduziu as tarifas em 50% nas vésperas da eleição para governador.

As concessionárias concordaram com o corte mediante redução das obras previstas nos contratos. Para compensar o período que faturaram 50% a menos, foram inseridos degraus tarifários com reajustes que sempre foram questionados e negados por Requião.

No entanto, ao recorrer à Justiça do Paraná, as concessionárias sempre conseguiram aprovar os novos valores. Desta forma, os usuários pagam tarifas muito mais caras do que pagariam se o contrato não tivesse sido alterado desde sua implantação.

*Pedágio Rodovia das Cataratas Foto: José Adair Gomercindo-SECS*

Compartilhe esta informação

# REQUIÃO TINHA RAZÃO: TCU DIZ QUE PEDÁGIO NO PARANÁ É IRREGULAR

Postado em 2 de março de 2012



## Requião tinha razão: TCU diz que pedágio no Paraná é irregular



O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de pedágio no Paraná. O governador Beto Richa tem um ano para ajustar as tarifas praticadas.

Assim que assumiu o governo do Paraná, em 2003, o ex-governador Roberto Requião (PMDB/PR) questionou os contratos de concessão das estradas e tentou recalculá-las. No entanto, dezenas de ações foram derrubadas pelo Judiciário, que entendeu que os contratos firmados tinham que ser respeitados.

Durante os oito anos que governou o Estado, Requião nunca autorizou o reajuste das tarifas. Mas as concessionárias conseguiram o aumento na Justiça e hoje as tarifas cobradas no Estado estão entre as mais caras do Brasil.

O problema começou na década de 90, no governo Jaime Lerner. Foi neste período que as estradas foram divididas em seis lotes e entregues para a iniciativa privada. No ano da sua reeleição, Lerner baixou as tarifas em 50% e abriu mão de serviços de recuperação e obras de melhorias para sustentar o corte.

Agora, o TCU diz que "são fortes os indícios de que as diversas alterações promovidas nos contratos de concessão, algumas delas sem critérios técnicos, ocasionaram desequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias".

E mais: o Tribunal entende que os aditivos contratuais, que faziam retornar as tarifas aos patamares originais e estabeleciam novos cronogramas de investimentos, foram bastante desfavoráveis à Administração e vão de encontro ao interesse público e dos usuários.

### Requião oferece apoio para Beto Richa reduzir tarifas de pedágio

"Não há quem não conheça no Paraná a minha luta contra o absurdo do pedágio no nosso Estado. Foram mais de 40 ações", lembrou o senador Roberto Requião (PMDB/PR) em seu pronunciamento de rádio desta sexta-feira (02).

No entanto, no período que governou o Paraná, o Judiciário entendeu que os contratos deveriam ser respeitados e não deu a possibilidade ao Governo recalculá-las. Todas as ações contra o pedágio foram derrubadas.

Nesta semana o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de pedágio no Estado.

O senador fez uma proposta ao governador do Paraná, Beto Richa: "se o governador quiser virar o jogo agora, se tiver coragem de enfrentar esta gente e reduzir esta tarifa a valores razoáveis, ele pode contar com meu apoio e com o apoio da população do Estado, que está sendo roubada".

Lerner - Requião lembrou que na década de 90, quando era candidato ao governo do Estado com chances reais de vitória, o então governador Jaime Lerner reduziu em 50% as tarifas de pedágio que ele mesmo havia criado.

"Ele assumiu a imagem de defensor dos interesses públicos quando na verdade o pedágio tinha sido feito por ele e pelo seu governo", lembrou Requião, que perdeu a disputa para Lerner, que foi reeleito.

"Passada a eleição, o Lerner, que tinha reduzido o pedágio em 50%, dobra o pedágio e põe mais 16% em cima. E para compensar o período que não cobrou a metade que tinha reduzido, ele abre mão das obras que o contrato original obrigava as concessionárias a fazer", explicou o senador.

Assista aqui o pronunciamento que Requião fez nesta manhã no Senado:

## VÍDEO

# REQUIÃO REPERCUTE AVANÇO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2003 A 2010

Postado em 5 de março de 2012



## Requião repercute avanço do Paraná no período de 2003 a 2010



O senador Roberto Requião (PMDB/PR) repercutiu a divulgação de índices do Paraná no período que governou o Estado, de 2003 a 2010. "A nossa administração teve resultados efetivos, concretos para melhoria de condição de vida do povo. Nós tivemos o maior crescimento industrial do país 55,7% enquanto a média nacional foi de 28,9%. Em segundo lugar ficou São Paulo com 34,3% seguido de Minas Gerais, com 32,4%", salientou.

Outro recorde paranaense foi a geração de empregos com carteira assinada. De 2003 a 2010, período que Requião governou o Estado, 800.150 novos postos de trabalho foram abertos. A reforma tributária, que isentou e reduziu ICMS de micros e pequenos empresários, e o apoio à agricultura familiar são ações que colaboraram com este índice.

A pobreza extrema no Paraná foi reduzida de 7,1% para 2,3%. E a mortalidade infantil passou de 17,5 em 2001 para 11,9 em 2010 graças à implantação de 200 Clínicas da Mulher e da Criança. "A renda familiar cresceu: saiu de R\$ 550 para R\$ 735. E nós instalamos no Paraná o maior salário mínimo do Brasil que atende 350 mil trabalhadores", lembrou.

Educação – A área da educação também teve um avanço importante. A taxa de analfabetismo está hoje em 4,9% enquanto no Nordeste do Brasil este índice chega a 30%, 35%. "Entre 2003 e 2010 dobramos o número de jovens entre 18 e 24 anos que frequentavam a universidade ou que já estavam formados", registrou o senador.

Os alunos de rede estadual de ensino conquistaram boas notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – e no Enem e os primeiros lugares nas olimpíadas nacionais de matemática e português. "Hoje nós estamos apoiando o Ministério da Educação com o exemplo das nossas políticas", contou.

"Como, diante de tudo isso, a nossa bancada de deputados estaduais está apoiando o governo do Beto que desmancha de forma definitiva uma série de políticas que criamos e que trouxeram estes resultados para o Paraná. Será que nossos deputados não percebem que suas próprias eleições se deveram também ao bom resultado do nosso governo?", finalizou Requião.

### ÁUDIO

Fonte: <http://www.robortorequiao.com.br/requiao-repercute-avanco-do-parana-no-periodo-de-2003-a-2010-2/>



# DISCURSO SOBRE AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Postado em 13 de abril de 2015



Mais uma vez, em uma sequência que se prolonga desde os tempos coloniais, a economia brasileira vê os estertores de um ciclo, sem que, novamente, tenha-se claro o que há de vir ou o quê fazer na continuidade.

Depois de algumas conquistas e alguma glória, esgotou-se, faz-se água, o ciclo que combinava capitalismo financeiro, políticas de promoção social e ascensão social, expansão do consumo e exportação de commodities.

Como os economistas, cientistas políticos e historiadores, já de algum tempo, eu também objeto o entendimento ou a visão cíclica das coisas, essa sucessão quase que estagnada do desenvolvimento, seccionada pela prevalência e decadência de um e outro fator.

No entanto, como não existe e tampouco existiu, um projeto que presidisse e costurasse o desenrolar da vida nacional, o que temos é algo muito próximo desse reducionismo chamado "ciclo econômico".

Esta a tragédia brasileira, esta a fonte de nossos tormentos:

Enquanto não compreendemos que é preciso um **Projeto de Construção da Nação Brasileira**, que responda quem somos, o que somos, que pretendemos e que táticas e estratégias para alcançarmos o que se planejou, continuaremos condenados às intermitências da não-história.

É incrível a nossa capacidade de tergiversar do que importa, do que é essencial. Uma capacidade que nós, os políticos, parte vital da elite pensante do país, cultivamos há séculos e, diga-se, tornou-se a nossa especialidade.

Como exemplo, tomem-se as dificuldades por que passa o país findo esse "ciclo" que se inicia em 2003.

Haveria ocasião mais apropriada para que se discutisse um **Projeto para o Brasil** do que agora?

Mas, ao invés disso, estamos aqui às voltas com a recidiva das falidas políticas neoliberais que o senhor Joaquim Levy propõe para que o país saia da crise.

É trágico: recorre-se à desmoralizada apostila liberal a fim de aplicá-la, como uma espécie de pá de cal, para selar a sepultura do modelo que tentou a improvável conciliação entre o capitalismo financeiro e o progresso social dos brasileiros.

E nós discutimos o quê?

Pendulamos entre os que se opõem às medidas porque se opõem ao governo e os que defendem as medidas porque defendem o governo. Têm-se, assim, simples manifestações clubistas, torcidas organizadas divididas pela paixão pela camisa A ou B.

Mas nenhuma proposta substancial, que revire as entranhas da nação à busca da origem dos males que dizem querer debelar. Novamente, como em tantas outras crises, envernizam, com leve demão, a realidade nacional. Um mascaramento que logo adiante, na próxima esquina, será desbotado.

**Pensar o Brasil**, esta é a convocação que, ainda mais uma vez, teimosamente, eu faço: **Construir a Nação Brasileira**, este o desafio que vale a pena.

Com certa frequência, para reforçar meus argumentos, tenho aqui exposto algumas informações que atestam o desmonte dos esforços feitos no passado para a Construção do Brasil.

Nos anos 80, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, a Abimaq, o nosso parque industrial era maior que o da Tailândia, Malásia, Coreia do Sul e China, **somados!**

Hoje, o setor industrial brasileiro não representa 15 por cento do que só a China produz.

Faz tempo isso?

Não, a derrocada começou há apenas 25 anos, logo aí atrás, outro dia.

A abertura afoita, realizada sob o argumento de que o excesso de proteção levava à ineficiência e de que era preciso modernizar o nosso parque industrial, tornando-o mais competitivo internacionalmente, provocou e continua provocando uma grande e generalizada quebradeira. Escancaradas as portas, fomos invadidos por toda sorte de produtos e de bugigangas. Fomos invadidos e dominados pelos cartéis multinacionais que aqui se instalam, interessados na conquista do mercado nacional e na remessa de lucros às matrizes.

Mesmo porque nesta verdadeira casa da sogra em que se transformou o Brasil globalizado, assim como não há restrições para a sonegação, para os ladrões do dinheiro público, para o envio de dinheiro a paraísos fiscais, muito menos há freios para a remessa de royalties e lucros ao exterior, uma sangria sem limites e absolutamente livre. Vemos, então, que a abertura, como instrumento de uma modernização que nos tomaria, em breve tempo, uma potência econômica exportadora e geradora de superávites comerciais, revela-se um engodo, uma mentira miserável.

A inexistência de uma política industrial e a falta de medidas efetivas de proteção ao setor desestimulam os investimentos. Consequência: calcula-se que, hoje, os industriais brasileiros tenham mais de 240 bilhões de reais aplicados no mercado financeiro, porque nada os mobiliza a investir na produção. **Mais de 240 bilhões de reais a reforçar a especulação financeira, o capital vadio que nada produz apenas suga, vampirisa, contamina.**

Estima-se que mais de um quarto do parque industrial brasileiro reste ocioso. **Mais de 400 bilhões de dólares em máquinas, instalações e tecnologia parados.**

Um investimento já feito, apenas à espera de uma política industrial séria, nacional, para que possa entrar em movimento, criando, de imediato, milhares de empregos, gerando rendas, impostos, consumo.

Mais alguns dados para firmar em nossas mentes a origem do mal e a continuidade do mal. **O mal que impede a construção do Brasil Nação.**

No segunda metade dos anos 80, o produto industrial representava 44 por cento do nosso PIB. No final dos anos 90, havia caído para 23 por cento. Segundo a Fiesp, em três anos de abertura às escâncaras, três anos de desregulamentação, entre 1995 e 1998, desapareceram, mais de 400 mil empregos industriais.

Somente o desmantelamento do setor de autopeças pôs nas ruas 250 mil metalúrgicos altamente especializados.

Se considerarmos apenas a participação da indústria de transformação no PIB, o diagnóstico da desindustrialização é ainda pior: de 36 por cento em meados dos anos 80, a participação industrial desaba para apenas 13 por cento, hoje.

Como desaba a proporção das exportações de manufaturados em relação às exportações brasileiras. A proporção cai de 65 por cento, em meados dos anos 90, para 37 por cento, hoje.

Sob as reformas liberais, privatizações e desregulamentações, a desnacionalização do setor industrial correu com a velocidade de Usain Bolt.

No ano da reeleição de FHC, em 1998, a KPMG, uma das grandes empresas de consultoria internacional, apontava mais de 75% dos capitais envolvidos em fusões e aquisições no Brasil, nos primeiros anos do Governo do PSDB, têm origem estrangeira. Anote-se que esse índice não passava de 14%, em 1992, quando se inicia o processo de abertura.

E tudo continua igual. Tudo como antes.

Em vez de uma política industrial, temos medidas episódicas, "quebra-gaihos". Desoneram aqui, aliviam acolá: hoje, dão um refresco para a linha branca, amanhã, uma colher de chá para o setor automobilístico ou de brinquedos; depois de manhã, desoneram a folha de pagamento. Mas logo em seguida, recuam em tudo, sob a pressão de arrecadar.

Os reflexos da crise da desindustrialização sobre a vida do país só não foi maior por causa do fantástico aumento da demanda mundial por commodities, especialmente da parte da China. Movimento, hoje, em franco declínio.

Seja como for, não há notícias de que, sob a face deste planeta, algum país tenha se desenvolvido, mantido-se soberano e independente ancorando sua economia apenas na exportação de grãos, carnes e minérios.

#### **Não se constrói uma Nação vendendo abobrinhas e minério de ferro.**

Como afirmei recentemente em um debate na Escola de Comando do Exército:

***Eu não posso imaginar, seria uma caricatura colonial, a troca de sacos de soja, de toneladas de minério de ferro, do preciosismo nióbio, de que temos 98 por cento das reservas mundiais conhecidas, por tanques, canhões, navios, aviões, submarinos, fuzis e tecnologia de informações.***

Inserção no mercado global, sim. **Mas como Nação e não como uma plantation ou mineradora.**

Mercado ou Nação, eis a questão.

O mercado não tem pátria, não tem fronteiras, não tem história, tradições, cultura. O espírito que move o mercado é a ganância, a busca insana, e quase sempre amorosa e predatória pelo lucro. Com a velocidade da internet mobiliza bilhões, trilhões de dólares, podendo destruir em um só toque de botão economias inteiras, empregos, empresas, levando ao desespero milhões de pessoas.

A Nação tem história, espaço, consolida seu território com o suor e o sangue de seu povo.

A Nação tem compromisso com os seus, com a aventura de vida e o bem-estar de toda a sociedade, de cada pessoa. A Nação solda-se com o amor e a solidariedade.

A Nação é a soma da cultura e da diversidade cultural de seu povo. A Nação finca-se nas raízes dessa cultura.

A Nação acolhe e protege os mais fracos, os desamparados, os indefesos. A Nação tem compromisso com a produção, com o trabalho e com a defesa nacional.

#### **Mercado ou Nação?**

Mercado para os outros, um país às garras do capital vadio que não produz um botão de camisa, uma máquina, um sapato, ou uma Nação para os nossos?

A resposta parece fácil e as perguntas podem soar para alguns como impertinentes, óbvias, desnecessárias.

Não é bem assim.

Afinal, os entraves que a política econômica vigente impõe ao desenvolvimento brasileiro, ao desenvolvimento e consolidação do Brasil como Nação forte, segura, soberana e próspera estão às nossas vistas.

**Uma Nação se constrói com uma política de juros que não puna quem produz.**

**Não se faz uma Nação com os juros mais altos do planeta.**

Uma Nação se constrói com um forte mercado interno e com salários que incorporem os ganhos de produtividade, e sejam corrigidos acima da corrosão inflacionária.

**Não se faz uma Nação com arrocho salarial e sem consumidores. Não se constrói uma Nação com terceirizações de mão de obra, com o aviltamento do trabalho, com a degradação e escravização dos trabalhadores.**

Uma Nação se constrói com uma política industrial planejada nacionalmente, com crédito farto e barato, com inovação tecnológica, com subsídios, com salvaguardas alfandegárias, com tarifas diferenciadas.

**Uma Nação se faz com o controle do câmbio.**

Não se faz uma Nação com flutuações cambiais que impedem o empresário de planejar o seu negócio por prazo maior que uma semana.

**Uma Nação se constrói com a estatização do crédito.**

Não se faz uma Nação deixando à conta do mercado financeiro, dos bancos, a responsabilidade principal por irrigar a economia nacional de recursos.

Afinal, o crédito é uma das variáveis vitais da economia para deixá-lo nas mãos dos bancos e dos especuladores e dos agiotas.

Isso posto, feito essa sustentação preambular, exponho agora algumas ideias e alinho algumas propostas que cimentariam a **Construção da Nação Brasileira**.

O núcleo fundador de um **Plano de Construção da Nação Brasileira** deve ser **a recuperação da capacidade de planejamento do Estado**

Ao mesmo tempo, consideramos imperativo ir além do tripé em que se ancora atualmente a nossa política econômica, com o exercício de uma ação efetiva de controle cambial e de total desindexação da economia.

São estes os pressupostos de uma verdadeira mudança.

**No contexto nacional:**

1. Construir uma **política industrial** fortemente suportada **na ação pública**, seja do ponto de vista do financiamento, das compras e da infraestrutura, seja do ponto de vista do ensino, da pesquisa e da inovação.

As iniciativas de desonerações e estímulos fiscais não podem continuar sendo pontuais, precisam ser globais, compreendendo toda a cadeia produtiva. Assim como não podem ser episódicas, conjunturais. Uma empresa precisa de dez anos ou mais para projetar o retorno do investimento.

Como fazer isso sem saber o que poderá ocorrer nesse período em relação à infraestrutura, à política tributária e à regulação?

**Reindustrializar o Brasil**, sustando o processo de primarização de nossa economia e suas consequências destrutivas. Junto com as iniciativas de retomada do desenvolvimento industrial, temos que fortalecer o Plano Nacional de Formação e Qualificação dos Trabalhadores, e expandir as instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino técnico.

3- **Implantar um novo modelo de política de infraestrutura**, sob controle do Estado: planejamento das ações nas áreas rodoviária, ferroviária, portuária, aeroportuária para atender adequadamente às produções industrial e agrícola, às necessidades das exportações e importações, ao trânsito de pessoas e à Defesa Nacional.

**O atual modelo de privatizações e concessões, uma vez que a lógica de sua operação é o lucro, não é compatível com os interesses do planejamento nacional.**

4- **Manter a Lei do Petróleo de 2010**. Apenas uma pequena área do Pré Sal foi prospectada. Mesmo assim, já foram descobertas reservas de **80 bilhões** de barris. **A projeção de técnicos da empresa é que as reservas de toda a área do**

**Pré Sal ultrapassem 300 bilhões de barris**, equivalentes às reservas conhecidas da Venezuela e da Arábia Saudita, as maiores do planeta.

**Logo, são dispensáveis considerações sobre o cerco impiedoso que hoje tenta sufocar, desmoralizar e privatizar a Petrobrás**

Para que o petróleo impulse a **Construção da Nação Brasileira**, propomos: a) **manter o modelo atual, com a Petrobrás como a única empresa operadora, tendo sob seu controle, entre outras coisas o ritmo da produção**

b) **manter sob o controle da Petrobrás a contratação, segundo a legislação brasileira sobre conteúdo de nacional, de todos os equipamentos para a prospecção e exploração do Pré Sal.**

**O Brasil não pode seguir a sina da maldição do petróleo que persegue os países subdesenvolvidos com grandes reservas e que continuam subdesenvolvidos porque entregaram essas reservas para os países imperialistas.**

5- Política agrária que coloque no centro das ações o apoio às pequenas e médias propriedades, e a viabilização e fortalecimento da agricultura familiar. **Reabilitar o conceito de Reforma Agrária.**

6- **Garantir efetivamente o acesso universal à saúde e à educação**. A educação e a saúde dos brasileiros devem ser responsabilidade intransferível do Estado. Todos os brasileiros devem ter o direito ao atendimento médico e a frequentar escolas de qualidade.

7- **Garantir a manutenção, a extensão e o aperfeiçoamento das políticas compensatórias, como Bolsa Família e outras.**

8- **Promover a democratização dos meios de comunicação social**, que não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio: a propriedade cruzada dos meios de comunicação é um atentado à liberdade de opinião e à democracia; na medida em que sufoca e impede o contraditório, impondo a veiculação de um só ponto de vista; temos que garantir a regionalização das programações e produções da televisão e do rádio.

9- **Instituir o Direito de Resposta, como forma de romper o monopólio de opinião e de restabelecer o contraditório e a verdade dos fatos.**

10- **Política de Defesa Nacional** que tenha como um de seus pressupostos a existência de Forças Armadas profissionais, fortes, bem equipadas, presentes em todo o território nacional e com o seu pessoal adequadamente remunerado.

No plano externo:

**Política externa independente e progressista, voltada fundamentalmente à integração latino-americana, contribuindo para o fortalecimento do Mercosul e da Unasul ; e a consolidação dos Brics . Apoio incondicional ao desenvolvimento de nossa Mãe África**

**Os acordos bilaterais com alguns países do Norte**, na forma com setores de aposição e de parte do empresariado propõem, **nada mais são que o improvável entendimento da corda com o enforcado**.

Essa tentativa da ressurreição dos propósitos da falecida, mas ainda insepulta ALCA teria como consequência inescapável relegar o nosso país à condição subalterna de fornecedor de matérias-primas e importador de produtos industrializados. Seria a consolidação de nossa não-história.

Pela multipolaridade, contra a hegemonia.

Senhoras e senhores senadores.

**O nosso mandato não terá valor algum, trapacearemos a confiança dos brasileiros nesta Casa** se, diante da oportunidade que nos oferece a crise, não tivermos a lucidez e a coragem de subverter a ordem das coisas que mantém o nosso país dependente, pobre, injusto, violento e atrasado.

Para os dependentistas, para os neoliberais, àqueles que defendem atrelar o desenvolvimento nacional, a cultura nacional, os valores nacionais, as riquezas nacionais, a defesa nacional aos países centrais, especialmente aos Estados Unidos.

Para os dependendistas, a crise é uma excelente oportunidade ao reforço da submissão.

**Para os dependentistas, que desprezam os brasileiros, a crise é oportunidade para defender a entrega do petróleo do pré-sal**, as refinarias a construção lá fora das plataformas e dos navios, a ressurreição da ALCA, o alinhamento incondicional ao império, o abandono da política de solidariedade aos países mais pobres, especialmente os da África.

Se o caminho da construção da nacionalidade é longo e áspero podemos, desde já, avançar em algumas iniciativas, através de projetos de lei, que aplanem e abreviem a jornada.

Controle cambial,

Corte dos juros,

Corte de impostos,

Controle do capital financeiro, maior taxação da especulação e dos bancos, taxação das grandes fortunas.

Nacionalização do crédito para a produção e a inovação.

Prioridade absoluta ao mercado interno e sua proteção.

Aumentos salariais.

Excelência nos serviços de saúde e na educação pública.

Integração latinoamericana.

São alguns itens, aos quais seria possível acrescentar outros, que já poderiam compor um leque de iniciativas legislativas.

**Soberania, solidariedade, cidadania e desenvolvimento. Com esses valores vamos construir o Brasil Nação.**